

Izabel Priscila Pimentel da Silva

Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada:

A Dissidência Comunista da Guanabara

(1964-1969)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social.

Setor de História Contemporânea II

Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

**Niterói
2009**

IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA

Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada:
A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social.

Setor de História Contemporânea II

Aprovada em outubro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (Orientador)

UFF

Prof^ª. Dr^ª. Denise Rollemberg

UFF

Prof^ª. Dr^ª. Maria Paula Araujo

UFRJ

Niterói

2009

S586 Silva, Izabel Priscila Pimentel da.

Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969) / Izabel Priscila Pimentel da Silva. – 2009.

342 f.

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 309-328.

1. Movimento estudantil - Brasil. 2. Ditadura militar - Brasil

Aos estudantes e guerrilheiros que ousaram lutar por seus ideais revolucionários. A eles dedico este trabalho e minha profunda admiração.

Agradecimentos

Os caminhos que me trazem até aqui foram tortuosos... Em mais de dois anos de pesquisa, foi preciso superar muitos problemas pessoais, familiares e de saúde, uma cirurgia e meses de recuperação, enfim, muitos obstáculos que se erigiram à minha frente e que, por vezes, julguei ser intransponíveis. Por isso, chegar ao final do mestrado e apresentar a presente dissertação, apesar de suas falhas e limitações, é, acima de tudo, uma grande conquista e vitória pessoal. Mas esse caminho não foi percorrido solitariamente. Por isso, agradeço àqueles que, de variadas formas, me ajudaram a completar essa jornada.

Ao meu orientador Daniel Aarão Reis, agradeço a generosidade com que aceitou me orientar na nova casa (“ufiana”) que escolhi para dar continuidade à minha vida acadêmica. Mais do que orientador, ele foi também, de certa forma, *sujeito* e *objeto* dessa dissertação, na medida em que foi militante e dirigente da organização revolucionária, objeto central dessa dissertação. Agradeço sua orientação rigorosa e atenciosa, seu apoio e incentivo e, mais do que isso, a paciência e compreensão comigo, mesmo nas horas mais difíceis deste trabalho, quando as agruras cotidianas pareciam tomar conta.

À professora Denise Rollemberg, agradeço pela generosidade com que tem acompanhado todos os momentos de meu desenvolvimento acadêmico: na orientação da monografia, ainda nos tempos da graduação na UERJ; pelo incentivo para ingressar no mestrado; pelo empréstimo de livros; pelas sugestões e críticas construtivas elaboradas durante o exame de qualificação e pela participação na etapa final (banca examinadora) dessa dissertação.

À professora Maria Paula Araujo, de quem tive o prazer de ser aluna durante o mestrado, agradeço pelas indicações bibliográficas e discussões em sala de aula, que muito contribuíram para essa pesquisa e por ter gentilmente aceitado integrar a banca examinadora final desta dissertação. À professora Maria Paula agradeço ainda pela amizade e carinho, que se estenderam para além da sala de aula.

Ao professor Francisco Palomanes, que integrou a banca do exame de qualificação e também integra a banca examinadora final da dissertação, agradeço os importantes

comentários e sugestões, incorporados à redação final do trabalho.

Às professoras Marieta de Moraes Ferreira e Samantha Viz Quadrato, pelas disciplinas cursadas, cuja bibliografia selecionada e sugestões revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. À professora Samantha também agradeço o generoso convite para publicação de uma resenha em um periódico por ela organizado e a participação na banca examinadora da presente dissertação.

Aos amigos uerjianos Alex Cassal, Amanda Danelli, Andréa Queiroz, Bárbara Guimarães, Daiana Crús, Januária Teive, Patrícia Faria, Rafael Albuquerque e Roberta Melo, pelos anos de companheirismo, amizade, incentivos e tudo mais que esse grupo há mais de uma década consegue oferecer. Vocês tornam meu mundo mais completo e minha vida mais feliz!

À minha turma do IFCS, liderada pela professora Maria Paula e autodenominada “povo da ditadura”: Adrianna Setemy, Carlos Henrique Lobo, Cristina Luna, Edileuza Pimenta (a quem agradeço imensamente os empréstimos de livros, as hospedagens e discussões revolucionárias), Evelise Neves, Guadalupe Rojo e Pâmela Moreira. Agradeço a esse grupo mais que especial pela torcida, pelas trocas intelectuais, pelas discussões acaloradas e pelas reuniões sempre muito divertidas. O mundo acadêmico não foi mais o mesmo depois de vocês!

À Lia Calabre, minha coordenadora na Fundação Casa de Rui Barbosa, agradeço não só pela eficiente e afetuosa coordenação no projeto de pesquisa ao qual estou vinculada, mas também seus incentivos, sua compreensão e disposição de me liberar do trabalho para participar de congressos e seminários, além de “aliviar” minha carga horária para que pudesse me dedicar à redação final da dissertação. Às “ruianas” (Daniela Pereira, Jéssica Suzano, Jéssika Souza, Lílian Lustosa, Rachel Hilfred, Renata Maury, Tatiane Duarte) e ao “ruiano” (Rogério Marques), companheiros de trabalho na Fundação, agradeço pelo excelente ambiente de trabalho, pelas divertidas conversas diárias e os incessantes incentivos que me deram força para terminar o mestrado.

À amiga Aline Maller, que topou a aventura de dividir um apartamento comigo, agradeço pela convivência sempre pacífica e divertida, pela amizade, pela força nos

momentos em que achei que não conseguiria terminar a dissertação e pelos bolos de banana e canela, que adoçaram os momentos mais difíceis da redação e as madrugadas de escrita solitária.

Aos amigos Alessandro Licurgo, Beatriz Morgado, Fábio Carmo, Juliana Moraes e Poliane Tardin, pela força, incentivo, companheirismo, viagens, acampamentos, traduções e “abstracts”, enfim, por estar sempre por perto e por me estender a mão sempre que precisei. A Fábio Bocco, pelos anos de companheirismo e pela amizade que ainda persiste. Se nossos caminhos hoje não mais se tangenciam, certamente nossas vidas serão sempre retas paralelas. Aos que não foram citados nominalmente, é certo que estas linhas são poucas para listar todos aqueles que, de diferentes formas, fazem parte da minha trajetória pessoal e acadêmica e aos quais deixo registrados meus profundos agradecimentos.

Aos meus pais, Jorge e Neide, pelo carinho e apoio durante todos esses anos. Apesar de não terem tido a oportunidade de completar seus estudos, sempre apoiaram meus esforços acadêmicos, permitindo que a filha caçula fosse a primeira da família a ter nível superior e pós-graduação. Sem sua ajuda financeira e emocional eu jamais teria conseguido chegar até aqui. E mesmo quando minhas escolhas afastaram-se do caminho que eles gostariam que eu traçasse, continuaram a me apoiar e ajudar em todas as circunstâncias, demonstrando um amor incondicional, daqueles que só pais e filhos conseguem compartilhar.

E, por fim, meus agradecimentos especiais a Andre Franklin, que me fez ver que todo coração é uma célula revolucionária. E o amor é, sem dúvida, a maior das revoluções! Por tudo, por tanto, por nós, lhe agradeço imensamente, meu amigo, meu camarada, meu amor.

Resumo

O objetivo principal dessa dissertação é analisar a trajetória de uma das organizações revolucionárias surgidas no cenário brasileiro pós-1964: a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB). As origens da organização remontam às acirradas divergências internas que cindiram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início da década de 1960. A partir de 1966, quando os *dissidentes* romperam definitivamente com o partido que lhes dera origem, a Dissidência Comunista da Guanabara consolidou-se como organização autônoma e, inserida no contexto de ebulição do movimento estudantil brasileiro que atingiu seu ápice em 1968, exerceu liderança incontestada entre os estudantes cariocas, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente. Com o refluxo do movimento estudantil, ainda no final do primeiro semestre de 1968 e a exacerbação da repressão, a DI-GB passou à militância política além das fronteiras universitárias, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil. A organização alcançou grande notabilidade ao conceber e realizar a captura do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Foi no curso desta ação revolucionária que os *dissidentes* cariocas adotaram o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8), organização que assumiu papel de destaque nas ações armadas desencadeadas contra a ditadura civil-militar brasileira e o capitalismo, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil – Luta Armada – Ditadura – Memória

Abstract

The main objective of this thesis is to analyze the trajectory of one of the revolutionary organizations arisen in the Brazilian scenery after 1964: the *Dissidência Comunista da Guanabara, or DI-GB* (Guanabara's Communist Dissidence). The origins of this organization bring back the unyielding internal disagreements that originated the Brazilian Communist Party (PCB). After 1966, when the *dissidents* broke up permanently with their party of origin, the Guanabara's Communist Dissidence was consolidated as an independent organization. Placed in the effervescency context of Brazilian student activism that had its climax in 1968, the Dissidence was an undisputed leader amongst the students in Rio and became increasingly notorious nationally. With the student activism reflux, in the end of the first semester of 1968, and the exacerbation of repression, DI-GB went further beyond politic militancy in universities, adopting armed force and gradually abandoning student activism. The organization became highly notable for planning and executing the capture of the United States ambassador in September 1969. During this revolutionary action, the dissidents of Rio adopted the name *Movimento Revolucionário 8 de Outubro, or MR-8*, (Revolutionary Movement 8th of October), the organization that played an important role in the armed actions against capitalism and the Brazilian civilian/military dictatorship in the end of the 60's and beginning of the 70's.

Key-Words: Student Activism – Armed Conflict – Dictatorship - Memory

Lista de Siglas

- ABI → Associação Brasileira de Imprensa
- ADCT → Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- ALN → Ação Libertadora Nacional
- AMES → Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
- AMFB → Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
- AP → Ação Popular
- APML → Ação Popular Marxista-Leninista
- ARENA → Aliança Renovadora Nacional
- ARP → Ativo Resolutivo Político
- CACO → Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
- CAP → Colégio de Aplicação
- CAMDE → Campanha da Mulher pela Democracia
- CBA → Comitê Brasil pela Anistia
- CCC → Comando de Caça aos Comunistas
- CEIS → Comissão Especial de Investigação Sumária
- CENIMAR → Centro de Informações da Marinha
- CFC → Conselho Federal de Cultura
- CGT → Comando Geral dos Trabalhadores
- CIA → Central Intelligence Agency
- CIE → Centro de Informações do Exército
- CISA → Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
- CNBB → Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COLINA → Comandos de Libertação Nacional
- CONTAG → Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPC → Centro Popular de Cultura
- DA → Diretório Acadêmico
- DCE → Diretório Central dos Estudantes
- DDD → Dissidência da Dissidência da Guanabara
- DEE → Diretório Estadual de Estudantes
- DI-DF → Dissidência [do PCB] do Distrito Federal
- DI-GB → Dissidência [do PCB] da Guanabara/ Dissidência Comunista da Guanabara

DI-RJ → Dissidência [do PCB] do Rio de Janeiro
DISP → Dissidência [do PCB] de São Paulo
DNE → Diretório Nacional Estudantil
DOI-CODI → Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS → Departamento de Ordem Política e Social
DVP → Dissidência da VAR-Palmares
EUA → Estados Unidos da América
FALN → Forças Armadas de Libertação Nacional
FCRB → Fundação Casa de Rui Barbosa
FJD → Frente da Juventude Democrática
FMP → Frente de Mobilização Popular
FNFi → Faculdade Nacional de Filosofia
FPN → Frente Parlamentar Nacionalista
FTA → Frente de Trabalho Armado
FTCM → Frente de Trabalho das Camadas Médias
FTO → Frente de Trabalho Operário
FUEC → Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
FUP → Frente Universitária Progressista
GE → Grupo de Estudo
IBAD → Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IML → Instituto Médico-Legal
ISEB → Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPES → Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM → Inquérito Policial Militar
JUC → Juventude Universitária Católica
MAC → Movimento Anticomunista
MAR → Movimento de Ação Revolucionária
MAM → Museu de Arte Moderna
MCP → Movimento de Cultura Popular
MDB → Movimento Democrático Brasileiro
ME → Movimento Estudantil
MEB → Movimento de Educação de Base
MEC → Ministério da Educação e Cultura

MED → Movimento Estudantil Democrático
 MEP → Movimento de Emancipação do Proletariado
 MNR → Movimento Nacionalista Revolucionário
 MOLIPO → Movimento de Libertação Popular
 MRM → Movimento Revolucionário Marxista
 MR-8 → Movimento Revolucionário 8 de Outubro
 MRT → Movimento Revolucionário Tiradentes
 M3G → Marx, Mao, Mariguella e Guevara
 OAB → Ordem dos Advogados do Brasil
 OBAN → Operação Bandeirantes
 OCML-PO → Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária
 OLAS → Organização Latino-Americana de Solidariedade
 OP-COR → Organização Partidária – Classe Operária Revolucionária
 OPP → Organização Para-Partidária
 ORM-POLOP → Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
 PCB → Partido Comunista Brasileiro
 PCBR → Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
 PCdoB → Partido Comunista do Brasil
 PCdoB-AV → Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha
 PCR → Partido Comunista Revolucionário
 PCUS → Partido Comunista da União Soviética
 PM → Polícia Militar
 PO → Política Operária
 POC → Partido Operário Comunista
 POR(T) → Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
 PRT → Partido Revolucionário dos Trabalhadores
 PSD → Partido Social Democrático
 PTB → Partido Trabalhista Brasileiro
 PUC → Pontifícia Universidade Católica
 REDE → Resistência Democrática
 SDS → Sozialistische Deutsche Studentenbund
 SNRU → Seminário Nacional de Reforma Universitária
 SUPRA → Superintendência da Política da Reforma Agrária
 TUCA → Teatro da Universidade Católica de São Paulo

UBES → União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN → União Democrática Nacional

UEE → União Estadual dos Estudantes

UFRJ → Universidade Federal do Rio de Janeiro

UME → União Metropolitana dos Estudantes

UNE → União Nacional dos Estudantes

UNIRIO → Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USAID → United States Agency for International Development

VAR-Palmares → Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR → Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

“A Nostalgia do Não Vivido”	01
-----------------------------------	----

Parte I: Dissidentes

Capítulo 1:

Rebeldes Demais para um Velho Partido ou um Partido Velho Demais para os Rebeldes	11
1.1. Estudantes em Movimento	47

Capítulo 2:

“Os Velhos no Poder, Os Jovens no Caixão”	79
2.1. “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”	120
2.2. Retrato 3x4	137
2.3. “Feitas de Ferro e de Flor”.....	143

Parte II: Revolucionários

Capítulo 3:

“Nós, que Amávamos tanto a Revolução”	156
3.1. De Estudantes a Guerrilheiros: A Saga da DI-GB	199

Parte III: Memórias

Capítulo 4:

Memórias de um Pretérito (Im)Perfeito	229
4.1. Memórias Estudantis	240
4.2. Memórias Dissidentes	256
4.3. Memórias de 1968	284

Éramos “Oito”	293
---------------------	-----

Fontes	302
---------------------	-----

Bibliografia	309
---------------------------	-----

A Revolução em Imagens	329
-------------------------------------	-----

“A cortina fechou sobre uma primavera mítica

Não é mais o presente

Não é ainda a História

É um pouco de lenda

Mortos esquecidos? Feridas curadas?

Lágrimas secas

Paixões apaziguadas?

Aparentemente, sim, mas

sob as

cinzas cintilam brasas.

Uma interrogação

permanece:

Ouviremos novamente o grito

lançado por um anônimo soldado

da primavera:

Sejamos realistas,

Peçamos o impossível”.

Maio Francês

“A Nostalgia do Não Vivido”¹

“O verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor...”

Ernesto “Che” Guevara²

Não vivi os anos 60 do século XX. Não fui contemporânea do *Che*. Não sofri com golpes de Estado. Não passei pela ditadura. Não vi o prédio da UNE ser incendiado. Não torci pelo Vietnã. Não ouvi Geraldo Vandré cantando no Festival da Canção. Não virei *hippie* (ainda). Não *rachei* com o “Partidão”. Não enfrentei o AI-5. Não li receita de bolo na primeira página dos jornais. Não entrei pra luta armada. Não *desbundei*. Não causei escândalo com uma minissaia. Não vaiei o Chico Buarque ou o Caetano Veloso em festivais de música. Não presenciei *expropriações*. Não conheci guerrilheiros (que ainda estivessem na ativa). Não fui torturada. Não assisti aos filmes de Glauber Rocha no cinema. Não caminhei contra o vento, sem lenço e sem documento. Não provei a “geléia geral” dos tropicalistas. Não acreditei no poder das flores vencendo canhões. Não cantei, nem segui a canção...

Contudo, apesar de tudo isso, sempre cultivei uma grande admiração, respeito e simpatia pelos chamados “anos rebeldes”. Ao ter contato com suas músicas, seus livros, suas roupas, seus ídolos, suas paixões e utopias, fui me encantando com a década de 1960 que, a cada dia, se tornava estranhamente mais próxima, mais familiar, mais íntima. Concomitantemente ao interesse pelas histórias de uma época, a paixão pela História, com H maiúsculo, foi se desenvolvendo e definindo meus rumos acadêmicos e profissionais. E nos bancos universitários percebi que era possível amalgamar estes dois campos de interesse: estudar os anos 60 era a chave!

Diria que este trabalho começou a ser gestado quando ainda apenas nutria simpatia pelos rebeldes de outrora. O tempo acrescentou amadurecimento pessoal, político, acadêmico e profissional. Compreendi que a História não é feita apenas de paixões. Nem tampouco a historiografia. Mas objetos históricos estão intrinsecamente relacionados às preferências – políticas, ideológicas, afetivas – do historiador que os estuda e que, ao empunhar sua pena, não consegue deixar de lado toda sua bagagem pessoal.

¹ Tomamos aqui emprestado o título do artigo: VENTURA, Zuenir. “A nostalgia do não vivido”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 129-134.

² GUEVARA, Ernesto “Che” *apud* LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 49.

Assim sendo, essa dissertação não foi escrita – nem tampouco pretendeu ser – isenta de emoções. Nesse sentido, faço minhas as palavras da historiadora Maria Paula Araújo: “Eleger a esquerda como objeto de estudo me remeteu a uma questão que é unanimemente vista como delicada pelos historiadores: a paixão. Ou mais claramente, o envolvimento apaixonado com o objeto de estudo”.³

O ofício do historiador pressupõe estabelecer caminhos e escolhas: desde as palavras, as fontes, o tema, a delimitação da melhor estratégia poética, a abordagem histórica, as interlocuções com a bibliografia e com o leitor, a interpretação, dentre tantas outras. Escolher significa fazer uma seleção, necessariamente realizada de acordo com critérios estipulados pelo próprio historiador. Dessa forma, “toda afirmação histórica está associada a um determinado ponto de vista”.⁴ Afinal, como questionou o historiador alemão Reinhart Koselleck, “como pode ser que o seu próprio ponto de vista [do historiador] não exerça influência sobre a representação que faz dos fatos?”⁵

Durante muito tempo, defendeu-se o postulado científico da *imparcialidade*, no sentido de “apartidarismo”, “neutralidade” ou “abstenção”. Contudo, com o passar dos anos, este postulado foi sendo questionado. Segundo Johann Heinrich Zedler, se partíssemos desta concepção de neutralidade, seria quase impossível “ser um historiador perfeito em seu ofício. Aquele que se propusesse a isso, deveria, se conseguisse, desligar-se de qualquer corporação, partido ou religião”.⁶

Para o historiador francês François Bedárída,

se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com distanciamento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rabelais, que nunca é demais repetir em virtude de seu alcance permanente e universal, “ciência sem consciência é somente ruína da alma”.⁷

Manoel Salgado Guimarães, por sua vez, partindo das concepções do historiador francês Christophe Prochasson, argumentou que estaríamos sob um novo regime de escrita da

³ ARAUJO, Maria Paula. “Por uma história da esquerda brasileira”. *Topoi*, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, v. 5, 2002. p. 333-353. p. 333.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 161.

⁵ *Idem.* p. 167.

⁶ ZEDLER, Johann Heinrich *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 168.

⁷ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 219-229. p. 227.

história, segundo o qual

ao historiador de ofício seria exigido cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se através de seu texto, postura bastante diversa daquela que obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica.⁸

Assim sendo, há muito a posição do historiador deixou de ser “um argumento contra o conhecimento histórico, passando a constituir um pressuposto deste conhecimento”.⁹ Contudo, essa nova perspectiva do ofício do historiador, que abandonou a busca ilusória da imparcialidade, não representa um convite à parcialidade ou à renúncia de rigores na pesquisa histórica. Nesse sentido, Johann Martin Chladenius alertou:

(...) Uma narração imparcial não pode significar o mesmo que narrar algo sem ter ponto de vista, pois isso é impossível; por sua vez, narrar algo de forma parcial não pode significar o mesmo que narrar segundo o seu próprio [do narrador] ponto de vista, pois, nesse caso, todas as narrativas seriam igualmente parciais.¹⁰

Essas complexas relações entre o historiador e seu objeto de estudo apresentam-se ainda mais desafiadoras quando a pesquisa histórica está inserida numa temporalidade recente, no que se convencionou chamar de *história do tempo presente*, cuja afirmação na historiografia se deu no bojo do processo de renovação da História Política, que tomou corpo, sobretudo, a partir dos anos 80 do século XX.¹¹

O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, como ressaltou Roger Chartier, “partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais fundamentais”.¹² Dessa forma, ele é “o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.¹³ Portanto, para Chartier, a proximidade temporal entre o historiador e seu objeto – que, durante muito tempo foi apresentada pela

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p. 17-40. p. 17.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 170.

¹⁰ CHLADENIUS, Johann Martin *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 170.

¹¹ Cf. CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999 e REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹² CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *op. cit.* p. 215-218. p. 216.

historiografia tradicional como um problema – é, na realidade, um fator positivo, característico da história do tempo presente, cujas pesquisas não representariam “uma busca desesperada por almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”.¹⁴

Em nossa pesquisa, fazer uma história do tempo presente significa voltar-se para o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), mais especificamente para o intervalo entre a década de 1960 e o início da década seguinte. Significa resgatar a atmosfera política e cultural daqueles “anos rebeldes”, recompondo cenários, identificando os principais atores, apresentando seus projetos, revelando suas ambições e questionando seus feitos, inserindo-os em um contexto mundial, marcado pela rebeldia, ousadia e radicalismo.

A tarefa não é das mais fáceis, como questionou o historiador Daniel Aarão Reis:

Será possível aventurar-se com sucesso no passado, recuperar a trama dos acontecimentos e das ações, o contexto social e político, os valores e as propostas de um tempo que já se foi? Deslindar o passado em suas múltiplas versões, revelando os fundamentos e os motivos de cada uma, e a sua trajetória cambiante, contraditória, através do tempo? E de uma forma que esta aventura humana, que é a reflexão histórica, conseguindo compreender melhor, possa oferecer referências para a construção do presente e do futuro?¹⁵

Contudo, apesar das dificuldades, me lanço ao desafio de, nas páginas que se seguem, tentar aproximar o leitor o máximo possível dos movimentos políticos e culturais que marcaram a década de 1960 e o início da década seguinte no Brasil: seus projetos, suas lutas, suas idiossincrasias, suas vitórias e fracassos, seus sonhos e amargas ilusões. A aventura de uma geração, apaixonada e apaixonante, está apenas começando...

* * *

O objetivo principal dessa dissertação é analisar a trajetória de uma das organizações revolucionárias surgidas no cenário brasileiro pós-1964: a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), que esteve à frente do movimento estudantil universitário brasileiro, especialmente em 1967-1968, e, posteriormente, daria origem ao *Movimento Revolucionário*

¹³ *Idem*, *ibidem*.

¹⁴ *Idem*, p. 215.

¹⁵ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 7.

8 de Outubro (MR-8), organização que assumiu papel de destaque nas ações armadas desencadeadas contra a ditadura civil-militar brasileira e contra o capitalismo, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nosso recorte cronológico vai, *grosso modo*, de 1964 a 1969, ou seja, analisamos o esboço de formação da DI-GB no imediato pós 1964 (embora ela só tenha surgido *oficialmente* em 1966) até o ano em que a organização realizou uma radical guinada em sua trajetória, adentrando as ações armadas e adotando um novo nome. Contudo, estes limites cronológicos não são amarras fixas e intransponíveis. Assim sendo, por vezes, eles serão ultrapassados sempre que julgarmos necessário, a fim de melhor compreender a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara.

O primeiro capítulo da dissertação pretende analisar o cenário brasileiro após 1964, quando um golpe civil-militar derrubou o governo democrático do presidente João Goulart e deu início a um longo período de ditadura no país. O ocaso do governo “Jango” será brevemente retratado, a fim de expor a conjuntura de intensas lutas sociais que marcaram o início dos anos 60 no país. Neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) representava a principal força das esquerdas consideradas mais radicais, mas não lhe era garantida uma posição incontestada. Ainda no pré-64, seria alvo de críticas de muitos grupos que se apresentavam como *alternativas* ao “Partidão” e, para além dessa contestação externa, o PCB assistiria, sobretudo no pós-64, uma *luta interna* deflagrada por grupos que buscaram firmar-se como uma alternativa de esquerda dentro do Partido. Nesse sentido, analisaremos a linha política defendida pelo PCB em 1960 – considerada uma guinada à esquerda em relação à linha de 1958 – e o processo de contestação (externa e interna) sofrida pelo partido, que daria origem, já no pós-64, à *Dissidência Comunista da Guanabara*.

Ainda neste capítulo, analisaremos a trajetória da DI-GB, objeto central de nossa dissertação, desde sua “gestação”, passando pela separação definitiva do PCB em 1966 até o ano de 1967, quando da realização de suas primeiras conferências, que a consolidaram como organização autônoma, definindo sua linha política e ampliando seu papel nas manifestações estudantis. Procuraremos responder às seguintes questões: O que os *dissidentes* criticavam no PCB? Como se organizaram enquanto organização autônoma? Como o PCB reagiu ao “racha”? Como a Dissidência atuou junto ao movimento estudantil universitário (seu meio de origem), em especial junto à União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara? E qual a participação da DI-GB na União Nacional dos Estudantes?

No segundo capítulo, analisaremos especificamente o ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes. Em todas as manifestações sociais que sacudiram o ano, os principais atores – ainda que não os

únicos – foram os *estudantes*. O movimento estudantil universitário brasileiro, que atingiu seu clímax neste ano, será analisado neste capítulo, tendo como foco a atuação dos *dissidentes* nas organizações estudantis, suas propostas, as relações com os estudantes secundaristas, as disputas internas ao movimento estudantil, os eixos em que se centraram as manifestações estudantis e as razões que levaram a DI-GB a encontrar um extraordinário apoio junto às bases estudantis.

Além disso, este capítulo está dividido em três *subtópicos*: no primeiro, abordaremos os movimentos culturais que também marcaram o ano de 1968 no Brasil e acompanharemos como essa chamada “revolução dos costumes” foi absorvida de forma restrita pelos militantes estudantis, sobretudo pelas lideranças mais radicalizadas. Ainda neste tópico, abordaremos as complexas relações entre arte e revolução na década de 1960, partindo da análise da trajetória de artistas que se engajaram na esquerda armada, em especial na DI-GB. No segundo subtópico, apresentaremos um perfil dos militantes da Dissidência Comunista da Guanabara. Além disso, analisaremos algumas das especificidades da DI-GB e elucidaremos a estrutura interna da organização e as tentativas de articulação nacional com as demais dissidências do PCB. Por fim, no terceiro subtópico, o eixo central é a participação feminina nas organizações da esquerda ao longo da década de 1960. Nesse sentido, esboçaremos um pequeno perfil biográfico de Vera Sílvia Araújo Magalhães, considerada a grande “musa” da Dissidência Comunista da Guanabara.

O terceiro capítulo de nossa dissertação visa analisar as mudanças radicais vividas pelas organizações revolucionárias após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Nesse sentido, elucidaremos o refluxo e declínio do movimento estudantil em 1968 e o encaminhamento das lideranças estudantis para as ações armadas, que, no entanto, já se desenvolviam antes mesmo do endurecimento do regime. Sem ter a pretensão de esboçar uma história da luta armada no Brasil, apresentaremos um breve painel da esquerda armada brasileira, apontando as principais diferenças e os pressupostos em comum entre as organizações revolucionárias. Abordaremos o papel desempenhado pelas ações armadas urbanas, a perspectiva maior de deflagrar a guerrilha rural e o que representava *ser guerrilheiro* no Brasil.

Este capítulo possui um subtópico, no qual analisaremos a guinada empreendida pela DI-GB, sobretudo a partir do início de 1969, quando a organização decidiu ingressar na *luta armada*. A “virada revolucionária” da DI-GB foi efetivada a partir da realização de sua III Conferência, em abril de 1969. Assim sendo, analisaremos a linha política definida neste congresso e o que ela representou na prática da organização. Abordaremos a criação do setor

armado da DI-GB, bem como sua atuação nos demais setores, em especial seu trabalho junto às camadas médias e aos operários. Acompanharemos as principais ações armadas da organização, em especial a captura do embaixador estadunidense, em setembro de 1969, a mais ousada ação empreendida pelos grupos da esquerda armada brasileira, e elucidaremos outra importante “guinada” na trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara: a mudança de nome da organização. A partir da ação da captura do embaixador, os *dissidentes* cariocas adotaram o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Para não extrapolar os limites e propósitos deste trabalho, abordaremos brevemente a trajetória do MR-8 no início dos anos 1970, apontando suas principais ações armadas, o aumento da repressão, o desmantelamento da organização no país, os “rachas” no exílio e, por fim, o isolamento social da esquerda armada e a derrota de seus projetos revolucionários.

Nosso quarto e último capítulo funciona, de certa forma, como um bloco à parte dos outros capítulos, ainda que a eles relacionado. Nele apresentaremos uma discussão historiográfica acerca dos conceitos de *memória* e *identidade*, que serão relacionados ao uso da História Oral como metodologia fundamental para as pesquisas de história do tempo presente. Abordaremos a construção da memória da ditadura na sociedade brasileira, que tem sido pautada, sobretudo, pelos depoimentos dos ex-militantes políticos. Assim sendo, destacaremos como a memória é, para o historiador, ao mesmo tempo fonte e objeto de estudo. Este capítulo está dividido em três subtópicos, nos quais analisaremos, respectivamente, a construção da memória do movimento estudantil brasileiro; a construção da memória da luta armada no Brasil e, especificamente, da *Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro*; e a construção da memória referente ao emblemático ano de 1968. O objetivo principal deste capítulo é analisar os usos do passado e compreender a construção de múltiplas memórias, que estabelecem, entre si, lutas e rivalidades políticas. Além disso, destacaremos como as reavaliações do passado não são estáticas, mas estão sujeitas a um constante processo de desconstrução/reconstrução, o qual, por sua vez, é condicionado pelas demandas do presente.

* * *

O desenvolvimento desta dissertação incluiu a análise de uma ampla bibliografia que, se não trata especificamente da Dissidência Comunista da Guanabara, busca reconstruir e mapear as principais organizações de esquerda deste período, suas propostas e modelos teóricos e práticos, permitindo entender o contexto histórico em que se insere a trajetória dos

dissidentes cariocas. Esta pesquisa também está pautada no levantamento e análise dos documentos da DI-GB e de outras organizações da esquerda, no pós-64, preservados por seus militantes e doados aos arquivos públicos – documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (jornais, informativos, boletins) – além dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão – que, em grande parte, organizaram dossiês, contendo informações sobre entidades estudantis, ações da esquerda armada, lideranças e militantes das diversas organizações clandestinas de esquerda – bem como dos periódicos estudantis e da grande imprensa. Vale ressaltar que nem sempre foi possível encontrar todos os números dos periódicos estudantis e todos os documentos produzidos pela Dissidência Comunista da Guanabara, pela própria especificidade do material, apreendido e censurado pela ditadura.

O uso da História Oral também foi imprescindível, pois revela fontes e metodologias inestimáveis para a construção/reconstrução da memória recente, na medida em que contribui para “explicitar, de varias maneiras, aspectos do nosso passado e a moldar sua expressão em nossas culturas”.¹⁶ Cabe ao historiador não reduzir as práticas da História Oral a uma simples questão de técnicas, que envolveria a mera gravação e transcrição de entrevistas, mas sim concebê-la como um campo amplo e complexo, onde teoria e prática devem ser duas faces inseparáveis da produção do conhecimento. A fim de traçar a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e mapear as diferentes construções de memória acerca dos grupos de esquerda que atuaram durante o regime civil-militar brasileiro, realizamos entrevistas e, sobretudo, utilizamos depoimentos já publicados e/ou disponíveis nos arquivos públicos com ex-militantes da DI-GB e outras organizações revolucionárias atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970.

A trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara mereceu destaque em diversos estudos, ainda que não exista nenhuma análise específica sobre a DI-GB, não obstante a liderança incontestada desta organização no meio estudantil carioca dos anos 60 e seu papel de destaque nas ações armadas deflagradas desde o final daquela década até meados dos anos 1970. Assim sendo, a relevância desta pesquisa está em suprir esta lacuna na pesquisa histórica. Contudo, não temos a pretensão de ter escrito a obra definitiva sobre a DI-GB. Ainda assim, esperamos que essa dissertação, mesmo com suas falhas e limitações, represente um passo inicial na análise de uma das mais importantes organizações revolucionárias

¹⁶ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael & HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *op. cit.* p. 65-91. p. 91.

brasileiras.

Nesse sentido, talvez surja a pergunta: “Qual a relevância de um estudo sobre grupos e movimentos que não foram vitoriosos?”.¹⁷ Apesar dos resultados efetivamente conquistados pela esquerda armada brasileira, consideramos que sua trajetória e seus projetos revolucionários são uma das principais características e símbolos das décadas de 1960-1970 no Brasil e no mundo, já que o recurso às armas foi a opção escolhida por certas correntes de esquerda em diversos países, da Europa à América Latina. Esta já seria uma justificativa para o estudo das organizações revolucionárias brasileiras, ainda que se trate de “grupos e movimentos que jamais tomaram o poder, organizações que se dissolveram, grupos que desapareceram, movimentos que se transformaram em ONGs, militantes que dispersaram, quadros que se institucionalizaram (...)”.¹⁸ Além disso, o idealismo apaixonado, tão característico das organizações revolucionárias dos anos 1960-1970, contrasta – e muito – com a apatia e conformismo reinantes atualmente. Assim sendo, estudar este período “(...) pode ser atual mais de [40] anos depois, não só pela função historiográfica que se possa cumprir, mas sobretudo pela capacidade (...) de mostrar que a história pode ser diferente, que há momentos em que o futuro é construção e não fatalidade”.¹⁹

Ao recuperar os caminhos e descaminhos da DI-GB procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente do Brasil, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos de esquerda que atuaram no pós-64, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações. A análise da trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara poderá trazer novas luzes ao estudo de uma parcela significativa da esquerda que, vislumbrando sua “utopia revolucionária”, decidiu tomar nas mãos o comando do processo histórico, disposta a construir o paraíso (socialista), *aqui e agora*.

¹⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 19.

¹⁸ *Idem*. p. 20.

¹⁹ GARCIA, Marco Aurélio. “Em busca de 1968”. In GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.* p. 7-17. p. 17.

PARTE I:
DISSIDENTES

*“Quando eu era criancinha, o anjo bom me protegia
contra os golpes do ar.*

Como conviver agora com

Os golpes?

Militar?”

Casaco

“Um rio que carrega tudo, nós dizemos que é violento.

Mas ninguém costuma classificar de violentas

as margens que o aprisionam”.

Bertold Brecht

Capítulo 1:

“Rebeldes Demais para um Velho Partido ou um Partido Velho Demais para os Rebeldes...”

“A atuação do PCB no período do governo Goulart se defrontou com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo”.
Jacob Gorender²⁰

Quando em 1961, o então vice-presidente do Brasil, João Goulart, em visita oficial à China comunista, apertou a mão do líder chinês Mao Zedong (Mao Tsé-Tung), não imaginava que, em pouco tempo, sua trajetória política e pessoal passaria por guinadas significativas. Aliás, as esquerdas no Brasil estavam prestes a sofrer um forte revés, que condicionaria o futuro da democracia no país.

Enquanto ainda estava em visita à Ásia, João Goulart²¹, o *Jango*, ficou sabendo por uma agência de notícias estadunidense que o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, renunciara à presidência. Pela Constituição brasileira, caberia a ele assumir o maior cargo do Poder Executivo nacional. Contudo, assumir a presidência de seu país não seria tarefa das

²⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999. p.36.

²¹ João Belquior Marques Goulart nasceu em 1º de março de 1919 em São Borja, no Rio Grande do Sul. Filho mais velho de fazendeiros que se dedicavam à pecuária, João Goulart concluiu o bacharelado na Faculdade de Ciências Jurídicas de Porto Alegre em 1939. Após a morte de seu pai, em 1943, assumiu os negócios da família e prosperou como pecuarista. Jango já tinha, nesse período, relações de amizade com a família Vargas. Aconselhado por Getúlio Vargas, ingressou no diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Porto Alegre e, mais tarde, participou ativamente da campanha presidencial de Vargas em 1950. Neste mesmo ano, foi eleito presidente do PTB gaúcho e, no ano seguinte, deputado federal pelo partido. Em 1953, assumiu o Ministério do Trabalho, desempenhando papel fundamental no segundo governo Vargas. A crise política que eclodiu em 1954 e as acusações da oposição de “comunização” do Ministério do Trabalho, levaram ao afastamento de Jango da pasta em fevereiro daquele ano. Goulart retornou à Câmara dos Deputados e foi escolhido como candidato à vice-presidente na chapa com Juscelino Kubitschek, fruto da coligação entre o PTB e o Partido Social Democrático (PSD). Anos mais tarde, em 1960, Jango seria novamente eleito vice-presidente pela chapa da aliança PSD-PTB. Contudo, pela legislação eleitoral da época, o voto para vice-presidente não era vinculado à candidatura presidencial. O presidente da República eleito, Jânio Quadros, representava uma coligação de pequenos partidos liderada pela União Democrática Nacional (UDN), que derrotou nas urnas o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato à presidência na chapa de Jango. Menos de um ano depois de assumir o cargo, Jânio Quadros renunciou e, após grande mobilização a favor e contra sua posse, Jango assumiu a presidência em setembro de 1961. Seu curto e turbulento governo duraria até 1964, quando foi deposto por um golpe civil-militar e iniciou um longo período de exílio. Vítima de um ataque cardíaco, faleceu, em sua fazenda na Argentina, em 6 de dezembro de 1976, sendo o único presidente brasileiro a morrer no exílio. Para mais informações sobre a trajetória política de João Goulart, ver: GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge (orgs.). *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007 e também o documentário *Jango*, de Sílvio Tendler (1984).

mais fáceis. Os ministros militares tentaram impedir a posse de Jango, o que desencadeou uma ampla mobilização, dentro e fora do Congresso Nacional, visando à preservação da ordem constitucional. A *Campanha da Legalidade*, organizada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, sensibilizou diversos segmentos da sociedade e tomou conta do país.

O historiador Jorge Ferreira demonstra que, na luta pela legalidade, aliaram-se os sindicatos (que organizaram greves de trabalhadores em vários Estados), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²², lideranças políticas expressivas, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, associações de empresários do comércio e da indústria, além de jornalistas, religiosos, militares nacionalistas, artistas e intelectuais.²³ Ainda segundo Ferreira, com raras exceções, como o governador do então Estado da Guanabara²⁴, Carlos Lacerda, que incentivou a intervenção militar, “a sociedade brasileira, naquele momento, não apoiava golpes de Estado”.²⁵

Se o golpe militar foi temporariamente evitado, um golpe político, no entanto, foi perpetrado contra o regime vigente – o chamado “golpe branco”, que introduziu no país o parlamentarismo, com o claro objetivo de limitar os poderes do presidente. Essa foi a “solução” encontrada e negociada pelos militares e pelo Congresso Nacional (de maioria conservadora) para assegurar a posse de Jango, como exigiam as manifestações populares. Assim, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart “subiu à Presidência da República no meio de uma tempestade que prenunciava outras ainda mais furiosas”.²⁶

Em janeiro de 1963, um plebiscito popular decidiu, por vitória esmagadora, pelo retorno ao regime presidencialista. Ainda assim, o governo de João Goulart estava longe de alcançar estabilidade política. Ao contrário, seu curto mandato foi marcado por turbulências políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Mandato que não foi concluído, mas interrompido drasticamente. Aqueles que tentaram impedir a posse de Jango em 1961 conseguiriam, alguns anos mais tarde, derrubá-lo do governo, mas desta vez contando com

²² A UNE, a OAB e a CNBB, inclusive, transferiram suas sedes para Porto Alegre, o epicentro das manifestações de apoio à Jango.

²³ FERREIRA, Jorge. “Sociedade e esquerdas no Brasil: da legalidade democrática às reformas de base (1961-1964)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 89-108. p. 95.

²⁴ Com a mudança da capital do país para Brasília, em 1960, o município do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara, o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Essa situação perduraria até 1975, quando se realizou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro a capital fluminense.

²⁵ FERREIRA, Jorge. *op. cit.* p. 95.

²⁶ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 17.

amplo apoio social. Como bem analisou Caio Navarro de Toledo, “o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”.²⁷

Esse agitado cenário político não foi exclusividade brasileira durante o período. O início da década de 1960 foi marcado por uma conjuntura internacional de radicalização, num mundo onde a Guerra Fria determinava os campos de atuação ideológica. A vitória da Revolução Cubana, em 1959, inaugurou um novo contexto na história contemporânea da América Latina. A experiência vitoriosa dos “barbudos” de Sierra Maestra, liderados por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, muniu as *esquerdas*²⁸, especialmente as latino-americanas, de novos projetos revolucionários.²⁹ Ao lado de Cuba, a independência da Argélia (conquistada em 1962, após sangrentos conflitos contra a França colonizadora), a guerra travada no Vietnã pela libertação nacional e a expansão do *maoísmo*³⁰ como corrente revolucionária também nutriam as esquerdas, em todo o mundo, de esperanças para um futuro *socialmente* mais justo, sobretudo nos países subdesenvolvidos (que formavam o então chamado “Terceiro Mundo”), que aspiravam superar suas históricas desigualdades sociais.

No Brasil, emergiram intensas lutas sociais, que mobilizaram os mais diversos setores da sociedade brasileira, configurando uma ampla – e inédita – participação popular. A *política*, em seus diversos matizes, transbordava de seus habituais canais de propagação e tomava conta do cotidiano de operários, camponeses, soldados e estudantes:

nunca o país assistiu, num curto período de tempo, ao surgimento de tantos movimentos reivindicatórios. Os “tempos Goulart” singularizam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma tensa a fábrica, o campo, o quartel.³¹

A posse de João Goulart conferiu um grande ânimo aos grupos nacionalistas e de esquerda, que colocaram na ordem do dia a pauta das reformas estruturais. As chamadas

²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 7.

²⁸ Ao longo deste trabalho o termo “esquerda” será utilizado num sentido amplo, conforme definição de Marcelo Ridenti: “forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social”. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17. Complementando a definição, Jacob Gorender ressalta que “os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 11.

²⁹ Entre a ampla bibliografia existente sobre a Revolução Cubana, cf. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. A influência da Revolução Cubana sobre as esquerdas, em especial as que pegaram em armas no pós-1964, será abordada mais adiante, em nosso terceiro capítulo.

³⁰ O termo “maoísmo” é usado aqui num sentido amplo, para caracterizar movimentos fortemente influenciados pelo pensamento de Mao Zedong (Mao Tsé-Tung) e pela experiência da Revolução Chinesa.

³¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *op. cit.* p. 67.

reformas de base eram uma bandeira empunhada pelas esquerdas e pelo próprio Jango desde o início de seu governo, ainda sob o regime parlamentarista, em 1961. A volta do presidencialismo – conquistado no plebiscito de 1963, sobretudo após as pressões de diversos setores da sociedade – trouxe um novo ímpeto à luta. Além das reformas agrária, urbana, universitária, bancária, fiscal, administrativa, também se defendia a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o direito ao voto para os analfabetos e graduados das Forças Armadas (sargentos e sub-tenentes), a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, o controle da remessa de lucros ao exterior e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Segundo Jorge Ferreira, os grupos políticos que defendiam as reformas eram heterogêneos e desunidos, e congregavam:

as Ligas Camponesas; o PCB; o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica, do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha; os estudantes por meio da UNE; e inclusive uma pequena organização trotskista.³²

Apesar de diferentes e muitas vezes divergentes, estes grupos formaram, na expressão de Argelina Figueiredo, uma “coalizão radical pró-reformas”.³³ Em 1963, liderada por Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP), agregando as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP passou a pressionar o presidente João Goulart a adotar imediatamente o programa de reformas.

Mas a mobilização e a radicalização não eram prerrogativas exclusivas das esquerdas. Grupos políticos, empresariais e militares de direita articularam-se para defender seus interesses e conter o avanço dos movimentos sociais de orientação nacionalista e/ou de esquerda. O complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) destacou-se nesse processo, ao desencadear ampla campanha de propaganda, baseada na histeria anticomunista, para convencer a sociedade das intenções de João Goulart de instaurar o comunismo no país.³⁴ Segundo Caio Navarro de

³² FERREIRA, Jorge. *op. cit.* p. 97.

³³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 66.

³⁴ “O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais tomou como sigla o nome da árvore originária das matas da Bahia e do Espírito Santo, primeiro, porque, sem acento, *Ipes* resultava em um fonema sem imponência ou sonoridade. Segundo, por ser a árvore símbolo do País, o que caía como luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição, criada com o propósito de desestabilizar o Governo João Goulart. Outra razão, essa carregada de simbolismo, por ser o ipê uma árvore resistente e que para florir perde as folhas”. Cf. ASSIS,

Toledo, o IPES/IBAD recebeu auxílio financeiro de centenas de corporações estrangeiras, sobretudo estadunidenses, além dos recursos cedidos pela Central Intelligence Agency (CIA), agência governamental dos Estados Unidos.³⁵ Além disso, financiou diversos grupos “anticomunistas”, que recebiam em suas fileiras e/ou dirigiam sua propaganda a setores significativos de empresários, políticos, jornalistas, religiosos, profissionais liberais, militares, trabalhadores e estudantes. Entre esses grupos, podemos destacar, especialmente na esfera simbólica, a atuação decisiva das mulheres, organizadas, sobretudo, em torno da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).³⁶

As propostas de reformas de base contrariavam os interesses políticos e econômicos das classes dominantes, em especial no que se refere à mais polêmica das reformas, a *reforma agrária*, que era, nas palavras de Maria Paula Araujo, “a mais importante politicamente, a mais urgente socialmente e de maior repercussão econômica”.³⁷ Nesse sentido, um aspecto marcante do início da década de 1960 no Brasil foi o grau de mobilização e politização dos trabalhadores rurais. A reforma agrária tornou-se a principal bandeira das *Ligas Camponesas*. A origem das Ligas remonta à criação, em 1955, da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, no interior pernambucano. A Liga Camponesa da Galiléia, como ficou conhecida, serviu de exemplo para diversas outras Ligas, que se espalharam por Pernambuco e outros Estados do país e se tornaram peça-chave nos confrontos políticos que marcaram o período pré-1964 no Brasil.³⁸

Segundo Jean Sales Rodrigues, o programa de reforma agrária defendido pelas Ligas, inicialmente, enquadrava-se dentro da lei. Contudo, já nos primeiros anos da década de 1960, seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra”, indicando outras alternativas de luta, inclusive fora dos marcos legais.³⁹ Sobre o novo lema das Ligas Camponesas, Jorge Ferreira

Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. p. 37. Uma ampla abordagem sobre a formação e a atuação do complexo IPES/IBAD pode ser encontrada na obra de René Dreifuss, já clássica na historiografia brasileira: DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *op. cit.* p. 86.

³⁶ Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

³⁷ *Idem.* p. 139.

³⁸ A bandeira da reforma agrária também foi defendida pela *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG), fundada em dezembro de 1963 e oficialmente reconhecida em janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517.

³⁹ Para Jean Rodrigues, essa mudança no programa político das Ligas Camponesas está relacionado à influência da Revolução Cubana, sobretudo depois que alguns de seus líderes, como Francisco Julião, visitaram à ilha no início dos anos 1960 e voltaram de lá defendendo o papel principal dos camponeses na revolução socialista. As Ligas Camponesas foram responsáveis por enviar os primeiros brasileiros para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. Mais tarde, estes militantes tentariam organizar “campos de treinamento guerrilheiro” no Brasil,

salientou: “sabia-se como ela [a reforma agrária] ocorreria na ‘lei’: seria aquela aprovada pelo Congresso Nacional. Todavia, ‘na marra’ era algo ainda obscuro: seria aquela implementada apesar do Congresso, fora dele e, sobretudo, contra ele”.⁴⁰

A radicalização política das Ligas Camponesas foi acompanhada pelas diversas organizações de esquerdas que formavam a “coalização radical pró-reformas”. Enquanto o presidente João Goulart tentava ampliar sua base política, costurando acordos políticos com o Partido Social Democrático (PSD), na tentativa de estabelecer uma aliança centro-esquerda para aprovar as reformas no Congresso Nacional, as organizações de esquerda denunciavam sua estratégia como “política de conciliação”, atribuindo ao termo um sentido bem pejorativo. Elas descartavam concessões e negociações e defendiam uma “política de confronto”, baseando-se na crença de que o apoio popular às reformas era a única base de sustentação política de que Jango precisava. Como analisou Jorge Ferreira:

A conjuntura política não era de acordos, pactos e negociações, como Goulart desejava, mas de radicalização. As esquerdas exigiam que o presidente realizasse as reformas imediatamente, desconhecendo a maioria pessedista [conservadora] no Congresso Nacional. Os esforços presidenciais para ampliar suas bases políticas no Congresso, sobretudo com o PSD, significava “conciliar” com os conservadores. Como o presidente insistia na estratégia de formar uma grande aliança de centro-esquerda, a euforia inicial das esquerdas com a sua posse logo foi transformada em impaciência. (...) Da impaciência, partiram para a acusação.⁴¹

O governo João Goulart via-se acuado: as direitas civis alardeavam que as reformas de base visavam comunizar o país; o Congresso Nacional, de maioria conservadora e, em boa parte, representante dos grandes latifundiários do país, recusava-se a aprovar o projeto de reforma agrária, sem indenizações aos proprietários; as esquerdas, que lutaram para garantir sua posse, exigiam veementemente a realização imediata das reformas, sem acordos ou recuos. De aliadas, tornaram-se ferozes contestadoras. Concomitantemente, os setores militares golpistas já se articulavam visando destituir o presidente.

Nesse contexto de ebulição política e crescente radicalização, das esquerdas e das direitas, o Comício de 13 de março de 1964, realizado na Estação Ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara), pode ser considerado um

demonstrando que a opção de uma parte da esquerda brasileira pelo caminho armado antecede o golpe militar de 1964. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 35-54. Sobre o treinamento guerrilheiro de brasileiros em Cuba, ao longo das décadas de 1960 e 1970, cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. *op. cit.* p. 97

estopim para os acontecimentos que se seguiram. O Comício, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) com o apoio de Jango, fazia parte da “política de confronto” das esquerdas, que objetivava levar os trabalhadores às ruas para pressionar e exigir do Congresso Nacional a aprovação das reformas de base, em especial a reforma agrária. No palanque, os discursos foram marcados pelo radicalismo político. O presidente João Goulart assumiu compromisso com o programa das esquerdas e anunciou o decreto de encampação das refinarias particulares e o decreto da SUPRA (Superintendência da Política da Reforma Agrária), que declarava sujeitas a desapropriação as propriedades rurais marginais de vias federais. Em seu discurso, Jango alertou:

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos. Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA (...) Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. (...) Sei das reações que nos esperam, mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência de sua força e de sua unidade, e não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.⁴²

As direitas ficaram assustadas. Como apontou Moniz Bandeira, “as classes dirigentes recearam que a democracia política desbordasse, e as massas, em ascensão, aprofundassem socialmente o processo de reformas”.⁴³ E a reação não demorou. Para Alzira Abreu, o Comício da Central do Brasil foi “a senha para a união de todos os conspiradores civis e militares, que iniciaram preparativos para a derrubada de Goulart”.⁴⁴ Entretanto, como avaliou Jorge Ferreira, “Jango passou a compartilhar as mesmas crenças de seus aliados: em um confronto com os conservadores, ele sairia vitorioso”.⁴⁵ Um prognóstico que, como se sabe, não se confirmou.

Em resposta ao Comício da Central do Brasil, os setores conservadores organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, liderada principalmente por setores do clero e

⁴¹ *Idem*. p. 98-99.

⁴² Discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil (Rio de Janeiro, 13 de março de 1964) *apud* ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* p. 141.

⁴³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001. p. 165.

⁴⁴ ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 107-128. p. 113.

por entidades femininas, que levaram às ruas milhares de pessoas aterrorizadas pelo suposto “perigo comunista” que rondava o país e favoráveis à deposição do presidente da República.⁴⁶ Num contexto de crescente radicalização e polarização políticas, as manifestações e propostas das direitas “também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade”, como destacou Denise Rollemberg.⁴⁷

Um último acontecimento serviria de pretexto para as direitas militares, apoiadas por amplos setores civis, acelerar seus planos de destituir o presidente João Goulart: a chamada “Revolta dos Marinheiros”. Sob a liderança de José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo⁴⁸, centenas de marinheiros decidiram comemorar o segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Contrariando a proibição do almirante Sílvio Mota, então ministro da Marinha, no dia 25 de março os marinheiros se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e elaboraram algumas reivindicações, como o reconhecimento de sua associação, a

⁴⁵ FERREIRA, Jorge. *op. cit.* p. 104.

⁴⁶ A primeira “Marcha” foi realizada em São Paulo no dia 19 de março e reuniu cerca de trezentas mil pessoas. A iniciativa foi repetida em outras capitais, mas já após o golpe de 1964, o que as tornou conhecidas como “Marchas da Vitória”. A marcha do Rio de Janeiro (então Guanabara), organizada pela CAMDE, levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964. Sobre as Marchas, cf. PRESOT, Aline Alves. *As “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁷ ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-91. p. 47. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

⁴⁸ José Anselmo dos Santos nasceu no dia 13 de fevereiro de 1941, em Sergipe. Em 1958, entrou para a Marinha e, em 1962, filiou-se à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFB), tendo tornado-se presidente da entidade no final daquele ano. Foi o principal líder da “Revolta dos Marinheiros”, que desencadeou a crise que levou à deposição de João Goulart em 1964. Cassado pelo Ato Institucional nº 1 em abril daquele ano, José Anselmo asilou-se na embaixada do México. Quinze dias depois deixou a embaixada para se integrar na luta contra o novo regime, mas foi preso no dia seguinte. Em março de 1966, fugiu novamente. No final do ano, seguiu para o Uruguai e de lá para Cuba. Ainda em Cuba, participou da formação do primeiro núcleo de treinamento de guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e retornou ao Brasil em 1970. Meses depois, uma onda de prisões e mortes de militantes que tiveram contato com Anselmo levantou suspeitas de que fosse um agente policial infiltrado. Além disso, ele fora visto detido em instalações de órgãos de segurança em São Paulo em junho de 1971, o que tornava inexplicável sua aparição em liberdade dias depois. Em fevereiro de 1973, a VPR acusou-o formalmente de haver-se tornado, após sua prisão em 1971, agente da Central Intelligence Agency (CIA). Outras fontes afirmam que ele seria um agente do Centro de Informação da Marinha, sob a supervisão da CIA, antes mesmo de 1964. O fato é que Anselmo colaborou para a prisão, tortura e morte de muitos guerrilheiros, inclusive sua própria companheira. Na clandestinidade há vários anos, em 1984 a revista *Isto É* publicou uma entrevista do “cabo” Anselmo, na qual ele narrava como passara da luta armada a colaborador dos órgãos de repressão. Desaparecido desde então, só voltou a ser localizado em 1999, pela revista *Época*, quando confirmou que havia mudado de lado após a sua prisão e que fora o principal responsável pelo desmantelamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), organizações de esquerda armada que atuaram durante o período de ditadura no Brasil. Em 2007, sua história foi levada à televisão, no programa *Linha Direta – Justiça*, da TV Globo. Após ser submetido a uma cirurgia plástica e viver anos na clandestinidade, temendo represálias de antigos militantes de esquerda, o “cabo” Anselmo reapareceu em entrevista ao programa *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes, em agosto de 2009, onde anunciou que entrou com pedido de indenização ao Estado, por considerar-se um perseguido político, apesar de assumir que colaborou com o regime militar. Cf. ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

reformulação do regulamento disciplinar da Marinha e a melhoria dos soldos, além de terem demonstrado a disposição da Associação em lutar pelas reformas de base. Os fuzileiros navais enviados pelo ministro para reprimir o levante aderiram ao movimento. O presidente João Goulart ficou ao lado dos marinheiros, gerando uma crise na Marinha que culminou com a saída de Sílvio Mota. Contando com o apoio de Jango, os marinheiros negociaram o fim da “rebelião” e foram anistiados pelo presidente, o que provocou a ira da alta oficialidade, que acusou o governo de incentivar a indisciplina e a quebra da hierarquia nas Forças Armadas.

Na madrugada do dia 31 de março, tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho partiram de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, em direção à Guanabara. No dia 1º de abril de 1964, o governo João Goulart caiu praticamente sem resistência. O presidente, em busca de segurança, viajou da Guanabara, onde se encontrava no momento do golpe, para Brasília e, em seguida, para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência, com apoio de oficiais legalistas, a exemplo do que ocorrera na Cadeia da Legalidade, em 1961. Apesar da insistência de Brizola, Jango desistiu de um confronto militar com os golpistas, por não querer assumir “a responsabilidade por um massacre popular, especialmente no Rio de Janeiro, pois nos conduziria a uma situação mais caótica e de consequências imprevisíveis”.⁴⁹ Com a viagem de Jango para o Rio Grande do Sul, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da República, violando as normas constitucionais, já que João Goulart se encontrava dentro do território nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência. No dia 3 de abril, o país já tinha um novo presidente: o general Castelo Branco.⁵⁰

O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes – como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo – e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo estadunidense, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba. Os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração e o desenrolar dos acontecimentos, principalmente através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e haviam decidido, através da secreta “Operação Brother Sam” dar apoio logístico

⁴⁹ Manuscrito de João Goulart, minuta para o *Correio da Manhã*, Montevideu, s/d apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 177.

⁵⁰ Após a concretização do golpe de Estado, o presidente deposto João Goulart seguiu para o exílio no Uruguai,

aos militares golpistas, caso estes enfrentassem uma longa resistência por parte de forças leais a Jango.⁵¹

Resumindo o caráter heterogêneo da ampla frente de forças que derrubara o regime presidido por João Goulart, Daniel Aarão Reis afirma:

Ali se reuniram a espada, a cruz, a propriedade e o dinheiro. E o medo, um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar força e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça. Se a hipótese tinha base na realidade ou não, é uma outra questão. O fato é que o medo a tomava como provável, como iminente. Era preciso fazer alguma coisa, qualquer coisa, para colocar aquelas gentes nos lugares que eram os seus, dos quais nunca deveriam ter saído e para os quais deveriam voltar. Em torno deste medo agruparam-se massas consideráveis que desfilarão cantando hinos patrióticos e religiosos, clamando pela proteção de Deus e da família, e pela preservação da *sua* liberdade, que consideravam ameaçada.⁵²

Na visão de Moniz Bandeira, o “comunismo” tornou-se a questão chave para os grupos políticos que se uniram para derrubar o governo democrático do presidente João Goulart. Nesse sentido, o autor indaga:

Que era, porém, o comunismo? Sovietes havia no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Propunha-se João Goulart a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes empresariais, pretendendo comprimir os salários, queria interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses dos EUA, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.⁵³

Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, ainda que se possa afirmar que, em certa medida, não havia uma real possibilidade de implementação de uma revolução de esquerda no Brasil e que o fantasma do comunismo foi usado para justificar o golpe, “é importante compreender o *papel do medo* como aglutinador de tensões e detonador de ações

onde permaneceu até sua morte, em 1976, quando foi sepultado no Brasil.

⁵¹ Sobre a participação dos Estados Unidos no golpe civil-militar de 1964 no Brasil, cf: FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵² AARÃO REIS, Daniel. “1968, o curto ano de todos os desejos”. In GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.* p. 61-71. p. 62.

⁵³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 177.

políticas que podem parecer à primeira vista inexplicáveis ou exageradas”.⁵⁴

Em relação ao golpe de 1964, são muitas as análises e interpretações elaboradas por historiadores e cientistas políticos que tentam compreender este evento crucial em nossa história contemporânea. Algumas apontam para a *inevitabilidade* do golpe, já que somente o autoritarismo asseguraria o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Outras classificam a intervenção militar como *contra-revolucionária e preventiva*, dada a conjuntura pré-revolucionária que se delineava no país no início da década de 1960, marcada, sobretudo, pela mobilização política dos trabalhadores. Há as que *responsabilizem as esquerdas*, por terem “cutucado a onça com vara curta”, ou seja, por terem assumido um discurso muito radical sem levar em conta a correlação de forças na sociedade. Em outras perspectivas, os novos setores da *burguesia*, associados ao capital internacional e estruturados em organizações empresariais como o complexo *IPES/IBAD*, centralizaram e coordenaram as iniciativas que levaram ao golpe de 1964. Algumas argumentam que o golpe teria sido basicamente arquitetado pelos *Estados Unidos*, sendo a expressão do imperialismo estadunidense na América Latina. E, por fim, há as que afirmam que o presidente *João Goulart* também pode ser responsabilizado, pois teria superestimado a força das esquerdas, ao mesmo tempo em que negligenciou o poder das oposições.⁵⁵

Contudo, se as interpretações sobre os fatores que levaram ao golpe de 1964 são divergentes (ainda que não excludentes), os diversos autores que analisam o período são unânimes em apontar as conseqüências catastróficas do evento para a sociedade brasileira e, em especial, para as esquerdas. O golpe civil-militar que derrubou o governo democrático do presidente João Goulart colocou o Brasil sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de vinte anos e iria perseguir, cassar, censurar, prender, banir e matar as vozes dissidentes. Os partidos e movimentos de esquerda brasileiros sofreram profundamente o impacto do golpe e da derrota sem resistência das forças progressistas, sobretudo o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), que, mesmo permanecendo na ilegalidade, viveu seu período de apogeu na década de 1960, representando o principal expoente das esquerdas. Nesse sentido, faz-se necessário

⁵⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart: entre a memória e a história”. In: _____ (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 7-30. p. 25. Grifos nossos.

⁵⁵ Para um levantamento das análises sobre o golpe de 1964, cf: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 e, mais recentemente, FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Sobre a construção da memória acerca de João Goulart, apresentado pelas direitas como um radical, que levaria o país ao comunismo e ao mesmo tempo visto pelas esquerdas como um fraco, que não teve pulso para fazer frente às oposições e resistir ao golpe, ver o excelente artigo de Marieta de Moraes Ferreira, já citado neste trabalho: FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart: entre a memória e a história”. In: _____ (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 7-30.

elucidar o programa político defendido pelo PCB no período que antecedeu o golpe de 1964 e qual o papel exercido por ele no seio das esquerdas no início da década de 1960.

Fundado em 25 de março de 1922, na cidade de Niterói (Estado do Rio de Janeiro), o *Partido Comunista do Brasil*, como então se chamava, viveu um longo período de dura perseguição, após o fracasso do levante comunista de 1935.⁵⁶ Contudo, com o fim do Estado Novo, o PCB pode usufruir a legalidade. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os comunistas, que se empenharam na luta contra o nazi-fascismo, viram crescer o prestígio e a força política de seu partido. A comprovação veio das urnas: nas eleições nacionais realizadas em 1945, o PCB obteve cerca de 10% dos votos válidos em escala nacional e conseguiu eleger 14 deputados federais e um senador – ninguém menos que o secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, recém-saído de um longo período na prisão.⁵⁷ Contando com milhares de filiados, o PCB tinha se constituído, segundo Antonio Carlos Mazzeo,

na terceira força eleitoral do país e no maior partido comunista da América Latina, fato que seguramente possibilitaria ao partido uma atuação bastante positiva em futuras eleições, o que os tornava, aos olhos da burguesia (...), uma agremiação ameaçadora – mesmo tendo em sua plataforma uma posição de colaboração com a burguesia ‘nacional’”.⁵⁸

A trajetória de ascensão política dos comunistas seria alterada com a cassação, em 1947, do registro legal de seu partido político. Por três votos a dois, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB, que, novamente, caía na ilegalidade. Como demonstrou Daniel Aarão Reis, não havia base jurídica para a cassação, tendo prevalecido as razões políticas:

O ambiente já pesado da Guerra Fria. O reacionarismo das forças que haviam empalmado o poder com Dutra. O antidemocratismo básico dos liberais brasileiros. O visceral anticomunismo das elites bem pensantes, intoxicadas pelas próprias campanhas caluniosas. O medo de um crescimento ainda mais acentuado dos comunistas num futuro próximo, o que inquietava até mesmo os aliados trabalhistas, além de outras forças de

⁵⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre a fundação e as primeiras décadas de existência do PCB, cf. DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol 5: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002. p. 11-68.

⁵⁷ Sobre a trajetória de Prestes, ver, entre muitos outros: PANDOLFI, Dulce. “A trajetória de Luiz Carlos Prestes”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 221-241. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3) e PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. A vida pessoal e política do líder comunista também foi apresentada no excelente documentário *O Velho – a história de Luiz Carlos Prestes*, dirigido por Toni Ventura (1997).

⁵⁸ MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: UNESP-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999. p. 73.

esquerda.⁵⁹

Após a cassação, seguiu-se um verdadeiro “corre-corre” para salvar os arquivos. As sedes do partido foram invadidas e fechadas pela polícia. No ano seguinte, mais uma arbitrariedade: também foram cassados os mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Os comunistas reagiram com radicalização revolucionária, expressa, sobretudo, no famoso *Manifesto de Agosto de 1950*.

O “Manifesto” denunciava o governo como de “traição nacional” e propunha uma “Frente Democrática de Libertação Democrática”, dirigida pelo proletariado e seu partido, que lideraria uma “revolução agrária e antiimperialista”. Além disso, o documento também previa o confisco de terras, sem indenização aos latifundiários; a nacionalização de indústrias e comércio; a melhoria da condição de vida das classes trabalhadoras e a formação de um exército popular de libertação nacional. Por fim, os comunistas rompiam com a política de união nacional, ao desqualificar as alianças com os demais partidos, inclusive os “ditos de oposição”, pois todos estariam “igualmente comprometidos com a defesa dos interesses reacionários”. A visão estratégica de uma etapa democrático-burguesa da revolução era mantida, porém o partido defendia formas de luta “mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da repressão”, apontando para a possibilidade da via armada para a revolução.⁶⁰

Em 1954, o “Manifesto” foi reatualizado através do programa do IV Congresso do PCB, realizado clandestinamente em novembro daquele ano. De forma geral, o programa mantinha os principais pontos programáticos do “Manifesto” divulgado quatro anos antes. De acordo com suas formulações, o PCB não apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência em 1950 e, ao longo de seu governo, exerceu uma feroz oposição. O partido assim avaliava o governo Vargas: “é um governo de preparação de guerra e de traição nacional (...) é um governo inimigo do povo”. E decretou: “se queremos viver e prosperar (...) é indispensável (...) derrubar o governo Vargas (...)”.⁶¹

Essa postura foi responsável por um crescente isolamento político do PCB. Como constatou Jacob Gorender: “a oposição inflexível ao segundo Governo Vargas levou o PCB a uma situação desgastante e embaraçosa. (...) Ao abrir-se a crise política de agosto de 1954, os comunistas se confundiram com os udenistas na mesma ofensiva pela deposição do Presidente

⁵⁹ AARÃO REIS, Daniel. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* p. 69-102. p. 75.

⁶⁰ Cf. “Manifesto de Agosto de 1950” *apud* CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982. p. 108-112.

da República”.⁶² A violenta comoção popular após o suicídio de Getúlio Vargas também acabou atingindo o PCB: em Belo Horizonte e Porto Alegre, “a massa enfurecida [atacou] as sedes de publicações comunistas, vingando-se dos anos a fio de ataques indiscriminados ao Governo de Getúlio”.⁶³

Contudo, para Antonio Mazzeo, não se deve responsabilizar *exclusivamente* o “Manifesto de 1950” pelo profundo isolamento político dos comunistas. Segundo ele,

(...) o maior responsável pela queda da influência do PCB na sociedade, particularmente no movimento sindical urbano, foi a decretação de sua ilegalidade, pela autocracia burguesa, e a própria ação repressiva desencadeada pelo governo. À ilegalidade do partido e à cassação de suas bancadas parlamentares seguiu-se violenta repressão aos comunistas, incluindo a destituição de dirigentes sindicais ligados ao PCB, além da proibição da imprensa oficial do partido. Além disso, e o que foi o fator de maior importância, o partido não estava preparado para a clandestinidade, pois até então havia apostado na legalidade burguesa.⁶⁴

De qualquer maneira, para o partido, chegara a hora de reavaliar – e reformular – suas práticas políticas. A crise desencadeada pelo suicídio de Vargas obrigou o PCB a rever sua linha de confronto com os *trabalhistas*⁶⁵, ampliando o leque de alianças políticas e alterando, na prática, os fundamentos estabelecidos no “Manifesto de Agosto”. Ainda que oficialmente prevalecessem as resoluções de seu IV Congresso (que corroborou o “Manifesto”), o PCB iniciou sua “*reentrada na atmosfera* da sociedade brasileira. Os militantes comunistas, *na prática*, começaram a rever as orientações políticas radicais, ou melhor, a ignorá-las”.⁶⁶ Assim sendo, nas eleições de 1955, o partido apoiou explicitamente a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart, fruto da coligação PSD-PTB, que acabou vitoriosa. O programa de 1954 não correspondia mais à prática política dos comunistas, que, após um longo isolamento, recolocavam-se no cenário político nacional.

Um outro acontecimento, de repercussão internacional, contribuiria para a mudança de linha política do PCB. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética

⁶¹ Comitê Central do PCB, “Projeto de Programa” *apud* CARONE, Edgar. *op. cit.* p. 114-120.

⁶² GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 24.

⁶³ *Idem.* p. 25.

⁶⁴ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* p. 78.

⁶⁵ Sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cf. D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996 e GOMES, Ângela de Castro. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-65): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In: Ferreira, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-81. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 2). Sobre o conceito de *trabalhismo* (em oposição ao de *populismo*), cf. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

(PCUS), o secretário-geral do partido, Nikita Khrutchev, divulgou um relatório “secreto” denunciando os crimes praticados por Josef Stalin, morto em 1953. O relatório, logo publicado na imprensa mundial, chocou os Partidos Comunistas de todo o mundo, como relata José Segatto: “Em todos os países do mundo, os comunistas receberam a notícia perplexos, pasmados, constrangidos”.⁶⁷ E completa: “O ‘informe’ caiu como uma bomba sobre o Movimento Comunista Internacional, causando traumas, dilaceramentos e dolorosas autocríticas em todos os partidos comunistas. No Brasil não foi diferente – houve choques, cisões e fraturas, uma crise sem precedentes”.⁶⁸

No Partido Comunista do Brasil (como então se chamava o PCB), um dos “mais abalados em todo o mundo”⁶⁹, a reação inicial foi de paralisia – não se comentava o assunto. Quando a delegação brasileira enviada ao congresso na União Soviética retornou ao Brasil⁷⁰, os comunistas brasileiros ficaram perplexos ao ouvirem a confirmação da veracidade do relatório de Khrutchev, já que muitos ainda acreditavam que pudesse se tratar de uma falsificação da imprensa “imperialista”.⁷¹ Ainda assim, o silêncio foi mantido. Finalmente, em outubro de 1956, os jornalistas comunistas do jornal legal e oficioso do PCB, *Imprensa Popular*, iniciaram, sem autorização do Comitê Central, o debate sobre aquele “tabu”, com o artigo “Não se pode adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”, de autoria de João Batista de Lima e Silva. Logo em seguida, o *Voz Operária*, jornal oficial do partido, também abriria espaço para as discussões entre os comunistas. O debate tomou proporções jamais vistas no PCB, até que, em 1957, o Comitê Central declarou-o encerrado.

Nesse processo, emergiram as polarizações e contradições internas ao partido. E os grupos de oposição mais expressivos acabaram marginalizados: os que defendiam um amplo debate sobre os males do stalinismo e propunham mudanças na estrutura do núcleo dirigente do partido, liderados por Agildo Barata, foram expulsos em maio de 1957; os dirigentes mais identificados com o sectarismo e o dogmatismo, erros que se pretendiam corrigir, foram excluídos da Comissão Executiva do PCB.⁷² Como analisou Daniel Aarão Reis: “O partido

⁶⁶ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2002. p. 80.

⁶⁷ SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989. p. 87.

⁶⁸ SEGATTO, José Antonio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 123-134. p. 126.

⁶⁹ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 28.

⁷⁰ O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi realizado em fevereiro de 1956. Contudo, a delegação brasileira, chefiada por Diógenes de Arruda Câmara, só retornou ao país em julho, pois optara por seguir viagem para a China antes de voltar em definitivo ao Brasil.

⁷¹ O relatório foi inicialmente publicado no jornal *New York Times*. No Brasil, a tradução foi publicada pelo *Diário de Notícias* e pelo *Estado de São Paulo*, em junho de 1956.

⁷² Foram eles: Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos.

livrava-se, assim, e apontava à execração, os *revisionistas de direita* – considerados oportunistas; e os *sectários de esquerda* – os dogmáticos. Limpava-se a área para a consolidação de uma redefinição de caminhos que, como se observou, já estava em curso”.⁷³

Os novos ventos na política do PCB seriam consolidados com a *Declaração de Março de 1958*, um novo programa político que diferia radicalmente das propostas revolucionárias anteriores, expressas no “Manifesto de Agosto de 1950” e no programa do IV Congresso, realizado em 1954. A “Declaração” reconhecia o desenvolvimento capitalista no Brasil, reafirmava a etapa democrático-burguesa, o caráter antiimperialista e antifeudal da revolução brasileira e propunha a formação de uma ampla frente de forças sociais, que incluía a aliança com a burguesia nacional e até mesmo “setores latifundiários descontentes com o imperialismo norte-americano”.⁷⁴ Mas, ao contrário do “Manifesto” de 1950, apostava no *caminho pacífico* para a revolução e defendia a “legalidade democrática” e a própria Constituição. Para os comunistas, era preciso lutar por um governo nacionalista e democrático que implementaria reformas estruturais na sociedade.⁷⁵ A “Declaração” de 1958 pode ser considerada, na ótica de Dulce Pandolfi, “um divisor de águas na história e na memória dos comunistas brasileiros”.⁷⁶

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, reafirmou, em linhas gerais, as propostas táticas e estratégicas da “Declaração” divulgada dois anos antes. No entanto, apesar de vitoriosa, a nova linha política adotada pelo partido enfrentou forte oposição. Os dirigentes afastados em 1958 – João Amazonas e Maurício Grabois, entre outros – criticavam o que consideravam uma *guinada à direita* do partido, um *revisionismo* que, na visão deste grupo, teria levado o PCB a renunciar “à hegemonia da classe operária e de seu partido, à luta armada revolucionária e à aliança operário-camponesa, colocando o partido a reboque da burguesia, numa posição conciliatória, pacifista, passiva, no limite, liquidacionista”, como analisou Daniel Aarão Reis.⁷⁷

A oposição se acirrou em meados de 1961, quando os dirigentes do PCB começaram a empenhar-se em conquistar a legalização do partido. Em agosto, o semanário *Novos Rumos*, desde 1959 o órgão oficial do PCB, divulgou o novo estatuto e a alteração do nome do partido, que seriam apresentados à justiça eleitoral. O tradicional nome Partido Comunista do Brasil foi alterado para *Partido Comunista Brasileiro* (mantendo-se a sigla PCB), para driblar

⁷³ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2002. p. 84-85.

⁷⁴ Cf. “Declaração sobre a política do PCB”, março de 1958 *apud* CARONE, Edgar. *op. cit.* p. 176-196.

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 186.

os argumentos jurídicos que, em 1947, quando da cassação de seu registro, alegaram que o termo “do Brasil” evidenciava a subordinação do partido ao comunismo internacional. Além disso, no novo estatuto não eram feitas “menções à ditadura do proletariado e ao marxismo-leninismo. Tais mudanças visavam, claramente, abrir terreno e aparar arestas que dificultassem a obtenção de seu registro no Tribunal Superior Eleitoral”.⁷⁸ Para o grupo oposicionista, o PCB estaria “capitulando” e abandonando suas históricas bandeiras. Por essas e muitas outras divergências, o grupo abandonaria o partido, configurando, como veremos mais adiante, a primeira de muitas cisões que o PCB sofreria ao longo dos anos 1960.

Apesar da luta interna, o *Partido Comunista Brasileiro*, como passou a ser conhecido o PCB, iniciou a década de 1960 com grande destaque na vida política nacional. A nova linha política – com suas inovações e limites – reinsereu o partido no cenário político nacional, onde atuaria como um dos protagonistas. José Segatto assim definiu a importância do PCB na vida sociopolítica brasileira:

Não obstante continuar juridicamente ilegalizado ou sem registro eleitoral, o PCB reemergiu a luz do dia, passou a atuar abertamente e conquistou uma “legalidade de fato”. Transformou-se em importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-64), ou seja, tornou-se uma organização com capacidade decisória reconhecida. Sua influência na vida política nacional extrapolou em muito sua força orgânica e seu tamanho numérico. Movimentando-se com desenvoltura na articulação da sociedade civil e política, ganhou forte inserção no movimento sindical urbano e rural e no estudantil, influência na intelectualidade e nas campanhas por reformas e de caráter nacionalista e antiimperialista. Isso implicou que o PCB passasse a ter responsabilidades e papel destacado e marcante nos principais episódios e acontecimentos do período em questão.⁷⁹

Assim sendo, os primeiros anos da década de 1960 representam um dos principais momentos-chave na trajetória do PCB. A favor ou contra, o partido servia de referencial para todas as organizações de esquerda – era o *Partidão*, apelido dado “pejorativa ou carinhosamente, segundo as diferentes afinidades”.⁸⁰

De acordo com a política adotada em seu V Congresso, realizado em 1960, os comunistas deveriam se empenhar na formação de uma ampla frente de forças progressistas

⁷⁷ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2002. p. 88.

⁷⁸ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Boitempo/ Unirio, 2001. p. 96. O processo de legalização do PCB ficou pendente até o golpe de 1964, quando, obviamente, tornou-se fora de cogitação.

⁷⁹ SEGATTO, José Antonio. *op. cit.* 2003. p. 128.

⁸⁰ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2002. p. 99.

que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio para realizar, num primeiro momento, uma revolução democrático-burguesa, condição prévia para a implantação do socialismo. Nessa ótica, com a posse do presidente João Goulart e a sua plataforma de “reformas de base”, “nunca parecera tão ao alcance da mão a possibilidade de um governo nacionalista democrático, previsto pelas teses do PCB, capaz de promover transformações substanciais, revolucionárias, na sociedade brasileira”.⁸¹

Nesse sentido, o PCB se engajou na luta pelas “reformas de base”, pois estas eram vistas como “um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários”.⁸² Dentro dessa perspectiva, *reforma* e *revolução* não eram, para o PCB, termos excludentes ou antagônicos, mas sim complementares:

Contrapor as reformas à revolução – quer para considerá-las um fim em si, como fazem os reformistas, quer para negar-lhes qualquer papel no processo revolucionário, como fazem os fraseólogos ultra-esquerdistas – é não perceber a correlação que existe entre elas. (...) Em nosso caso, a luta pelas reformas de estrutura é, hoje, o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário. A conquista dessas reformas, independentemente dos fins que persigam os diferentes grupos sociais, volta-se contra a espoliação imperialista e o atraso semifeudal. Entretanto, os efeitos que dela resultam, naturalmente na medida em que a luta seja dirigida pelas forças de vanguarda, atingem cada vez mais o capitalismo como sistema de exploração do homem pelo homem.⁸³

Contudo, se para os comunistas “ser revolucionário” era também lutar pelas “reformas de base”, isso não significava que as relações do PCB com o governo de João Goulart seriam de total apoio ou isentas de questionamentos. Se, por um lado, o partido servia de base de sustentação política ao presidente, por outro, criticava a chamada “política de conciliação” de Jango e ameaçava “perder a paciência” com a morosidade na implementação das reformas. Como vimos, com a radicalização da conjuntura, as esquerdas, incluindo os comunistas, passaram a pressionar o governo para realizar as reformas *por fora* do Congresso Nacional, visto como representante dos setores retrógrados da sociedade. Apesar da defesa de instrumentos pacíficos e legais, o PCB também apoiava o uso de mecanismo ilegais e violentos, como ficou evidente com a palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra” que, se não surgiu dentro do partido, foi rapidamente assumida por seus meios de comunicação. A historiadora Dulce Pandolfi assim resumiu a ambigüidade que caracterizou o

⁸¹ *Idem*. p. 91.

⁸² *Novos Rumos*, 27/03/1964 *apud* SEGATTO, José Antonio. *op. cit.* 2003. p. 129.

⁸³ DIAS, Giocondo. “Sentido revolucionário das lutas pelas reformas”, *Novos Rumos*, 10 a 16/01/1964 *apud* PANDOLFI, Dulce. *op. cit.* p. 188.

comportamento político dos comunistas no início dos anos 1960: “Ora criticando as vacilações do presidente da República, ora aplaudindo os seus avanços, os pecebistas atuavam em duas frentes: ao mesmo tempo em que negociavam com a cúpula governista, incentivavam as massas a pressionar o governo, para exigir mudanças na sociedade”.⁸⁴

Nesse contexto, embora o PCB fosse a maior força no seio das esquerdas, pela primeira vez em sua história, o “Partidão” passou a sofrer a concorrência de grupos políticos *mais à esquerda*. Como bem analisou Dulce Pandolfi, “para um partido que se considerava o detentor do monopólio da representação do proletariado e que tinha como objetivo maior implantar o socialismo no país, a existência de outros agrupamentos mais à esquerda era, no mínimo, um elemento complicador”.⁸⁵ Um breve panorama dessas *outras esquerdas* nos ajudará a compreender o painel político que se configurava no país às vésperas do golpe de 1964 e, sobretudo, a constatar que as críticas ao PCB e os questionamentos à sua hegemonia no campo das esquerdas já há muito estavam expostos à sociedade.

A contestação ao PCB havia décadas vinha sendo feita por *organizações trotskistas* que, embora fossem caracterizadas por seus reduzidos efetivos e por não alcançar grande inserção nos movimentos de massa, “possuíam uma capacidade de interpretação da luta de classes na sociedade brasileira que lhes permitia observar e enunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas”.⁸⁶ As organizações trotskistas elaboraram análises teóricas e propostas práticas que foram debatidas por amplos setores das esquerdas, antes e depois do golpe de 1964. Os trotskistas, assim como outras organizações que questionavam o PCB, eram contrários à concepção *etapista* da revolução, um dos principais pontos programáticos do “Partidão”. Baseando-se nas idéias de Trotski, defendiam uma *revolução permanente*, de caráter *socialista*, liderada pela classe operária:

A teoria da revolução permanente constatava que a burguesia deixara, havia muito, de ser revolucionária e se tornara conservadora, o que a impedia de realizar as tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e semicoloniais, tese preconizada havia muito pelo movimento comunista. Essas tarefas estariam a cargo do proletariado, que, hegemônico, não se deteria apenas nelas, mas, mais cedo ou mais tarde, rumaria pra resolver outras tarefas, desta vez anticapitalistas, transformando a revolução inicialmente democrática em socialista, estendendo-a a outros países.⁸⁷

⁸⁴ PANDOLFI, Dulce. *op. cit.* p. 193. Vale lembrar que essa postura do PCB também estava relacionada, como veremos mais adiante, à pressão que o partido sofria de organizações à sua esquerda, como o PCdoB e a POLOP, por exemplo, além de setores nacionalistas radicais, liderados por Leonel Brizola.

⁸⁵ *Idem.* p. 190.

⁸⁶ KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* p. 103-155. p. 103.

⁸⁷ *Idem.* p. 112-113.

Entre as organizações trotskistas atuantes no Brasil ao longo dos anos 1960, podemos destacar o *Partido Operário Revolucionário (Trotskista)*, o POR(T), surgido em 1952, filiado à IV Internacional e vinculado à facção do argentino J. Posadas (pseudônimo de Homero Cristali), que defendia um enfoque terceiro-mundista para a revolução mundial. Ao POR(T) aderiram jovens intelectuais e estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores rurais e urbanos. O órgão oficial do partido era o *Frente Operária*, que circulou até 1990. Após o golpe, o grupo foi duramente reprimido, aumentando ainda mais seu isolamento social.⁸⁸

Contudo, seria uma outra organização, também influenciada pelas idéias de Trotski, que alcançaria maior receptividade no interior das esquerdas: a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP)*. Surgida em 1961, a organização reuniu militantes egressos da Juventude Socialista, da Guanabara, da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, e intelectuais partidários do pensamento de Rosa Luxemburgo, Bukhárin, além do próprio Trotski. A POLOP – nome pelo qual a organização ficou conhecida – editou o jornal *Política Operária*, que começou a circular mensalmente no final de 1960 e, em 1963, ganharia tiragem semanal.⁸⁹

A POLOP criticava o diagnóstico do PCB sobre a realidade brasileira – que defendia que o latifúndio e o imperialismo eram entraves ao desenvolvimento do capitalismo no país – e também a proposta de revolução em etapas, iniciada pela revolução democrático-burguesa, defendida pelos comunistas. Marcelo Badaró assim resumiu as propostas dos *polopistas*: “(...) afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência, que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, e desde o seu início, socialista”.⁹⁰

Muitas avaliações apontam que a atuação da POLOP se restringiu ao debate intelectual e ideológico. Na avaliação de Gorender, por exemplo, a organização “ficou restrita ao meio

⁸⁸ Para maiores informações sobre a atuação do POR(T), cf. KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. *op. cit.* p. 137-148. Sobre a atuação dos trotskistas no Brasil, cf. MARQUES, Rosa Maria. “Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 149-161. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

⁸⁹ Inicialmente, *Política Operária* circulou como boletim mensal. Em 1961, tornou-se jornal, depois revista trimestral e, finalmente, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Após o golpe de 1964, continuou circulando mensalmente, na clandestinidade, até 1968, quando se tornou órgão do *Partido Operário Comunista (POC)*, fruto da fusão da POLOP com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul. Cf. AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 115-116.

⁹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* p. 185-212. p. 186.

intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa”.⁹¹ Por outro lado, é importante destacar que a POLOP representou o pontapé inicial da renovação das esquerdas no início dos anos 1960 e, como destacou Daniel Aarão Reis, exerceu um papel destacado na “propaganda das idéias socialistas entre várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as Dissidências do PCB”.⁹² Jean Sales também salienta a importância da POLOP no contexto político nacional do pré-64:

Sua intervenção teórica e suas teses, ao mesmo tempo em que forçavam partidos como o PCB (...) a defender seus programas, influenciavam diretamente organizações que surgiam no período, que eram particularmente permeáveis à idéia da viabilidade de uma revolução socialista, como pregava a Polop. Em termos de inserção nos movimentos sociais, o grupo teve algum espaço dentro do movimento estudantil e, principalmente, nos organismos dos militares de baixa patente.⁹³

Outra organização que disputaria espaço com o PCB e, assim como a POLOP, se aproximaria da idéia da revolução socialista foi a *Ação Popular* (AP). Formada a partir de quadros da *Juventude Universitária Católica* (JUC)⁹⁴, a AP constituiu-se a partir de três reuniões realizadas entre 1962 e 1963. O surgimento da Ação Popular está diretamente relacionado às mudanças no interior da Igreja Católica, a partir da eleição do papa João XXIII, cujo pontificado foi marcado pela preocupação com as questões sociais. No início da década de 1960, com o contexto nacional e internacional de efervescência política e a crescente politização do meio universitário, a JUC – já como setor hegemônico do movimento estudantil – passou a exercer papel de destaque em importantes episódios da política estudantil e nacional, como a “Campanha da Legalidade”, liderada por Leonel Brizola, e a luta pela reforma universitária.⁹⁵ Com um engajamento político cada vez maior, os grupos mais à esquerda da JUC entraram em choque com a estrutura da Igreja e fundaram uma outra organização, independente dos setores eclesiais. Contudo, como destaca Jean Sales, “é

⁹¹ GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 40.

⁹² AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 115.

⁹³ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* p. 34. Uma análise da trajetória da POLOP também pode ser encontrada em: AARÃO REIS, Daniel. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* v. 3. p. 53-71.

⁹⁴ Para maiores informações sobre a JUC, cf. SOUZA, Luiz A. Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984 e, mais recentemente, COSTA, Marcelo Timotheo da. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 433-450. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 2).

⁹⁵ Uma análise sobre a atuação do movimento estudantil universitário brasileiro na década de 1960 será apresentada mais adiante, ainda neste capítulo.

importante ressaltar que, embora o setor oriundo da JUC tenha tido certa predominância na fundação da AP, outros grupos sociais, religiosos e não-religiosos, e mesmo alguns que não estavam mais no meio estudantil, tiveram presença na fundação da Ação Popular”.⁹⁶

No documento-base da AP, lançado no congresso de 1963, realizado em Salvador, a organização defendia a opção por um “socialismo humanitário” e criticava as teses do PCB sobre a revolução brasileira:

Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência [de acelerar o desenvolvimento dentro dos quadros do capitalismo], postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia nacional com interesses antagônicos aos do capitalismo internacional (...) essa tese delimitava nitidamente opostos os interesses da industrialização e da estrutura agrária, encarando o imperialismo em seu modelo inicial, anterior às grandes inversões industriais na América Latina e ao incremento de concentração de capitais. (...) A gratuidade dessa concepção tem se evidenciado nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se firmar nas estruturas econômicas dependentes através do desenvolvimento burguês.⁹⁷

A Ação Popular foi uma das principais organizações atuantes no meio universitário durante a década de 1960 e, como ressaltou Jacob Gorender, além de divergir do PCB por defender a opção imediata pelo socialismo, “a AP se distinguiu também do POR(T) e da POLOP pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setoriais e de frente única do imediato pré-64”.⁹⁸

Além de organizações que surgiram paralelamente ao PCB (e rivalizando com ele), o “Partidão” também assistiu ao surgimento de uma *oposição interna*, que romperia com a direção pecebista e daria origem a um novo partido comunista no país. Desde 1956, quando da divulgação do relatório Khrutchev, que denunciou os crimes praticados por Stalin durante seus anos no poder, o partido foi cindido em vários grupos que divergiam quanto ao peso a ser dado tanto às críticas aos crimes de Stalin quanto às propostas de mudanças nas formulações e práticas políticas decorrentes das revelações do relatório. O grupo liderado por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, entre outros, “desempenhou um papel importante

⁹⁶ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* p. 27.

⁹⁷ “Documento-Base”, Ação Popular, fevereiro de 1963. In: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 50-62. p. 59-60.

⁹⁸ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 42. Para saber mais sobre a Ação Popular, cf. RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* p. 213-282 e CIAMBARELLA, Alessandra. *Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular (1962-1981)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

na defesa da ortodoxia partidária contra os que defendiam um aprofundamento tanto nas críticas a Stalin, quanto nas mudanças que o partido deveria sofrer para resolver seus problemas políticos e organizacionais”.⁹⁹ Com a divulgação, em 1958, da “Declaração de Março”, que, como vimos, promoveu radicais transformações na linha política do PCB definida no seu IV Congresso (realizado em 1954), as críticas se arrefeceram, atingindo seu ponto máximo em 1961, por ocasião da mudança de nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, na tentativa de legalização do PCB junto à justiça eleitoral.

O grupo oposicionista organizou um protesto por escrito, conhecido como a *Carta dos Cem*, na qual acusava a direção do PCB de ter “renegado o partido fundado em 1922 e criado um novo partido *revisionista* (qualificação pejorativa entre marxistas ortodoxos)”.¹⁰⁰ Acusados de *fracionismo*, o grupo foi expulso do PCB. Em fevereiro de 1962, o grupo convocou uma Conferência Nacional Extraordinária, que consumou a cisão e fundou o *Partido Comunista do Brasil* (logo conhecido pela sigla PCdoB), proclamando se tratar do mesmo partido comunista fundado em 1922 e “reorganizado” em 1962. Contudo, tratou-se, na verdade, da fundação de um *novo* partido comunista, que passou a coexistir com o PCB e só alcançaria maior expressividade no cenário político a partir do final dos anos 1960.¹⁰¹

Na Conferência Nacional Extraordinária em que foi fundado, o PCdoB lançou um “Manifesto-Programa”, que mantinha a concepção – defendida pelo PCB – das duas etapas da revolução, que continuava a ser antiimperialista, antilatifundiária e antimonopolista. Contudo, para o novo partido o caminho não seria pacífico, mas sim através da luta armada e da violência revolucionária: “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução”.¹⁰² Além da forma de encaminhar o processo revolucionário no Brasil, as divergências com o PCB também estavam relacionadas à tática de luta pelas reformas de base, condenada pelo manifesto: “Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que proscreeva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, essas reformas não podem ser realizadas nos marcos do sistema vigente”.¹⁰³

⁹⁹ SALES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL: tempo de ditadura*, Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v.8, n. 14/15, p. 13-49, 2001. p. 18.

¹⁰⁰ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 38.

¹⁰¹ Para saber mais sobre o PCdoB, cf. SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

¹⁰² “Manifesto-Programa”, Partido Comunista do Brasil, fevereiro de 1962. In: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 34-48. p. 46.

¹⁰³ *Idem.* p. 41.

No entanto, se para o PCdoB a luta pelas reformas de base era uma tática equivocada, para outros grupos das esquerdas – que se desenvolviam à parte do PCB – o engajamento na luta pelas reformas estava na ordem do dia. As Ligas Camponesas, por exemplo, reuniam lavradores, estudantes e trabalhadores intelectuais, atuantes sobretudo na região Nordeste, que, como vimos, levantavam a bandeira da reforma agrária e também adotaram a perspectiva socialista.¹⁰⁴ Também defenderam as reformas de base propostas durante o governo João Goulart, os chamados *nacionalistas de esquerda*, que se distinguiam das demais correntes de esquerda por não adotarem uma perspectiva explicitamente socialista. O governador gaúcho e depois deputado federal, Leonel Brizola, era o principal expoente dessas forças, que, em boa parte, estavam ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹⁰⁵ Os nacionalistas conquistaram forte penetração nos centros urbanos, especialmente nos setores subalternos das Forças Armadas e, de maneira geral, reivindicavam “a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo”.¹⁰⁶

No imediato pré-64, de uma maneira geral, todos esses grupos – do PCB, então a principal força das esquerdas, até as organizações que rivalizavam com ele – confiavam na força das esquerdas. Para eles, era chegada a sua hora. Poucos dias antes do golpe de 1964, Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, em conferência comemorativa ao aniversário do partido, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), afirmou que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se este viesse, “os golpistas teriam suas cabeças cortadas”.¹⁰⁷ A enorme autoconfiança de Prestes era, como destacou Daniel Aarão Reis, “compartilhada pela imensa maioria das lideranças das diferentes forças políticas de esquerda”.¹⁰⁸ Contudo, o otimismo das esquerdas foi sobrepujado pelo golpe civil-militar das direitas. Um golpe que, praticamente, não enfrentou resistências. À derrota seguiu-se a desmoralização das esquerdas, que julgaram ser possível realizar reformas radicais na sociedade brasileira, foram às ruas para lutar por seus projetos “reformistas” e/ou revolucionários e viram suas esperanças desabarem como um castelo de cartas.

Ao analisar o fracasso das esquerdas em 1964, Jacob Gorender afirmou: “na pior das

¹⁰⁴ Para saber mais sobre as Ligas Camponesas, cf: MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 241-171. (Coleção O Brasil Republicano, v. 3)

¹⁰⁵ Cf. FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: _____ & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* 2007, v. 2. p. 543-583.

¹⁰⁶ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993. p. 26.

¹⁰⁷ PRESTES, Luiz Carlos *apud* GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 70.

¹⁰⁸ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2002. p. 99.

hipóteses, a derrota era *provável*. Em qualquer caso, não era *inevitável*. Sobretudo, não era inevitável que fosse tão rápida, arrasadora e desmoralizante (...).¹⁰⁹ E foi assim que as esquerdas em geral avaliaram o golpe de 1964: uma derrota política e pessoal, vergonhosa e desconcertante. Não tardariam em especular quais os fatores teriam desencadeado a intervenção militar. Após a vitória dos golpistas, iniciou-se um processo de “autocrítica”, de levantamento dos “erros” e busca por “culpados” pela derrota, provocando “sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas”.¹¹⁰ Nesse doloroso processo, o mais antigo partido comunista do país assumiria um novo papel – o de *bode expiatório*.¹¹¹ Acusado de cautela excessiva e conservadorismo, o PCB perdeu prestígio e influência política, sendo abalado por sucessivas e desgastantes cisões internas.

Após o golpe, o PCB enfrentou não só uma forte repressão policial, mas também uma acirrada *luta interna*, como sintetiza Dulce Pandolfi:

Para uns, o partido tinha incorrido em graves “desvios de direita”: havia alimentado ilusões nas massas sobre a possibilidade de realizar, através de uma aliança do proletariado com a burguesia, uma reforma estrutural de base, dentro dos marcos estritamente legais. Para outros, os erros eram resultado dos “desvios de esquerda”. Os comunistas haviam abandonado a bandeira da legalidade democrática, superestimando a correlação de forças, propondo medidas acima das condições objetivas da realidade brasileira. Essa última avaliação, encampada por Prestes, viria a ser a oficialmente adotada pelo partido. Entretanto, para aqueles que no pós-64 iriam romper com o PCB, os desvios de “direita” e a conciliação com as classes dominantes deram o tom da política ao longo do governo Jango.¹¹²

No interior do PCB, setores que se opunham ao Comitê Central, liderado por Prestes, organizaram-se nacionalmente sob a denominação de *Corrente Revolucionária*, encabeçada por Carlos Mariguella, de São Paulo; Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul; Mário Alves, em Minas Gerais; e Apolônio de Carvalho, no antigo Estado do Rio de Janeiro. Em todo o país, numerosas bases se posicionavam contra a direção do partido. Segundo Gorender, “as perdas do Comitê Central na militância partidária refletiam sangrias substanciais em todas as frentes: entre os operários, os camponeses, os intelectuais e variados setores da classe

¹⁰⁹ GORENDER, Jacob *apud* TOLEDO, Caio Navarro de. *op. cit.* p. 110.

¹¹⁰ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 28.

¹¹¹ Vale destacar que, no imediato pós-golpe, pouco se questionou sobre porque as alternativas de esquerda ao PCB, como a AP, a ORM-POLOP, o PCdoB e o “brizolismo”, também não foram capazes de evitar ou amenizar os efeitos devastadores da intervenção militar.

¹¹² Pandolfi, Dulce. *op. cit.* 1995. p. 198-199.

média”.¹¹³ O partido partia-se... O meio estudantil também não passou incólume pelas lutas internas das esquerdas nos anos 1960: entre 1965 e 1968, as bases universitárias, em várias partes do país, romperam com o “velho camarada” PCB, constituindo as *Dissidências Estudantis* (DI’s).

Assim sendo, além de externamente, o PCB também era pressionado, questionado e confrontado *internamente*. E seria de dentro das fileiras do “Partidão” que surgiriam rebeldes – dos mais diversos matizes – que iriam desafiar abertamente a direção partidária. As divergências se aprofundariam e tornariam a relação com e a permanência no partido impraticáveis. Um abismo intransponível, onde foram gestados os embriões de organizações revolucionárias que, em pouco tempo, iriam ofuscar o velho partido comunista. “Velho” não só no sentido de antigo, mas de arcaico, ultrapassado, retrógrado, na concepção dessas organizações. Se não era possível mudar o PCB, era preciso *mudar-se dele*, sair, romper, “rachar”, ir além, partir pra outra e consolidar um novo campo de “novas” esquerdas – dissidentes, alternativas, radicais, revolucionárias.

O termo “Nova Esquerda” (*New Left*) foi cunhado, nos anos 1960, por um grupo de historiadores ingleses oriundos do Partido Comunista Britânico, entre eles Eric Hobsbawn, E. P. Thompson, Perry Anderson e Christopher Hill. A expressão passou a ser largamente usada para caracterizar as organizações e partidos que, ao longo das décadas de 1960 e 1970 em quase todo o mundo ocidental, surgiram em oposição aos partidos comunistas tradicionais e seus modelos clássicos de atuação política.

Portanto, as dissidências de partidos comunistas tradicionais não foram exclusividade do cenário político brasileiro. Maria Paula Araujo, em seu livro *A Utopia Fragmentada*, traçou um panorama dessa “nova esquerda” que surgiu buscando caminhos alternativos para a transformação social.¹¹⁴ Partindo das análises de Paul Berman¹¹⁵, a autora relata que

em 1961, a ala estudantil do Partido Social Democrata alemão, a Sozialistische Deutsche Studentenbund (SDS), foi expulsa do partido. Em 1968, esse mesmo SDS liderou o radical movimento de jovens na Alemanha. Na França, entre 1965-1966, o mesmo conflito se repetiu, tanto no Partido Comunista quanto no partido Socialista Francês, produzindo uma geração de líderes e militantes egressos dos partidos tradicionais de esquerda e violentamente críticos em relação a estes. (...) esse processo ocorreu em muitos outros países, como a Itália, os Estados Unidos, o México. Em todos

¹¹³ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 98.

¹¹⁴ ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 35-72.

¹¹⁵ BERMAN, Paul. *A tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996.

eles, os jovens militantes foram considerados radicais, inconvenientes e não-cooperativos pelos militantes mais velhos dos partidos comunistas e socialistas. Em contrapartida, os jovens radicais acusavam esses militantes de conservadorismo, imobilismo, passividade e excesso de cautela.¹¹⁶

No Brasil, a chamada “nova esquerda”, segundo Daniel Aarão e Jair Ferreira, abrangeu

as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista. A expressão “nova” quer significar, neste contexto, “diferente”, e não deveria sugerir a impressão de que temos a intenção de caracterizar as forças políticas até então existentes como “velhas”, na acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassadas.¹¹⁷

Essas “novas” esquerdas, marcadas pelo signo da dissidência e pela busca de caminhos alternativos, possuíam alguns pressupostos em comum. A começar por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política: “Partidos eram associados a reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas, documentos ilegíveis, em resumo, à ineficácia revolucionária”.¹¹⁸ Isso nos leva a outra característica da esquerda alternativa surgida no Brasil: a valorização da *ação*. Uma das grandes acusações que se fazia ao PCB era a de imobilismo. Nesse sentido, as organizações dissidentes defendiam a *prática* revolucionária – partir pra ação, imediata e radicalmente, sem perder tempo com discussões que a nada levavam. Qualquer retardamento ou recuo era encarado como um ato de covardia.

Além disso, de um modo geral, a maioria dessas organizações recusava-se a estabelecer qualquer tipo de aliança com frações das classes dominantes, pois acreditava na “total falta de vocação revolucionária da burguesia brasileira, considerada por muitos como um mito inventado pelos partidários das reformas de base”.¹¹⁹ Por fim, enquanto o PCB continuava mantendo, depois do golpe de 1964, a proposição da via pacífica para o socialismo, as organizações da chamada “nova esquerda” defendiam a *luta armada* como a principal forma de luta, embora divergissem sobre a maneira pela qual ela deveria ocorrer.¹²⁰

¹¹⁶ ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2000. p. 35.

¹¹⁷ AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 15. Daniel Aarão Reis, posteriormente, abandonaria o uso do termo “nova esquerda”.

¹¹⁸ *Idem.* p. 23.

¹¹⁹ *Idem.* p. 25.

¹²⁰ A adesão de boa parte da esquerda brasileira às ações armadas será abordada mais adiante, em nosso terceiro capítulo.

As divergências no interior do PCB – de onde surgiram algumas das organizações da “nova esquerda” brasileira – podem ser divididas em duas vertentes: a primeira, a já mencionada *Corrente Revolucionária*, reuniu nacionalmente diversos setores que se opunham à direção do partido. A luta interna no PCB se intensificou a partir de maio de 1965, quando o Comitê Central reuniu-se pela primeira vez após o golpe de 1964 e reafirmou a linha política de 1960, atribuindo a derrota, como vimos, aos chamados *desvios de esquerda*. As divergências atingiram seu ponto máximo por ocasião dos preparativos para a realização do VI Congresso do PCB, convocado para dezembro de 1967. Os debates acerca das *Teses para Discussão*, publicadas na *Voz Operária*, órgão central clandestino, acaloraram-se, sobretudo no que se referia às análises do golpe de 1964 e os supostos erros da linha política adotada pelos comunistas. As *Teses* propunham a derrota da ditadura através da aliança com amplos setores progressistas (que incluíam a burguesia nacional) e participação nos jogos políticos institucionais, além de terem reafirmado a opção pelo caminho pacífico para a revolução. Os setores oposicionistas foram implacáveis contra as *Teses* e, conseqüentemente, contra o Comitê Central do partido.

Finalmente, em dezembro de 1967, *sem a participação dos dissidentes*, o PCB realizou seu VI Congresso, no qual, de maneira geral, foram retomadas as concepções de seu congresso anterior, realizado em 1960. Dulce Pandolfi assim as explica:

(...) reafirmava-se que para atingir o socialismo era necessário realizar, num primeiro momento, a revolução nacional e democrática. Os maiores inimigos da sociedade brasileira permaneciam sendo o latifúndio e o imperialismo. A novidade era que o golpe de 64 havia interrompido o curso da revolução nacional-democrática. A burguesia progressista, que antes ocupava postos importantes no governo, ficara, agora, relegada a um plano secundário. Os pecebistas reconheciam que uma parte da burguesia progressista, em aliança com representantes do imperialismo e do latifúndio, havia participado do golpe. Mas isso era justificado em função de seu caráter vacilante. A crise estrutural; decorrente do aguçamento das contradições entre as forças produtivas nacionais, defensoras do progresso, e as forças sociais retrógradas, defensoras da conservação, era tida como grave. O regime militar, devido à sua composição social, não tinha condições de reverter essa situação. A tendência era o agravamento da crise. Diante desse quadro, a tática principal dos comunistas deveria ser formar uma ampla frente política para conquistar as liberdades democráticas e retomar o desenvolvimento do país.¹²¹

Pelos jornais da grande imprensa, os dissidentes internos do PCB tomaram conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsou Carlos Marighella,

¹²¹ Pandolfi, Dulce. *op. cit.* 1995. p. 200.

Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolônio de Carvalho.¹²² Assim, em 1967, os principais membros da Corrente Revolucionária foram formalmente e definitivamente afastados do “Partidão” e, junto com as levadas de militantes que os seguiram na saída do PCB, dariam origem ao *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR)¹²³ e à *Ação Libertadora Nacional* (ALN).¹²⁴

A outra vertente das divergências internas do PCB, e a que mais interessa a este trabalho, estruturou-se em torno das chamadas *Dissidências*, basicamente formadas por setores estudantis. As DI's, como ficaram conhecidas, surgiram em vários Estados, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Contudo, seria no então Estado da Guanabara que a Dissidência do PCB alcançaria maior relevância no cenário político e estudantil dos anos 1960. Trata-se da DI-GB, *Dissidência Universitária da Guanabara*, que, posteriormente, daria origem à *Dissidência Comunista da Guanabara* e, mais tarde, ao *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8).

As origens da DI-GB remontam ao pré-1964 e às acirradas divergências internas que abalaram o Partido Comunista Brasileiro, em especial suas bases universitárias. Ainda em

¹²² A resolução foi oficialmente publicada no nº 35 da *Voz Operária*, em janeiro de 1968.

¹²³ Em abril de 1968, o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), realizou sua assembléia de fundação, denominada Primeira Conferência Nacional, onde aprovou sua linha política e batizou a nova organização. Estavam presentes diversos ex-membros do Comitê Central do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. O partido participou das lutas estudantis de 1968 e desenvolveu algum trabalho nas fábricas e áreas rurais. Contudo, a ação da polícia política, promovendo sucessivas levadas de prisões, restringiu o poder de atuação do PCBR, que, no início da década de 1970, encontrava-se praticamente desarticulado no país, com sua direção obrigada a se recompor no exterior. Suas principais lideranças foram Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender. Cf. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 111-116. A linha política aprovada no congresso de fundação do PCBR, em abril de 1968, está transcrita em: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 206-229.

¹²⁴ A *Ação Libertadora Nacional* (ALN) está intrinsecamente ligada ao nome do baiano Carlos Marighella, um dos principais propulsores e teóricos da esquerda armada no Brasil. Em 1932, aos 21 anos de idade, largou a Escola Politécnica da Bahia para ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já morando no Rio de Janeiro, foi preso em 1937, juntamente com outros militantes comunistas que participaram do Levante de 1935, e anistiado em 1945. Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, mas perdeu o mandato em 1948, em virtude da decretação da ilegalidade do partido. Voltou para a clandestinidade e ocupou diversos cargos na direção partidária. Após o golpe de 1964, começou a divergir das orientações do Partido e dele foi expulso, em 1967, sob a alegação de que viajara, sem autorização do Comitê Central, para a reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada na capital cubana, Havana. As bases de São Paulo, em apoio à Marighella, desligaram-se do PCB e formaram o Agrupamento Comunista de São Paulo, mais tarde conhecido como *Ação Libertadora Nacional* (ALN), um dos principais grupos da esquerda armada brasileira. Em 4 de novembro de 1969, Marighella, considerado o inimigo nº 1 da ditadura, foi surpreendido por uma emboscada na alameda Casa Branca, na capital paulista, e morto a tiros por agentes do DOPS, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. A ALN tornou-se conhecida pelas ações revolucionárias de que participou, que incluíram *expropriações*, *justiçamentos* e capturas de diplomatas. A organização sofreu duros golpes da repressão policial, o que levou à sua destruição a partir de 1973. Cf. BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997 e SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

1964, surgiu uma *fração*, reunindo militantes comunistas universitários, contrários aos rumos sugeridos pela direção do PCB. Segundo a definição proposta por Daniel Aarão Reis, o termo “fração”, no jargão comunista, refere-se a um “agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas”.¹²⁵ Os *fracionistas* eram aqueles que não aceitavam as decisões das maiorias e tentavam articular, por fora das instâncias autorizadas pelo estatuto partidário, determinadas atividades secretas. Como nos estatutos do “Partidão” as frações eram formalmente proibidas, o chamado *fracionismo* era considerado um grave “desvio”. No caso concreto, quando os estudantes comunistas começaram a organizar sua dissidência em relação ao PCB, o fizeram sob a forma de uma fração, *clandestina* aos olhos da direção partidária. Assim, só sabiam da existência dessa fração os militantes que nela estavam.

Essa “fração” era basicamente constituída por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade de Direito (pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro)¹²⁶, unidades onde o PCB contava com um número razoável de militantes que, no entanto, passaram a contestar as orientações teóricas e práticas do Partido. O interessante é que estas duas instituições iriam disputar, ao longo dos anos 1960, o título de faculdade mais combativa da Guanabara.

Fundada em abril de 1939, pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 1.190, a Faculdade Nacional de Filosofia, a FNFi, foi criada como “um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação”.¹²⁷ No início da década de 1960, a Faculdade, localizada na Avenida Antônio Carlos, no centro da Guanabara, oferecia dezenas de cursos, incluindo Filosofia, História, Ciências Sociais, Matemática, Química, Jornalismo, Letras, Pedagogia e Geografia, podendo ser considerada quase uma mini-universidade.¹²⁸

Segundo Artur Poerner, no período de 1960 a 1964, a FNFi “demonstrou ser uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo. Assim, na fase em que

¹²⁵ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *op. cit.* v. 3. p. 131-148. p. 145.

¹²⁶ Em 1965, a Universidade do Brasil teve sua denominação alterada para Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas o novo nome não “pegou” de imediato. Além disso, as faculdades da antiga Universidade do Brasil eram chamadas de “nacionais” e assim continuaram a ser conhecidas ao longo da década de 1960.

¹²⁷ Projeto de Decreto-lei que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, 27 de março de 1939. Disponível em: <<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>>. Acessado em 05 de abril de 2009.

¹²⁸ Extinta, em 1968, a Faculdade Nacional de Filosofia permaneceu presente, indiretamente, através das dez unidades da UFRJ que nela têm suas origens: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Filosofia e Ciências

este florescia, ela despontava como a mais séria e politizada de todas as faculdades brasileiras”.¹²⁹ O Diretório Acadêmico era o principal instrumento de atuação política dos estudantes de esquerda dentro da Faculdade, os quais se destacariam por suas qualidades intelectuais e radicalismo político.

No pré-1964, durante um longo período, os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia eram majoritários na maior parte das manifestações estudantis. Contudo, uma outra faculdade, também com longa tradição de combatividade, acabaria por rivalizar com a FNFi e se afirmaria como um celeiro de lideranças estudantis e políticas – a Faculdade Nacional de Direito, também ligada a antiga Universidade do Brasil.

Fruto da fusão, em 1920, das duas escolas de Direito existentes à época no Rio de Janeiro, então capital da República¹³⁰, a Faculdade foi transformada, em 1937, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, com a criação da própria Universidade, a primeira do Brasil.¹³¹ Localizada no histórico prédio ao lado da Praça da República, no centro da cidade, a Faculdade também abrigava o Centro Acadêmico Candido de Oliveira, um dos mais famosos do país. O CACO, como ficou mais conhecido, foi fundado em maio de 1916, ainda na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.¹³² Na década de 1960, o CACO, com uma longa tradição de luta, se destacaria no movimento estudantil universitário carioca e, especificamente no cenário carioca, rivalizava com os estudantes da FNFi, como relembra Vladimir Palmeira, que ingressou na Faculdade Nacional de Direito em 1964:

(...) você sabe que eu sou parcial, basta dizer que eu sou CACO. Porque a turma da antiga Filosofia, se vier aqui, vai dizer que a Filosofia era a escola mais importante. De fato, a Filosofia era uma escola com muito mais alunos, porque era uma escola que aglutinava matemática, física, química, filosofia, ciências sociais, história. (...) Quando eu cheguei, na verdade, o CACO estava perdendo pra Filosofia. (...) Mas o CACO ganhou uma dimensão muito grande. A Filosofia tinha uma força notável, porque era uma parcela expressiva do número de estudantes. Mas teve uma hora que o nosso centro acadêmico foi ganhando mais destaque do que o de Filosofia. (...) Depois, a Filosofia começou a ser desmembrada. (...) E perdeu muito, virou uma

Humanas, Instituto de Matemática, Instituto de Psicologia e Instituto de Química.

¹²⁹ POERNER, Artur José. *op. cit.* 1995. p. 191.

¹³⁰ A primeira e maior escola, denominada Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro foi fundada em 1882, embora somente foi autorizada a funcionar em 1891, e foi a terceira Faculdade de Direito brasileira. A segunda escola, denominada Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, foi fundada em 1891. A unificação só foi possível quase trinta anos após a fundação das escolas, em razão de divergências políticas.

¹³¹ Em 1967, o governo militar alterou sua denominação para Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Porém, em 2000, a escola voltou a poder ostentar sua denominação histórica, de Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

¹³² Para mais informações, cf. histórico no *site* oficial do CACO: < <http://www.cacofnd.org.br/caco/historia.asp>>. Acessado em 05 de abril de 2009.

escola muito de esquerda, mas sem capacidade de massa.¹³³

Sobre os militantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia, Daniel Aarão Reis, que ingressou na Faculdade Nacional de Direito em 1965, ressaltou:

(...) havia um movimento dentro do PC [Partido Comunista] de crítica às orientações moderadas, que eram as orientações que dominaram o PC durante 64 (...) Entre os estudantes de esquerda no Rio de Janeiro essa coisa teve uma expressão, foi chamada “a linha chinesa”, havia estudantes, sobretudo da Faculdade de Filosofia, que eram partidários dessa linha. Eram chamados de “linha chinesa” porque na época, no movimento comunista internacional, os chineses estavam progressivamente assumindo o lugar de uma orientação radical a favor da luta armada, e desde a época da desestalinização, que começou em 56, os soviéticos iam encarnar uma linha mais moderada e os chineses uma linha mais agressiva, mais radical. Então, em 63, entre os estudantes da Filosofia, pintou essa “linha chinesa”. (...) eles não conseguiam se distinguir bem, a não ser pelas leituras de textos de Mao Tsé-Tung etc (...) Depois do golpe toda essa gente seria ultrapassada.¹³⁴

O crescente esquerdismo dos estudantes da Filosofia, ainda no pré-1964, também foi destacado por Artur Poerner: “o grau de radicalização da faculdade chegara a um ponto em que era preciso providenciar, imediatamente, uma revolução, para que nela se engajasse a FNFi. E não era por acaso que a discussão mais apaixonante do momento vinha a ser o desenvolvimento das divergências entre a China e a União Soviética”.¹³⁵

Os embates com o PCB também encontrariam terreno fértil entre os estudantes da Faculdade Nacional de Direito, que, juntamente com militantes da Filosofia, organizariam a já mencionada *fração*, clandestina à direção partidária, e que, cada vez mais, atraía estudantes comunistas, muitos *calouros*, que já eram convocados a travar a luta interna no Partidão. Vladimir Palmeira, futuro líder estudantil, foi um deles: “Apesar das teses da AP, do pessoal católico, serem mais radicais, havia um núcleo no Partidão, no PCB, que queria fazer um partido revolucionário, que me atraía muito mais. Então, eu entrei numa fração do Partidão. *Já entrei no Partidão pra acabar com ele*. Eu fui chamado pra fazer um novo partido”.¹³⁶

O depoimento de Daniel Aarão Reis também elucida como muitos estudantes eram recrutados já diretamente para a *fração* – ainda que não tivessem pleno conhecimento da

¹³³ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005. p. 4. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.

¹³⁴ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1996. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense. p. 1.

¹³⁵ POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª edição. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. p. 200.

¹³⁶ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 5. Grifos nossos.

atuação desta – e para travar a luta interna no “Partidão”:

(...) embora eu tivesse simpatias pela ação popular, acabo me aproximando do Partido Comunista por duas principais razões. Primeiro lugar, porque o Partido, apesar de ter sido, aos nossos olhos, o grande campeão da derrota de 1964, ele era considerado, com razão, como o partido que tinha uma penetração maior na classe operária e nos segmentos populares. Então, isso era um critério. O segundo critério é que eu estava convencido pelo Vladimir [Palmeira] de que no Partido havia muitos segmentos contrários à direção, ao reformismo da direção, e iriam, mais cedo ou mais tarde, mais cedo do que tarde, rachar com o Partido. Então, *eu já entro para o Partido comunista na expectativa de que estou entrando pra sair daqui a pouco. Estou entrando pra acumular forças dentro do Partido para poder sair dele.* Havia realmente, nesse momento, já constituída, como se dizia no jargão comunista, uma fração organizada, da qual eu não participei logo. Eu era neófito, entrei na base do CACO, mas a base do CACO toda já estava articulada com a fração, uns sabendo mais disso, como o Vladimir, outros menos, como eu, mas enfim, todo mundo compreendendo que *estávamos no Partido apenas taticamente.*¹³⁷

Posteriormente, estes *fracionistas* e os militantes próximos a eles fundariam uma das mais famosas e ativas politicamente dissidências do PCB. Antes, porém, a *fração* difundiu-se nas universidades cariocas, chegando, inclusive, a estabelecer contatos com militantes universitários comunistas de outros Estados. Para tanto, contribuíram a *Ação Popular* e a *POLOP*, que apresentaram contatos e conexões, em outras faculdades na Guanabara e demais Estados. Como estas organizações também discordavam das orientações gerais do PCB e queriam seu enfraquecimento ou desagregação, eram simpáticas ao fortalecimento dos dissidentes do Partido.

Como se percebe, tanto na Guanabara como nos demais Estados, as dissidências do PCB encontraram terreno fértil em um dos setores mais ativos politicamente ao longo da década de 1960 – o *movimento estudantil*. Acompanhando a radicalização política que marcou o início da década no país, os estudantes universitários, liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), atuaram além das fronteiras das universidades, exercendo papel de destaque no cenário político nacional, além de terem desenvolvido intensa atividade cultural e artística. Assim sendo, antes de termos nossa análise na atuação da Dissidência Comunista da Guanabara, faz-se necessário um breve panorama do movimento estudantil universitário brasileiro ao longo da década de 1960.

¹³⁷ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 05 de julho de 2005. p. 8. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006. Grifos nossos.

1.1. Estudantes em Movimento

“Os estudantes constituíram a categoria social mobilizadora por excelência. Aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais”.
João Quartim de Moraes¹³⁸

A União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937¹³⁹, teve participação ativa na luta pela posse do presidente João Goulart em 1961 e, desde então, se empenhou, junto às esquerdas, na campanha pelas reformas de base, na qual estava inserida a mais significativa bandeira do movimento estudantil no início dos anos 1960 – a *Reforma Universitária*. Dentro do movimento estudantil, a corrente que melhor se apropriou dessa bandeira foi a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual saíria depois a Ação Popular (AP)¹⁴⁰, que, assim, consolidou a ascensão da esquerda radical cristã no meio universitário, chegando inclusive à condição de corrente hegemônica nas principais entidades estudantis:

Consagrada como tendência majoritária no XXIV congresso da UNE, em 1961, desde então ela partilharia o controle da entidade com outras tendências, com destaque, até 1964, para aquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, é sob a condução da JUC que a UNE irá promover a campanha pela Reforma Universitária, causa mais característica do movimento estudantil latino-americano.¹⁴¹

De forma geral, o movimento estudantil universitário, liderado pela UNE, encarava a reforma universitária como parte de um projeto político mais amplo para o Brasil. Um

¹³⁸ MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 2, n° 1, pp. 135-158, 2° sem, 1989. p. 157.

¹³⁹ A fundação da UNE é envolta em uma polêmica: para uns ela teria ocorrido em 1937 (data oficialmente reconhecida pela entidade), enquanto outros defendem a data de 1938. Cf. ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 21-29. Para maiores informações sobre a fundação da UNE, ver, entre outros, POERNER, Artur José. POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, Capítulo VI; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994 e SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *O mito do poder jovem: a constituição da identidade da UNE*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, Capítulo II.

¹⁴⁰ A eleição de Aldo Arantes, estudante de Direito e membro da JUC para a presidência da UNE, em 1961, tendo ao seu lado dirigentes comunistas em frente única, além do fato da entidade, no mesmo congresso que o elegeu, ter decidido se filiar à União Internacional dos Estudantes (UIE), gerou um impasse entre o movimento estudantil e a Igreja, culminando na saída de Aldo Arantes da JUC. A crescente radicalização política da esquerda cristã, incluindo sua luta pela reforma universitária, agravaria a cisão com a Igreja, cuja manifestação mais visível foi a criação de uma nova organização política, a já citada *Ação Popular*, fundada entre 1962 e 1963.

¹⁴¹ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: movimento estudantil e crise na política brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*. UNICAMP, Campinas, n° 2, 1994, p. 37-55. p. 41.

documento lançado pela União Nacional dos Estudantes em 1963, caracterizava a reforma universitária

como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. (...) percebe-se claramente que a Reforma Universitária não é do interesse apenas do estudante, mas sobretudo do povo, e que ela só será possível, no seu pleno sentido, com a libertação nacional e a reestruturação da sociedade brasileira, e que, portanto, é necessário lutar pelas outras reformas e pela libertação nacional para lutar conseqüentemente pela Reforma Universitária, assim como lutar pela Reforma Universitária, assim como lutar pela Reforma Universitária, já é uma forma de lutar pela libertação nacional e do povo brasileiro.¹⁴²

Assim sendo, defendia-se a reforma universitária como uma das reformas de base, que, como vimos anteriormente, era o principal lema do governo Goulart e defendido radicalmente pelas esquerdas em geral. Segundo a UNE,

É claro que a Reforma Universitária não pode ser definida como Reforma de base, se compreendermos este conceito como definidor de transformações infra-estruturais. Mas, se entendermos por reformas de base as reformas indispensáveis para que o processo de desenvolvimento do país prossiga, verificando-se a importância do obstáculo à formação de uma consciência crítica que constitui o caráter alienado de nosso ensino, e a importância do obstáculo à promoção do desenvolvimento econômico e social que o nosso atual sistema universitário representa, não poderemos deixar de inscrever a sua modificação dentre os pressupostos da luta popular de libertação.¹⁴³

Na luta pela reforma universitária e em torno da discussão do conteúdo dessa reforma, a UNE realizou três Seminários Nacionais de Reforma Universitária (SNRU), realizados, respectivamente, em 1961 em Salvador, em 1962 em Curitiba e em 1963, em Belo Horizonte.¹⁴⁴ De acordo com João Roberto Martins Filho, os objetivos principais dos estudantes no início da década de 1960 – e que se manifestaram na realização dos SNRU's – eram “a *democratização da universidade* e a sua modernização; a abertura de vagas, através do subsídio estatal à educação; e a *modificação* de métodos e estruturas educacionais, a fim de formar os profissionais de nível superior ‘necessários ao desenvolvimento’”.¹⁴⁵

Visando atingir tais objetivos, a UNE decidiu voltar-se para a conquista da regulamentação da participação estudantil nos órgãos de direção da Universidade, o que

¹⁴² UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. “UNE: a luta atual pela reforma universitária”. Guanabara, dezembro de 1963. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. Anexo 3, p. CI-CXXXIV. p. CV.

¹⁴³ *Idem.* p. CXIII.

¹⁴⁴ Para uma análise detalhada dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária e dos documentos produzidos nestes encontros, cf: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *op. cit.* p. 35-45.

¹⁴⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964–1968*. Campinas: Papirus,

possibilitaria aos estudantes influenciar nas decisões educacionais. No final de maio de 1962, a entidade decretou uma greve em todo o país, exigindo a representação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados das instituições universitárias.

A luta pela abertura e modernização da Universidade revelou a convergência entre as orientações das bases estudantis e as bandeiras levantadas pela direção do movimento, expressa com nitidez no impressionante respaldo conseguido pela UNE quando decretou a greve nacional:

A greve foi praticamente total, atingindo a maior parte das 40 universidades brasileiras que, na época, contavam com mais de cem mil estudantes. Foi a greve estudantil mais ampla até então ocorrida no país. No seu curso, os estudantes permaneceram em mobilização permanente, realizaram assembleias, seminários para debate dos problemas da faculdade, passeatas.¹⁴⁶

A greve do 1/3, como ficou conhecida, se estendeu por mais de três meses e representou o auge do apoio da massa a UNE e às reivindicações que ela levantava na fase anterior ao golpe de 1964. Contudo, a greve acabou por esgotar-se, sem conquistar sua principal reivindicação, exceto em algumas escolas. Ainda assim, segundo Artur Poerner, mesmo não tendo alcançado seus objetivos, “não pode ser considerada um fracasso total, pois no seu decurso contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade”.¹⁴⁷

Foi também na gestão de Aldo Arantes na União Nacional dos Estudantes (1961-1962) que surgiu, ligado à UNE, no Rio de Janeiro (então Guanabara) em 1961, o primeiro *Centro Popular de Cultura* (CPC), hegemonizado por militantes do PCB.¹⁴⁸ Atraindo jovens intelectualizados, interessados na construção de uma cultura “nacional e popular”, os CPCs – que aos poucos se organizaram por todo o país – buscaram desenvolver uma atividade *conscientizadora*, como se dizia, junto às classes populares e defendiam a opção pela “arte revolucionária”, definida como instrumento a serviço da revolução social.

O próprio Aldo Arantes, em recente depoimento, relatou a conjuntura que deu origem ao Centro Popular de Cultura:

1987, p. 57.

¹⁴⁶ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo; Alfa-Ômega, 1984. p. 22.

¹⁴⁷ POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 197.

¹⁴⁸ O PCB possuía comitês culturais em várias cidades do Brasil. O comitê da Guanabara – então a capital cultural do país – não impunha regras às atividades culturais dos comunistas, respeitando a autonomia dos movimentos artísticos. Dessa forma, as idéias dos militantes e simpatizantes do PCB no interior do CPC da UNE não necessariamente expressavam posições do Partido.

O CPC surge da conjugação de dois fatores. Por um lado, um segmento da intelectualidade que não aceitava a tese da arte pela arte, que defendia a concepção da arte engajada (...). Havia, de um lado, os intelectuais, os artistas querendo produzir uma arte que fosse de avaliação da realidade brasileira, mas que se dirigisse para amplos segmentos da sociedade. E havia, do outro lado, os estudantes querendo encontrar novas formas de comunicação com a ampla camada da sociedade. Na minha opinião, houve uma conjugação feliz entre essa aspiração dos artistas e as necessidades do movimento estudantil. Por isso, então, se constitui o Centro Popular de Cultura.¹⁴⁹

Para Ferreira Gullar, poeta e ex-dirigente do Centro Popular de Cultura, o objetivo principal do CPC, e em torno do qual giravam suas atividades,

era a *revolução*, era a transformação da sociedade brasileira e todos esses trabalhos, evidentemente, se encaminhavam para isso, no sentido de alfabetizar o povo, fazê-lo mais consciente e, conseqüentemente, conduzi-lo a uma atuação transformadora da sociedade. Isso era a essência do nosso trabalho. De modo que a discussão política era permanente, não só a discussão das questões políticas como a discussão de como viabilizar a ação política através da atividade cultural, quer dizer, do cinema, do teatro, da poesia e de outras atividades que a gente ia desenvolvendo.¹⁵⁰

Para os artistas e intelectuais de esquerda que formavam o CPC – e boa parte dos meios intelectualizados da sociedade brasileira nos anos 1960 – era central o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro. Em nome – *e em busca* – deste povo recorreram aos seus instrumentos de trabalho e formas de expressão: poesia, pintura, escultura, fotografia, filme, música.¹⁵¹

O culto ao *povo* não era privilégio apenas dos CPCs da UNE, mas sim uma característica da esquerda brasileira em geral:

O povo, nos anos 60, era visto seja como uma massa inerte, inculta, despolitizada (...), cuja consciência política precisava ser despertada por sua vanguarda, estudantes e intelectuais urbanos; seja como um povo já de posse de si mesmo, portador de uma sabedoria espontânea, sujeito e fundamento da ação política. Havia um povo que ainda não é, e deve ser objeto de uma pedagogia, e um povo que já é, e deve ser o objeto de uma escrita, porque a sua voz é a voz da história (...).¹⁵²

¹⁴⁹ ARANTES, Aldo. Depoimento concedido ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”. In: ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 108.

¹⁵⁰ GULLAR, Ferreira. Depoimento concedido ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”. In: ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 114. Grifos nossos.

¹⁵¹ Sobre a utopia de integração do CPC e dos artistas e intelectuais de esquerda com o “homem simples do povo brasileiro”, cf. RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a.

¹⁵² ROUANET, Sérgio Paulo. “Nacionalismo, populismo e historismo”. *Folha de São Paulo*, Caderno D, 12 de março de 1988. p. 3.

A visão do CPC sobre o didatismo na arte e o papel da cultura a serviço da revolução foi muito criticada na época e posteriormente por diversos artistas e intelectuais, inclusive aqueles que estiveram ligados ao próprio CPC. Segundo Miliandre Garcia, em especial na década de 1980, a produção artístico-cultural vinculada ao CPC foi “rotulada de panfletária, desprovida de qualidade artística e reflexo do populismo e do nacionalismo, sem necessariamente se investigar a obra dos artistas que participaram desse processo” e sem medir “a importância e o impacto dessa experiência”.¹⁵³

De modo geral, as críticas ao Centro Popular de Cultura tomam por base o “Anteprojeto do Manifesto do CPC”, escrito pelo sociólogo Carlos Estevam Martins, primeiro diretor do CPC.¹⁵⁴ No texto, Estevam afirmava:

Querendo ou não, sabendo ou não, o artista se encontra sempre diante de uma opção radical: ou atuar decidida e conscientemente interferindo na conformação e no destino do processo social ou transforma-se na matéria passiva e amorfa sobre a qual se apóia este mesmo processo para avançar; ou declarar-se um sujeito, um centro ativo de deliberação e execução, ou não passar de um objeto, de um ponto morto que padece sem conhecer, decide sem escolher e é determinado sem determinar.¹⁵⁵

O “Anteprojeto” gerou muitas discussões e polêmicas à época, suscitando um amplo debate no meio artístico e intelectual brasileiro do início dos anos 1960. Nesse sentido, as posturas diferenciadas sobre política e cultura – tanto dos comunistas como as esquerdas em geral – no pré-1964 não podem ser reduzidas à ideologia inicial do CPC, que, por sua vez, também deve ser compreendida na conjuntura política específica em que se produziu. O próprio debate suscitado pela divulgação do texto de Carlos Estevam evidenciou, segundo Miliandre Garcia, “o quão heterogêneo era o debate em torno do engajamento artístico e da função social da arte”.¹⁵⁶ Assim sendo, ainda segundo a autora,

a proposta do anteprojeto pode ser apreendida como ponto de partida, mas nunca como síntese da produção artístico-cultural do CPC. A partir dela, acentuaram-se as dissidências no interior ou em torno do CPC. A obra e a

¹⁵³ GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 10.

¹⁵⁴ Carlos Estevam Martins afastou-se do CPC após o término de seu mandato, em dezembro de 1962. Foi substituído provisoriamente por Cacá Diegues, durante três meses, assumindo logo em seguida Ferreira Gullar, que permaneceu na diretoria até o encerramento das atividades do grupo, após o golpe de 1964.

¹⁵⁵ MARTINS, Carlos Estevam. “Anteprojeto do Manifesto do CPC”, 1962. In: DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido – o Centro Popular de Cultura da UNE (1961-1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997, Apêndice 2, p. 127.

¹⁵⁶ GARCIA, Miliandre. *op. cit.* p. 35.

participação de cada cineasta, compositor ou dramaturgo no processo de produção da arte engajada revelam a diversidade do debate.¹⁵⁷

Polêmicas a parte, desde a sua fundação em 1961 até sua extinção em 1964, os CPC's encenaram peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicaram cadernos de poesia vendidos a preços populares e iniciaram a realização pioneira de filmes autofinanciados. De dezembro de 1961 a dezembro de 1962, o CPC do Rio de Janeiro – o mais ativo do país – produziu as peças *Eles não usam black-tie* e *A vez da recusa*; o filme *Cinco vezes favela*, a coleção *Cadernos do povo* e a série *Violão de rua*. Promoveu ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia e, junto com a União Nacional dos Estudantes, organizou a *UNE-Volante*, uma excursão que por meses percorreu todas as capitais do Brasil, para travar contato com bases universitárias, operárias e camponesas e que serviu como importante instrumento na divulgação das bandeiras e propostas da UNE, em especial fora da região centro-sul.¹⁵⁸ Segundo Maria Paula Araujo, “em que pesem as críticas – ou até mesmo por causa delas – o CPC teve um papel fundamental na mobilização e politização estudantil, na formação de jovens artistas e intelectuais e no levantamento de questões importantes e polêmicas que informaram a vida artística e cultural do país nas últimas décadas”.¹⁵⁹

Com a chegada do ano de 1963, a União Nacional dos Estudantes – agora sob a liderança de José Serra, membro da Ação Popular – procurou inserir suas reivindicações particulares no seio da luta mais geral pelas *reformas de base*. Para a UNE, a luta pela Reforma Universitária era uma luta popular que deveria ser entendida como um estágio de um processo mais amplo e mais profundo. Álvaro Vieira Pinto, membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), reforçou essa visão:

Será, portanto, a aliança dos estudantes com as demais forças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência da estrutura colonial e desumana, que se encarregará do trabalho mais difícil e penoso em prol da reforma da Universidade. Sem essa aliança não haverá reforma universitária, como sem a ajuda das massas estudantis tampouco se fará a reforma agrária ou a das relações de trabalho do operariado.¹⁶⁰

¹⁵⁷ *Idem.* p. 56.

¹⁵⁸ O departamento de música do CPC também foi responsável pelo lançamento do disco “O povo canta”, que alcançou grande sucesso, e trazia, entre suas canções, o hino da UNE, com música de Carlos Lyra e letra de Vinícius de Moraes: “União Nacional dos Estudantes, mocidade brasileira, nosso hino é nossa bandeira. De pé a jovem guarda classe estudantil, sempre na vanguarda, trabalhar pelo Brasil. Nossa mensagem de coragem é que traz um canto de esperança num Brasil em paz. A UNE reúne futuro e tradição. A UNE, a UNE, a UNE é união. A UNE, a UNE, a UNE somos nós. A UNE, a UNE, a UNE é nossa voz”. O hino fora encomendado ao CPC pelo próprio presidente da entidade, Aldo Arantes.

¹⁵⁹ ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 116.

¹⁶⁰ PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da Universidade*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962. p. 18. (Coleção

Dentro do movimento estudantil, a corrente filiada à Ação Popular – que hegemonizava a UNE – “empolgava-se com a tese de que a luta pela reforma universitária estaria sendo travada mais *fora* da universidade (...) do que *dentro dela*”.¹⁶¹ Na visão da AP, “o movimento estudantil deveria se engajar diretamente nas lutas de todo o povo, das quais a reforma universitária seria mais uma consequência do que um fator de impulso”.¹⁶²

Nessa perspectiva, a organização que detinha a presidência da União Nacional dos Estudantes estipulou em seu manifesto de fundação – o *Documento-Base*, publicado no início de 1963 –, que seus quadros deveriam concentrar sua militância nas organizações *operárias* e *camponesas*. Surpreendentemente, a Ação Popular definia o movimento estudantil – seu meio social mais característico e até então quase exclusivo – como setor “não-prioritário”, ressaltando apenas que ele se situava entre os que “apresentam condições de um trabalho eficaz”.¹⁶³

Os novos ventos na política da UNE – sob liderança da AP – representaram uma nítida guinada no eixo das mobilizações universitárias. De acordo com João Roberto Martins Filho, “com novos lemas e outros objetivos, a UNE da Ação Popular abandonou as batalhas pela reforma universitária e engajou-se integralmente nas lutas da frente antiimperialista e popular, passando a figurar como parceira obrigatória do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em todas as manifestações e movimentos reivindicatórios do período”.¹⁶⁴

Além disso, o movimento estudantil universitário, sob direção da Ação Popular, engajou-se em campanhas de alfabetização de adultos, através do método desenvolvido pelo educador pernambucano Paulo Freire, que se tornou uma grande frente de atividade dos estudantes radicais. Rejeitando as cartilhas tradicionais, Paulo Freire propunha que a alfabetização deveria partir de palavras significativas do universo do aluno e que, sobretudo, não se restringiria aos processos de codificação e decodificação. Dessa forma, o objetivo da alfabetização de adultos seria promover a *conscientização* acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social. O chamado “método Paulo Freire” de alfabetização de adultos exerceu grande influência em movimentos de cultura e educação popular, como o *Movimento de Cultura Popular* (MCP) e o *Movimento de Educação de Base* (MEB), e, na conjuntura política do início dos anos 1960, assustou as direitas, pois os alfabetizados pelo método (em grande parte, trabalhadores rurais) o eram em

Cadernos Universitários, n° 1)

¹⁶¹ CUNHA, Luiz A. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 246.

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ AÇÃO POPULAR. *Documento-Base*, 1963. In: LIMA, Luiz G. Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 118-144.

tempo recorde e saíam “conscientizados”, ou seja, habilitados a votar – e votariam, tendencialmente, pela esquerda.

Não tardaria para que os grupos direitistas voltassem suas “munições” contra o movimento estudantil, desenvolvendo “uma difícil e dura campanha de contenção e desagregação dirigida especialmente contra a UNE”.¹⁶⁵ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), por exemplo, desencadeou uma intensa propaganda, auxiliada pela publicação de textos e livros, que encaravam o movimento estudantil e suas agremiações como instrumentos de subversão¹⁶⁶, além de ter patrocinado a criação do Movimento Anticomunista (MAC), da Frente da Juventude Democrática (FJD) e do Movimento Estudantil Democrático (MED), que, não tendo conseguido maior apoio no interior das faculdades, optaram pelas ações de terrorismo.¹⁶⁷ Nesse contexto, a UNE passou a ser encarada, pelas direitas, como perigosa “Célula Vermelha”.¹⁶⁸

Para Sebastião Velasco e Cruz, neste contexto de radicalização, das direitas e das esquerdas, podemos observar um processo de crescente radicalização da União Nacional dos Estudantes: “Sob a alegação de que os destinos da reforma se decidiam fora da Universidade, a liderança da UNE vai politizar acentuadamente o seu discurso, passando a intervir cada vez mais enfaticamente no debate das grandes questões nacionais”.¹⁶⁹ Ainda segundo o autor, o resultado mais evidente desta radicalização foi o *distanciamento* entre as *lideranças* e as *bases* estudantis, já que as orientações das diretorias da UNE “estavam em descompasso com as disposições políticas e ideológicas de amplas parcelas de seu público específico”, o que ocasionou “o avanço do liberalismo conservador no movimento estudantil”.¹⁷⁰ Diante dos acontecimentos que se sucederam, ficaria evidente a diferença entre os caminhos trilhados pela “massa” dos estudantes e as atitudes e proposições de sua “vanguarda”.

¹⁶⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* p. 61.

¹⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. *op. cit.* p. 283.

¹⁶⁶ Esse é, por exemplo, o caso do livro: SEGAFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963. O livro, patrocinado pelo IPES, denunciava as atividades esquerdistas nas universidades, em especial na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Distribuído gratuitamente aos milhares, vendido nas livrarias a preços populares e com ampla cobertura da imprensa, o livro alcançou grande repercussão dentro e fora do meio estudantil, representando um importante instrumento na campanha do IPES contra a UNE. Cf. DREIFUSS, René Armand. *op. cit.*, p. 289-290.

¹⁶⁷ Conforme relata René Dreifuss, esses grupos pretendiam metralhar e jogar bombas no recinto onde se reuniria o 26º Congresso da UNE, em Santo André, e “havia feito todo o tipo de planos de arrepiar os cabelos”. Cf. DREIFUSS, René Armand. *op. cit.*, p. 285.

¹⁶⁸ O termo é de um editorial da revista católica *Vozes*, que fala do “tenebroso e deprimente Congresso da UNE [onde] se desmascarou a subjugação comunista daquela entidade. A UNE não é mais do que uma Célula Vermelha”. Cf. SOUZA, Luiz A. Gómez de. *op. cit.* p. 202.

¹⁶⁹ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *op. cit.* p. 42.

¹⁷⁰ *Idem.* p. 42-43.

Em 1964, a União Nacional dos Estudantes situou-se contra o golpe civil-militar perpetrado contra o governo constitucional de João Goulart. Neste sentido, alguns estudantes participaram de tentativas frustradas de resistência ao golpe. Em algumas cidades, os universitários reuniram-se “à espera de armas” para organizar-se contra o movimento civil-militar. A União Nacional dos Estudantes, em nota divulgada pela imprensa, convocou os estudantes a “resistir a qualquer tentativa de deposição do Presidente ou de violências contra as liberdades democráticas”.¹⁷¹ A entidade decretaria ainda, no dia 1º de abril de 1964, uma greve geral, cujo objetivo seria unir todo o país a fim de impedir que o golpe se concretizasse. As escolas mais ativas constituíram pólos de aglutinação para os estudantes que – em vão – esperavam diretrizes dos partidos de esquerda e das organizações populares.

Como relembrou Vladimir Palmeira, então estudante da Faculdade Nacional de Direito e que, em poucos anos, se tornaria um dos principais líderes do movimento estudantil:

Naquele dia reunimo-nos no recinto da Faculdade de Direito uns trezentos estudantes universitários de diversas faculdades para protestar contra o golpe, permanecendo todos em assembléia geral. Nós fôramos à Universidade com a esperança de que nos entregássemos armas para lutar contra a reação. (...) No dia do golpe, estávamos desorientados, sem vanguarda, sem direção, mas decididos a resistir na medida de nossas forças. (...) Muitos diziam entusiasmados: “Vamos receber armas de João Goulart. Vamos receber armas para combater!” Mas essas armas não chegaram nunca. Outros setores populares também esperaram inutilmente pelas armas que nunca chegaram.

(...) A nossa escola universitária tinha uma larga tradição de lutas. Por isso mesmo, no dia do golpe nela se reuniram estudantes de todas as faculdades universitárias. E aquela assembléia terminou em conflito com a polícia, mas alguns setores do Exército, que ainda permaneciam fiéis a Jango Goulart, garantiram a nossa saída da Faculdade, impedindo que a repressão atuasse contra nós.

Saímos da Faculdade com o propósito de voltar no dia seguinte, para fazer algo concreto contra o golpe. No outro dia, porém, nem as direções, nem os contatos apareceram. Apresentaram-se somente alguns estudantes desorientados, sem armas, sem nada. Era evidente: estávamos completamente desarticulados.¹⁷²

Daniel Aarão Reis, também ex-aluno da Faculdade Nacional de Direito e uma das lideranças mais expressivas no movimento estudantil carioca dos anos 1960, corrobora esta visão, ao afirmar que:

¹⁷¹ *Última Hora*, 31 de março de 1964. p. 2.

¹⁷² PALMEIRA, Vladimir. “Os estudantes”. In: CASO, Antonio (org.). *A esquerda armada no Brasil: 1967-1971*. Lisboa: Moraes, 1976. p. 21-38. p. 21-22.

(...) não houve nenhuma ação contra aquela situação que estava se desenhando. Não houve, no movimento estudantil, nenhuma articulação, nenhuma manifestação. Foi uma coisa muito impressionante! Eu atribuo isso ao fato de que as grandes maiorias ali, embora muito penetradas pelo nacionalismo e pelo reformismo, não estavam dispostas a se arriscar para salvar o governo Jango. Foi uma coisa muito melancólica. A vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão que foi compartilhado pela minha geração politizada de esquerda.¹⁷³

Enquanto a direção do movimento estudantil universitário, através da União Nacional dos Estudantes, tentou – ainda que só retoricamente – esboçar uma “resistência” ao golpe de 1964, a maior parte da população universitária – que, como vimos, afastava-se das práticas de sua direção política – assistiu passiva ou respirou aliviada frente à nova situação:

Existem indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do golpe, passando a refletir as orientações das altas camadas médias, cujos filhos estavam em sua maioria na universidade, uma das bases de apoio ao golpe de 1964.¹⁷⁴

Jean Marc von der Weid, então estudante de química e futuro presidente da UNE em 1969, revela que apoiou ativamente o golpe:

(...) apoiei o golpe, que eu via como ato de defesa da democracia. Caí, como muitos outros da minha classe e geração, na propaganda da direita que se dizia democrata e acusava Jango de golpista. (...) No dia 31 de Março fui para o Palácio Guanabara disposto – romanticamente – a “morrer pela liberdade”. (...) O desencanto começou no próprio Palácio, ao constatar a mistura de arrogância e covardia reinantes. (...) A gota d’água foi a proposta de organizar comandos para atacar objetivos civis (...) Vários de nós pulamos fora neste momento – a coisa cheirava mais a assassinato. A ironia da história é que neste mesmo dia nos vimos do “outro lado da barricada”, do lado popular.¹⁷⁵

Na análise de João Roberto Martins Filho, a atitude das bases estudantis – de apoio ou silêncio diante do golpe – revelou o distanciamento entre as “massas” estudantis e sua direção política nacional, resultado do abandono da palavra-de-ordem da reforma universitária, e também representou uma espécie de condenação à política desenvolvida pela UNE, durante o período de 1963 a 1964, o que favoreceu, inclusive, a eleição, em importantes entidades, de

¹⁷³ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 6.

¹⁷⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 75-81. p. 80.

¹⁷⁵ WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 117-118.

chapas de oposição à frente única de esquerda, como ocorreu na União Metropolitana dos Estudantes (UME), como ainda se chamava a União Estadual dos Estudantes da Guanabara, tradicional termômetro das modificações de tendências do movimento.¹⁷⁶ Nesse sentido, é importante ressaltar que há um grande silêncio na “história oficial” das esquerdas em relação ao crescimento das direitas entre os estudantes na década de 1960, período comumente associado *exclusivamente* às manifestações da esquerda estudantil.

Nos momentos imediatamente posteriores ao golpe, o novo governo desencadeou em intenso processo de perseguição e repressão policial aos líderes das organizações populares e dos partidos de esquerda, aos políticos ligados ao governo Goulart, aos sindicatos operários e Ligas Camponesas, e também, ao meio universitário. Boa parte da diretoria da UNE pediu asilo político em outros países, enquanto muitos outros caíram na clandestinidade. O edifício-sede da UNE, na praia do Flamengo nº 132, foi depredado, invadido e incendiado diante das câmeras de televisão. Diversas universidades foram invadidas, professores considerados “comunistas” eram cassados, diretórios e centros acadêmicos fechados. Em cada universidade, foi instalada uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) que poderia, por motivos puramente ideológicos, mover perseguições, demitir e prender professores e funcionários. Neste contexto, “criou-se, evidentemente, um ambiente de pânico e revolta dentro da Universidade”.¹⁷⁷ Além disso, vários Inquéritos Policiais Militares (IPM’s) reviraram os meios acadêmicos e as direções do movimento estudantil, em busca de supostos subversivos. “Apenas no IPM da UNE foram indiciadas setecentas e cinquenta pessoas”, relata João Roberto Martins Filho.¹⁷⁸

Contudo, o meio universitário, apesar de sofrer a intervenção repressiva do novo governo, não foi seu principal alvo de ataque. A repressão abateu-se principalmente sobre as lideranças sindicais e operárias. Assim, foi possível, no imediato pós-golpe, rearticular, aos poucos, as atividades do movimento estudantil, apesar das proibições legais. E, nessa nova conjuntura, seria uma nova geração de estudantes que assumiria o protagonismo do cenário estudantil e político nacional, como lembrou Daniel Aarão Reis:

(...) o processo repressivo em geral não foi muito duro para a classe média, inclusive porque a classe média tinha sido um esteio do golpe. O movimento estudantil, em particular, embora atingido, teve condições de rearticulação relativamente favoráveis. Mas a rearticulação já vai ser empreendida pela nova geração. (...) mesmo no nível dos segmentos mais radicais do

¹⁷⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 68-69.

¹⁷⁷ *O Estado de São Paulo*, “USP: professor formula protesto”, 15 de maio de 1964.

¹⁷⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 83.

movimento onde nós estávamos, a Dissidência do Partido Comunista e a Ação Popular, foram muito poucos os veteranos que permaneceram.¹⁷⁹

Ainda no final de 1964, os novos donos do poder decretaram a extinção da UNE e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) e sua substituição por organismos de representação direta e *efetivamente* subordinados ao Estado. A *Lei Suplicy* (Lei nº 4.464), de autoria do então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda e aprovada em novembro de 1964¹⁸⁰, propunha-se, na visão de seu autor, a “salvar a universidade, instituir uma elite autêntica e deixar de lado a UNE”.¹⁸¹ A lei instituía a criação de Diretórios Acadêmicos (DA's) em cada faculdade, de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE's), e de um Diretório Nacional Estudantil (DNE), todos organicamente vinculados às administrações universitárias e ao próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC), além de subordinar as eleições ao controle dos burocratas do ensino e criar o voto obrigatório. Desta forma, pretendia-se anular o grau de *autonomia* que as entidades civis dos estudantes gozavam até então e afastar a categoria estudantil das manifestações políticas, já que, segundo a concepção da *Doutrina de Segurança Nacional*, era preocupante “a presença, sem travas, dos estudantes na política nacional”.¹⁸² Assim sendo, pela Lei Suplicy, ficava “(...) vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares, isto é, greves”.¹⁸³

De acordo com João Roberto Martins Filho,

os militares subiram ao poder com um plano de reconstrução das entidades estudantis e de despolitização das faculdades. O “estudante autêntico” deveria assumir o primeiro plano e impor no meio universitário a verdadeira vocação do estudantado: o patriotismo, a dedicação aos estudos e o

¹⁷⁹ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 10.

¹⁸⁰ A “Lei Suplicy” foi aprovada no Congresso Nacional por estreita margem de votos: 126 a favor e 117 contra.

¹⁸¹ *O Estado de São Paulo*, “Suplicy debate reestruturação dos grêmios”, 21 de Outubro de 1964.

¹⁸² VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *op. cit.* p. 46.

¹⁸³ Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, artigo 14 *apud* FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *op. cit.* p. 60. É importante ressaltar que a proibição de ações partidárias estava presente nos estatutos originais da União Nacional dos Estudantes, cuja origem remonta à realização do I Conselho Nacional dos Estudantes, realizado em 11 de agosto de 1937 na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, e que contou com o apoio do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Ao longo do governo Vargas, a Casa do Estudante recebeu vultosas doações federais e era essencialmente uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes. Segundo Maria Paula Araújo, “o projeto de criação de uma União Nacional dos Estudantes, às vésperas do Estado Novo e sob a chancela do Ministério da Educação, tinha o propósito político de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força deste segmento social que começava a se expandir”. No entanto, no II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938 e considerados por muitos o “verdadeiro” momento de fundação da UNE, “os estudantes demonstraram claramente sua disposição de participar do debate dos grandes temas nacionais, evidenciando a dimensão política do evento. No encerramento do congresso elegeu-se uma diretoria com um compromisso expressamente político. Nascia assim a União Nacional dos Estudantes, combativa e politicamente atuante”. CF. ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 23-27.

afastamento da política. Os “estudantes profissionais” seriam isolados e, em seguida, controlados. Construídas à semelhança do sindicalismo controlado pelo Estado, novas entidades estudantis seriam erigidas, com o apoio entusiástico dos jovens de boa índole.¹⁸⁴

Contudo, contrariando as expectativas do governo, a reação à Lei Suplicy, em defesa da UNE e de suas formas tradicionais de expressão política, acabou unindo as mais diversas tendências do movimento estudantil, de liberais a marxistas: “Essa lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes”.¹⁸⁵ Segundo João Roberto Martins Filho, os primeiros a se levantar contra a política ditatorial destinada aos estudantes foram os grupos *liberais* presentes nas entidades estudantis, que haviam encarado com simpatia ou apoiado de forma reservada o golpe de 64, pois

(...) o liberalismo elitista não se colocava exatamente contra a UNE, mas contra o domínio da UNE pelas correntes de esquerda. Nesse sentido, não se pretendia a sua extinção, mas a sua “renovação”, colocando-se contra a perda de uma entidade que considerava de fundamental importância para a representação dos interesses dos estudantes “democratas”.¹⁸⁶

Assim, ainda segundo o autor, “as primeiras manifestações de descontentamento do meio universitário diante das medidas anunciadas pelo novo governo Castelo Branco originaram-se das associações que haviam escapado ao fechamento e à repressão, porque haviam se colocado, tacitamente, a favor da intervenção militar”.¹⁸⁷ Isso significa que foram estas organizações sobreviventes ao golpe, com um signo liberal elitista, que propiciaram a reorganização gradual da oposição dos estudantes às medidas anunciadas para o meio estudantil.¹⁸⁸

O repúdio à política autoritária para a universidade se constituiu como ponto de união do conjunto da categoria estudantil no pós-golpe, ainda que os setores liberais defendessem a preservação do movimento estudantil da influência da esquerda e se apresentassem como porta-vozes das “legítimas” aspirações estudantis. Assim sendo, a luta contra a legislação

¹⁸⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil dos anos 1960”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 183-198. p. 189. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

¹⁸⁵ DANTAS, Altino *apud* SANTOS, Nilton et al. *História da UNE – depoimentos de ex-dirigentes*. Vol. 1, São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p. 32.

¹⁸⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 90.

¹⁸⁷ *Idem.*

¹⁸⁸ O caso mais emblemático nesse sentido foi o da União Metropolitana dos Estudantes (UME), talvez a entidade de maior tradição política no movimento universitário, depois da UNE. Até 1963, a UME esteve liderada pelas esquerdas; na conjuntura do golpe passou às mãos das correntes liberal-elitistas e, logo em

autoritária representou o pontapé inicial para a reorganização política do movimento estudantil, durante o ano de 1965, sobretudo na Guanabara, em São Paulo e em Brasília. Além disso, esse contexto propiciou a retomada gradativa da influência da esquerda no meio estudantil.

Em julho de 1965, a UNE realizou, clandestinamente em São Paulo, o XXVII Congresso Nacional de Estudantes. Em seu primeiro Congresso após o golpe civil-militar, a entidade adotou “como decisão mais importante o boicote à Lei Suplicy de Lacerda, transformando o 16 de agosto no Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação”.¹⁸⁹ Após o Congresso, o Ministro Suplicy, referindo-se, em entrevista, ao cumprimento da Lei (conhecida por seu sobrenome), advertiu: “A simples discussão do assunto está a demonstrar que há ainda colônias de vírus entre estudantes, a ameaçar o futuro de um povo inteiro”.¹⁹⁰ Em seguida, ressaltou: “Não é a lei em si, que tem importância capital, mas o pretexto da lei para se continuar a subversão nos meios universitários, garantindo-se, assim, a contra-revolução capitaneada por ladrões que fugiram da política, por corruptos e corruptores e por comunistas de várias tonalidades”.¹⁹¹

Na esteira do combate à Lei Suplicy¹⁹², as esquerdas universitárias rearticularam-se, conforme analisou Marcelo Ridenti:

Pela sua fraqueza orgânica, inserida num quadro nacional em que os setores civis moderados de direita estavam cada vez menos influentes diante da militarização crescente do governo, os estudantes liberais foram logo substituídos na direção das entidades por estudantes de esquerda, que aos poucos retomavam o lugar de destaque ocupado no movimento estudantil desde o final dos anos 50, perdido principalmente em razão da repressão pós-golpe.¹⁹³

seguida, quando da rearticulação do movimento estudantil no pós-1964, voltaria a ser dirigida pelas correntes de esquerda.

¹⁸⁹ *Jornal do Brasil*, “Congresso dos Estudantes decide boicotar a Lei Suplicy”, 1º de agosto de 1965.

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1965.

¹⁹¹ *Idem*.

¹⁹² Em março de 1965, a UNE realizou um plebiscito nacional, cujos resultados expressaram uma significativa condenação à Lei Suplicy. Segundo os dados mencionados por Artur Poerner, 92,5% dos universitários de todo o país votaram contra a lei, sendo 7.583 votantes cariocas, com percentagem de repúdio alcançando 81,33%. Cf. POERNER, Artur José. *op. cit.* p. 240, onde há cifras detalhadas sobre os resultados na Guanabara, em cada faculdade. Os estudantes também se recusaram, em muitas faculdades, a votar nas eleições para entidades artificialmente criadas e criaram centros acadêmicos livres, como ocorreu na Faculdade Nacional de Direito e também na Faculdade Nacional de Filosofia. A Lei Suplicy foi formalmente revogada pelo Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, o chamado *Decreto Aragão*, nome do novo Ministro da Educação, Moniz de Aragão. Com o decreto, foram extintas as entidades estudantis em nível nacional e estadual, dando lugar apenas aos DA's e DCE's ligados às direções das faculdades. A partir da proibição do funcionamento da UNE, também como associação civil, surge o termo “Ex-UNE” nas referências da imprensa à intensa atividade clandestina daquele organismo nos anos de 1967 e 1968.

¹⁹³ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 127.

Em pouco tempo, as correntes de esquerda reorganizaram suas atividades e reconquistaram sua posição de destaque no seio do movimento estudantil, assumindo a UEE (SP), a UME (GB) e a própria UNE que, a partir de então, mesmo na clandestinidade, se tornaria território exclusivo dos grupos de esquerda.

A ascensão das esquerdas no meio estudantil levou o governo a definir a Universidade como uma área de preocupação, na ótica da política de segurança interna. Dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, o *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra fornecia um conjunto de “índices de inconformismo”, que deveriam ser medidos e condicionariam a atitude do governo frente aos diversos segmentos da sociedade. Entre esses índices destacavam-se: “1. A maior ou menor quantidade de núcleos de inconformismo; 2. o grau de intensidade de sua atuação; 3. a qualidade e quantidade de pessoas que integram esses núcleos; 4. as repercussões emocionais provocadas pela sua atuação no seio da população”.¹⁹⁴

Não demoraria para que, em 1966, o movimento estudantil preenchesse a maior parte das condições que o configuraram como uma “ameaça” à Segurança Interna, como sentenciou o general-presidente Castelo Branco: “O governo chegou à conclusão de que a agitação estudantil que se observa neste momento tem inspiração comunista e alcance subversivo e vai agir em conseqüência”.¹⁹⁵

Partindo dessa perspectiva, o governo passou a reprimir violentamente as reuniões estudantis então proibidas. Em julho de 1966, as tropas da Polícia Militar e das Forças Armadas foram usadas na tentativa de impedir a realização do XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte.¹⁹⁶ No mês seguinte, o congresso da UEE paulista foi invadido e 178 estudantes foram presos. A prisão dos estudantes propiciou o início da chamada *Setembrada* – uma extensa série de protestos estudantis que, por dez dias, se estenderam por todo o país. Mas o evento de maior repercussão nacional seria a invasão da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), no *campus* da Praia Vermelha, no Estado da Guanabara. O prédio foi invadido, estudantes espancados dentro e fora da faculdade, onde um “corredor polonês” tornava visíveis à imprensa a violência contra os estudantes presos. O *Massacre da Praia Vermelha* – como ficou conhecido o episódio – gerou uma intensa onda de protestos.

¹⁹⁴ *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra *apud* ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 45.

¹⁹⁵ *Visão*, 29 de abril de 1966. p. 12.

¹⁹⁶ Os estudantes conseguiram burlar o poderoso aparato policial-militar e o Congresso foi realizado no interior de um convento católico. A nova diretoria eleita no encontro evidenciava a recomposição das esquerdas, sob a liderança da Ação Popular.

Se até 1966 foram os aspectos *políticos* da estratégia autoritária do governo que mobilizaram o movimento estudantil, a partir de 1967, com o agravamento da crise do sistema universitário, os problemas *educacionais* voltaram à tona, em especial no que se refere aos *excedentes*, alunos aprovados no vestibular, mas não classificados para ocupar o reduzido número de vagas nas universidades.

Antes de 1964, sucessivos governos levaram adiante uma política educacional “integradora”, através de uma série de medidas que possibilitaram à classe média o ingresso maciço nas escolas superiores. Contudo, após 1964, os recursos governamentais para o ensino superior diminuíram acentuadamente, o que propiciava o congelamento na oferta de vagas nas faculdades, enquanto a procura aumentava drasticamente. O número de “excedentes” aumentava a cada ano. Em todo o país, diversas greves universitárias foram deflagradas, ao lado de manifestações de alunos que reivindicavam mais vagas nas universidades. Segundo João Roberto Martins Filho, os protestos dos “excedentes” expressavam a luta das camadas médias pela preservação e expansão das conquistas realizadas no período anterior ao golpe, no quadro de seu projeto de ascensão social pela educação.¹⁹⁷ Além disso, a questão dos “excedentes” propiciou uma guinada no eixo das mobilizações estudantis do pós-1964, que retomariam a bandeira da reforma universitária.

Entretanto, as propostas de reestruturação das universidades também seriam empunhadas pelo governo, “nos moldes que lhe interessavam, ou seja, na perspectiva necessária para a nova fase de acumulação capitalista que se abria”.¹⁹⁸ Neste sentido, foi-se definindo gradualmente uma *política educacional autoritária*, “destinada a modernizar a escola superior no sentido de racionalizar custos e adaptar os currículos às necessidades da produção”.¹⁹⁹

Os Estados Unidos forneceram subsídios à reforma autoritária. Neste contexto, inserem-se os acordos firmados, logo após o golpe, entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, organismo diretamente vinculado ao Departamento de Estado americano. Os acordos MEC-USAID, assinados em caráter sigiloso entre 64 e 66, integram uma longa tradição de “colaboração técnica” entre o Brasil e os EUA. A atuação da USAID estava inserida no processo de difusão ideológica que, desde o final da II Guerra Mundial, os EUA realizavam na América Latina. Na década de 60, sobretudo após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado dos Estados Unidos mostrou

¹⁹⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 122-126.

¹⁹⁸ PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos anos 60 – utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 142.

renovado interesse em implementar acordos mais abrangentes, que, por sua vez, eram bem recebidos pelo governo brasileiro.

Epílogo dos Santos, membro da Diretoria do Ensino Superior do MEC, em discurso aos estudantes da Universidade de Stanford, explicitou a questão:

Nossa maior e natural vinculação é com o governo dos Estados Unidos, pelas tradições que ligam os dois países e pela ideologia, forma de governo, mesma maneira de pensar e porque sempre estivemos ligados ao país de vocês, porque defendemos os mesmos ideais.²⁰⁰

De forma geral, as propostas contidas nos acordos MEC-USAID – que seriam, em parte, implementadas através da reforma universitária e do ensino, a partir de 1968 – reforçavam “aspectos da manutenção do caráter seletivo e discriminatório do ensino, do privilégio da educação superior e dos cursos tecnológicos em detrimento dos de humanidades, dada a importância imputada ao ajuste entre planejamento educacional e o desenvolvimento econômico”.²⁰¹

Quando a renovação dos acordos veio à luz, em 1967, foi amplamente denunciada e o tema passou a ser um dos alvos mais freqüentes do movimento universitário, que denunciava a intervenção norte-americana no ensino brasileiro. Como ressaltou Maria Paula Araujo, “os estudantes brasileiros entenderam essa iniciativa como uma ingerência injustificada e descabida dos Estados Unidos na educação brasileira e denunciaram o aspecto tecnicista que enxergavam no acordo. Também denunciaram a submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos nesse acordo”.²⁰² Neste contexto, o movimento estudantil encontrava na luta pela reforma universitária e, sobretudo, no seu caráter nacionalista e anti-imperialista, o seu principal elemento de *continuidade* com o movimento do pré-1964.

Diante da intensificação dos protestos estudantis, o governo – já sob o comando do general Costa e Silva – optou pela retomada da repressão. No início de seu governo, o general Costa e Silva anunciava seus planos de aproximação com os estudantes e trabalhadores: “O entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis existirá no meu governo por obrigação e não por favor”.²⁰³ Não demoraria para que o “diálogo” fosse retirado da pauta e o Presidente mudasse o tom do discurso, declarando-se disposto a “assumir nova

¹⁹⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 2007. p. 193.

²⁰⁰ *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1967.

²⁰¹ PELEGRINI, Sandra. *op. cit.* p. 109.

²⁰² ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 158.

²⁰³ COSTA E SILVA, Artur da *apud* OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 109.

posição, mais enérgica e severa, em relação às recentes agitações estudantis que ultimamente se têm verificado em todo o país”.²⁰⁴

A crescente militarização do Estado e o “fechamento” da cena política delineavam novos contornos para a vida universitária, pois era “evidente que a condução da política estudantil, das relações do governo com os estudantes, passou a ser de direito o que já era de fato, uma questão colocada no âmbito da segurança, uma operação quase militar ou paramilitar”.²⁰⁵ Por sua vez, a mobilização e radicalização dos estudantes assumiam graus nunca antes vistos no país. E, assim, a atuação do movimento estudantil consolidava-se no cenário político nacional.

* * *

Foi nesse contexto de crescente mobilização e radicalização do movimento estudantil, após o golpe de 1964, que a Dissidência Comunista da Guanabara encontrou terreno fértil para sua organização e consolidação no meio estudantil e político nacional. De fato, a história da Dissidência do PCB, na Guanabara, está intrinsecamente ligada à história do movimento estudantil carioca.

Como acompanhamos, após o golpe de 1964, as correntes de esquerda se viram temporariamente afastadas da direção de importantes entidades estudantis. Contudo, como vimos, as esquerdas conseguiram reorganizar suas atividades e retomar sua influência no movimento estudantil. Concomitantemente, as bases universitárias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) aprofundavam o processo de divergências internas que, como mencionado anteriormente, culminariam em muitas cisões e “rachas”, das quais o “Partidão” jamais conseguiu se recuperar. Nesse contexto, essas correntes, que depois viriam a ser conhecidas como “Dissidências”, reconquistaram a direção de importantes centros acadêmicos.

Na Guanabara, a Dissidência do PCB – ainda não oficialmente desligada do Partido – assumiu o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, um dos mais ativos do país.²⁰⁶ Inicialmente, em 1965, os *dissidentes*, juntamente com outras correntes de esquerda, seguindo diretrizes definidas no último congresso da UNE (realizado em julho daquele ano), recusaram-se a participar das eleições oficialmente

²⁰⁴ *O Estado de São Paulo*, “Estudantes: governo irá rever sua posição”, 27 de maio de 1967. p. 4.

²⁰⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder – o Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. v. II. p. 248.

²⁰⁶ Um importante instrumento dos militantes comunistas da Faculdade Nacional de Direito, já organizados em uma *fração*, foi o jornal mimeografado *A Arma da Crítica*, que circulava clandestino à direção do PCB.

convocadas para o CACO (assim como para outros centros acadêmicos), de acordo com as normas estabelecidas pela “Lei Suplicy”, que, como vimos, visava despolitizar as entidades estudantis e substituí-las por diretórios organicamente vinculados às administrações universitárias e ao próprio Ministério da Educação e Cultura. No entanto, vale destacar que essa orientação – defendida pela Ação Popular e pelas Dissidências mais radicais – que incentivava o boicote às eleições oficiais e a criação de entidades estudantis livres só foi viabilizada em poucos lugares, onde a radicalização política era maior.²⁰⁷

Na Faculdade Nacional de Direito, na Guanabara, o CACO-Livre, dirigido por Antônio Serra (militante a Ação Popular), se reunia no bar localizado em frente à faculdade, logo apelidado de “Uruguai”, em referência ao país que abrigava muitos dos exilados políticos brasileiros, após o golpe de 1964. Na análise de Artur Poerner, a política dos centros acadêmicos livres não foi muito eficaz, pois

a não-participação nas eleições, como forma de protesto contra a Lei Suplicy, equivaleu, assim, à marginalização dos estudantes progressistas, fator que, aliado à subestimação das reivindicações de caráter educacional e a novo surto de repressão policial-militar, voltou a enfraquecer o movimento estudantil.²⁰⁸

Vladimir Palmeira, uma das mais destacadas lideranças políticas no CACO e no movimento estudantil nacional, ao reavaliar a experiência passada, também critica a tática adotada pelos estudantes naquele momento:

Nós adotamos a tática errada, que era de boicote à lei, de forma que largamos o diretório oficial e concorremos a um diretório que nós criamos na rua e batizamos de Caco-Livre. Ora, com isso, nós entregamos à direita o diretório oficial. E a direita, que não tinha força nenhuma, era muito atomizada, passou a ter um instrumento de organização e congregação que nós entregamos grátis para ela.²⁰⁹

Em que pese as críticas, é preciso ressaltar que os centros acadêmicos livres exerceram um papel importante, como destacou Artur Poerner: “desde o seu aparecimento, em franca transgressão à Lei Suplicy, desenvolveram intensíssima atuação nas passeatas promovidas pela UNE (...), na campanha contra a destruição da Universidade de Brasília e no Congresso da UME”.²¹⁰ Ainda segundo o autor, o CACO-Livre, em especial, “constituído pela vontade

²⁰⁷ Na Guanabara, por exemplo, isso só foi possível nas Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia.

²⁰⁸ POERNER, Artur José. *op. cit.* 1995. p. 241.

²⁰⁹ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 5.

²¹⁰ POERNER, Artur José. *op. cit.* 1995. p. 241.

da maioria esmagadora dos alunos da Faculdade Nacional de Direito, o que o credenciava como órgão de massas autenticamente representativo, manteve uma atitude constante de denúncia e resistência ante a ditadura”.²¹¹ Entretanto, quase um ano depois de iniciar suas atividades, os membros do CACO-Livre, apesar de valorizarem a atuação da entidade, reconheceram, através de seu órgão de imprensa *Caco-Livre*, os erros de seu afastamento da faculdade:

(...) este não é um diretório como os de antes de 1º de abril. Até então o DA [Diretório Acadêmico] era um organismo dos alunos e somente ele expressava o pensamento e os interesses reivindicatórios e políticos do corpo discente – e como tal era aceito e respeitado pelos demais órgãos universitários. Ora, a Lei Suplicy veio justamente tentar tudo isso (...) Objetivamente, o propósito da lei é extinguir o movimento estudantil, por ser o único setor organizado a se opor à ditadura: daí criar uma estrutura como a dos sindicatos estudantis oficiais espanhóis (...) Ao esmo tempo, todo o aparelho administrativo do DA foi desmontado: o que a gestão Reforma (o partido progressista na política interna da faculdade) conseguira (cooperativa, Departamento de Edição, controle do restaurante, cantina, biblioteca, queda do Regimento Interno, aumento de vagas para 600 etc.) foi tudo extinto ou passou para a diretoria da faculdade. Sob a orientação direta do MEC-Dops, essas medidas visavam a tirar do DA instrumentos de trabalho, ação e ligação com a massa (...) Ora, de um lado a repressão da Lei Suplicy; de outro, a da polícia e dos órgãos do governo e, por fim, a necessidade de levar o movimento estudantil a uma posição frontal à ditadura – tudo isso fez o Congresso Nacional de Estudantes, em julho de 1965, se definir pelo boicote à Lei Suplicy e passar a uma forma de luta superior, o DA livre (...) Foi nesse sentido que a Convenção da Reforma optou pelo Caco-Livre. Um DA que dispensaria à ditadura fechá-lo, pois estava fora do controle da Lei Suplicy; um DA que leva o apoio da maioria do corpo discente, obtido numa campanha de um dia, numa eleição realizada na rua e empossado nela mesma (...) A partir daí foi o Caco-Livre jogado num intensíssimo trabalho externo (...) *tudo demandou de nossa parte uma atuação de vanguarda, levando à ausência da faculdade e do vestibular (...) Reconhece a diretoria do Caco-Livre o grave erro na dispersão de forças causada pela sua ausência na faculdade, a preço de uma exigência do movimento estudantil da Guanabara. (...) A tarefa é unir todos os estudantes contra a ditadura, pois, enquanto esta perdurar, a universidade será arcaica e opressiva. Por isso, o Caco-Livre é representativo, por isso o Caco-Livre permanecerá até a derrubada da ditadura.*²¹²

No final de 1965, logo após a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2)²¹³, os *dissidentes*

²¹¹ *Idem.*

²¹² *CACO-LIVRE* (órgão oficial do CACO-Livre da Faculdade Nacional de Direito), Guanabara, nº 1, maio de 1966 *apud* POERNER, Artur José. *op. cit.* 1995. p. 243-244. Grifos nossos.

²¹³ O AI-1 (1964) assegurava ao novo governo meios de se impor ao todo social, principalmente ao suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, cassar mandatos, etc. O AI-2 (1965) permitiu ao Executivo impor-se sobre o Legislativo, extinguiu os partidos políticos, facilitou intervenções federais nos Estados e estabeleceu a eleição indireta para Presidente da República. Posteriormente, seria autorizada a existência de apenas dois partidos: um de situação, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um de oposição moderada, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, ao longo da ditadura, sofreria cassações e outros mecanismos de repressão, sempre que seus políticos se excedessem aos olhos do governo.

do CACO organizaram, juntamente com os da Faculdade Nacional de Filosofia, uma passeata de protesto contra a ditadura. Segundo depoimento de Daniel Aarão Reis, concedido a Marcelo Ridenti, este foi

o primeiro gesto de independência que a gente [Dissidência] teve em relação ao Partidão, que sempre recomendava o máximo de prudência política. A pesar disso, organizamos uma passeata, que reuniu no máximo 200 pessoas, praticamente só estudantes, e acabou dispersada pelo DOPS. Além desse ato de protesto, só houve um ouro no Brasil contra o AI-2, promovido pela AP, em Belo Horizonte. Saiu nos jornais no dia seguinte.²¹⁴

Já Vladimir Palmeira assim descreve o episódio:

Quando chegou setembro de 1965, marcamos, junto com alguns caras da Filosofia e com o funcionalismo público, o primeiro ato de rua contra a ditadura militar. Esse ato ia ser um julgamento da ditadura na Central do Brasil, que era o papel dos estudantes de Direito. Os estudantes de filosofia iam sair da Avenida Antonio Carlos e iam se juntar na Cinelândia, onde haveria uma manifestação dos funcionários, e nos encontraríamos todos na Central. Na verdade, nesse dia, saiu o Ato nº 2. Então, cancelaram todas as manifestações e o pessoal que restava foi para o CACO e lá passaram três horas discutindo se saía ou não. De forma que quando saiu, não tinha mais operário. Operário tinha horário, a partir de 16h:30 até 18h. Depois, não tinha mais operário, o pessoal já tinha ido embora. (...) Mas nós, radicais, ganhamos que devíamos ir, pelo menos, fazer um agito na Central. Mas não mais o julgamento. Fomos e fizemos um agito. Eram umas 80 pessoas pela calçada, fazendo a manifestação. Todo mundo gritando uma bobagem, tipo sei lá o quê: “Só organização derruba a ditadura!”. Não lembro mais o que era. Quando chegamos na Central do Brasil, fomos aplaudidíssimos pelo proletariado e pelas putas. Foi um delírio. Fomos recebidos em ovação. Já não tinha mais operário, que era o nosso alvo, mas fizemos. (...) Aí chegou um carro da DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), um miserável carro da DOPS, que disse: “Vocês tem um minuto pra se dispersar”. Jogaram imediatamente uma bomba, aí nós nos dispersamos. (...) No dia seguinte, o *JB* [Jornal do Brasil] botou três atos: era o ato de força, que era o Ato nº 2, o ato de apoio, que era não sei mais de quem, da ARENA, e o ato de protesto, que era o nosso. Foi a glória.²¹⁵

Nesse contexto, os membros da DI-GB começaram a conquistar cada vez mais espaço dentro da Faculdade Nacional de Direito e na Faculdade Nacional de Filosofia, sobretudo entre os que ingressaram na universidade a partir de 1964. Esta nova geração de estudantes, formada por muitos *calouros*, vai, gradualmente, substituir os *veteranos*, muitos dos quais ainda eram ligados ao PCB. Nesse processo, os jovens *dissidentes* utilizaram uma tática bem peculiar para afastar as antigas lideranças, como relatou Daniel Aarão Reis:

²¹⁴ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 136.

(...) mesmo no nível dos segmentos mais radicais do movimento onde nós estávamos, a Dissidência do Partido Comunista e a Ação Popular, eram muito poucos os veteranos que permaneceram. Eu me lembro que, no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o Partido Comunista tinha uma base de cinquenta e cinco filiados. É muita coisa. Nós queríamos nos livrar deles. Descobrimos nos estatutos do PCB que o estudante que faltasse a três reuniões seguidas ou cinco alternadas sem justificativa podia ser sumariamente excluído. Então, nós aplicamos o estatuto do PC. Rapidamente toda aquela gente tinha ido embora e dava graças a Deus por ter sido expulso, também já não queriam mais nada e se ficassem poderiam ter problemas. Viram que nós éramos demasiadamente radicais para o gosto deles. Assim, não houve grande conflito, a gente conseguiu depurar aquela base, de maneira que, em pouco tempo, a base do CACO só tinha gente que tinha entrado a partir de 1964 na faculdade. Aqueles cinquenta e cinco ficaram para o passado. Na base da Filosofia, o Partido Comunista tinha cento e vinte filiados. Também houve ali uma depuração e, rapidamente, sobraram três ou quatro que davam certa assessoria. Era tudo gente nova que entrou a partir de 1964 e 1965, na maneira que pudemos começar um trabalho com um nível relativo de liberdade, apesar da ditadura.²¹⁶

Em 1965, por ocasião das eleições para governador da Guanabara, as divergências entre os *dissidentes* e a direção do PCB ficariam evidentes. O “Partidão” orientou seus militantes a fazer campanha para o candidato de oposição, Francisco Negrão de Lima. Contudo, como relatou Daniel Aarão Reis:

nós éramos favoráveis ao voto nulo, mas nessa época não sentimos que tínhamos força para deixar de fazer o que o Partidão mandava. Como não queríamos fazer, a gente ia pros pontos, pegava o material de propaganda do Negrão e quando o assistente do Partidão ia embora, a gente jogava o material no bueiro, não fazíamos campanha.²¹⁷

O apoio dos comunistas à candidatura de Negrão de Lima foi exposto, em tom de denúncia, pela grande imprensa. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, estampava a matéria “Partido Comunista dá apoio oficial à candidatura Negrão”.²¹⁸ Às vésperas da eleição, o mesmo periódico alertava: “PC reúne em torno de Negrão as forças banidas pela Revolução”²¹⁹ e “Apoio comunista a Negrão faz economia privada se retirar”.²²⁰ Contudo, no pleito de outubro de 1965, Negrão de Lima foi vitorioso, eleito com um sentido de oposição à ditadura.²²¹ Em sua campanha, o então candidato afirmara:

²¹⁵ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 5-6.

²¹⁶ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 10.

²¹⁷ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 16.

²¹⁸ *Jornal do Brasil*, 27 de setembro de 1965. p. 6.

²¹⁹ *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1965. p. 3.

²²⁰ *Idem.* p. 1.

²²¹ O Ato Institucional nº 2 foi lançado, em 1965, após a vitória dos candidatos de oposição em importantes Estados da Federação: Minas Gerais e Guanabara, que eram, respectivamente, o 2º e 3º colégios eleitorais do

Prometo que, no meu governo, os intelectuais e os estudantes poderão manifestar livremente suas opiniões, porque não admito o delito de opinião, nem patrocino o terrorismo cultural, e me empenharei, na medida das minhas forças, pela restituição dos direitos políticos a todos os brasileiros que não foram condenados pela Justiça.²²²

No entanto, não tardaria para que os estudantes do CACO, hegemonizados pela Dissidência da Guanabara, avaliassem negativamente o governo de Negrão de Lima:

Como a de Israel Pinheiro [eleito governador de Minas Gerais], sua política revelou-se um instrumento fiel à ditadura, peça importante do aparelho repressivo que esmaga os movimentos populares (...) Desmascaram-se assim, na primeira oportunidade, as falsas oposições interessadas somente numa composição com a ditadura em termos mais favoráveis às suas bases econômicas de sustentação e sempre temerosas diante do fortalecimento e da organização dos movimentos populares. (...) Reafirma-se a necessidade de organização popular, independente, para conduzir a luta contra a ditadura e canalizar todos os esforços isolados para sua derrubada (...) Devemos, por isso, ter em mente a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a polícia da ditadura. Esse é o caminho que o movimento estudantil decidiu tomar e que o levará a fundir-se nas ruas com o resto do povo oprimido pelo atual regime.²²³

À direção do PCB, não escapava as atividades dissidentes de seus militantes. Dessa forma, além de amargar a derrota histórica de 1964, pela qual era responsabilizado, e enfrentar a repressão e as oposições de grupos mais a esquerda externamente – Ação Popular e POLOP, por exemplo – e internamente – a Corrente Revolucionária –, também era preciso agir para frear as atividades daqueles “meninos” que frontalmente desafiavam as orientações partidárias. Utilizando-se dos estatutos do PCB, a direção convocou o *Ativo Resolutivo Político* (ARP), que reunia

os secretários políticos das bases partidárias sob a coordenação do Comitê Universitário e do Comitê Estadual do PCB. Foi como se alguém jogasse gasolina numa fogueira para tentar apagá-la. No interior do ARP foi possível

país. Em Minas Gerais, Israel Pinheiro, candidato da coligação PSD-PTB, venceu a eleição contra o candidato do governador Magalhães Pinto, Roberto Resende, da UDN. Na Guanabara, Francisco Negrão de Lima, também candidato da coligação PSD-PTB, ganhou a eleição ao derrotar Carlos Flexa Ribeiro, candidato do governador Carlos Lacerda. Posteriormente, Negrão de Lima foi convocado a prestar esclarecimentos sobre sua relação com os comunistas, no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 709, que investigava as atividades do PCB. O então governador da Guanabara foi “inocentado” pelo IPM.

²²² “Discurso pronunciado pelo Sr. Negrão de Lima no encerramento da convenção do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no dia 8 de setembro de 1965”. p. 8-9. CPDOC/FGV. Arquivo Negrão de Lima. Série: Governador da Guanabara. (Referência: NLg 1965.05.05).

²²³ *CACO-LIVRE* (órgão oficial do CACO-Livre da Faculdade Nacional de Direito), Guanabara, nº 1, maio de 1966 *apud* POERNER, Artur José. *op. cit.* 1995. p. 246-247.

desenvolver contatos e, inclusive, legitimá-los. A luta interna cresceu e se radicalizou no contexto da maré montante do movimento estudantil.²²⁴

Como diz o ditado popular, “o tiro saiu pela culatra”. Assim, a tentativa do PCB de impedir a atuação dos militantes dissidentes acabou contribuindo para a organização de suas atividades, que, clandestinamente sob a forma da *fração*, se alastravam pelas universidades cariocas, recrutando cada vez mais membros. Não tardaria e essa dissidência clandestina viria à tona, consolidando o abismo que já se instalara entre os *pecebistas* e os *dissidentes*.

Se nas eleições de 1965 para governador, os *dissidentes* acataram, ainda que a contragosto, as orientações do PCB, o mesmo não aconteceria em novembro do ano seguinte, quando das eleições parlamentares, conforme lembrou Daniel Aarão Reis: “houve eleições parlamentares e nós resolvemos pregar o voto nulo e o Partidão tinha os seus candidatos, e ordenou que a gente votasse nos candidatos! Aí a gente resolveu: “Não! Não íamos fazer isso”.²²⁵ Inserida no contexto de crescente radicalização estudantil e de aprofundamento das divergências com as táticas e estratégias propostas pelo PCB que, como exposto anteriormente, configurava uma verdadeira luta interna no Partido, a recusa em obedecer as orientações do partido culminou no rompimento definitivo dos *dissidentes* com o Partido Comunista Brasileiro. Assim sendo, em novembro de 1966, o “Partidão” partia-se, novamente. Neste “racha”, muitos militantes – que, na prática, já estavam desvinculados da direção do PCB – abandonaram as fileiras do velho partido comunista e fundaram, agora oficialmente e não mais como *fração*, uma nova organização.

Em 66, tínhamos várias entidades estudantis controladas por nós, resolvemos defender abertamente o voto nulo e aí nos retiramos do partido. O partido nos expulsou “barra” nos retiramos. E constituímos a dissidência universitária da Guanabara, uma organização política-revolucionária, que tinha como (...) objetivo fazer a política estudantil-revolucionária.²²⁶

A partir de então, como relembra um dos fundadores da DI-GB, Vladimir Palmeira, “passamos a ser conhecidos como Dissidência Comunista da Guanabara, convertendo-nos em uma organização política independente, com uma definição orientada para a luta armada, mas com uma visão ainda bem pouco clara do que era a realidade brasileira”.²²⁷

Poucos meses antes do “racha” definitivo com o PCB, os militantes da DI-GB da

²²⁴ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.*, p. 134.

²²⁵ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 16.

²²⁶ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 16.

²²⁷ PALMEIRA, Vladimir. *op. cit.* 1976. p. 28.

Faculdade Nacional de Direito decidiram reavaliar criticamente sua atuação no CACO-Livre e, em 1966, disputaram as eleições oficiais para o centro acadêmico:

A experiência foi desastrosa, porque a gente manteve uma agitação política grande, porém sem grande repercussão entre os estudantes. A direita se fortaleceu fazendo atividades, seminários. Havia uma atlética grande, tinha totó, pingue-pongue, eles começaram a administrar tudo. O resultado foi que a gente sentiu que realmente tinha cometido um erro. No outro ano, a gente reviu. A AP resistiu a rigor. A revisão dessa política já está se articulando com a revisão mais geral que virá. A gente compreendeu que pra fazer o movimento estudantil digno desse nome nós teríamos que nos aproximar dos estudantes. Os estudantes viam os diretórios como seus, e não como diretórios da ditadura. O diretório era um conjunto de salas, era uma tradição, era uma simbologia que pertencia aos estudantes. Tinha sido realmente um erro político de avaliação brutal. Inclusive, porque os diretórios, apesar de tolidos por uma legislação que cada vez se tornava mais repressiva, com diretores mais repressivos, eles tinham margens de atuação muito interessantes. Aí, a gente voltou. Nos propusemos, nas eleições seguintes de 1966, a disputar o CACO: o Vladimir Palmeira como candidato a presidente e eu como vice-presidente do Vladimir. Ganhamos o CACO, e voltamos.²²⁸

Vladimir Palmeira também relatou sua eleição para a presidência do CACO e lembrou que foi nesse momento que começou a se destacar como grande orador e líder estudantil de massa:

Teve um dia, numa ação no CACO [organizada em solidariedade a dois estudantes suspensos por conta de sua militância política] (...) Fui para ver se puxava um cabra pra falar, porque tinha gente que não estava falando. Quando eu cheguei, estava encerrada a assembléia. Na hora, eu disse: “Pára, pára, pára, não pode acabar!” Fiz um comício, e foi um comício. Agradei. Pronto. Foi o primeiro comício de fato que eu fiz na escola, já no terceiro ano. Quando eu estava falando, gritou um cara que depois virou meu chapa: “Manda brasa baiano!” Foi nesse dia que descobri o meu sotaque. Eu sempre achei que não tinha sotaque. Nesse dia, eu vi que tinha um eco com aquele sotaque pronunciado. Falei e foi um sucesso. Os estudantes começaram a fazer a minha campanha. Eles queriam que eu fosse, então, o presidente do CACO. O fato é que na hora de escolher, a esquerda me escolheu não porque eu era o mais fácil eleitoralmente, mas porque eu também era considerado o mais radical na luta interna, o que era uma bobagem, uma informação errada. Com isso, eu ganhei do Daniel [Aarão Reis]. Eu votei no Daniel, Daniel votou em mim. Eu fui presidente, Daniel primeiro vice-presidente.²²⁹

Dessa forma, os laços da DI-GB com o movimento estudantil seriam definitivamente consagrados com a eleição de Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis, militantes da

²²⁸ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 14-15.

Dissidência, para a presidência e vice-presidência, respectivamente, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o mais conhecido e ativo politicamente no movimento estudantil carioca.

À frente do CACO e de outras importantes entidades estudantis, a Dissidência vai começar a delinear um estilo próprio de militância e reivindicações que se tornariam sua marca registrada e conquistariam amplo apoio entre as bases estudantis. Essa nova perspectiva de atuação política no movimento estudantil era perceptível no próprio cotidiano dos estudantes:

(...) no seio das Dissidências – e aí o papel do Vladimir Palmeira é muito importante –, vai começar a se estruturar uma visão crítica a essa proposta de mobilizar os estudantes em torno de grandes bandeiras. Vai se estruturar uma visão crítica a isso, lutando para que a gente conjugue as grandes bandeiras com um inventário e um assumimento das bandeiras específicas do movimento estudantil. Essa vai ser a grande contribuição da Dissidência da Guanabara (...) Os militantes todos da nossa base ficavam no Uruguai [o bar em frente à Faculdade Nacional de Direito] em altos papos noite adentro. Ninguém ia às aulas, ninguém participava das aulas e ali a coisa ia se alimentando. A grande política era o assunto (...) Ou, então, os estudantes ficavam no diretório acadêmico. Sobretudo depois que a gente conseguiu recuperar o diretório, em 1966, a gente ficava ali, nas poltronas, discutindo os destinos da humanidade e fazendo murais contra a Guerra do Vietnã, pela revolução Cubana, Che Guevara etc. Aí, a gente começou a perceber o nosso isolamento das bases estudantis, que tinham votado na gente, em nome da liberdade, contra a reação, contra a ditadura, contra os gorilas etc. A gente estava se afastando do conjunto. Como houve essa reversão, qual foi a diretiva que a gente deu na base? Todo mundo tem que assistir aula. Todo mundo tem que ir para as turmas constituir grupos de estudos. Os nossos militantes têm que ser bons estudantes. Era uma orientação que rompia com aquela mini-tradição que estava começando a se constituir de isolamento. (...) Então, nós conseguimos, no âmbito da Dissidência, ganhar a turma ou o pessoal que vinha se estruturando para essa necessidade de conjugar grandes bandeiras políticas com um programa de reivindicação, de interesse imediato dos estudantes. Enfim, não tirar o programa da cartola, mas fazer reuniões por turmas, as chamadas assembléias de turmas, para que essas assembléias fossem capazes de definir realmente o que era o problema delas, quais eram as dificuldades. E aí fazia um processo de baixo pra cima, pelas turmas.²³⁰

Não demoraria muito para que a Dissidência da Guanabara alcançasse ampla influência no meio estudantil carioca: “Chegamos a ser a Dissidência mais expressiva do país (...) Em pouco tempo tomamos conta do pedaço”.²³¹ De fato, já em 1966, a DI-GB controlava

²²⁹ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 7. Só a título de esclarecimento, Vladimir Palmeira é alagoano.

²³⁰ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 12-13.

²³¹ PALMEIRA, Vladimir *apud* DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura – o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo & Garamond, 1998. p. 52

as Faculdades Nacionais de Direito, Filosofia, Medicina e Arquitetura, as principais bases do movimento estudantil na Guanabara. Ainda em 1966, mais uma vitória para a Dissidência: Daniel Aarão Reis foi eleito presidente da União Metropolitana dos Estudantes, como então era conhecida a UEE da Guanabara.

Eleito presidente da UME, a mais importante entidade estudantil na Guanabara, em um congresso clandestino reunindo representantes de diversos diretórios cariocas, realizado na Igreja da Salete, no bairro do Rio Comprido, Daniel Aarão Reis relembra como sua candidatura foi viabilizada:

(...) eu fui eleito presidente da UME muito mais pela força da Dissidência, que já tinha se espreado em várias faculdades do Rio, do que por minha capacidade de liderança, que, em termos estaduais, não tinha nenhuma. Eu era um candidato do aparelho. A organização tinha crescido. Inclusive, a nossa organização tinha outros candidatos muito mais interessantes do que eu. Porém, na hora da eleição, esses candidatos não quiseram participar. Alegaram motivos pessoais. Era um grande pepino assumir a União Metropolitana naquela época, porque era uma estrutura inexistente, não tinha um local, uma sala, nada. Era uma organização ilegal. Era uma parada dura. Na verdade, a organização foi muito irresponsável permitindo que eu fosse eleito, porque eu era muito inexperiente na época. Não gratuitamente, nós tínhamos vários candidatos na minha frente. Uns alegaram que iam casar, outros que o pai não ia deixar, e sobrou pra mim. Vladimir [Palmeira] me deu muita força: “A gente vai te apoiar”. Eu acabei aceitando. (...) E, realmente, a gente teve êxito, porque conseguiu vertebrar o movimento estudantil.²³²

Vladimir Palmeira também relembra o apoio à candidatura de Daniel Aarão Reis para a UME e destaca como a direção da entidade foi fundamental para a rearticulação do movimento estudantil e a consolidação da Dissidência:

Ele [Daniel Aarão] queria que eu fosse para a UME, e eu não podia. Eu estava articulando o racha como Partidão. Eu disse: “Olha irmão, não dá!” Ele terminou aceitando o cargo, e foi um belíssimo presidente. Ele fez um trabalho pioneiro com os estudantes. (...) o pessoal que trabalhava na UME fez uma grande gestão. Foi a gestão que estabeleceu as bases da nova entidade, que era ilegal, clandestina, abandonada, sem recurso. (...) Ajudamos a formar a UME e, ao mesmo tempo, rachamos como Partido Comunista e criamos a Dissidência Comunista da Guanabara.²³³

Durante seu mandato (1966-1967), Daniel Aarão Reis liderou a reorganização da União Metropolitana dos Estudantes e iniciou um amplo movimento de articulações políticas nas faculdades cariocas, em especial na Universidade Rural, na Universidade do Estado da

²³² AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 15.

²³³ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 8.

Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e em outras faculdades independentes, que hoje formam a UNIRIO. Uma das principais bandeiras desta gestão da UME foi a defesa do restaurante estudantil do Calabouço, situado próximo ao Aeroporto Santos Dumont, e que era considerado um centro de fermentação política do movimento estudantil mesmo antes do golpe de 1964.²³⁴ Ocupado pelos militares desde o início de 1964, o restaurante foi ameaçado de extinção por um projeto de construção de um trevo viário. Nesse sentido, a atuação da UME contribuiu para a preservação do Calabouço e, concomitantemente, para o fortalecimento da Dissidência da Guanabara à frente do movimento estudantil carioca, como relatou o dirigente da entidade:

A minha UME fez isso, salvar o Calabouço, uma bandeira do movimento estudantil. Isso popularizou muito a UME. Eu frequentemente fazia discursos. Fazíamos passeata pra defender o restaurante. O trabalho em todas as universidades acabou vertebrando muito. Quando eu passei o mandato para o Vladimir, a UME já tinha uma estrutura, para os padrões da época. Continuava uma estrutura inteiramente ilegal, sem sala. A gente se apoiava nos vários diretórios. Já tínhamos recursos bastante consideráveis, mas tudo informal e nada, nenhuma estrutura física.²³⁵

Assim sendo, o ano de 1966 representa um marco na trajetória da DI-GB, pois como resumiu Vladimir Palmeira: “(...) 1966 marca a afirmação da nossa dissidência do PCB, a realização, pela primeira vez, de grandes manifestações de massas, e o controle, pela esquerda, do movimento estudantil da Guanabara”.²³⁶

As eleições que elegeram o sucessor de Daniel Aarão Reis na direção da União Metropolitana dos Estudantes representaram mais um passo na trajetória ascendente da DI-GB no movimento estudantil universitário e cuja influência já ultrapassava os limites da Guanabara. Em 1967, Vladimir Palmeira foi eleito para a presidência da UME e a sua gestão (1967-1968), em especial, foi palco da explosão máxima do movimento estudantil universitário brasileiro. Paralelamente à ascensão do movimento estudantil no cenário político nacional, a Dissidência da Guanabara também garantia seu lugar entre as organizações de esquerda mais atuantes e combativas no pós-1964 e cuja atuação, como veremos, romperia os limites universitários.

(...) o fato dele [Vladimir Palmeira] estar na presidência da UME fez com

²³⁴ Pouco tempo depois, em 1968, a luta dos estudantes do Calabouço representaria o fator maior das grandes manifestações estudantis que caracterizaram aquele ano, como veremos, mais adiante, em nosso segundo capítulo.

²³⁵ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 15-16.

²³⁶ PALMEIRA, Vladimir. *op. cit.* 1976. p. 28.

que a Dissidência se fortalecesse enormemente. Agora, paralelamente às lutas estudantis nas quais nós nos empenhávamos, havia toda uma discussão dentro das organizações revolucionárias a respeito do projeto revolucionário. (...) em termos globais, começou a surgir com muito mais força, ou melhor, com muita força, a perspectiva da luta armada!²³⁷

Assim como ocorrera com Daniel Aarão, Vladimir Palmeira também se candidatou à direção da UME, meio a contragosto:

(...) eu, como todo socialista, queria ir para o movimento operário. Você tinha dois tipos de cara: o cara que queria ir para luta armada e o cara que queria ir para o movimento operário, que era o mais clássico. Eu era mais clássico. (...) Eu fiz um acordo com a direção da Dissidência (...) Eu e Daniel [Aarão] sabíamos que o Daniel seria o candidato a presidente da UNE. Se o Daniel ganhasse, o Jacques, da Arquitetura, iria para a presidência da UME e eu iria para o movimento operário, para a clandestinidade. Mas se o Daniel perdesse a UNE, como nós não iríamos ter nenhuma expressão, era eu que ia ter que pegar a UME, porque eu tinha mais expressão nacional. (...) Nós perdemos por seis votos. (...) Então, eu fui obrigado a ir para a UME, porque tinha esse compromisso. Fui, então, para a presidência da UME.²³⁸

Sobre como foi a atuação da UME em sua gestão, Vladimir Palmeira relatou:

O Daniel Aarão Reis deixou uma base organizada. Fez uma investida na PUC e tinha uma entrada nas escolas que a gente chamava de independentes (...) Nós conseguimos entrar em algumas escolas, inclusive na direita. (...) para você ver o tamanho a diferença, eu estou dizendo grosseiramente (...) tinham 23 escolas organizadas quando o Daniel me entregou [a direção da UME]. Quando a gente entregou tinham umas 70. O salto de 1968 não é por mim não, nem pela minha gestão. Mostra o salto de massa que o movimento deu. Um negócio impressionante. Mas o trabalho do Daniel foi muito mais difícil, porque montar essas 23 escolas, 27 se não me engano, foi muito mais difícil do que depois sair de 27 para 70. As condições do movimento de massa não eram excepcionais. O Daniel fez, sobretudo, um trabalho de organização. (...) A massa nossa era mais organizada do que a de São Paulo, mas como movimento, a nossa estrutura era inferior. O nosso jornal era um jornalzinho, *O Metropolitano*, feito de forma tradicional. Você chegava em São Paulo, havia um jornal excelente. A gente morria de inveja da organização de São Paulo.²³⁹

A UME – liderada pela Dissidência da Guanabara – estabeleceu relações amistosas com a União Nacional dos Estudantes, entidade até então hegemônica por militantes da Ação Popular, o que não excluía o clima de rivalidade entre as duas organizações, que disputariam, sobretudo em 1968, a liderança do movimento estudantil universitário brasileiro.

²³⁷ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 23.

²³⁸ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 10.

Como salientou Daniel Aarão Reis: “nós dávamos toda força a UNE e, naturalmente, a Dissidência já se sentiu forte pra disputar a entidade”.²⁴⁰

Em 1967, realizou-se clandestinamente, em Vinhedo, no interior de São Paulo, o XXIX Congresso da UNE, em local cedido por setores progressistas da Igreja Católica, com a presença de cerca de 400 delegados de quase todos os Estados. Em meio ao terror repressivo, o Congresso – para o qual foi mobilizado todo o dispositivo policial de São Paulo – procedeu à eleição da nova diretoria da entidade. A Ação Popular manteve a presidência da UNE, pois Luís Travassos venceu o candidato das Dissidências, Daniel Aarão Reis, por apenas seis votos. Ainda assim, a AP foi obrigada a compartilhar a diretoria da entidade eleita no encontro com membros das Dissidências e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, mais conhecida como POLOP. O congresso estabeleceu a seguinte composição:

a corrente que até então detinha o poder hegemônico no movimento estudantil ficaria com quatro elementos na nova diretoria; uma nova força que emergia no movimento estudantil, aglutinando diversas tendências, principalmente de São Paulo e Rio (...) e espalhada por outros estados ficaria com três elementos e um terceiro grupo, com pouquíssima expressão numérica mas gozando de prestígio, indicaria três elementos.²⁴¹

Na prática, isso significava que a Ação Popular garantiu quatro membros na diretoria da UNE, as Dissidências do PCB contavam com três representantes e a POLOP (depois POC), com outros três.

O Congresso da UNE, em 1967, cristalizou as diferenças existentes no seio do movimento estudantil. Como analisou João Roberto Martins Filho,

(...) nessa reunião expressou-se pela primeira vez, no plano da entidade nacional, o crescimento das correntes opositoras à Ação Popular, obrigando-a a compartilhar a diretoria eleita naquele conclave (...) Ao mesmo tempo, no final dos trabalhos, ficariam evidentes as dificuldades em conciliar as propostas daquelas que viriam a ser, em 1968, as duas “posições” estudantis.²⁴²

A intensificação da atuação dos estudantes das Dissidências – que controlavam as entidades estudantis de maior peso na Guanabara (UME) e em São Paulo (UEE) – foi, em grande medida, responsável pela guinada no XXIX Congresso da UNE, que buscou

²³⁹ *Idem.* p. 10-11.

²⁴⁰ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 16.

²⁴¹ MACHADO, Luís Raul *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 57.

²⁴² MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* p. 177.

resgatar a bandeira das lutas específicas, tentando retirá-las daqueles que procuravam dar-lhes um conteúdo legalista e reformista. Era necessário lutar também contra aqueles que diziam que “a luta específica é reformista e a luta política é revolucionária”. Era necessário compreender que tanto a luta política quanto específica poderiam ter uma condução reformista ou revolucionária. E o Congresso procura, então, representar uma alternativa de condução das lutas específicas, de modo a vinculá-las a uma luta política contra a Ditadura Militar.²⁴³

Contudo, se a Ação Popular e as Dissidências, juntamente com a POLOP, polarizavam internamente o movimento estudantil universitário, ambas as correntes encontrariam um fator que as aglutinaria: a marginalização das posições do Partido Comunista Brasileiro, cuja bancada – representada pela Frente Universitária Progressista (FUP) – foi isolada e impedida de participar na diretoria eleita naquela ocasião. As críticas ao PCB, de maneira geral, atacavam o chamado *reformismo* do Partidão e, como elucidaremos mais adiante, configuravam uma das principais características da nova geração de lideranças estudantis e políticas que abrilhantaram o cenário nacional no pós-1964.

Ainda em 1967, a Dissidência da Guanabara enfrentaria um grave processo de luta política interna. Alguns militantes da organização defendiam a integração na *Corrente Revolucionária*, que ainda estava travando a luta interna dentro do PCB; outros propunham a adesão ao *PCdoB* e, por fim, figuravam os que almejavam “consolidar a nova organização, na expectativa de formar uma organização nacional, com as demais dissidências, que iriam, esperava-se, debandar do velho Partido”.²⁴⁴ Dessa forma, cerca de um ano após o “racha” com o PCB, foi a vez da própria Dissidência *rachar-se* nestas três vertentes, além da criação um pouco mais tarde, por alguns militantes, da Dissidência da Dissidência da Guanabara (DDD).²⁴⁵

Daniel Aarão Reis, que permaneceu na DI-GB, assim relata esse processo:

(...) aquela idéia que nós tínhamos em 66 que a dissidência iria “rachar” do Partidão para se reintegrar à esquerda partidária, nós fomos decantando essa visão. Quando a esquerda partidária afinal “rachou” com o Partidão e constituiu o PCBR, nós consideramos a proposta do PCBR muito moderada, muito comprometida com as tradições do Partidão e resolvemos então nos constituir como organização própria (...) quando esses “rachas” da dissidência ocorrem em 67, a nossa organização quase acabou nesse momento, e a gente se manteve depois com o ascenso do movimento

²⁴³ SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 67.

²⁴⁴ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 135.

²⁴⁵ Os que debandaram para a Corrente Revolucionária posteriormente ingressariam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e/ou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Por sua vez, os que fundaram a DDD, defensores do “foquismo” e, em grande parte, presentes no movimento estudantil secundarista, integrariam, posteriormente, os Comandos de Libertação Nacional (COLINA).

estudantil de 68; a dissidência, já então como organização específica, cresceria muito; aí houve um projeto de unir todas as dissidências num partido: não deu certo. Houve um projeto de unir a dissidência com o POC: também não deu certo, e acabamos ficando autônomos, independentes, sozinhos.²⁴⁶

Após os “rachas” sofridos, a DI-GB, após duas conferências, realizadas, respectivamente, em fevereiro e dezembro de 1967, consolidou-se como organização autônoma, definindo sua linha política e ampliando seu papel nas manifestações estudantis. Contrariando os que achavam que aqueles remanescentes que ficaram na Dissidência da Guanabara não teriam futuro, a organização traçou uma trajetória ascendente, inserida no contexto de ebulição do movimento estudantil brasileiro, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* ganhava corações e mentes.

²⁴⁶ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 25.

“Foi o melhor e o pior dos tempos, a idade da sabedoria e da insensatez, a era da fé e da incredulidade, a primavera da esperança e o inverno do desespero. Tínhamos tudo e nada tínhamos”.

Charles Dickens

“Os agitadores são um bando de intrometidos que se infiltram num determinado segmento da sociedade totalmente satisfeito com a situação em que vive, e semeiam o descontentamento. É por isso que são necessários”.

Oscar Wilde

Capítulo 2:

“Os Velhos no Poder, Os Jovens no caixão”²⁴⁷

“Era como se no canto de uma orquestra, alguns instrumentos recusassem as orientações do maestro, persistindo teimosamente em desafinar. E em desafiar”.
Daniel Aarão Reis²⁴⁸

Em 1977, o cineasta francês Chris Marker²⁴⁹ lançou o documentário *Le fonds de l'air est rouge* (O fundo do ar é vermelho).²⁵⁰ Embora lançado quase uma década depois, o título do filme exprime muito bem o espírito presente no emblemático ano de 1968. Afinal, o fundo do ar era mesmo vermelho nos anos 1960. A *revolução* era a palavra da vez: desejada ou detestada, ninguém passava incólume ao seu poder de mobilização. Uma idéia que inflamava a imaginação daquela geração e parecia estar em toda a parte:

A revolução fazia-se presente: ela acontecia em países distantes, em regiões isoladas da montanha; estava nas ruas dos grandes centros capitalistas; surgia nas fábricas e universidades; emergia de repente numa ação guerrilheira, na esquina; transbordava das páginas dos jornais; estava logo ali em Copacabana e lá no Araguaia.²⁵¹

As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente a década de 1960. Em nome da revolução, muitos se dispuseram a matar e a morrer e até os militares e civis brasileiros utilizaram-se do termo para batizar o golpe perpetrado por eles em 1964.

Mas seria especialmente em 1968 que a revolução parecia estar ao alcance das mãos. Em várias partes do mundo, multidões – sobretudo formadas por estudantes – saíram às ruas manifestando-se contra a ordem vigente, questionando as estruturas e valores conservadores capitalistas e socialistas, sem poupar fronteiras, regimes ou sistemas políticos.

A guerra do Vietnã fornecia aos jovens de todo mundo lições de que mesmo numa luta

²⁴⁷ Faixa no enterro do estudante secundarista Edson Luís, morto pela repressão policial no Rio de Janeiro em março de 1968.

²⁴⁸ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. “Orelha”.

²⁴⁹ Nascido em Neuilly-sur-Seine, em 1921, Chris Marker estudou Filosofia e integrou o movimento de Resistência na França durante a ocupação alemã. Trabalhou como jornalista, crítico de cinema e escritor, tornando-se mais tarde um dos mais importantes documentaristas de seu país.

²⁵⁰ Neste documentário de quatro horas, o cineasta faz um balanço de dez anos de lutas revolucionárias no mundo. O roteiro do filme foi publicado com o mesmo título pelas edições François Maspero, em 1978.

²⁵¹ ROLLEMBERG, Denise. “A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)”. In _____ (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 111-130. p. 111.

desigual – *Davi contra Goliath* – era possível alterar a correlação de forças e conquistar vitórias inimagináveis. A morte de Ernesto “Che” Guevara em 1967 na Bolívia fez ressurgir, com intensidade, o interesse por suas análises sobre as estratégias da revolução na América Latina. As palavras de ordem de *Che* – “criar um, dois, três, muitos Vietnãs” – ecoavam nas passeatas estudantis em todo o mundo. A revolução chinesa e os ensinamentos do líder Mao Zedong (Mao Tse-Tung) também muniam a juventude rebelada de projetos revolucionários para o chamado Terceiro Mundo. As guerras anticoloniais travadas na África, em especial na Argélia, completavam o efervescente quadro político mundial que influenciou as revoltas que eclodiram em 1968 em diversos países e que, apesar de suas especificidades, foram, no geral, pautadas por um elemento em comum – a valorização da *ação*.

Em 1968, o mundo não ficou parado: os Estados Unidos foram abalados por uma onda de insatisfação social, manifestada, sobretudo, pela atuação e radicalização do movimento estudantil e do movimento negro. Os estudantes tomaram as ruas e ocuparam algumas das principais universidades do país, que também assistiu as passeatas memoráveis dos negros – liderados pelo reverendo Martin Luther King – protestando contra a discriminação racial e reivindicando a igualdade de direitos civis para todos os cidadãos norte-americanos.²⁵²

Bélgica, Espanha, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Itália, entre outros países da Europa Ocidental, presenciaram a transformação das universidades, pelos estudantes, em pólos de inquietação e luta. Na América Latina, os estudantes foram protagonistas de intensas manifestações de protesto na Venezuela, Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Guatemala, São Domingos, Uruguai e, sobretudo, no México, onde a repressão policial foi responsável pela morte de 300 a 500 estudantes num cerco a uma manifestação pacífica na Praça das Três Culturas, às vésperas do início dos Jogos Olímpicos do México.

O chamado “mundo socialista” também não passou incólume à onda de rebeldia que sacudiu o mundo em 68. O movimento de maior repercussão ocorreu na antiga Tchecoslováquia, cenário da *Primavera de Praga*. Liderado pelo líder do Partido Comunista tcheco, Alexander Dubcek, o movimento propunha “humanizar” o socialismo e conquistou a simpatia e solidariedade de universitários e intelectuais de todo o mundo, mas foi brutalmente sufocado pela invasão de tanques soviéticos.

Como destacou Olgária Matos, as manifestações nos países socialistas, não propunham uma volta ao capitalismo, mas criticavam o autoritarismo soviético e a

²⁵² Apesar dos métodos não-violentos defendidos por Luther King, o movimento negro norte-americano também sofreria a influência dos *Panteras Negras* (Black Panthers) e de sua proposta de luta armada, sobretudo após o assassinato do líder pacifista.

burocratização do Estado e do Partido Comunista:

Ao contrário do que a imprensa fez pensar, o movimento estudantil nos países socialistas não se opôs de nenhuma forma ao marxismo e não foi favorável ao liberalismo, forma disfarçada de volta ao capitalismo, mas significou uma crítica ‘à esquerda’ do marxismo petrificado; discutiu ainda as condições de progressão do socialismo, o que era absolutamente impossível sob o regime dogmático das direções stalinistas.²⁵³

Segundo Paul Berman, tratava-se de propor um caminho alternativo entre “uma civilização democrática, no Ocidente, que parecia ter vendido sua alma para o capitalismo e uma civilização soviética, no Leste, que certamente perdera sua alma para a burocracia”.²⁵⁴ Assim, lutava-se por um “socialismo genuíno, não-tirânico, não-stalinista, ultrademocrático”.²⁵⁵

Mas, sem dúvida, a onda de manifestações que tomou conta do mundo em 1968 teria como epicentro a França – no chamado *Maio Francês*. As universidades de Nanterre e Sorbonne – a mais tradicional da França – foram ocupadas pelos estudantes e, em seguida, invadidas e fechadas pelas forças policiais. Os estudantes tomaram as ruas e os choques com a polícia tornaram-se cada vez mais radicais. Aos estudantes, aliaram-se os operários, que decretaram greves e ocupação de fábricas. As barricadas se espalharam pelas ruas. As autoridades respondiam com hostilidade e repressão.

No dia 30 de maio, o presidente Charles de Gaulle, após promover uma passeata em apoio ao governo com cerca de setecentas mil pessoas, dissolveu a Assembléia Nacional e convocou eleições gerais. Os serviços públicos voltaram a funcionar, as greves foram desmobilizadas e as forças políticas conservadoras saíram vitoriosas nas urnas. Era o fim do *maio francês*: “A revolução parecia ter escorrido por entre os dedos. Esfumara-se no ar”.²⁵⁶

O *maio francês* fez ressurgir o “culto do impossível” que, segundo Alexis de Tocqueville, a Revolução Francesa inaugurou.²⁵⁷ Neste sentido, é importante ressaltar a dimensão poética da revolta ao mesmo tempo política, ética e estética do *maio francês*. Os cartazes, panfletos, faixas e grafites se tornaram um símbolo daquela primavera de maio, transformando as ruas em um “poema coletivo e teatro da liberdade”.²⁵⁸ Nos muros de Paris,

²⁵³ MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 21.

²⁵⁴ BERMAN, Paul apud ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2000. p. 16.

²⁵⁵ *Idem.*

²⁵⁶ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 39.

²⁵⁷ Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Edunb, 1997.

²⁵⁸ MATOS, Olgária C. F. “Tardes de Maio”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.* p. 181-192. p. 182.

surgiram novos e emblemáticos slogans: “*É proibido proibir*”; “*Estamos tranquilos: 2 + 2 não são mais 4*”; “*Façam amor, não façam guerra*”; “*Quanto mais faço amor, mais quero fazer a revolução e quanto mais faço a revolução mais quero fazer amor*”; “*Amai-vos uns sobre os outros*”; “*Não mude de emprego, mude o emprego de sua vida*”; “*Tome seus desejos por realidade e creia na realidade de seus desejos*”; “*Não se trata de colocar a poesia a serviço da revolução, mas a revolução a serviço da poesia*”.²⁵⁹

Assim sendo, o *maio francês* adotou como uma de suas bandeiras o triunfo do desejo. Este foi um dos aspectos mais emblemáticos das revoltas de 1968 que, além de representarem questionamentos de ordem política e econômica, também refletiram conflitos culturais e comportamentais. Os valores e a moral tradicionais foram, em todo o mundo, questionados e estilhaçados. Afinal, antes de transformar o mundo era preciso transformar a si mesmo. O sexo, as drogas alucinógenas, o culto ao prazer, as experiências comunitárias, as inovações e experimentações nas artes também fizeram parte das “revoluções” de 1968, que ampliaram horizontes e inauguraram perspectivas.²⁶⁰

No entanto, é preciso relativizar a amplitude dos movimentos de 1968, que, como ressaltou Daniel Aarão Reis, apesar de “tão ambiciosos na forma e no conteúdo”, foram “incapazes de suscitar o ânimo das grandes maiorias, a não ser em momentos bem particulares, quase fugazes”.²⁶¹ E continua: “O que dizer de todos aqueles para quem 1968 passou ao largo? Que simplesmente ignoraram seu impacto? Grandes maiorias conservadoras, resignadas, ensimesmadas, sequer estavam na janela, e nem viram o ano passar”.²⁶² Assim sendo, deve-se salientar que, em que pese a força dos movimentos políticos-culturais que sacudiram aquele ano, *nem todos eram vermelhos e revolucionários em 1968, muito menos a maioria das pessoas*, apesar deste aspecto ser ofuscado quando se relembra aquele emblemático ano. Nesse sentido, Aarão Reis salienta que as propostas das forças conservadoras que venceram as propostas de mudança radical propagadas em 1968 ainda não

²⁵⁹ Frases do *maio francês* encontradas em MATOS, Olgária C. F. *op. cit.* 1999. p. 181-192. Para outros exemplos, cf. MATOS, Olgária C. F. *op. cit.* 1981 e QUATTROCCHI, Angelo & NAIRN, Tom. *O começo do fim: França, maio de 68*. Rio de Janeiro: Record, 1998. No caso da Tchecoslováquia, a resistência à invasão soviética, apoiada pelos demais países do Leste europeu, também foi estampada em pichações com frases criativas nos muros de Praga, com espírito irônico semelhante ao do *maio francês*: “*Circo russo na cidade: não alimente os animais*” e “*Grande exposição de armas soviéticas na praça Venceslau: entrada franca, saída difícil*” são alguns exemplos. Cf. RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). *O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. p. 133-159. p. 155. (Coleção O século XX, v.3).

²⁶⁰ A chamada revolução cultural e dos costumes, que também marcou o ano de 1968, será melhor analisada mais adiante, ainda neste capítulo.

²⁶¹ AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 17.

²⁶² *Idem*, *ibidem*.

receberam a devida atenção das pesquisas acadêmicas:

(...) provavelmente por terem sido forças *frias*, no contexto de um ano *quente*, e *vencedoras*, não atraindo a simpatia que os *vencidos* costumam suscitar, sobretudo quando estão definitivamente vencidos, tais propostas não têm sido estudadas com a importância merecida. [E] foi de sua força que derivaram as derrotas dos que pretendiam mudar o mundo.²⁶³

O filósofo alemão, radicado nos Estados Unidos, Herbert Marcuse (1898-1979)²⁶⁴, ao fazer um balanço da herança de 68, afirmou:

a originalidade do movimento é ter *produzido uma nova definição de revolução* colocando-a em relação com novas possibilidades de liberdade, novas potencialidades do desenvolvimento socialista, ao mesmo tempo produzidas e bloqueadas pelo capitalismo avançado. Novas dimensões abriram-se assim para a transformação da sociedade. De agora em diante, essa transformação não pode ser apenas uma subversão econômica e política, isto é, o estabelecimento de um outro modo de produção e de novas instituições; trata-se antes de tudo de subverter o sistema dominante de necessidades e suas possibilidades de satisfação.²⁶⁵

Segundo Daniel Aarão Reis, “eram barricadas (...) de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventura, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão”.²⁶⁶ Em todos esses movimentos, os principais atores – ainda que não os únicos – foram os estudantes. O movimento estudantil explodia e tomava conta das ruas em quase todos os cantos do planeta. Como percebe João Roberto Martins Filho, “a verdade é que o tufão estudantil varreu democraticamente todos os quadrantes da geografia mundial”.²⁶⁷ Em poucos momentos da história, o mundo havia sido abalado por um movimento de tamanha abrangência – parecia em ação a *Internacional Estudantil*.²⁶⁸

Marcelo Ridenti também destacou a participação estudantil em escala mundial como um dos mais destacados signos do ano de 1968:

²⁶³ AARÃO REIS, Daniel. “Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968”. Revista eletrônica *Espaço Acadêmico*, nº 84, maio de 2008. p. 3. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_reis.pdf>. Acesso em: 21/09/2009.

²⁶⁴ Em 1968, Marcuse se tornou o guru dos jovens rebelados e foi responsabilizado pelos setores conservadores como o incitador de todo o tipo de revolta. Seus livros de maior influência foram *Eros e civilização*, *Ideologia da sociedade industrial* e *O Homem Unidimensional*.

²⁶⁵ MARCUSE, Herbert *apud* GARCIA, Marco Aurélio. “Em busca de 1968”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.* p. 7-17. p. 16.

²⁶⁶ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1999. p. 67.

²⁶⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das letras, 1996. p. 14.

²⁶⁸ O termo é sugerido em: MATOS, Olgária C. F. *op. cit.* 1981. p. 7-30.

Se é legítimo dizer que houve um movimento social mais destacado no ano de 1968, sem dúvida foi o dos estudantes, que se mobilizaram em todos os cantos do globo, nos países avançados e nos subdesenvolvidos, nos capitalistas e nos comunistas. Os movimentos estudantis tiveram suas especificidades, pois ocorreram em países diferentes, cada um dos quais com sua própria organização social e educacional, passando por diversas conjunturas políticas. Todavia, eles também apresentaram significativos pontos de identidade, na medida em que havia vários aspectos históricos supranacionais, isto é, comuns aos vários Estados onde houve agitação estudantil. Por isso, alguns chegam a falar numa *Internacional Estudantil*, mas com inúmeras afinidades entre seus componentes.²⁶⁹

Os movimentos de rebeldia estudantil em todo o mundo foram, em sua maioria, liderados por jovens que possuíam um passado de militância e rompimento com os partidos comunistas e/ou socialistas tradicionais. Assim sendo, na França, Estados Unidos, Alemanha, México, entre outros, aqueles jovens *rebeldes demais para seus velhos partidos*, que foram expulsos da ou “racharam” com a esquerda tradicional, em pouco tempo assumiram o lugar central do palco político, como resumiu Paul Berman:

Os mais brilhantes jovens, filiados aos velhos partidos de esquerda ou às suas “seções de juventude”, entraram em disputa com os líderes adultos de suas organizações. O debate cresceu e tornou-se irascível. Finalmente os adultos, irritados com os jovens a quem consideravam não-cooperadores, expulsaram-nos das organizações da esquerda internacional – apenas para, alguns anos depois, por volta de 1968, espiar na janela e ver esses mesmos jovens criadores de problemas liderando enormes passeatas pelas ruas.²⁷⁰

O mesmo processo também foi presenciado no Brasil. Como acompanhamos em nosso capítulo anterior, no seio do tradicional Partido Comunista Brasileiro, emergiram muitos *dissidentes*, em sua maioria jovens universitários, que romperam com o “Partidão”, acusando-o de conservadorismo, imobilismo e excesso de cautela. E seriam justamente estes militantes, já organizados como Dissidência Universitária da Guanabara, que liderariam as manifestações estudantis, que atingiram seu ápice em 1968.

O ano de 1968 foi palco de dois fenômenos concomitantes: a consolidação da DI-GB no cenário político carioca e nacional e o auge da mobilização e radicalização estudantil no país. José Dirceu, um dos principais líderes estudantis da época, lembrou: “Para nós, o movimento estudantil era um verdadeiro assalto aos céus”.²⁷¹ De fato, a rebelião estudantil deu a tônica dos protestos de 1968 no Brasil e se não conseguiu “assaltar os céus”, levou às

²⁶⁹ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000b. p. 142.

²⁷⁰ BERMAN, Paul apud ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2000. p. 35.

²⁷¹ DIRCEU, José apud DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *op. cit.* p. 25.

ruas milhares de estudantes, que, por um breve momento, conquistaram o apoio e a solidariedade de amplos setores da sociedade, configurando uma mobilização de proporções e radicalidade inéditas na história do país.

No Estado da Guanabara, o movimento estudantil universitário era capitaneado pela União Metropolitana dos Estudantes, entidade hegemônica pela DI-GB. Ao longo de 1968, a Dissidência conquistou apoio difuso nas bases estudantis, transformando a UME numa entidade de massa: “Antigamente, as entidades estudantis eram consideradas entidades de esquerda. Nós implementamos no Rio uma nova mentalidade, a de que as entidades deveriam ser *dos estudantes*. Então, a nossa entidade [UME], (...) era a única UEE no Brasil onde a direita participava”.²⁷²

Além disso, o prestígio da Dissidência da Guanabara esteve relacionado, em parte, à sua preocupação em “destacar e sublinhar a autonomia das entidades estudantis em relação às organizações políticas de vanguarda”.²⁷³ A grande maioria dos líderes estudantis militava em organizações políticas clandestinas, comprometidas com perspectivas mais radicais e que, embora apoiassem os estudantes, acreditavam nos limites de sua luta, dado o caráter “pequeno-burguês” do movimento estudantil, como se dizia na época. Nesse sentido, havia uma forte “tendência em instrumentalizar os diretórios [acadêmicos], seus equipamentos, seus recursos financeiros em prol das organizações”.²⁷⁴ Contudo, a DI-GB procurou não aparelhar politicamente o movimento dos estudantes e atuou ativamente no movimento estudantil carioca, dirigindo-o politicamente, porém, respeitando suas características, especificidades e relativa autonomia, o que lhe garantiu ampla legitimidade.

Para além de sua destacada atuação à frente do movimento estudantil na Guanabara, a DI-GB conquistou espaço no cenário nacional, tornando-se uma das principais tendências internas do movimento universitário, o que a colocaria em posição de disputar com outras correntes o controle da União Nacional dos Estudantes. Nesse sentido, é preciso esclarecer quais as disputas internas configuravam-se no movimento estudantil universitário, que, por sua vez, revelavam quais as propostas dos grupos de esquerda para as bases estudantis.

As lutas do movimento estudantil em 1968 centraram-se inequivocamente em dois eixos fundamentais: a *luta política* e a *luta específica*. A primeira “posição”, formada essencialmente pelos partidários da Ação Popular, privilegiava “as lutas de rua contra a ditadura”, enquanto a segunda “posição”, constituída por um agrupamento de tendências onde

²⁷² PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 13. Grifos nossos.

²⁷³ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 13.

predominavam as Dissidências do PCB e a POLOP, procurava vincular a luta antiditatorial às reivindicações específicas dos estudantes, colocando em primeiro plano, por exemplo, a questão da Reforma Universitária.

Contudo, essa dualidade não deve ofuscar a multiplicidade de correntes ou tendências presentes no seio do movimento estudantil e que oscilavam entre o apoio a uma ou outra posição. Segundo Luís Raul Machado, ex-líder estudantil, um levantamento feito em meados de 1968 constatou *43 grupos ou organizações diferentes* atuantes no movimento estudantil.²⁷⁵ Além disso, algumas organizações, embora atuantes no movimento, mantiveram-se relativamente isoladas dos dois eixos políticos mencionados, como é o caso do PCdoB, que só em 1969 delinearía uma aproximação com a Ação Popular.²⁷⁶ Por sua vez, como destacou Marcelo Ridenti, o PCB “correu o tempo todo em raia própria, quase sem representatividade, sangrado pelas várias dissidências que se autonomizaram do Partido, conseguindo eleger uns poucos delegados para os congressos da UNE, onde suas posições ‘reformistas’ eram marginalizadas”.²⁷⁷

Também é importante ressaltar que, embora as lideranças de esquerda fossem predominantes no movimento estudantil durante a década de 1960, isso não excluiu a *atuação das direitas nas faculdades*, fator ainda não estudado na historiografia especializada. E, para além dos setores organizados do movimento estudantil, as universidades também abrigavam uma enorme “massa estudantil”, com diferentes graus de politização, que poderia ou não ser mobilizada pelas lideranças estudantis, além de oscilar politicamente com maior facilidade que os estudantes mais engajados na vida política.

De acordo com o ex-líder estudantil Nilton Santos, as chamadas *luta política e luta específica*, ou seja, as duas posições defendidas no seio do movimento estudantil e que atraíam as diversas organizações de esquerda

eram muito mais ‘correntes de opinião’ dentro do movimento de massa do que algo que existisse de maneira organizada. Essas correntes de opinião, portanto, englobavam mas não organizavam diversas organizações políticas e elementos independentes da vanguarda estudantil.²⁷⁸

Já Vladimir Palmeira, então presidente da UME e o principal líder estudantil

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ MACHADO, Luís Raul *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 61.

²⁷⁶ O PCdoB destacava-se principalmente pela atuação junto aos estudantes cearenses, pois controlava o DCE da universidade federal em Fortaleza e União Estadual dos Estudantes do Ceará.

²⁷⁷ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 135.

²⁷⁸ SANTOS, Nilton *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 79.

vinculado à DI-GB e, como tal, representante da “segunda posição”, destacou o enfrentamento entre as duas correntes: “Uma, queria centrar a luta diretamente contra a ditadura militar, a outra, à qual eu pertencia, queria que a luta fosse contra a política educacional do governo. A divergência exprimia duas concepções do movimento estudantil que vinham evoluindo desde 1966”.²⁷⁹

Para Luís Raul Machado, vice-presidente da UNE na gestão 1967-1969, as duas posições polarizaram os estudantes e disputaram acirradamente o controle do movimento estudantil:

(...) era a luta pela hegemonia no movimento estudantil entre duas vertentes majoritárias: uma que detinha o poder da UNE há vários anos e outra que se estruturava nacionalmente e se fortalecia com uma série de alianças entre posições políticas próximas. Efetivamente houve proposições diferentes e formas conflitantes de encaminhar o movimento. Assim, a questão sobre qual luta era principal, a política ou a reivindicatória; a questão do “diálogo” com o governo e uma série de outros problemas levavam a discussões intermináveis em assembleias, a acusações mútuas de divisionismo, à formação de chapas que disputavam como inimigas palmo a palmo o poder nas entidades, dos diretórios até as UEEs e a UNE.²⁸⁰

Para a Ação Popular, corrente que detinha, desde 1961, a hegemonia na entidade nacional dos estudantes, a atuação do movimento estudantil no pós-64 deveria pautar-se, sobretudo, na denúncia da ditadura civil-militar e das forças do imperialismo a ela associadas. Assim sendo, as lutas universitárias deveriam centrar-se nas grandes manifestações públicas, que não só ganhariam notabilidade frente ao conjunto da sociedade como também atrairiam a ação repressiva do Estado, o que possibilitaria “desmascarar” o caráter opressivo e violento do regime e contribuiria para o surgimento de uma consciência antiditatorial no seio das grandes massas.

José Dirceu, membro da Dissidência do PCB de São Paulo (DISP) e um dos principais líderes estudantis da época, criticou a tática adotada pela Ação Popular:

A Ação Popular tinha uma tática de criar um movimento contra a ditadura, de solidariedade internacional ao povo do Vietnã e de denúncia do imperialismo. Na verdade, tratava-se de um programa de partido político para todo o povo brasileiro, uma estratégia de derrubada da ditadura e tomada do poder. Então, como a AP não tinha base social fora do movimento estudantil, ela tentava *aparelhar*, instrumentalizar o movimento e acabou introduzindo na UNE e na UEE de São Paulo esta política. Evidentemente não discordávamos de travar luta contra a ditadura, nem de prestar solidariedade ao povo do Vietnã, mas tínhamos um ouro

²⁷⁹ PALMEIRA, Vladimir *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 102.

²⁸⁰ MACHADO, Luís Raul *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 62.

entendimento de como isto deveria ser feito (...) a AP ia numa manifestação contra o aumento do preço dos *tickets* dos restaurantes universitários e puxava palavras de ordem contra a guerra [do Vietnã] ou contra a ditadura. Isso refletia uma concepção equivocada, que não acumulava forças, não politizava os estudantes.²⁸¹

A chamada “segunda posição”, da qual faziam parte as Dissidências, centrava sua luta nas reivindicações estudantis, questionando a política educacional do governo, que refletiria a exploração de classes no país. O setor estudantil deveria servir de apoio para as classes trabalhadoras

Na perspectiva da segunda posição, da qual fazia parte a DI-GB, o setor estudantil exerceria a função de *força auxiliar* na luta da classe trabalhadora, encarada como a única capaz de abalar a estrutura do poder:

(...) a posição dos operários, camponeses e estudantes no processo de produção não é a mesma. *Enquanto os operários e camponeses têm condições de abalar a estrutura do poder, os estudantes, por não estarem ligados à produção, não podem, com suas lutas, destruir as bases do sistema.* A aliança básica seria, pois, a dos operários e camponeses, já que são os mais importantes para a luta. O movimento estudantil, como as outras camadas, unir-se-á quando esta espinha dorsal já estiver assentada na luta, com condições de dar a ela uma direção correta. Hoje a maioria dos estudantes concorda com essa idéia: a do movimento estudantil ser uma força auxiliar nessa luta.²⁸²

Segundo esta perspectiva, o papel do movimento estudantil é de *apoio* à luta dos trabalhadores, não lhe cabendo derrubar nenhum governo, pois os estudantes “não têm condições, por si sós, de colocar em xeque o regime”.²⁸³ Neste sentido, a atuação política dos estudantes deveria fomentar, no meio universitário de classe média, uma consciência crítica, que levaria as bases estudantis a se engajar, futuramente, na luta dos trabalhadores. As lutas estudantis deveriam, portanto, focar os problemas especificamente relacionados à vida estudantil, a partir dos quais seria possível mobilizar e conscientizar os universitários, aproximando-os da luta das classes trabalhadoras. O depoimento de Vladimir Palmeira sintetiza essa visão:

²⁸¹ DIRCEU, José *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 134.

²⁸² *Jornal da UEE*, São Paulo, julho de 1968. p. 5 *apud* VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: *o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. p. 232. Grifos nossos.

²⁸³ “Carta Política da UNE” (assinada pelas Dissidências e pela POLOP), julho de 1967 *apud* MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 174.

Ao lutar contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam de suas próprias condições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação de classe da burguesia de uma forma concreta e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para a caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando, por esse caminho, à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista.²⁸⁴

Partindo dessa concepção, a “segunda posição” concentrou suas práticas na organização das bases universitárias em torno de seus objetivos mais imediatos. Enquanto a Ação Popular basicamente convocava os estudantes às ruas, as Dissidências defendiam a *volta às escolas*: “O normal é o trabalho nas faculdades e o excepcional é a saída às ruas e ela tem que ser, para sua continuidade, decorrência do trabalho nas faculdades”.²⁸⁵

Contudo, apesar dessas divergências referentes às práticas políticas do movimento estudantil, é preciso esclarecer que ambas as “posições” – Ação Popular e Dissidências (apoiadas pela POLOP) – possuíam um importante ponto comum: o *anti-reformismo*, que, como acompanhamos em nosso capítulo anterior, se configurava em uma ferrenha crítica às posições do Partido Comunista Brasileiro. Além disso, também é preciso ressaltar que, ao longo de 1968, tanto uma como outra das tendências centrais do movimento estudantil procuraram incorporar proposições que antes caracterizavam a corrente adversária. Sobretudo os militantes da Ação Popular da Guanabara – frente ao crescimento da DI-GB e do sucesso de suas táticas políticas – incluíram em seu programa tópicos relativos à problemática educacional.

Por sua vez, a grande ascensão da Dissidência da Guanabara no movimento estudantil carioca – e que lhe garantiu notabilidade nacional – pode ser explicada pela *articulação* entre as reivindicações especificamente estudantis e a luta política mais geral. Assim sendo, consideramos que ao focar os problemas cotidianos dos universitários – currículos desatualizados, a qualidade dos professores e a relação destes com os alunos, laboratórios, bibliotecas e restaurantes em péssimas condições, falta de verbas, escassas atividades culturais nas faculdades, entre outros – a DI-GB conseguiu sensibilizar e mobilizar as bases estudantis, incluindo muitos estudantes considerados “apolíticos”, que até então se mantinham afastados da militância política. As lideranças da Dissidência alcançaram amplo grau de credibilidade e representatividade no meio estudantil, tornando-se exemplos para estudantes de outros Estados, como ocorreu com Vladimir Palmeira, o principal líder da DI-GB,

²⁸⁴ PALMEIRA, Vladimir. *op. cit.* p. 29.

²⁸⁵ UEE-SP, “Programa para a União Nacional dos Estudantes”, setembro de 1968 *apud* MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 175.

conhecido nacionalmente. Concomitantemente, a DI-GB não perdeu de vista a chamada luta política e procurou, ao atacar a política educacional do governo, denunciar a ditadura e a exploração das camadas populares. Essa *articulação entre luta política e luta específica* pode ser considerada a “chave” do sucesso, no meio estudantil, dos *dissidentes* cariocas.

Essa perspectiva também era compartilhada pela Dissidência de São Paulo, que controlava a União Estadual dos Estudantes, como relatou seu líder, José Dirceu:

Entendíamos que era preciso fazer a luta reivindicatória. Primeiro, o centro acadêmico tinha que ser um espaço social, cultural e de apoio aos estudantes. Fazer cursos paralelos, ter apostilas, sala de estar. O centro acadêmico devia ser compreendido como espaço social, um instrumento de politização da luta contra a política educacional do governo. Porque a luta contra a política educacional era uma luta contra a aplicação de uma política econômica geral, uma política de investimento que um país capitalista, no caso, o Brasil, tinha para a educação. (...) toda a vez que discutíamos a política educacional do governo, discutíamos o orçamento federal, o próprio sistema capitalista estava em questão. Em função da discussão sobre a política educacional, podíamos abordar o que se estava passando com o estado brasileiro, que instituições estavam sendo criadas, o que era a ditadura militar. Portanto, a luta reivindicatória estava articulada com a luta política, inclusive porque se chocava com a política educacional do governo e com a ditadura militar.²⁸⁶

Nessa perspectiva, a UME dedicou-se, desde 1967 e com mais força em 1968, à luta por mais verbas nas universidades, o que, na visão de Vladimir Palmeira, então presidente da entidade, possibilitou ampla discussão sobre a situação do ensino na universidade e, conseqüentemente, o regime político vigente no país:

(...) a luta por mais verbas (...) nos permitia formular as seguintes perguntas: a gente quer verba pra quê? Que universidade a gente quer? Isto nos permitia questionar a forma com que estavam sendo preparados tecnicamente os estudantes, questionar os currículos, os professores, enfim, a própria estrutura da universidade. Todas essas discussões facilitavam enormemente a mobilização e a própria caracterização da ditadura militar.²⁸⁷

Daniel Aarão Reis, que antecedeu Vladimir Palmeira na direção da UME, ressalta que ao dar destaque às reivindicações especificamente estudantis – postura que começou a ser adotada ainda em sua gestão –, a entidade carioca, controlada pela DI-GB, afastou-se das antigas práticas políticas de lideranças que se perdiam em discursos genéricos e essa guinada representou um fator de propulsão para o movimento estudantil e a sofisticação de sua atuação:

²⁸⁶ DIRCEU, José *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 134-135.

O movimento teve a capacidade de articular reivindicações políticas gerais com um programa que os estudantes passaram a compreender. Eles passaram a ver que as entidades realmente estavam assumindo esse programa: mais verbas para a universidade, biblioteca decente, professores mais atentos, a questão do currículo. Frequentemente, os currículos eram extremamente defasados em relação às necessidades do próprio mercado capitalista. Eu acho que houve ali uma virada muito importante e decisiva para que, realmente, o movimento estudantil se estruturasse em novas bases. Inclusive, através desses procedimentos, nós conseguimos fazer com que houvesse um impacto muito interessante em todos os níveis. A qualidade da discussão aumentou muito, a participação aumentou também de modo substancial e, finalmente, nas passeatas, quando elas começaram a ganhar corpo, foi possível organizar melhor.²⁸⁸

Logicamente, na prática, articular luta política e luta específica não era tarefa das mais fáceis. Contudo, a Dissidência da Guanabara saiu-se bem nessa função, tanto que a Ação Popular, sua grande “rival” na direção do movimento estudantil, acabou compartilhando e assimilando sua prática política, ao menos no Estado da Guanabara, como recorda o ex-líder da AP, Jean Marc von der Weid:

Levou um certo tempo para se descobrir uma dosagem boa. Em alguns lugares essa boa dosagem nunca foi encontrada. Houve lugares nos quais o movimento estudantil se esvaziou tremendamente, porque ele manteve uma tentativa de ficar só no discurso político *strictu sensu*. Minas Gerais, Belo Horizonte foi um caso típico. Acho que nesses casos foi um erro da AP. No Rio, acho que nós da AP – e, até certo ponto, o pessoal da dissidência, a turma do Vladimir Palmeira – conseguimos dosar melhor essas coisas – o que era aspecto político e aspecto reivindicativo – e ter um certo balanceamento entre as duas coisas, manter colado uma coisa na outra, tanto quanto possível. Embora tenha havido divergências. A gente tinha um acordo nessa formulação, mas havia divergências sobre o *timing* político, ou seja, quais os momentos em que tínhamos que radicalizar mais as questões de política mais geral como predomnantes. Em vários momentos, nós da AP nos esbarramos por causa disso.²⁸⁹

Ao privilegiar as reivindicações de caráter estudantil, sem perder de vista as bandeiras da luta política mais geral, a UME – e conseqüentemente a DI-GB, organização que liderava a entidade – viu seu prestígio aumentar, juntamente com seu poder de mobilização, que, em 1968, alcançou seu maior grau: “Em 1968 ampliamos estupidamente o raio de ação da UME. Esta orientação permitiu que tivéssemos mais ou menos uns 2 mil estudantes organizados, em grupos de cinco, ou então por sala de aula. Este pessoal ia a todas as manifestações, conseguia

²⁸⁷ PALMEIRA, Vladimir *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 103.

²⁸⁸ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 14.

incorporar a dinâmica da luta dentro da universidade”.²⁹⁰

Portanto, ao conjugar as grandes bandeiras da luta política com as reivindicações específicas dos estudantes – mais verbas para as universidades, bibliotecas decentes, laboratórios novos, melhores professores, reforma dos currículos, entre outras – a DI-GB conquistou apoio difuso nas bases estudantis, transformando a UME numa entidade de massa. À frente da União Metropolitana dos Estudantes – a entidade de maior tradição política no movimento universitário, depois da UNE – a Dissidência da Guanabara exerceu liderança incontestada no movimento estudantil carioca, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente.

* * *

O ano de 1968 no Brasil foi marcado pela rebeldia estudantil. Os *estudantes universitários*, que representavam menos de 0,5% da população, quase todos oriundos da classe média, alcançaram seu mais alto grau de mobilização e radicalização e seus protestos tornaram-se a marca ou o símbolo daquele ano.

Mas é preciso destacar que, ao lado dos universitários, estavam os *estudantes secundaristas*, que formavam um amplo contingente, de origens diversas. Aliás, ao longo da história política recente a participação dos alunos de ensino médio foi notável.²⁹¹ Na Guanabara, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) esteve presente nas manifestações estudantis que, de 1966 a 1968, tomaram as ruas cariocas. Além disso, muitos secundaristas militaram em organizações revolucionárias e, apesar da tenra idade, participaram das ações armadas.²⁹² Vladimir Palmeira ressalta a importância da participação dos estudantes secundaristas ao longo de 1968 e também destaca a radicalização política, que pautou a atuação destes jovens estudantes:

²⁸⁹ WEID, Jean Marc Von der. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005. p. 8-9. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.

²⁹⁰ PALMEIRA, Vladimir *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 103.

²⁹¹ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi fundada em 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro, contando com o apoio da entidade nacional dos estudantes universitários, a UNE. Para um breve histórico da UBES, ver *site* oficial da entidade: <www.une.org.br>.

²⁹² No Rio de Janeiro, o *Colégio Pedro II* e, sobretudo, o *Colégio de Aplicação da UFRJ*, configuraram-se como verdadeiros “celeiros” de secundaristas politizados e radicalizados, que ingressaram em organizações da esquerda armada. Na DI-GB, por exemplo, eram estudantes ou tinham estudado no CAP-UFRJ: Franklin Martins, Cid Benjamin, César Benjamin, Henri Acselrad, Sônia Moraes, entre outros. Cf. ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992 e MAFRA, Patricia Henriques. *Uma escola contra a ditadura: a participação política do Cap-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. (Dissertação – Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

Eram considerados um setor radical do movimento estudantil do Rio, às vezes era preciso controlar, queriam jogar pedra em cada Volkswagen que encontravam pela rua. (...) os secundaristas, de forma geral, tiveram uma participação muito acima do que suas entidades permitiam. Os secundaristas sempre foram um destacamento avançado nos enfrentamentos, para a luta, para a briga. Tinham uma dedicação enorme em qualquer tarefa de organização, estavam lá em todas as manifestações de rua, prontos para o que desse e viesse.²⁹³

De modo geral, os estudantes – universitários e secundaristas – reivindicavam o ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões e mais verbas para pesquisa, que deveria voltar-se para a solução dos problemas econômicos e sociais do Brasil. Também lutavam por políticas de auxílio aos estudantes pobres, como bolsas de estudo, assistência médica, transportes e restaurantes mais baratos.

O governo federal, por sua vez, propunha uma política educacional diretamente oposta às reivindicações estudantis:

À universidade gratuita o governo antepunha a universidade paga. Em vez de soluções originais para os problemas brasileiros, o governo preferia os assessores e os acordos com os norte-americanos. No lugar de ampliação de matrículas, um ensino ainda mais seletivo nas universidades públicas, a perspectiva do ensino pago, a serviço das grandes empresas. No lugar de uma política de assistência, a revogação dos subsídios, o fechamento dos restaurantes. (...) as propostas de democratização da universidade e da educação entravam em rota de colisão com os objetivos dos donos do poder.²⁹⁴

No início de 1968, um Conselho Nacional, promovido pela UNE, reuniu-se a fim de definir as táticas políticas a ser adotadas para combater as propostas e medidas do governo. Como já vimos, os estudantes – e as organizações de esquerda a que pertenciam – divergiam quanto às opções de luta: focar as denúncias políticas ou concentrar-se nos interesses imediatos dos estudantes, priorizando a luta nas escolas. Por uma diferença mínima, o Conselho Nacional aprovou a “segunda posição”, o que não acabaria com as divergências entre as duas “posições”, que, como veremos ao longo deste capítulo, se estenderam por todo o ano.

As primeiras lutas estudantis de 1968 tiveram como palco principal o então Estado da Guanabara e foram lideradas pelos “excedentes” – estudantes aprovados nos vestibulares, mas

²⁹³ PALMEIRA, Vladimir *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 107.

²⁹⁴ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 13.

que não entravam nas universidades porque o número de aprovados era superior ao número de vagas disponíveis – e pelos estudantes, em sua maioria secundaristas, frequentadores do restaurante estudantil, conhecido como *Calabouço*.

O restaurante Calabouço, situado próximo ao Aeroporto Santos Dumont, configurava, mesmo antes de 1964, um pólo de agitação política estudantil. Elinor Brito, que lideraria o movimento dos estudantes do Calabouço em 1968, explica as circunstâncias da construção do restaurante e como eram suas instalações e funcionamento:

A construção do restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, está ligada à política de massas do segundo governo Vargas. Seu antecessor foi o Restaurante Central dos Estudantes que funcionava no prédio da UNE, na Praia do Flamengo. Depois, seria transferido para a Ponta do Calabouço. (...) Quando passou para a Ponta do Calabouço, e incorporou imediatamente este nome, o restaurante passou a ser gerido pela União Metropolitana dos Estudantes (UME). Junto a ele havia uma Policlínica Central dos Estudantes, que dava assistência médico-dentária gratuita aos estudantes, um pequeno e variado comércio – sapataria, relojoaria, lavanderia, barbeiro, etc – e mais salas para a administração e serviços. A UME também se instalaria ali, promovendo reuniões, atividades culturais. Seu jornal, O Metropolitano, era editado numa daquelas salas...²⁹⁵

Os frequentadores do restaurante Calabouço eram, em sua maioria, *secundaristas* e *vestibulandos*, de origem humilde, o que os distinguia do perfil da maioria dos universitários cariocas:

(...) cerca de 90% eram estudantes que trabalhavam: bancários, *boys*, comerciários, escriturários. Trabalhavam de dia e estudavam de noite. De modo geral, eram também originários do interior ou de outros estados do Brasil, procuravam o Rio para tentar mudar de vida, atraídos pela cidade grande, com mais oportunidades de estudo e trabalho. Havia também operários, ou filhos de operários, mas com expressão pouco significativa. E um pequeno percentual, aí em torno de 5% de estudantes, morando em favelas (...).²⁹⁶

Após o golpe de 1964, o restaurante foi fechado e ocupado por tropas da Aeronáutica. Meses depois, frente às pressões dos estudantes, o local foi reaberto, porém sem a mesma estrutura anterior. Em 1967, o governo apresentou planos para a demolição do Calabouço, sob a justificativa de que era preciso construir um trevo rodoviário para desafogar o trânsito de entrada e saída do Aterro do Flamengo. Os estudantes protestaram contra demolição e, nesse contexto, contaram com o apoio da UME, entidade já hegemônica pela Dissidência da Guanabara: “A União Metropolitana dos Estudantes (UME) – gestão 1966-1967 [presidida

²⁹⁵ BRITO, Elinor *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 155-156.

por Daniel Aarão Reis] – nos deu grande apoio naquele início. Permitiu, com sua constante presença, uma melhor articulação de nossa luta com as dos demais estudantes”.²⁹⁷

Nesse contexto, os estudantes do Calabouço criaram a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), entidade que recebeu o apoio da UME, ainda que a relação entre as entidades não fosse isenta de divergências políticas. Entre suas atribuições, a FUEC

(...) controlava o acesso ao restaurante, expedia as carteirinhas para os comensais, recebia o aluguel do pequeno comércio local, mantinha os cursinhos (cursos supletivos e pré-vestibulares) e uma pequena livraria (...) Esta experiência de auto-gestão nos fortalecia naturalmente, ampliava nossas bases de apoio e nos permitia representar uma diversidade muito grande de pessoas, todas, porém, agrupadas em torno de um interesse comum e vital: o funcionamento e a melhoria do restaurante.²⁹⁸

A Frente Unida dos Estudantes do Calabouço manteve-se ativa na defesa do restaurante estudantil, conquistando o apoio dos universitários e de outros setores da sociedade. Diante da pressão dos estudantes, sobretudo através da *Operação Pendura*²⁹⁹, o governo comprometeu-se em construir outro restaurante no centro da cidade *antes* da demolição do Calabouço. Contudo, o restaurante foi demolido em maio de 1967 e somente em setembro daquele ano o “novo Calabouço” foi entregue aos estudantes, em precárias condições. A luta estudantil continuou, portanto, pela melhoria de suas condições de funcionamento.³⁰⁰

E seria justamente em torno dos estudantes do Calabouço que irromperia o primeiro grande conflito de rua de 1968, que sensibilizaria a opinião pública para o movimento estudantil. No dia 28 de março, policiais militares invadiram a tiros o restaurante estudantil, onde se preparava mais uma manifestação contra as más condições do estabelecimento e mataram o jovem estudante Edson Luís de Lima Souto.³⁰¹

²⁹⁶ *Idem.* p. 156.

²⁹⁷ *Idem.* p. 158.

²⁹⁸ *Idem.* p. 162.

²⁹⁹ Na Operação Pendura, grupos de estudantes comiam nos restaurantes (inclusive nos mais sofisticados da cidade) e, na hora de pagar a conta, realizavam um comício e pediam ao dono do restaurante para enviar a conta ao Ministério da Educação e Cultura. Embora em geral não houvesse conflitos, pois os clientes e até mesmo os gerentes dos restaurantes se solidarizavam com os estudantes, os donos dos restaurantes pressionaram o MEC, o que acabou apressando a decisão do governo de reconstruir mais brevemente o restaurante Calabouço.

³⁰⁰ Sobre a atuação política dos estudantes do Calabouço, ver: DINIZ, Josué. *O cerco das trevas – Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988, além do depoimento do líder secundarista do Calabouço, Elinor Brito, transcrito em: AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.*, p. 155-165.

³⁰¹ Edson Luís nasceu no dia 24 de fevereiro de 1950, em Belém do Pará, e estava há apenas 3 meses no Rio. Dormia e estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço. Para comer, prestava à sua escola pequenos serviços. Frequentava, com centenas de outros colegas, o restaurante do Calabouço. Era o primeiro de sua família a caminho de um curso superior.

Tentando justificar o assassinato, o general Osvaldo Niemeyer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva acusada de comandar a operação, afirmou que “a polícia estava inferiorizada em potência de fogo”.³⁰² Como salientou Artur Poerner, “o militar revolucionava toda a teoria sobre armamentos, ao considerar garfos, colheres, bandejas e facas de cozinha armas mais poderosas que revólveres e pistolas calibre 45”.³⁰³

O assassinato de Edson Luís representou o estopim para o desencadeamento de amplas manifestações contrárias à ditadura, como destacou João Roberto Martins Filho:

Todos os setores da sociedade carioca que vinham acumulando motivos para se opor ao regime militar – jornalistas, parte do clero, líderes sindicais, artistas e intelectuais – se juntaram nas ruas para protestar contra a violência da ditadura, no velório e no enterro do jovem secundarista. Seguiram-se manifestações em todas as capitais e centros universitários do país.³⁰⁴

Milhares de pessoas velaram o corpo do estudante na Assembléia Legislativa³⁰⁵ – funcionando então na Cinelândia – e cerca de cinquenta mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre até o Cemitério de São João Batista, onde enterraram a primeira de uma longa série de vítimas da violência policial. Desde o sepultamento de Getúlio Vargas não houve no país homenagem póstuma desta grandeza. Vladimir Palmeira relembra a emoção do enterro de Edson Luís:

Aquele sol tremendo e as pessoas chegando sem parar, com flores, rosários: crianças, professoras levando turmas, pessoas inclusive de direita. Crianças de 7, 8 anos, ao lado de mães, velhos, donas-de-casa se exprimindo politicamente pela primeira vez. Parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente.³⁰⁶

O movimento estudantil demonstrava não só seu potencial de mobilização, mas também conquistava a simpatia de diversos setores da sociedade. O assassinato de Edson Luís também marcou o início da radicalização política e dos violentos confrontos entre estudantes

³⁰² *Correio da Manhã*, “PM mata estudante durante invasão”, 29 de março de 1968, p. 12.

³⁰³ POERNER, Artur José. *op. cit.* 1979. p. 269.

³⁰⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 2007. p. 195.

³⁰⁵ Os estudantes levaram o corpo para a Assembléia Legislativa e se recusaram a entregá-lo às autoridades, que desejavam autopsiá-lo no Instituto Médico-Legal, receando que sumissem com o corpo. A autópsia acabou sendo realizada na própria Assembléia Legislativa por dois médicos legistas.

³⁰⁶ PALMEIRA, Vladimir *apud* VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 103.

e policiais, que caracterizariam o ano de 1968 no Brasil. O jornal *O Metropolitano*³⁰⁷, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes, então liderada pela DI-GB, sentenciava: “Quando o caixão de Edson Luís desceu para sempre, ouviu-se um juramento: ‘neste luto, começa a luta’”.³⁰⁸

A imprensa exerceu um importante papel na divulgação das manifestações estudantis contra as medidas repressivas do governo. Segundo Sebastião Velasco e Cruz, “sem o apoio – tácito ou declarado – de órgãos da grande imprensa, por exemplo, dificilmente o protesto estudantil teria atingido as proporções alcançadas”.³⁰⁹ O editorial do diário carioca *Correio da Manhã*³¹⁰, por exemplo, ao analisar o episódio da morte de Edson Luís, assumiu explicitamente a defesa dos estudantes e repudiou a violência policial:

Estudantes reuniram-se, ontem, no Calabouço, para protestar contra as precárias condições de higiene do seu restaurante. Protesto justo e correto. (...) Apesar da legitimidade do protesto estudantil, a Polícia Militar decidiu intervir. E o fez à bala. (...) não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos. Diante desta evidência cessa toda a discussão sobre se os estudantes tinham ou não razão – e tinham. E cessam os debates porque fomos colocados ante uma cena de selvageria que só pela sua própria brutalidade se explica.

Atirando contra jovens desarmados, atirando a esmo, ensandecida pelo desejo de oferecer à cidade mais um festival de sangue e morte, a Polícia Militar conseguiu coroar, com esse assassinato coletivo, a sua ação, inspirada na violência e só na violência. Barbárie e covardia foram a tônica bestial de sua ação (...). O ato de depredação do restaurante pelos policiais, após a fuzilaria e a chacina, é o atestado que a Polícia Militar passou a si própria, de que sua intervenção não obedeceu a outro propósito senão o de implantar o terror na Guanabara. Diante de tudo isto, depois de tudo isto, é possível ainda discutir alguma coisa? Não, e não. A Guanabara, cidade civilizada e centro cultural do Brasil, não perdoará os assassinos.³¹¹

Mesmo órgãos de imprensa que ativamente apoiaram os golpistas militares em 1964 atribuíram a morte de Edson Luís à “escalada militarista” e à “crise permanente que resultou da distorção, na teoria e na prática, da revolução de março de 1964”.³¹² Por sua vez, a revista *Visão* atribuiu à revolta estudantil parte da responsabilidade pela ameaça à tranquilidade

³⁰⁷ O periódico circulou de 1959 até 1964 como suplemento do *Diário de Notícias*. A partir de 1965, sua impressão foi reiniciada pela “Mundo Gráfica Editora”, pela qual circulou até abril de 1968.

³⁰⁸ *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, União Metropolitana dos Estudantes, “Enterro”, nº 7, 1968, p. 6.

³⁰⁹ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *op. cit.* p. 50.

³¹⁰ O jornal *Correio da Manhã*, especialmente durante o primeiro semestre de 1968, dedicou grande espaço não apenas à descrição das manifestações estudantis, mas também à publicação das falas e documentos de suas lideranças. Já no segundo semestre de 1968, é possível perceber uma oscilação (apoio/repúdio) diante dos protestos estudantis, o que também reflete a conjuntura social mais ampla, na qual o movimento estudantil atingirá gradativamente um crescente isolamento social.

³¹¹ *Correio da Manhã*, “Assassinato”, 29 de março de 1968, p. 6.

nacional. Segundo a revista, o grave erro da polícia da Guanabara acabou fornecendo ao movimento estudantil a “bandeira” que necessita: “(...) um corpo de estudante morto. Agora, o radicalismo estudantil vai exibi-lo ao máximo, com agitação forte, para atrair a classe estudantil à luta política”.³¹³ A revista *Veja*, de periodicidade semanal, lançada em setembro de 1968, em seu primeiro exemplar narrou retrospectivamente a morte de Edson Luís, centrando a discussão nos “culpados” pela utilização da violência, como expresso no título de uma das matérias: “A culpa da violência. Quem jogou a primeira pedra, os moços ou a polícia? Os dois lados admitem a violência”.³¹⁴

O fato é que a repressão policial e a morte do estudante Edson Luís repercutiu nas páginas de jornais e revistas de todo o país e despertou a solidariedade e manifestações de protesto em vários Estados, as quais, a exemplo do que ocorrera na Guanabara, também foram reprimidas violentamente pela Polícia Militar. Luís Raul Machado, vice-presidente da UNE de julho de 1967 a abril de 1969, narrou a repercussão da morte de Edson Luís nos demais Estados:

Nos outros Estados, a notícia começou a se espalhar na noite do dia 28 e, principalmente, nas manchetes dos jornais do dia seguinte. Lembro dos jornais de São Paulo com letras garrafais e a foto de Edson morto, com a bandeira do Calabouço e uma bandeja de alumínio com comida aos pés. O movimento estudantil fervia em todo o país. Durante uma semana – incluindo a data do quarto aniversário da ditadura militar –, os estudantes ganharam as ruas e foram violentamente reprimidos. Em Goiás, a polícia abriu fogo contra os estudantes que se protegiam na Catedral de Goiânia, ferindo três. Grandes passeatas em Belo Horizonte, em São Paulo, no Nordeste (...) Muitas prisões, muitos feridos.³¹⁵

Os confrontos entre estudantes e policiais repetiram-se nos dias seguintes: no dia 1º de abril (data do quarto aniversário do golpe de 1964), apesar da proibição do governo federal, a UME organizou uma passeata contra a ditadura, que foi violentamente reprimida. No dia 4 de abril, na Igreja da Candelária, foram realizadas as missas (uma pela manhã e outra à tarde) de 7º dia em homenagem ao estudante Edson Luís. Na saída da Igreja, uma carga da cavalaria da Polícia Militar atropelou estudantes e populares. Os conflitos se espalharam às ruas adjacentes. *O Metropolitano* assim descreveu o episódio:

³¹² *O Estado de São Paulo*, Editorial de 30 de março de 1968, p. 3.

³¹³ *Visão*, 12 de abril de 1968, p. 21.

³¹⁴ *Veja*, 11 de setembro de 1968, p. 22.

³¹⁵ MACHADO, Luís Raul *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 60.

As missas da Candelária foram realizadas debaixo dos rancos dos aviões e sob um clima de extrema tensão. O Brasil, ‘país mais católico do mundo’, via, no seu centro político, o Rio, serem impedidas as missas que se pretendiam rezar, no sétimo dia da morte do estudante Edson Luís. Um fedor de golpe e de medidas de exceção tornavam o ar da cidade viciado. Talvez por isso, para limpar o ar, é que tantas bombas de gás teriam sido jogadas.³¹⁶

Diante da repressão policial, a União Metropolitana dos Estudantes defendeu a concepção de *violência como resistência*, ou seja, os estudantes deveriam resistir à polícia, utilizando, se necessário, a violência em legítima defesa:

Sim: resistir à polícia. Resistir a uma força violenta só com o emprego de outra força violenta em sentido contrário. Os estudantes e o povo em geral condenam a violência desnecessária, a violência indiscriminada, a agressão individual a lojas e propriedades particulares. Os estudantes e o povo não aceitam a violência que não traz ganhos políticos e não atinge as colunas básicas que sustentam as injustiças. Mas ninguém pode condenar a violência quando ela é empregada em legítima defesa. Ninguém pode condenar a violência da massa quando ela reage a uma agressão violenta por parte do aparelho repressivo.

Há a violência dos provocadores, aquela que visa atingir indivíduos, lojas, propriedades particulares. Ela está sendo desmascarada e coibida pelos próprios estudantes. Mas há a violência dos estudantes que viram caminhonetes do DOPS, quando saltam os policiais para bater e prender; a violência que joga pedras na polícia quando ela investe com bombas e cassetetes (e agora sabres). Mas é preciso lembrar que, enquanto os estudantes viram carros, a repressão mata estudantes. A diferença ainda é muito grande e devemos fazer tudo para que ela diminua, organizadamente, conscientemente.³¹⁷

Ainda nesta edição, o jornal *O Metropolitano* definiu o Exército como “cão de fila das classes dominantes, um ferrenho defensor das instituições arcaicas, um abnegado guardião dos interesses de uma minoria privilegiada”.³¹⁸

No restante do mês de abril³¹⁹ e em maio, o movimento estudantil optou pela “volta às escolas” – posição defendida pela UME, cuja liderança vinculada à Dissidência da Guanabara propunha a chamada “luta específica”. O periódico *Grêmio Informa*, órgão da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em matéria sobre o papel dos estudantes na derrubada do governo, publicou uma entrevista com Vladimir Palmeira, onde o líder da UME

³¹⁶ *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, União Metropolitana dos Estudantes, “Passeata e missa”, nº 7, 1968, p. 7.

³¹⁷ *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, União Metropolitana dos Estudantes, “A violência é necessária?”, nº 7, 1968, p. 8.

³¹⁸ *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, União Metropolitana dos Estudantes, p. 4.

³¹⁹ O mês de abril também seria marcado pela greve operária de Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte. O governo, surpreendido pelo inesperado ressurgimento do movimento operário, fez pequenas concessões.

reafirmou os pressupostos da tendência política que representava:

‘Ultrapassada a última fase de manifestações a palavra de ordem é retornar às escolas, promovendo assembléias para o debate político dos acontecimentos e para a estruturação as medidas necessárias ao atendimento das reivindicações específicas da classe estudantil’. (...) ‘A política educacional’, continua o presidente da UME, ‘está intimamente ligada a uma política econômica que preconiza a subserviência ao estrangeiro. Nesse esquema estão integrados os cortes de verbas, a falta de vagas nas universidades, pois o governo, fiel à sua orientação filosófica – que prevê a importação de técnicos – não necessita de uma universidade aberta a todos’. (...) Por isso, a luta do movimento estudantil, no atual momento, é impedir que isso aconteça, em cada escola, em todos os Estados.³²⁰

As divergências internas ao movimento estudantil arrefeceram-se em torno da questão do *diálogo*, supostamente proposto pela ditadura aos estudantes. Em torno desta questão, as correntes ou tendências que disputavam internamente o controle da UNE polarizaram-se ainda mais no Conselho da entidade, realizado em maio de 1968 na Bahia, que, depois de acalorados debates, aprovou o “diálogo” com o governo. A “primeira posição”, liderada pela Ação Popular e defensora da “luta política” rechaçou a decisão:

Consideramos qualquer conciliação com a ditadura uma traição às lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil e à decisão cada vez mais firme de integração na luta da grande maioria do povo pela derrubada da ditadura e do imperialismo. A proposta da UME-GB (União Metropolitana dos estudantes), aprovada pela eventual maioria dos membros deste Conselho, é a de “desmascarar” o diálogo, fazendo o diálogo. Alegam os autores da proposta que a aceitação do “diálogo” serviria para ganhar setores vacilantes e impressionaria bem a opinião pública, como se a forma de ganhar os vacilantes e a opinião pública fosse a tomada de posições dúbias e oportunistas. Essa proposta de “diálogo” do movimento estudantil oprimido com a ditadura assassina coloca aqueles que a defendem no mesmo campo reformista daqueles que advogam a “destruição” das entidades pelegas da Lei Suplicy através da participação nelas e não no boicote. O movimento estudantil foi vitorioso na luta de suas entidades livres. A proposta de “diálogo” significa, em termos claros, a traição à luta dos estudantes junto com a grande maioria do povo, e a submissão à ditadura, favorecendo a sua demagogia.³²¹

Já a “segunda posição”, liderada pelas Dissidências e defensora da “luta específica”, assim definia o que significava o “diálogo” com o governo naquele contexto:

³²⁰ *Grêmio Informa*, São Paulo, Faculdade de Filosofia da USP, 1º de abril de 1968, p. 6.

³²¹ *Revista UNE*, São Paulo, nº 1, julho de 1968, p. 9-10.

Os colegas divisionistas não compreendem o sentido da posição aprovada. “Diálogo” aprovado na Bahia significa aceitar um confronto de poder. Ou seja, se o MEC propõe diálogo, nós pomos os estudantes na rua, discutimos com ele as suas reivindicações e a encaminhamos às autoridades. Diálogo em 66 era impossível porque o ME não estava consciente e organizado pelas bases como está hoje. Naquela altura seria uma atitude capitulacionista. Mas a história muda as coisas, e os colegas divisionistas não vêem isso. Hoje, não aceitar o diálogo seria uma atitude isolacionista dos que, por não crerem em suas concepções e não terem a firmeza política, temem ser “engabelados” pelas autoridades. Não percebem também a força da massa quando organizada pela base.

Entendo que as atuais lideranças estudantis são capazes de sentir a necessidade de um confronto de poder entre os estudantes e o governo. Fazer passeatas apenas, denunciar, protestar, é hoje pouco para a força do ME. Ele quer tomar faculdades, interpelar reitores, gerir o funcionamento das escolas. Ele aprende a tomar posições de força, a ter iniciativa e a atacar antes.

Esta concepção isolacionista e tímida dos colegas, de rejeitar o confronto direto com o poder, é uma constante de sua prática.³²²

O Conselho da União Metropolitana dos Estudantes, também realizado em maio de 1968, a exemplo do que ocorrera no Conselho da UNE, foi palco de discussões referentes ao “diálogo” com o governo. Contudo, no encontro da Guanabara a pauta principal esteve relacionada à greve decretada, dez dias antes do início do Conselho, pelos estudantes da Faculdade de Química da universidade federal, liderados por Jean Marc von der Weid, ligado à Ação Popular. A proposta era estender a greve por mais verbas, mais vagas e pela melhoria do ensino às demais universidades do Estado. A direção da UME, vinculada à DI-GB, era contrária à propostas, mas por estreita margem de votos (apenas dois), a greve geral na Universidade foi aprovada. Jean Marc assim relatou o desfecho do Conselho da UME: “Chegamos a pensar que a DI não cumpriria a decisão e esvaziaria a greve mas a atitude do Vladimir [Palmeira] foi impecável: levou a decisão democrática da entidade até o fim. (...) A greve geral foi um grande sucesso”.³²³

O movimento estudantil ganharia novamente as ruas em junho, quando, em todo o país, atingiu seu ápice e conquistou a solidariedade de diversas camadas da população. O palco principal era o então Estado da Guanabara, onde o mês de junho foi marcado por grandes manifestações de protesto nas ruas e por conflitos violentos entre manifestantes e policiais.

No dia 11 de junho, os estudantes organizaram uma concentração no pátio do prédio do MEC. No dia anterior, o então Ministro da Educação, Tarso Dutra, em nota oficial, declarou-se contrário à concentração, afirmando que ela “pode ter sentido de ameaça” e que

³²² *Idem.* p. 12.

³²³ WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 124-125.

neste clima “jamais poderá haver entendimentos”.³²⁴ A manifestação estudantil foi duramente reprimida, como criticou o jornal *Correio da Manhã*, em editorial, no dia seguinte ao episódio:

O objetivo dos jovens universitários era o diálogo com o governo. A forma de fazê-lo foi o uso democrático do direito constitucional de reunião. O endereço escolhido, o Ministério da Educação, era o único indicado. Só o titular da pasta poderia ser o interlocutor. Mas o governo respondeu pela negativa e com a violência.³²⁵

Os estudantes universitários, apoiados pelos secundaristas e pela FUEC, agendaram nova concentração no pátio do prédio do MEC para o dia 19 de junho, quando, novamente, enfrentaram dura repressão policial. Mas, desta vez, os estudantes revidaram, como relata Vladimir Palmeira:

(...) nós decidimos ocupar o MEC, para mostrar que nós queríamos realmente conversar com o ministro e ele é que não queria. Preparamos com antecedência coquetel molotov. Foi a primeira vez que a gente decidiu usar a violência, cacete, pedra. Levamos pau e fomos para o cacete. (...) Quando a polícia veio, naquele passo terrível, largos, aqueles passos de ganso, disseram: “o que a gente faz?” Eu disse: “vamos resistir”. Quando chegou, sei lá, a uns cinqüenta metros, a gente disse: “vamos para cima deles!” E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás pelas aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou chimbra, bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da PE e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc [von der Weid] foi preso. Essa foi a Quarta-feira Sangrenta.³²⁶

Contudo, “sangrenta” mesmo seria a sexta-feira seguinte, dia 21 de junho, quando uma nova passeata de protesto foi, mais uma vez, brutalmente reprimida pela polícia. A violência que caracterizou a *sexta-feira sangrenta*, como ficou conhecido o episódio – paus, pedras, objetos jogados do alto das janelas, fios de arame para derrubar cavalos – resultou em dezenas de feridos, centenas de presos e cerca de 28 mortes, incluindo a de um policial militar.³²⁷

Após as violentas “batalhas” que tomaram conta das ruas cariocas, o governador da Guanabara fez um pronunciamento à população carioca e dirigiu-se especificamente aos

³²⁴ *Correio da Manhã*, “Concentração estudantil hoje põe exército de meia prontidão”, 11 de junho de 1968, p. 1.

³²⁵ *Correio da Manhã*, “Apelo inútil”, 12 junho de 1968, p. 6.

³²⁶ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 17.

³²⁷ A bibliografia especializada e os periódicos da época fornecem números divergentes para contabilizar o número de mortos durante a “sexta-feira sangrenta”. Os dados aqui mencionados (28 mortes) foram retirados de: MARTINS FILHO, João Roberto. *op. cit.* 1987. p. 141.

estudantes, propondo uma trégua:

Chegou o momento de definir posições. O governo do Estado e cada cidadão voltam-se para a sua consciência pública, numa pausa que se impõe ser também aceita pelos estudantes, ativistas ou não, pausa que permitirá um exame dos limites dos direitos e deveres de todos.

A pausa terá o valor de uma trégua de elevado sentido e esta impõe-se já para o esclarecimento da legitimidade das ações de todos nós, no exercício da vida pública e dos direitos da cidadania. A pior das guerras sempre conclui pela trégua e pela paz. Alcança-se sempre o possível, respeitadas as conquistas e contidas as aspirações irrealizáveis. Os estudantes universitários já conquistaram um ponto decisivo: despertaram a consciência nacional para a agudeza e a urgência da reforma universitária, modernizadora da educação superior do país. Como estudantes, nada mais poderiam obter legitimamente. Todas as demais reivindicações que não se insiram na aspiração da reforma ou que são apresentadas no tumulto das ruas extravasam os legítimos limites do movimento reivindicatório.

(...) É a hora de parar e aguardar a proposta da autoridade competente, impossível de ser formulada em ambiente de incompreensão na atmosfera de conflito.

(...) O direito das maiorias operosas está sendo ferido pelo sobressalto das correrias e dos choques entre os agentes da ordem pública e estudantes ativistas ou não. No cumprimento do mandato constitucional de governador, não posso e não devo permitir a continuidade dessa situação lamentável. Por isso, o exame de consciência de todos nós vai revelar a imperiosa necessidade de que se restaure com boa fé e tolerância a ordem do Estado.³²⁸

No que tange à *sexta-feira sangrenta*, Maria Ribeiro do Valle destaca que a proporção tomada pela violência neste episódio possui uma peculiaridade:

a adesão de setores populares se faz presente de forma inusitada. Tanto que parte da imprensa fala agora em conflito de populares e estudantes com a PM, diferentemente de suas análises dos episódios de março e abril, centradas apenas nos dois últimos atores.³²⁹

Nesse momento, a rebeldia não era *exclusivamente* estudantil. Os estudantes conquistaram mais do que a mera simpatia, a solidariedade e o apoio (físico, inclusive) na luta contra a ditadura, como destacou o *Correio da Manhã*: “(...) o povo não colaborou com aplausos e sorrisos de simpatia, mas reagiu contra a repressão com garrafas, sacos plásticos de água, cinzeiros etc”.³³⁰

A imagem dos estudantes rebeldes adentraria o imaginário popular e se tornaria o símbolo do ano de 1968 no Brasil. Como destacou Daniel Aarão Reis, a visão de uma criança,

³²⁸ Pronunciamento de Francisco Negrão de Lima, 21 de junho de 1968. CPDOC/FGV. Arquivo Negrão de Lima. Série: Governador da Guanabara. (Referência: NLg 1968.06.23/documento 1A).

³²⁹ VALLE, Maria Ribeiro do. *op. cit.* p. 102.

de 5 anos, sintetizou a admiração sentida, por um breve momento, pelos estudantes: “Depois das cenas bacanas que vi, acho os bang-bang da TV muito chatos. Não quero mais ser mocinho. Quero ser estudante”.³³¹

Por sua vez, no enterro do soldado morto durante os conflitos, os militares tentaram “criar um contraponto à transformação de Edson Luís em mártir da oposição ao regime”.³³² Na ocasião, a PM reafirmou a sua disposição para pôr fim à “agitação”:

A Polícia Militar, ao enterrar ontem seu soldado morto nas ultimas manifestações, garantiu, através do coronel Alcir Miranda, chefe da Casa Militar do governador Negrão de Lima, que a Guanabara não verá mais manifestações nas ruas, mesmo que, para evitá-las, a PM tenha que agir ainda mais violentamente. Também o coronel Osvaldo Ferraro de Carvalho, comandante geral da Polícia Militar, afirmou, na ocasião, que a “agitação que tanto intranquiliza a cidade cessará, mas se tal não acontecer o preço que os agitadores vão pagar será muito alto”.³³³

Nos círculos do poder, a imprensa passou a ser acusada de propagar indevidamente os conflitos estudantis e, com isso, prejudicar a imagem do governo e favorecer a “subversão”, como ressaltou o jornalista Castello Branco: “Cresce em círculos governistas a tendência para atribuir ao noticiário dos jornais o agravamento da situação criada pelos estudantes. Acha-se que as fotografias publicadas pelos grandes jornais do Rio modificaram a atitude da opinião carioca que, de hostil, passou a ser favorável aos agitadores”.³³⁴ O Ministro da Justiça, Gama e Silva, chegou a responsabilizar a extensa cobertura da imprensa aos conflitos nas ruas cariocas pela proporção por eles atingida:

(...) o sr. Gama e Silva declarou-se irritado com o noticiário da imprensa. Afirmou que alguns jornais deram exagerada cobertura aos acontecimentos, contribuindo, segundo pensa, para agravar a situação. No Ministério da Justiça foi comentada a necessidade de enquadrar jornais nas leis de Imprensa e de Segurança Nacional.³³⁵

Ainda que não fosse, logicamente, responsável pela gravidade dos fatos, a imprensa exerceu um papel de relevância na repercussão dos fatos, sobretudo nos demais Estados, e na

³³⁰ *Correio da Manhã*, “Protesto amanhã”, 25 de junho de 1968, p. 2.

³³¹ MAURO, José *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 139.

³³² MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Ed. UFSCar, 1995, p. 137.

³³³ *Correio da Manhã*, “PM oficializa violência”, 23 de junho de 1968, p. 7.

³³⁴ CASTELLO BRANCO, Carlos. *op. cit.* p. 391.

³³⁵ *Correio da Manhã*, “Sítio: rumor não se confirma”, 22 de junho de 1968, p. 12.

sensibilização da opinião pública carioca:

O que ocorreu (...) chocou a cidade – uma cidade que, desde a morte e as missas de Edson Luís, achava que já tinha assistido a tudo em matéria de violência. Mais do que pela agressão física, as fotos ‘hediondas’ indignavam como símbolo do ultraje. A descrição de soldados urinando sobre corpos indefesos ou passeando o cassetete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhados ou deitados de bruços com o rosto na grama, eram uma alegoria da profanação.³³⁶

Nas principais capitais do país, foi significativa a mobilização dos estudantes em solidariedade aos colegas cariocas:

No dia 22 [de junho], ocorreu a primeira de uma série de ocupações de escolas pelo país afora, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, logo seguida pela Faculdade de Filosofia. Sucediam-se protestos, manifestações, ocupações e passeatas também em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís e outros centros universitários.³³⁷

A força dos estudantes e seu potencial de atração residiam no fato de que o movimento estudantil, como analisou Daniel Aarão Reis,

(...) não se limitava a denúncias gerais, apresentava reivindicações precisas, propunha diálogos setoriais com as autoridades universitárias e negociações globais com o Ministério da Educação. Os dirigentes estudantis não eram mais apenas porta-vozes de um descontentamento difuso, mas lideranças de aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores. Daí sua legitimidade e o melhor nível de organização demonstrado: por universidade, por faculdade, por turma.³³⁸

Esta perspectiva foi elaborada a partir das gestões dos militantes da Dissidência da Guanabara à frente da UME carioca, sobretudo a partir de 1967, quando foi consolidada no seio do movimento estudantil sob a liderança de Vladimir Palmeira, tendo sido responsável pela ascensão política da DI-GB no meio estudantil. Nessa gestão, as propostas não eram fruto de decisões das cúpulas ou vanguardas estudantis, mas eram debatidas em diversas assembleias, realizadas *de baixo pra cima*, ou seja, em cada turma, em cada faculdade, em cada universidade, até chegarem aos diretórios centrais e uniões estaduais e nacional. Do

³³⁶ VENTURA, Zuenir. *op. cit.* p. 138.

³³⁷ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000b. p. 151.

cotidiano estudantil, surgiam as bandeiras, as reivindicações, que seriam articuladas com os aspectos políticos mais gerais. A força do movimento estudantil originava-se da luta não apenas *contra*, mas *por* interesses tangíveis, que sensibilizavam e mobilizavam as massas estudantis, apesar dos seus diferenciados níveis de politização.

A força estudantil também ficou evidente quando, ao lado de artistas, intelectuais, religiosos e populares, os estudantes cariocas promoveram a célebre Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. Ao contrário dos episódios violentos que chocaram a cidade nos dias anteriores e com a pressão da opinião pública, a concentração na Cinelândia e a Passeata não enfrentaram repressão policial. A “Passeata dos Cem Mil” foi um dos principais acontecimentos de 1968 no Brasil: um marco simbólico da força e dos limites da luta estudantil, como discursou Vladimir Palmeira durante o trajeto da Passeata, ao passar em frente à Igreja da Candelária:

Este lugar tem um significado muito grande para nós. Na missa de Edson, foi aqui que nós fomos violentamente reprimidos. Hoje o panorama é diferente. Prova de que a potencialidade de luta popular é maior do que as forças de repressão. Hoje, damos uma demonstração de força e de fraqueza ao mesmo tempo. Temos força para retomar a praça, mas não podemos tomar o poder que eles usurparam.³³⁹

É importante destacar que embora a Passeata tenha transcorrido de forma pacífica, a tônica dos discursos foi a *legitimação da violência revolucionária* naquele contexto político e social, como analisou José Roberto Arantes:

No resto do Brasil, a passeata da quarta-feira foi apresentada como um modelo de demonstração pacífica. Contudo, não foi isso, mas exatamente o contrário. Foram seis horas durante as quais a liderança estudantil tentou educar as massas para a violência, para a necessidade de empregar a força para combater a repressão. Falou-se seguidamente, sob aplausos de todos, da necessidade de criação de um exército revolucionário para enfrentar a opressão. Não foi uma manifestação contra as mortes. Transformou-se numa assembléia popular. A necessidade da violência para transformar o país foi votada nesta assembléia e aprovada. Depois foram feitas propostas, também aprovadas, para que todos os presentes se organizassem em seus locais de trabalho. Aquela massa queria uma solução para os seus problemas, esperava uma forma de resolver suas reivindicações. Propusemos que se organizassem, debatessem a política do governo, nos apoiassem nas lutas de rua, até que comprassem garrafas para manter em seus escritórios para arremessar posteriormente na polícia em momento oportuno.³⁴⁰

³³⁸ AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 15-16.

³³⁹ PALMEIRA, Vladimir *apud* VENTURA, Zuenir. *op. cit.* p. 163-164.

³⁴⁰ *Jornal da UEE*, São Paulo, julho de 1968. p. 3 *apud* VALLE, Maria Ribeiro do. *op. cit.* p. 113.

Em seus discursos, Vladimir Palmeira defendeu o papel do movimento estudantil na educação e organização das massas, para utilização da violência, “no momento certo”, visando transformar o país:

Pessoal, a gente é a favor da violência quando ela é aplicada para fins maiores. No momento, ninguém deve usar a força contra a polícia, pois a violência é própria das autoridades, que tentam, por todos os meios, calar o povo. Somos a favor da violência quando, através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas. Aí, nem a polícia, nem qualquer outra força repressiva da ditadura poderá deter o avanço do povo. A manifestação de hoje custou três dias de luta muito dura.³⁴¹

Além disso, as palavras-de-ordem bradadas durante a passeata também explicitavam as divergências políticas entre as correntes de esquerda presentes no movimento estudantil: de um lado, uns gritavam “Só o povo armado derruba a ditadura”, enquanto outros revidavam: “Só o povo organizado derruba a ditadura”.

Ademais, embora a liderança da União Metropolitana dos Estudantes, vinculada à DI-GB, defendesse a chamada “luta específica”, não perdia de vista a relevância da luta política. Assim sendo, embora a UME não privilegiasse a luta nas ruas – principal bandeira da Ação Popular – a entidade participou e liderou as manifestações dos estudantes cariocas, que tomaram as ruas da Guanabara e conquistaram o apoio popular. Para Jean Marc von der weid, militante da AP e defensor da “luta nas ruas”, a UME foi perspicaz ao perceber a conjuntura favorável às passeatas, colocando-se à frente delas: “A tendência da conjuntura favoreceu a nossa proposta e a UME teve a flexibilidade e a inteligência de não se colocar contra a maré, assumindo a frente das mobilizações”.³⁴²

A partir da Passeata dos Cem Mil, formou-se uma comissão, reunindo estudantes, professores, profissionais liberais, religiosos e mães de estudantes, designados para dialogar com o governo. A comissão chegou a ser recebida pelo presidente da República, o general Costa e Silva, mas as negociações não avançaram: as principais reivindicações eram mais verbas e mais vagas para as universidades, a liberação dos estudantes presos em manifestações anteriores e a reabertura do restaurante estudantil Calabouço. De acordo com Franklin Martins, então universitário militante da DI-B, o presidente afirmou que “estudaria as duas primeiras, que a liberação dos estudantes presos não era de sua alçada e que a reabertura do Calabouço era inadmissível”.³⁴³ Segundo o jornal *Correio da Manhã*, Costa e

³⁴¹ PALMEIRA, Vladimir *apud* VENTURA, Zuenir. *op. cit.* p. 147.

³⁴² WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 122.

³⁴³ MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro,

Silva era contrário à reabertura do Calabouço, pois, em sua visão, o restaurante fora transformado “em centro de arregimentação política com o pior dos sentidos”.³⁴⁴

A formação da “Comissão dos Cem Mil” foi mais um episódio em torno do qual cristalizaram-se as divergências internas do movimento estudantil. Como já acompanhamos, as correntes presentes no movimento polarizavam em torno das propostas de “diálogo” com o governo. Por ocasião da Passeata dos Cem Mil, as lideranças estudantis vinculadas à “primeira posição”, sobretudo os militantes da Ação Popular, criticaram duramente a formação de uma Comissão para “dialogar” com o presidente e consideraram a iniciativa, apoiada pela direção da UME, uma traição aos estudantes:

A diretoria da UME, após a passeata de luta realizada nas ruas por 100 mil pessoas contra a ditadura e o imperialismo, traiu a luta do povo vergonhosamente, formando uma comissão burocrática para dialogar com o ditador Costa e Silva: após a luta dos 100 mil, foi formada a comissão de traição dos 100 mil.³⁴⁵

Por sua vez, Vladimir Palmeira, em depoimento concedido duas décadas depois da Passeata, reafirma a posição defendida na época:

(...) era preciso dialogar, mesmo com o inimigo, em certas circunstâncias. Na época até mesmo os caras do Vietnã tinham aberto o diálogo com os Estados Unidos, isto marcou muito e mostrou para a gente que era preciso conversar. Você tem que conversar com o reitor, com os diretores das faculdades, e com o próprio Costa e Silva como foi o caso da “Comissão dos Cem Mil”. (...) Na questão de fundo, Costa e Silva não quis ceder, atender à nossa reivindicação de soltar os estudantes presos, esta era uma reivindicação preliminar para o desdobramento do diálogo.³⁴⁶

O governo não demonstrava, de fato, nenhuma disposição para o diálogo. No início de julho, as manifestações de rua foram definitivamente proibidas e o Ministro da Justiça instruiu os governadores a adotarem as “medidas preventivas que se fizerem necessárias para impedi-las”.³⁴⁷

12 de setembro de 2005. p. 4. Disponível no Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.

³⁴⁴ *Correio da Manhã*, “Diálogo ente Costa e Silva e estudantes não chegou ao fim”, 3 de julho de 1968, p. 1.

³⁴⁵ WEID, Jean Marc von der et al. “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo”. 1968. mimeo. p. 10 *apud* VALLE, Maria Ribeiro do. *op. cit.* p. 119.

³⁴⁶ PALMEIRA, Vladimir *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 109.

³⁴⁷ *Correio da Manhã*, “Passeatas estão proibidas”, 6 de julho de 1968, p. 1.

O então governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, enviou uma carta ao presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, preocupado em como proibir as passeatas estudantis:

(...) na Guanabara, não seria realista a expectativa, desejável e louvável, suposta na circular, de que a proibição das passeatas se realize através da adoção de “medidas preventivas”. Manda-me a franqueza dizer-lhe, Senhor Presidente, que a proibição só se consumará com a repressão policial provavelmente violenta. As experiências passadas sustentam a minha afirmação menos otimista e tudo faz prever que assim será no futuro. A repressão estaria implícita, como inevitável e necessária ao entender do próprio governo federal, que destaca o fato das passeatas haverem tomado “caráter de verdadeira subversão e de desafio às autoridades legitimamente constituídas...”

(...) *as manifestações estudantis que hoje passaram a revestir-se de cunho subversivo, foram determinadas pela questão da reforma universitária.* (...) o foco gerador da crise, de natureza universitária, havia criado um problema de ordem pública, extremamente delicado, para a autoridade estadual. A relação estabelecida entre as duas questões, uma agravando a outra em cadeia de reações, deixou a autoridade estadual na posição singular de só lhe ser permitido reprimir, já que a redução do foco gerador teria de ser tarefa de quem pode negociar os compromissos legítimos com a juventude universitária, concedendo ou denegando em uma área de autoridade federal intransferível e indelegável. (...) *o Governo Estadual tem a força para garantir a ordem pública, pela repressão, mas não lhe compete negociar a solução da crise estudantil.* Ao Governo estadual só caberia o papel de reprimir, apenas reprimir.³⁴⁸

Ainda na mesma carta, o governador da Guanabara analisava que os freqüentes confrontos entre a polícia e os estudantes prejudicavam a imagem das forças policiais junto à opinião pública:

(...) A confrontação de forças já foi feita, algumas vezes, na Guanabara, como é do conhecimento de Vossa Excelência. O resultado em nenhum dos casos foi favorável à autoridade estadual. *As experiências deram mesmo maus resultados, os estudantes e os subversivos capitalizando conceito e simpatia na opinião pública, enquanto os agentes da ordem perdiam em conceito e simpatia.* Valho-me da atenção de Vossa Excelência para lembrar que a Polícia Militar da Guanabara, em sua ação como braço da ordem, tem sido atrozmente atacada e insultada, da maneira mais injusta, pois não se pode esperar que a repressão, uma vez iniciada e diante da agressão, seja feita sem a ocorrência de atos violentos.

A idéia de novas confrontações arma uma cena claramente antevizível: *os estudantes e a Polícia Militar vão de novo medir forças nas ruas da Guanabara. Vão se chocar duas partes fortemente antagonizadas e colocadas frente á frente, uma delas (a polícia) ainda sem o apoio da opinião pública.*³⁴⁹

³⁴⁸ Carta de Francisco Negrão de Lima a Artur da Costa e Silva. Rio de Janeiro, julho de 1968. CPDOC/FGV. Arquivo Negrão de Lima. Série: Governador da Guanabara. (Referência: NLg 1968.06.23/documento 3). Grifos nossos.

Ao lado das manifestações estudantis, no mês de julho, o país também assistiria à famosa greve dos operários de Osasco, cidade industrial da Grande São Paulo, duramente reprimida pelo governo, que não estava disposto a fazer concessões. O movimento operário, um dos setores mais atingidos pela repressão em 1964, esboçava tentativas – frustradas – de reorganização. Para o governo, tratava-se dos “últimos estremecimentos de um adversário já fora de combate”.³⁵⁰

A abertura do segundo semestre escolar consolidou o refluxo do movimento estudantil. Em agosto, “mês do desgosto” no ditado popular, os estudantes presenciaram no dia 03, a prisão de Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis do país e, no dia 29, a violenta invasão policial à Universidade de Brasília.³⁵¹ O número de passeatas e participantes foi reduzido bruscamente. No dia 03 de outubro, em São Paulo, um estudante foi morto no episódio conhecido como a *Batalha da Maria Antônia*, referência ao nome da rua onde estudantes e paramilitares de direita abrigados na Universidade Mackenzie atacaram estudantes da Faculdade de Filosofia. As passeatas estudantis atraíam cada vez menos gente e recebiam uma repressão cada vez mais forte. As mortes em manifestações públicas tornaram-se corriqueiras e não mais causavam comoção, a exemplo do que ocorrera no início de 1968, após a morte do secundarista Edson Luis. Nesse contexto de nítido refluxo, o movimento estudantil universitário recolheu-se às universidades e iniciou-se os preparativos para a realização do XXX Congresso da UNE.

Os preparativos para o congresso, no qual seria eleita a nova diretoria da UNE e decidido os rumos do movimento universitário nacional, cindiram, mais vez, o movimento e explicitaram o “racha” das esquerdas estudantis, como relatou Jean Marc von der Weid:

[Luís] Travassos, liderando a AP, propôs que o 30º Congresso da UNE fosse em Minas, reduto da organização, enquanto as ‘dissidências’ lutavam para realizá-lo em São Paulo, sob o controle do [José] Dirceu, ele mesmo candidato a presidente. Perdemos por um voto. A direção da AP perdeu a cabeça, recusou-se a aceitar o resultado e forçou a fração da AP na UNE (os quatro) a convocar outro conselho. O resto da diretoria, que era maioria, recusou-se a apoiar a convocação. Seguiu-se o lançamento de um panfleto assinado por Travassos e os outros três da AP denunciando o ‘revisionismo’ da maioria e mantendo a convocação. Era o racha. O panfleto, junto com a ordem da direção da AP de distribuí-lo, chegou anos no Rio de Janeiro em plena mobilização para a greve [universitária] de maio. Recusei-me a

³⁴⁹ *Idem*. Grifos nossos.

³⁵⁰ AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 25.

³⁵¹ A polícia federal invadiu a Universidade de Brasília, depois de um longo cerco, agredindo sem distinção estudantes, funcionários e parlamentares. O jornalista Carlos Castello Branco resumiu o episódio: “A polícia, que entrou na universidade como se fossem russos entrando em Praga, bateu, quebrou, prendeu e abateu um estudante com um tiro na testa”. Cf. CASTELLO BRANCO, Carlos. *op. cit.* p. 449.

imprimir e panfletar aquela coisa. Travassos, constringido, lembrou-me o centralismo democrático, mas ficou satisfeito com a minha recusa. Foi quando da minha prisão que o pessoal do PC do B da Química aproveitou – pra botar lenha na fogueira, eu acho – e imprimiu e distribuiu o panfleto. Vladimir [Palmeira] recebeu um em plena Passeata dos Cem Mil e o atacou publicamente. Travassos foi obrigado a responder – era a explicitação do racha.³⁵²

A Ação Popular, de um lado e as Dissidências, apoiadas pela POLOP, de outro, disputavam acirradamente o controle da preparação do Congresso. Ainda segundo Jean Marc von der Weid,

a desconfiança entre as organizações era tanta e o sectarismo havia subido a tal grau que cada um achava que seria golpeada se a outra controlasse a organização do Congresso. Isto se compreende, pois num congresso clandestino, se uma facção detém o controle do acesso e resolve impedir a presença dos delegados das outras basta “furar o ponto”.³⁵³

Apesar dos esforços da Ação Popular, a organização do Congresso ficou a cargo da Dissidência de São Paulo, a DISP. À AP restou aceitar a decisão da maioria dos estudantes, porém a organização enfraqueceu-se após um acalorado processo de luta interna, como continua relatando Jean Marc:

Eu mesmo fui obrigado, sob ameaça de expulsão, a defender de público a proposta da AP. Um tremendo desgaste. Mas internamente sentei o cacete na divisão e ameacei rachar se não houvesse recuo. A Ap, que crescera muito com a política de enfrentamento, desgastou-se imensamente com este episódio, perdendo posições-chave em Minas, Brasília, São Paulo e Pernambuco. O sectarismo e a divisão custaram caro. Mas acabamos ganhando a luta interna e a direção recuou, aceitando o fato consumado do Congresso sob a orientação da DI de São Paulo.³⁵⁴

Depois de muitos debates e polêmicas, a cidade de Ibiúna, no interior paulista, foi escolhida para a realização do Congresso da UNE, que contaria com cerca de 800 delegados, que representariam os estudantes de todo o país. Um dos objetivos principais do conclave era a escolha da nova diretoria da União Nacional dos Estudantes. A Ação Popular lançou Jean Marc von der Weid, importante líder estudantil carioca e presidente do Diretório Acadêmico da faculdade de Química da UFRJ, como candidato à sucessão de Luís Travassos, também da AP, à frente da UNE. As dissidências, por sua vez, articularam-se em torno do nome de José Dirceu, principal líder estudantil de São Paulo e presidente da UEE paulista. A indicação

³⁵² WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 127-128.

³⁵³ *Idem.* p. 127. “Furar o ponto”, um jargão do velho “partidão” usado no linguajar interno das organizações de esquerda das décadas de 1960 e 1970, significava faltar a um encontro previamente agendado entre os militantes.

natural, sobretudo por parte da DI-GB, para disputar a presidência da UNE seria o nome de Vladimir Palmeira, uma das principais lideranças da organização, presidente da combativa União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (que liderou as grandes manifestações de rua ao longo de 1968) e, talvez, o líder estudantil mais conhecido nacionalmente. Contudo, foi o próprio Vladimir Palmeira que se furtou desta responsabilidade:

(...) quando quiseram que eu fosse candidato, eu fiz uma manobra. Dessa vez, em 1968, porque não queria ficar no movimento estudantil. Então, sem que a direção [da DI-GB] esperasse, numa reunião que a direção convocou, eu coloquei o assunto em discussão e aprovei que eu não seria o candidato a presidente da UNE. Criei o fato consumado, dessa vez me preveni. Como eu sabia que podia ter revertério, eu dei uma declaração pública dizendo que não era candidato. Disse que apoiaria o Zé Dirceu, de São Paulo, e o Jorge Batista, de Minas. O Jorge Batista era da POLOP de Minas, também um excelente líder de massa. O Jorge Batista tomou nota e não fez nada. O Zé Dirceu pegou a ponte aérea, veio aqui e me pediu apoio, o que eu dei. (...) se eu quisesse, eu seria o presidente. Eu era o cara natural para ser, não havia dúvidas.³⁵⁵

Por sua vez, Jean Marc relata que, por ter divergido da direção da Ação Popular, sua candidatura à presidência da UNE não era a primeira opção da organização, que, porém, acabou aceitando-a dado o prestígio político do líder estudantil carioca:

Quando saí da prisão eu estava com prestígio nacional enorme pelo fato de a minha prisão ter se transformado no objeto da mobilização nacional pela minha libertação. Meu nome apareceu em manifestações no país inteiro, em pichações. (...) Muitas manifestações estavam relacionadas à libertação dos presos, teve muito peso e, no caso, o preso mais conhecido era eu. Assim, eu saí da prisão com um baita prestígio. A AP teve que me engolir. E foi, naquele momento, que começaram a discutir a minha candidatura à diretoria da UNE. Mas, eles não me deram imediatamente a presidência. Na verdade a AP não me queria presidente da UNE. Eu era independente demais, embora tivesse recém-entrado na AP, e muito autônomo. Além disso, fui contra o racha da UNE.³⁵⁶

A disputa seria acirrada e a vitória, para quem quer que fosse, seria por estreita margem de votos, como relembra José Genoíno, então militante do PCdoB e liderança estudantil do Ceará:

O Congresso de Ibiúna estava praticamente dividido ao meio, a diferença eram 10 ou 15 votos entre a chapa liderada pelo Vladimir [Palmeira] e o José Dirceu e a chapa liderada pelo Luís Travassos e o Jean Marc [von der Weid].

³⁵⁴ *Idem*, p. 128.

³⁵⁵ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 12.

³⁵⁶ WEID, Jean Marc von der. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 16-17.

Eu apoiava o lado do Jean Marc, que era o nosso candidato à presidência da UNE. E o Vladimir apoiava o José Dirceu.³⁵⁷

O Congresso foi iniciado no dia 11 de outubro de 1968. Contudo, no dia seguinte, o sítio Murundu, onde se concentravam os estudantes, foi cercado e invadido pela polícia. Todos os presentes foram presos, inclusive os líderes mais expressivos do movimento estudantil nacional, como Vladimir Palmeira³⁵⁸, José Dirceu, Luís Travassos e Jean Marc von der Weid³⁵⁹ – um verdadeiro desastre político para um movimento em franco declínio.

O jornal *Folha de São Paulo* relatou que, para a “queda” do Congresso, foram cruciais as denúncias feitas por moradores da região ao delegado local, que, por sua vez, avisou ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo:

Desde segunda-feira os habitantes de Ibiúna notaram a presença de jovens desconhecidos, que iam à cidade comprar pão, carne, escova e pastas de dente, despertando suspeitas ao adquirir mais de Ncr\$ 200 de pão de uma só vez. Essas informações foram transmitidas ao DOPS e à Força Pública, que desde quinta-feira já conheciam, segundo afirmaram, o local exato do Congresso.³⁶⁰

A imprensa deu ampla cobertura à “queda” do Congresso de Ibiúna. Muitos periódicos centraram suas análises na “militarização” do movimento estudantil, explicitada pela “presença de armas” entre os estudantes de Ibiúna. Por outro lado, algumas matérias destacavam negativamente as pílulas anticoncepcionais encontradas nas bolsas de algumas estudantes. Ainda outros veículos, apoiando a versão das autoridades militares, caracterizavam a atuação estudantil como movimento “subversivo de orientação externa”.³⁶¹

A prisão dos líderes estudantis Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos foi descrita pela revista *Veja*, por exemplo, em tom “aliviado”: “Os três líderes estudantis estavam com prisão decretada, finalmente executada depois de muitas vezes terem enganado a polícia”.³⁶² Além disso, a revista reafirmou o discurso governamental que pregava a necessidade de isolar a “liderança ideológica” do conjunto dos estudantes e defendeu a

³⁵⁷ GENOÍNO, José *apud* ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2007. p. 185.

³⁵⁸ Vladimir Palmeira acabara de passar 46 dias na prisão, no Rio de Janeiro, quando foi novamente preso em Ibiúna. Permaneceu preso, juntamente com José Dirceu e Luís Travassos, até setembro de 1969, quando, por exigência dos revolucionários que capturaram o embaixador estadunidense, foram libertados, seguindo para o México e de lá para Cuba.

³⁵⁹ Jean Marc, que já fora preso poucos meses antes, acabou sendo libertado quatro dias depois, junto com a delegação do Paraná, à qual se havia agregado.

³⁶⁰ *Folha de São Paulo*, “Congresso da UNE: todos presos”, 13 de outubro de 1968, p. 1.

³⁶¹ Um panorama da repercussão na imprensa da queda do Congresso de Ibiúna pode ser encontrado em: VALLE, Maria Ribeiro do. *op. cit.* p. 199-210.

³⁶² *Veja*, “Todos presos – assim acabou o Congresso da ex-UNE”, 16 de outubro de 1968, p. 12.

política repressiva contra o movimento estudantil, em especial a prisão de “perigosas lideranças”.³⁶³

O *Correio da Manhã*, que durante o primeiro semestre de 1968 colocava-se explicitamente ao lado dos estudantes, questionando a repressão policial, demonstrou uma mudança na veiculação da imagem do movimento estudantil: parte do setor estudantil passa a ser apresentada como “radical” ou “extremista”, chegando-se a admitir a penetração de “agentes” entre os estudantes e estampar artigos sobre movimento estudantil e terrorismo na mesma página.³⁶⁴ De um modo geral, pode-se constatar que a maioria dos jornais da grande imprensa reservou maior espaço às declarações das autoridades militares e governamentais do que aos depoimentos estudantis, fato que contribuiu para corroborar a versão do governo.

A “queda” do Congresso de Ibiúna valeu à UEE-SP, organizadora do evento, pesadas críticas de vários setores estudantis e de suas lideranças. Jean Marc von der Weid assim analisa o episódio:

A montagem do Congresso já revelava a concepção militarista que ia tomando conta das DIs, a de São Paulo em particular. O Congresso (...) ser enfiado no mato, com segurança armada, etc. era um delírio. Protestamos contra isso (...), propondo um Congresso aberto (...) com ampla participação da massa para nos dar cobertura política. (...) Como esperávamos, muitos dos nossos delegados tiveram pontos furados, enquanto a “máquina” da DI ia pegar os deles até em casa quando não apareciam. Mas a coisa ficou tão escandalosa que as outras correntes (PCdoB, PCBR, POC, PCB) também puseram a boca no mundo e estancaram as manobras em Ibiúna. Aliás, nada nos foi tão favorável como aquela loucura de Ibiúna. Só os mais ferrenhos militantes das DIs ousavam defender a preparação daquela arapuca onde, no fim, a polícia veio nos colher como coelhos.³⁶⁵

Nilton Santos, vice-presidente da UNE em 1968, também elaborou, *a posteriori*, um balanço crítico da “militarismo” que estaria presente na organização do XXX Congresso da entidade:

O Congresso foi deixado nas mãos da UEE de São Paulo, Estado-sede do Congresso, como era de praxe no ME. Mas a diretoria não assegurou as condições de controle das decisões políticas que seriam impulsionadas na condução e na montagem do Congresso. A condução dada pela comissão organizadora foi marcada pelas concepções políticas que vão se desdobrar depois no militarismo, onde as questões políticas eram vistas muito dentro da ótica de aparelho, de segurança armada, quando efetivamente o ME não tinha capacidade de defesa armada de seu Congresso.

Foi um erro pensar que se poderia manter clandestino um Congresso com 800 delegados eleitos na massa. E é ingênuo pensar que uma segurança com algumas “pistolas 22” poderia defender o Congresso. Não se podia confiar a

³⁶³ Veja, “Até onde chegam os perigosos caminhos dessa união?”, 16 de outubro de 1968, p. 18.

³⁶⁴ *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1968, última página.

³⁶⁵ WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 128-129.

segurança em métodos muito mais “militares” do que políticos. Seja porque o ME não tinha potencial de fogo, seja porque não se apoiava no movimento de massa, que era de onde vinha a força da UNE.³⁶⁶

José Dirceu, então presidente da UEE paulista, entidade responsável pela organização do Congresso, assim analisa a opção pela clandestinidade e compartilha as responsabilidades pelo trágico desfecho do conclave:

A responsabilidade é nossa, é minha, pessoal, da UEE e das direções da AP e da Dissidência. Porque, na verdade, a discordância da AP era quanto ao local. Queriam fazer em Minas Gerais, mas também clandestino. Quando perderam no Conselho da UNE a disputa pela indicação do local, então não apoiaram mais a organização do Congresso, inclusive tentaram inviabilizar o Congresso, e mesmo dividir a UNE. Nós assumimos o compromisso de fazer em São Paulo porque tínhamos organização para isto, tínhamos quadros, centros acadêmicos, recursos. Na discussão optou-se por entregar para uma equipe a responsabilidade pela realização do Congresso. Eu, pessoalmente, não acompanhei a montagem técnica, nunca fui ao local antes, estava completamente envolvido nas discussões políticas que precederam o Congresso. (...) Havia uma avaliação de que a repressão estava mudando de qualidade. Nesta ordem de argumentação os congressos estaduais haviam sido tolerados, mas a repressão não toleraria um novo congresso nacional. Predominava a idéia de que seria muito difícil impor um congresso nacional aberto. Mas a opção pela clandestinidade, exatamente porque estávamos numa conjuntura deste tipo, também era muito difícil. Além disso, houve a má organização, o local não tinha condições. E, evidentemente, fazer um congresso de 800 pessoas sem a repressão saber... Como se não bastasse, as pessoas não respeitavam as regras dos dias de chegar, houve uma sucessão de erros graves.³⁶⁷

Em recente depoimento, Paulo de Tarso Venceslau, uma das lideranças da UEE paulista em 1968 e responsável direto pelos preparativos do Congresso de Ibiúna, oferece novas perspectivas às polêmicas acerca daquele Congresso, ao afirmar que a decisão de realizar um congresso clandestino em São Paulo não foi contestada à época nem pela Ação Popular – organização que detinha o controle da UNE – e nem por nenhuma das correntes atuantes no movimento estudantil:

Não houve maiores discussões a respeito. (...) A decisão de realizar um congresso clandestino em São Paulo, com delegados eleitos democraticamente em assembleias das respectivas escolas, nunca foi contestada. Luis Travassos [da AP e então presidente da UNE], José Roberto Arantes e José Dirceu [da DISP], por exemplo, sempre souberam de todos os encaminhamentos. A Dissidência da Guanabara e a União Metropolitana dos

³⁶⁶ SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 73.

³⁶⁷ DIRCEU, José *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 144-145.

Estudantes (UME), sob a liderança do Vladimir Palmeira, também aprovaram tudo, e até enviaram reforços humanos e materiais para os encaminhamentos operacionais no local onde seria realizado o congresso.³⁶⁸

No entanto, como o próprio Paulo de Tarso ressalta, a memória coletiva construída *a posteriori* acerca de Ibiúna baseia-se em acusações recíprocas, calcadas nas argumentações que as demais correntes do movimento estudantil defendiam, na época, que o congresso deveria ter sido realizado em um local aberto e público e que, sob estas condições, poder-se-ia evitar o desfecho trágico do conclave de 1968:

Não apareceu ninguém para defender a posição tomada pela direção da UNE. O segundo passo foi acusar de militarista a concepção majoritária da UNE – leia-se, das Dissidências do PC que pregavam a luta armada. Curiosamente, a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que defendiam a candidatura de Jean Marc, eram alinhados com Luis Travassos, presidente da entidade, e detinham a maioria na sua direção. (...) *Enfim, no frigidar dos ovos, ninguém assumiu a paternidade do processo de realização do 30º Congresso da UNE.* O distanciamento que marca a análise de muitos dos responsáveis pela realização do congresso talvez possa ser considerado a maior prova de que, em política, existe a chamada geração espontânea, já que ninguém assume a sua responsabilidade.³⁶⁹

Com a interrupção do Congresso de Ibiúna pelo cerco policial, em 1968, a eleição para a nova diretoria da UNE teve de ser adiada. É interessante que os dois candidatos à presidência da entidade naquele ano avaliam, atualmente, que seriam vitoriosos: “Hoje, estou convencido do seguinte: Ibiúna era um lugar em que eu ganharia com muito mais facilidade do que eu ganhei depois. José Dirceu acha o contrário. Ele acha que, se Ibiúna não tivesse caído, ele ganharia. Não ganharia nunca!”.³⁷⁰

O XXX Congresso da UNE foi finalmente realizado, sob rígida clandestinidade, em abril de 1969, em um sítio no Rio de Janeiro, contando com cerca de 100 delegados, eleitos em congressos regionais clandestinos, organizados entre novembro de 1968 e março de 1969. Para o cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes foi eleito, por estreita margem de votos, Jean Marc von der Weid, membro da Ação Popular, que agora contava com o apoio do PCdoB.³⁷¹ Pode-se considerar um paradoxo o fato de que as Dissidências, que lideraram o

³⁶⁸ VENCESLAU, Paulo de Tarso *apud* AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* 2008. p. 226. Grifos nossos.

³⁶⁹ *Idem.* p. 232.

³⁷⁰ WEID, Jean Marc von der. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 17.

³⁷¹ Com a prisão de Jean Marc em setembro de 1969, Honestino Guimarães, estudante da Universidade de Brasília, ocupou a presidência. A 30ª gestão da UNE, considerada a mais “dramática” de toda a sua história, foi

auge do movimento estudantil universitário em 1968, na Guanabara e em São Paulo, tenham sido derrotadas na disputa para a presidência da entidade máxima dos universitários. Além disso, essas organizações de tamanho destaque no meio estudantil, a partir do final de 1968 e, sobretudo início de 1969, “converteram-se às ações armadas e aos grupos de guerrilha urbana, abandonando paulatinamente o Movimento Estudantil”.³⁷²

Após as prisões de Ibiúna, o movimento estudantil procurou se rearticular, organizando manifestações, em diversos Estados, pela libertação dos estudantes presos. Além dos estudantes, pais e professores, sobretudo da Guanabara, mobilizaram-se pela libertação dos presos no Congresso da UNE. A importância desta mobilização nacional foi destacada por Nilton Santos, então líder estudantil no Rio Grande do Sul:

(...) se a defesa do Congresso não se apoiou na massa estudantil, a libertação dos delegados presos sim. A resposta do ME foi algo impressionante, mostrando que apesar dos impasses e da falta de direção naquele momento, o ME ainda estava presente e tinha forças para defender a sua entidade. As movimentações existiram desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas (inclusive em Belém onde os estudantes ocuparam a rodoviária usando o sistema de som para denunciar a repressão ao Congresso). No Rio, a sede da UNE foi ocupada simbolicamente pelos estudantes.

(...) A respostas do ME foi tão pronta que os 800 presos passavam a ser razão de uma crise política. A liberação se deu tão apressadamente que os organismos policiais não conseguem fazer uma triagem das principais lideranças. Além de outras lideranças estaduais, três dos diretores da UNE são liberados: o Luís Raul [Machado], o [José Roberto] Arantes e eu.³⁷³

A quase totalidade dos estudantes detidos em Ibiúna foi libertada. Contudo, todos tinham sido fichados, o que constituiu um excelente arquivo que, posteriormente, seria usado pela repressão mais feroz, desencadeada contra os militantes de esquerda a partir de 1969, como relatou José Dirceu:

Posteriormente, quando começaram a torturar e a assassinar em nome do combate à luta armada, tinham uma lista enorme de nomes e endereços à disposição. Foi um excelente banco de dados para reprimir uma parte significativa da esquerda: foto, impressão digital, histórico, tudo. Isso

extinta em 1973 com o assassinato de Honestino Guimarães (desaparecido político), Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado, pertencentes à diretoria da entidade. Outros dois vice-presidentes da UNE, José Genoíno e Helenira Resende, militantes do PCdoB, abandonaram o movimento estudantil e optaram pela luta armada, tendo participado da “Guerrilha do Araguaia”, onde Helenira foi assassinada pelo Exército em 1972. A direção da União Nacional dos Estudantes só foi reorganizada seis anos depois, no Congresso de Salvador, em 1979. Sobre a trajetória política de Helenira Resende, ver: SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “Entre livros e armas: Helenira Resende – Guerrilheira, sim senhor!”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008. p. 389-394.

³⁷² WEID, Jean Marc von der *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 87.

³⁷³ SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 73-75.

também desorganizou profundamente o movimento estudantil, porque muita gente havia voltado às suas faculdades para atuar e aquela ficha era um verdadeiro chamariz para a polícia.³⁷⁴

Apesar do esboço de pequenas manifestações de protesto, o movimento estudantil, como vimos, já apresentava desde o final do primeiro semestre um nítido declínio. Daniel Aarão Reis sintetizou o “canto do cisne” do movimento estudantil de 1968:

(...) o grosso dos estudantes não mais respondia aos apelos. Nestas condições, de pouco valeu convocar um Dia Nacional de Protesto, em 22 de outubro. A polícia não mais hesitava em dissolver à bala manifestações pacíficas, invadir Igrejas e hospitais. Sua ação provocava desânimo e medo em vez de indignação. A insistência em responder nas ruas a cada desafio conduziria apenas ao isolamento de algumas centenas de estudantes que já não eram acompanhados nem mesmo pelos próprios colegas. O refluxo consolidava-se. (...) O movimento estudantil de 68 estava derrotado.³⁷⁵

Assim sendo, o ano de 1968, para o movimento estudantil, foi, a rigor, curto. Em apenas um semestre, os estudantes atingiram seu nível máximo de organização e radicalização e conquistaram, ainda que temporariamente, o apoio de amplos setores da sociedade. Concomitantemente, a Dissidência da Guanabara consolidou-se no cenário político e tornou-se a principal organização do movimento estudantil carioca, com amplo prestígio e reconhecimento nacional. Contudo, o movimento estudantil perdeu fôlego e a sociedade não acompanhou a radicalização dos estudantes, que, por sua vez, atraíam uma repressão cada vez mais feroz. As lideranças estudantis isolaram-se e acabaram na contramão da história. A ditadura derrotara o movimento estudantil. Aqueles que pretendiam prosseguir optaram por trilhar outros caminhos. Chegara a hora da *esquerda revolucionária* assumir a cena.

³⁷⁴ DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *op. cit.* p. 169.

³⁷⁵ AARÃO REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 18-19.

2.1. “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”³⁷⁶

“(...) *sem lenço, sem documento, nada no bolso ou nas mãos. Eu quero é seguir vivendo. Amor. Por que não? Por que não?*”
Caetano Veloso³⁷⁷

Se a década de 1960 no Brasil pode ser associada à censura, repressão e autoritarismo, este mesmo período também seria marcado, em todo o mundo, por uma verdadeira efervescência cultural, que desafiava as normas e costumes estabelecidos. A rebeldia ultrapassava os limites da política e a contestação ao sistema significava também a contestação de um estilo padrão de vida.

Alguns papéis sociais tradicionalmente determinados passaram a ser questionados, como por exemplo, as relações entre marido e mulher, pais e filhos, estudantes e professores. Ainda que com diferenças de ritmo e intensidade, este processo atingiu quase todo o mundo ocidental. De certa forma, os anos 1960 caminharam rumo a uma sociedade “mais descontraída”.³⁷⁸ E o ano de 1968 aparece como o principal cenário destas transformações significativas, que delineariam a vida cotidiana e cultural dos países ocidentais.

A mulher de classe média começou a trabalhar fora de casa. A chegada da pílula liberalizou os atos sexuais. A revolução sexual triunfava. O uso de drogas – especialmente a maconha e o LSD – era difundido como forma de investigação de novos horizontes. A revolução alucinógena parecia abrir as portas da percepção. O movimento *hippie* chocava a sissudez ocidental: com suas roupas coloridas, seus cabelos compridos, a defesa do amor livre e das comunidades alternativas, os *hippies* representavam a “contracultura”, que empolgava toda uma geração não só nos Estados Unidos, mas em vários países ao redor do mundo.

Os *hippies* eram também dissidentes, mas ao contrário dos jovens que romperam com os partidos comunistas tradicionais, sua “dissidência” era cultural e comportamental. Sua busca de caminhos alternativos incluía botar o *pé-na-estrada*, formar comunidades, entrar em contato com a natureza, tomar banhos de cachoeira nus, orientar-se pela astrologia, filosofia oriental e misticismo, *arejar a cuca* com substâncias alucinógenas, *viajar* no “submarino amarelo” dos Beatles e recusar o estilo *careta* de vida. *Make love, not war* era o seu lema.

³⁷⁶ Título da música de Geraldo Vandré, que ficou em 2º lugar no Festival de Música da TV Globo em 1968 e logo se tornaria o grande hino das passeatas estudantis.

³⁷⁷ Trecho da música *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso, lançada em 1967 no III Festival de Música Popular da TV Record de São Paulo.

³⁷⁸ PROST, Antoine & VINCENT, Gerard. *História da vida privada: da primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 136.

Enquanto o guerrilheiro queria mudar o mundo, o *hippie* deixava o mundo dos *caretas* como estava, mas queria mudar a si próprio e a sua cabeça – e, se possível, a dos outros também. A transformação do mundo, para o *hippie*, era o resultado da transformação não só da mente das pessoas, mas de seu próprio sistema nervoso; esse era o verdadeiro caminho para a felicidade.³⁷⁹

Os ideais *hippies* também cruzariam nossas fronteiras. As praias do Rio de Janeiro tornaram-se palco para toda esta *revolução* – buscava-se usufruir livremente sol, sal, sombra, água, luar e estrelas. *Paz e amor*.

O Píer tornou-se a praia hippie de Ipanema, um grande underground a céu aberto, o epicentro do *desbunde* – e, como tal, freqüentado por gente de todo o tipo, muitos sem nenhuma intimidade com a areia. (...) Sob um sol de quarenta graus, raros caíam n'água (...) Não era uma praia, era uma atitude (...) As conversas eram sobre mapa astral, macrobiótica, orientalismo, comunidades alternativas, a 'nova era', o disco do Cream, a peça *Hair* ou o último reparte de cannabis na praça. Ali se venderam os primeiros sanduíches naturebas, os livros de poesia da Geração Mimeógrafo e gibis, revistas e jornais alternativos.³⁸⁰

Os projetos e aspirações desta geração que experimentou conjuntamente novas formas de criar, na arte e na vida, eram tão revolucionários quanto as propostas das organizações de esquerda, sobretudo as que pegaram em armas. Mas, logicamente, tratava-se de um *outro projeto de revolução*. Para estes revolucionários, era preciso lutar não apenas contra o capitalismo e o imperialismo, mas contra toda a estrutura patriarcal ocidental e cristã da sociedade. Antes de tudo, estes jovens, envolvidos na chamada *revolução dos costumes*, buscavam mudar a si próprios. Daniel Aarão Reis ressaltou esta dimensão do ano de 1968:

1968 é um redemoinho de imagens – atravessando a neblina do tempo. Um mundo em movimento, conflitos, projetos e sonhos de mudança, gestos de revolta e lutas apaixonadas: revolução nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida, e nas tentativas novas não apenas de *derrubar* o poder vigente mas de propor uma relação diferente entre política e sociedade. O que se questiona – de modo confuso e vago – é a articulação da sociedade e suas grandes orientações, seus propósitos, seu modo de ser: trata-se de mudar de sociedade e de vida.³⁸¹

A arte, espelho-de-parque-de-diversões da realidade, não poderia deixar de refletir tamanha ebulição. Nas *artes plásticas*, as inovações se fizeram sentir na valorização de

³⁷⁹ MACIEL, Luiz Carlos. *As quatro estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 43.

³⁸⁰ CASTRO, Ruy. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 298.

³⁸¹ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 11.

temáticas vinculadas ao cotidiano urbano, abertas à influência de elementos das correntes culturais internacionais, mas também pautadas na tradição moderna das artes brasileiras. Mudando o conceito de obra de arte, os artistas acabaram por propor uma mudança também na relação com o público. Surgiriam os *happenings*, onde os limites dos salões e das galerias eram rompidos e o público convidado a participar.

No *teatro*, os artistas também inovavam conceitos e revolucionavam tradições. A peça *Roda-Viva*, de Chico Buarque de Hollanda, foi um marco neste período. Em cartaz em São Paulo, no Teatro Ruth Escobar, o folheto distribuído na entrada já incitava o público: “Burguês, tire a bunda da cadeira e vá fazer a revolução!”. A proposta de José Celso Martinez Corrêa³⁸², diretor da peça, era romper com a postura tradicional e comportada do teatro e mobilizar o público, através da instigação agressiva. Em sua visão, a função do teatro seria

(...) desmistificar, colocar [o] público no seu estado original, cara a cara com sua miséria, a miséria de seu pequeno privilégio feito às custas de tantas concessões, de tantos oportunismos, de tanta castração e recalque e de toda a miséria de um povo. O importante é colocar este público em termos de nudez absoluta, sem defesa, incitá-lo à iniciativa, à criação de um caminho novo, inédito, fora de todos os oportunismos até então estabelecidos – batizados ou não como marxistas. (...) Não se trata mais de proselitismo, mas de provocação. Cada vez mais essa classe média que devora sabonetes e novelas estará mais petrificada e no teatro ela tem que degelar, na base da porrada. (...) O sentido da eficácia do teatro hoje é o sentido da guerrilha teatral.³⁸³

Nas telas, o *Cinema Novo*, surgido no início da década de 1960³⁸⁴, destacava a importância do autor e rejeitava o predomínio do produtor e da indústria cinematográfica, como nos estúdios de Hollywood. O movimento foi influenciado pelo neo-realismo italiano e pela *nouvelle vague* francesa, que também contestavam as produções da época. Os *cinenovistas* desenvolviam produções independentes de baixo custo: “uma câmera na mão e

³⁸² José Celso Martinez era membro do *Teatro Oficina*, grupo teatral fundado, em 1958, por estudantes da Faculdade de Direito da USP e que teve sua explosão criativa no cenário nacional iniciada em 1967, propondo uma “revolução ideológica e formal”, com a encenação da peça de Oswald de Andrade, *O rei da vela*. O impacto desta montagem foi seguido pelo sucesso da peça *Roda-viva*, recriada pelo diretor José Celso, numa encenação da qual o restante da equipe do *Oficina* não participou. Em julho de 1968, o *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC), organização paramilitar de direita, invadiu o Teatro Ruth Escobar, tradicional pólo de oposição à ditadura, e espancou atores e integrantes da peça *Roda-viva*, que acabou sendo proibida pela censura.

³⁸³ CORRÊA, José Celso Martinez *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 63. (Coleção Tudo é História).

³⁸⁴ Segundo Maurice Capovilla, o Cinema Novo se originara a partir de curtas-metragens realizados no final dos anos 50 e início dos 60, no Rio de Janeiro (*O maquinista*, dirigido por Marcos de Faria e *Arraial do Cabo*, de Paulo César Saraceni), na Bahia (*Um dia na rampa*, documentário de Luís Paulino dos Santos e *Pátio*, filme experimental de Glauber Rocha) e na Paraíba (*Aruanda*, documentário de Linduarte Noronha). Mas seria com os longas-metragens que o Cinema Novo explodiria. Cf. CAPOVILLA, Maurice. “Cinema Novo”. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n° 41, maio-junho, 1962. p. 182-186.

uma idéia na cabeça” era o lema proposto por Glauber Rocha, um dos iniciadores do movimento. O próprio Glauber definiu a essência do Cinema Novo:

Onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura intelectual, aí haverá um germe vivo do Cinema Novo. Onde houver um cineasta disposto a enfrentar o comercialismo, a exploração, a pornografia, o tecnicismo, aí haverá um germe do Cinema Novo. Onde houver um cineasta de qualquer idade ou de qualquer procedência, pronto a pôr seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo, aí haverá um germe do Cinema Novo”.³⁸⁵

Os adeptos do Cinema Novo pretendiam expressar, em seus filmes, os grandes problemas sociais do país.³⁸⁶ Foi com este estilo – a *estética da fome*, como denominou o próprio Glauber Rocha – que os *cinenovistas* esperavam retratar a “verdadeira” cara do Brasil. O cinema estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, à procura de sua revolução:

Falar do povo, pelo povo, dar a palavra ao próprio povo, as variantes e debates eram muitos, mas o centro continuava sendo a busca de raízes do autêntico homem do povo, cuja identidade nacional seria completada verdadeiramente no futuro, no processo da revolução brasileira. Essa busca do nacional e popular marcou os filmes dos anos 60, particularmente do Cinema Novo, cujos cineastas foram mudando ao longo do tempo (...), mas sempre conservando algum aspecto de sua marca original: a vinculação, de algum modo, ao *povo*.³⁸⁷

A obra de Glauber Rocha influenciaria um dos movimentos mais representativos da música brasileira – o *Tropicalismo*.³⁸⁸ O próprio Caetano Veloso afirmou, numa entrevista ao jornal *Bondinho*, que fora por demais influenciado pelo cineasta baiano: “Toda aquela coisa da tropicália se formulou dentro de mim no dia em que eu vi Terra em Transe”.³⁸⁹ Surgido “oficialmente” em 1967, no III Festival de Música Popular da TV Record de São Paulo – quando Gilberto Gil defendeu *Domingo no Parque* e Caetano Veloso lançou *Alegria, alegria* – o movimento tropicalista representava uma inovação na música popular brasileira: nas

³⁸⁵ ROCHA, Glauber *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *op. cit.* p. 31.

³⁸⁶ Alguns filmes do Cinema Novo: de Glauber Rocha, *Barravento* (1961), *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), *Terra em transe* (1967) e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969); de Nelson Pereira dos Santos, *Vidas secas* (1964); de Ruy Guerra, *Os fuzis* (1964); e de Joaquim Pedro de Andrade, *Macunaíma* (1969).

³⁸⁷ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000. p. 102.

³⁸⁸ A expressão *Tropicália* foi cunhada de um projeto ambiental homônimo do arquiteto e artista plástico Hélio Oiticica, na exposição “Nova Objetividade Brasileira”, apresentada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), em abril de 1967.

³⁸⁹ VELOSO, Caetano *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *op. cit.* p. 51.

letras, nas músicas, nos arranjos, nas canções, no uso de instrumentos elétricos, nas vocalizações, nas apresentações, nas indumentárias.

Contudo, a *geléia geral* tropicalista não representou apenas uma crítica aos padrões do sistema. A *transgressão* atingia a própria militância de esquerda, até então marcada pela presença de uma forte corrente nacionalista e engajada que encontrava grande aceitação entre o público estudantil. As canções tropicalistas, sem uma clara inclinação política, não foram facilmente aceitas por este público. Um episódio marcou a complexa relação, marcada por ambigüidades e mesmo por conflitos, entre tropicalistas e o público (em grande parte estudantil e de esquerda): no III Festival Internacional da Canção, realizado em setembro de 1968, Caetano Veloso, acompanhado pelo grupo *Os Mutantes* e a participação performática do hippie americano Johnny Dandurand, apresentou, na final paulista do Festival, a canção *É proibido proibir*. As vaias ecoaram de forma ensurdecidora. Caetano parou de cantar e proferiu seu famoso discurso, enquanto *Os Mutantes*, de costas para a platéia, continuavam a tocar:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado! São a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem (...) Vocês não estão entendendo nada, nada, nada. Absolutamente nada! (...) O problema é o seguinte: estão querendo policiar a música brasileira. Mas eu e [Gilberto] Gil já abrimos caminho. (...) Gil está comigo pra acabarmos (...) com toda a imbecilidade que reina no Brasil. (...)_tivemos a coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas, e vocês? E vocês? Se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos!³⁹⁰

Em contrapartida, se uma parte do público de esquerda que freqüentava os festivais de música hostilizava as canções tropicalistas³⁹¹, a favor daquelas nitidamente engajadas político e socialmente, a canção *Pra não dizer que não falei das flores* ou *Caminhando*, defendida no mesmo Festival por Geraldo Vandré tornou-se um enorme sucesso. Com o refrão “*Vem, vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/ Não espera acontecer*”, a música tornou-se bandeira e passou a ser cantada entusiasticamente pelos universitários nas suas passeatas e manifestações. Para Millôr Fernandes, a música *Pra não dizer que não falei das flores* “é o hino nacional perfeito; nasceu no meio da luta, foi crescendo de baixo pra cima, cantado, cada vez mais espontânea e emocionalmente, por maior número de pessoas. É

³⁹⁰ VELOSO, Caetano *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *op. cit.* p. 68.

³⁹¹ Após o episódio das vaias para *É proibido proibir*, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), Caetano Veloso decidiu não concorrer na grande final. Outras canções tropicalistas também participaram do Festival: *Questão de Ordem* (de Gilberto Gil), que acabou desclassificada e *Caminhante Noturno* (de Os Mutantes), que garantiu o prêmio de melhor arranjador para o músico Rogério Duprat.

a nossa Marselhesa”.³⁹²

Boa parte do público que lotava os estádios para assistir aos (e discutir os) Festivais de Música era formada por estudantes. Mas, além da música, do cinema e das artes em geral, o que, basicamente, fazia a cabeça destes jovens eram os *livros*. Segundo Zuenir Ventura,

a geração 68 talvez tenha sido a última geração literária no Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo (...). A TV não concorria culturalmente nem com o cinema, nem com o teatro – e nem tinha prestígio intelectual para, como mídia, exercer alguma influência nos rebeldes jovens de 68.³⁹³

Os pensadores de esquerda tinham a preferência do público jovem universitário. O *boom* editorial de 1968 indica um tipo de demanda que se detinha, sobretudo, em livros de densas idéias teóricas. Nas listas de *best sellers*, figuravam nomes como Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci e Marcuse. Essas leituras inflamavam a imaginação dos jovens que *amavam a revolução* e acreditavam que o capitalismo tinha chegado a um impasse.

Nenhuma outra década talvez tenha sido tão impregnada pela idéia de *revolução* como 1960, em especial no ano de 1968. A utopia revolucionária inflamava idéias e paixões e, como vimos, extrapolava os limites da política, já que se falava em revolução sexual, revolução dos costumes, revolução no cinema, na música, nas artes plásticas... poderíamos aqui falar de Caetano Veloso e Chico Buarque, Hélio Oiticica e Sérgio Ferro, José Agripino de Paula e Antonio Callado, Zé Celso Martinez Corrêa e Augusto Boal, Leila Diniz e o *Pasquim*, Joaquim Pedro de Andrade e Glauber Rocha, entre tantos outros.

Segundo Marcelo Ridenti, “esse período testemunharia uma superpolítica da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas”.³⁹⁴ E, nesse contexto, eram as esquerdas que dominavam a esfera cultural.

Como era de se esperar, essa intensa atividade cultural de esquerda despertou as atenções do governo. Assim sendo, enquanto a ditadura civil-militar caçava com todas as suas

³⁹² FERNANDES, Millor *apud* VENTURA, Zuenir. *op. cit.* p. 206-207. Apesar da preferência do público, a canção de Geraldo Vandré ficou em segundo lugar no Festival e logo seria proibida. *Sabiá* (que falava do exílio), composta por Chico Buarque e Tom Jobim (vaiados em pleno Maracanãzinho), foi a grande vencedora do III Festival Internacional da Canção.

³⁹³ VENTURA, Zuenir. *op. cit.* p. 51-52.

³⁹⁴ RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4). p. 143.

forças policiais e ideológicas os que recorreram às armas para lutar contra o regime, ela não perdia de vista os demais *inimigos do regime*, igualmente perigosos à *segurança nacional*.³⁹⁵ Afinal, além de metralhadoras e granadas, a revolução se fazia com ferramentas igualmente explosivas: o comportamento, o sexo, a arte.

* * *

As revoluções culturais e comportamentais que marcaram o ano de 1968 foram acompanhadas de perto pelo movimento estudantil brasileiro, como analisa o ex-líder estudantil José Dirceu, em entrevista concedida a Daniel Aarão Reis:

Acho que este foi, talvez, um dos aspectos mais importantes do movimento estudantil e que ficou relegado a um segundo plano. O movimento estudantil de 68 foi, antes de mais nada, um amplo movimento cultural que expressa as transformações ocorridas na sociedade brasileira. Uma onda de conservadorismo submergia o país, reprimindo cada jovem e cada estudante. (...) Pois o movimento estudantil se revoltaria contra este conservadorismo. Explodiria esta onda reacionária. (...) A primeira coisa é o próprio comportamento. O cabelo, a roupa. O agrarismo, o *aristocratismo* dentro das universidades foi quebrado. Os estudantes introduziram o *jeans*, uma roupa prática, barata, adaptada ao nosso clima. O cabelo comprido, e aí houve uma reação muito forte. (...) Também houve uma revolução na noção de relação sexual, havia uma repressão muito grande às relações antes do casamento, o que é hipocrisia porque há a prostituição, a *zona*, o homem sempre teve relação sexual antes do casamento no Brasil.

Há uma outra dimensão que eu acho muito importante também: a participação dos estudantes nas atividades culturais: o cinema, a música, o teatro. (...) O movimento estudantil é o agente social que cria as condições dessa irrupção do novo na cultura brasileira da época. Uma irrupção revolucionária, a meu ver. Há um assumimento de um Brasil novo, mas, ao mesmo tempo, a crítica desse Brasil. A questão cultural, e a questão dos costumes, estão intimamente relacionadas à rebeldia dos estudantes contra a ditadura.³⁹⁶

A liberação sexual talvez tenha sido o “fator revolucionário” (em relação aos

³⁹⁵ Além de reprimir manifestações culturais consideradas *subversivas*, o governo decidiu intervir diretamente na área cultural. Neste momento, o Estado compreendeu a importância de atuar junto às esferas culturais dominadas pela esquerda. Por isso, foi incentivada a criação de várias instituições e de grupos dedicados às políticas culturais. Durante a década de 1960, o principal passo dado pelo governo federal no setor cultural foi a fundação do *Conselho Federal de Cultura* (CFC), criado em novembro de 1966 e efetivamente instalado em fevereiro de 1967. Cf. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº37, janeiro-junho de 2006. A documentação do CFC encontra-se alocada no Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio de Janeiro. Atualmente, o Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), coordenado pela doutora Lia Calabre, desenvolve um projeto que tem como principais objetivos a higienização, identificação, organização e acondicionamento deste acervo, visando futuramente disponibilizá-lo ao público, a fim de estimular e incrementar as pesquisas na área de políticas culturais.

costumes) mais presente entre os estudantes, o que refletia também uma profunda alteração no papel tradicionalmente destinado às mulheres.³⁹⁷ O depoimento de Maria Augusta Carneiro exemplifica esta revolução:

Naquela época não tinha AIDS, ainda bem! Já era a época da pílula, que já foi uma conquista de liberdade muito grande. Então, tinha uma coisa libertária. Esse negócio de que a gente estava namorando de um, mas gostava outro. Transava mesmo! Não tinha o menor problema. Eu namorei metade do movimento estudantil, que prestava, é claro, o que não prestava não. Mas era muito namoradeira. Eu achava o máximo aquilo, achava que era uma baita liberdade. Claro que sentia grandes relações. A gente sempre foi muito romântico nas nossas opções.³⁹⁸

Os congressos estudantis, por exemplo, além de serem palco de acaloradas discussões políticas, também propiciavam um ambiente favorável para o namoro e o sexo. Contudo, como relembra Vladimir Palmeira, em tom lamentador, “(...) as lideranças não usufruíam nada. Era uma tristeza. Era o dia inteiro em reunião. Tinha muito namoro. De vez em quando, você via um casal saltando de uma janela. Mas as lideranças ficavam em reunião o tempo inteiro”.³⁹⁹ Maria Augusta Carneiro relata que o XXX Congresso da UNE, realizado no final de 1968 em Ibiúna (e que terminou com todos os participantes cercados e presos), permitiu, além do exercício da militância política, o usufruto do prazer:

(...) foi uma grande farra. (...) Foi um tal de namorar, um tal de beijar na boca, um tal de “ser feliz”... Eu acho fantástico que as pessoas façam questão de não se lembrar. Eu me lembro e acho o máximo. A gente era jovem, cara, a gente era normal, entendeu? (...) foi uma delícia aquela semana. Fizemos muita discussão política, muito acordo político, muita briga política, de fato se viveu muito intensamente aquela semana. E no meio dessa vida tem o lado amoroso, tem o lado da paixão, de toda aquela juventude.⁴⁰⁰

No entanto, o rompimento de padrões comportamentais desafiava as estruturas conservadoras tanto da direita quanto da esquerda. Nesse sentido, a “revolução dos costumes” foi absorvida de forma *restrita* pelos militantes estudantis, sobretudo pelas lideranças mais radicalizadas. Daniel Aarão Reis, em depoimento, esclarece que o lema *sexo, drogas e*

³⁹⁶ DIRCEU, José *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 146-147.

³⁹⁷ A participação feminina nas organizações de esquerda durante a década de 1960 será abordado mais adiante, ainda neste capítulo.

³⁹⁸ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006. p. 12.

³⁹⁹ PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 10.

⁴⁰⁰ RIBEIRO, Maria Augusta *apud* DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 266.

rock'roll, embora tenha marcado presença no Brasil,

*era muito cultivado em áreas do movimento estudantil que não era da liderança e dos militantes mais radicais. A liderança do movimento estudantil e os movimentos mais radicais, embora você pudesse naturalmente encontrar de tudo ali, eram pessoas que, na sua maioria, resistiam a essa liberação. O homossexualismo era muito reprimido. (...) O homossexualismo era visto com muitas reservas. Nos congressos estudantis da época, seguramente não rolava droga, pelo menos abertamente. Mesmo as drogas leves, como a maconha, eram vistas com muita severidade. A própria música popular brasileira, que era mais prezada, era a música popular de protesto, mais politizada. Havia uma grande resistência aos fenômenos de vanguarda, Roberto Carlos e Tropicalismo não eram bem vistos. Estou me referindo à militância mais esquerdista. (...) A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. (...) eu diria que o movimento estudantil brasileiro, embora conhecendo e se beneficiando dessa revolução sexual, era um movimento fundamentalmente político e sindical. (...) Mas a abertura para referências comportamentais novas foi medianamente assumida pelos segmentos mais radicalizados, embora em relação à questão de uma maior abertura para as relações sexuais tenha ocorrido.*⁴⁰¹

Ainda segundo Daniel Aarão Reis, as organizações da esquerda revolucionária, em boa parte atuantes no movimento estudantil, embora radicalizadas politicamente, eram conservadoras do ponto de vista comportamental. O homossexualismo, por exemplo, era um tabu entre as esquerdas. Militantes *gays* certamente existiam, contudo, sua opção sexual tinha de ser escondida e/ou reprimida, pois a maioria de seus companheiros e, sobretudo, a direção das organizações, não tolerava o homossexualismo. Não deixa de ser paradoxal que organizações tão revolucionárias, que pegaram em armas para derrubar a ditadura e o capitalismo, não estivessem dispostas a compreender a diversidade sexual de seus militantes.

Herbert Daniel, que foi militante da *POLOP*, dos *Comandos de Libertação Nacional* (COLINA), da *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares* (VAR-Palmares) e da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), só assumiu sua homossexualidade no exílio e, ainda assim, enfrentou inúmeras dificuldades políticas. Em 1979, escreveu o texto “Homossexual: defesa dos interesses?”, originalmente publicado em Paris, na revista *Notas Marginais* (nº 3), por iniciativa do Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia (CBA).⁴⁰² Além de preocupado com a forma preconceituosa como os *gays* eram tratados por muitos exilados, o autor defendeu a homossexualidade como tema de discussão política entre as

⁴⁰¹ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 17-18. Grifos nossos.

⁴⁰² O texto foi recentemente publicado no Brasil: DANIEL, Herbert. “Homossexual: defesa dos interesses?”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008. p. 15-21.

esquerdas.

Analisando as relações entre homossexualismo, capitalismo e poder burguês, Herbert Daniel escreveu:

O que caracteriza particularmente o desenvolvimento da “moral sexual burguesa” nos últimos 200 anos é uma tentativa de “modelação classificatória” da sexualidade. Inicialmente a questão foi separar o joio do trigo: a boa da má sexualidade. Um esforço para *criar* uma entidade – um “*modelo*” de sexualidade que não significasse uma certa e ocasional variação do ato sexual, mas um “*modelo*” completo, onde o ato ocorresse por razões contingentes ao indivíduo: uma constituição psíquico-somática absolutamente “peculiar” que forçava o indivíduo à “*perversão*”. (...) a burguesia cria não apenas os “*modelos de perfeição*”, mas necessariamente padroniza e constitui “*modelos das imperfeições*”. Para que a sexualidade *normal* possa ser modelada é preciso que haja a *anormal*, definida, delimitada sob controle. A entidade homossexual é um exemplo.⁴⁰³

Herbert Daniel define-se não como “um homossexual que milita, mas um *militante político homossexual*”.⁴⁰⁴ Além disso, o autor afirma que “ao falar sobre homossexualidade, enquanto homossexual, não [faz] uma tentativa de introduzir um discurso homossexual na esquerda, *mas uma crítica ao discurso homossexual que a esquerda tem*”.⁴⁰⁵ Para ele, a homossexualidade era uma questão pessoal, mas que envolvia a todos, e da qual não precisa se justificar: “Dela não preciso falar pois nada tenho a dizer, nem a justificar, nem ser compreendido, aceito ou recusado”.⁴⁰⁶ E, por fim, defendia que os homossexuais não precisavam lutar para ser *aceitos*, pois isso significaria a legitimação de sua *recusa*:

(...) ao “aceitar” a minoria, lutar pelos seus direitos, o que se está fazendo é, sob a forma do protesto e da rebeldia, veicular o próprio discurso do capitalismo, da própria repressão que se quer combater. (...) acredito que, ao recusar a homossexualidade como um “problema de grupo”, a colocação política que decorre não é a de lutar na defesa dos direitos ou interesses da minoria homossexual, mas lutar para criar outra *situação* para a homossexualidade, isto é, outros interesses e outros grupos de interesses no campo da sexualidade. Estaremos então definindo a homossexualidade como ela é, *uma questão pessoal em que todos, TODOS os seres humanos estamos envolvidos, em maior ou em menor grau*.⁴⁰⁷

Mesmo no contexto pós-anistia, quando os exilados, em sua maioria ex-militantes das organizações revolucionárias armadas, voltaram ao Brasil, as esquerdas ainda eram muito reticentes em abordar os temas da sexualidade, principalmente num contexto onde as

⁴⁰³ *Idem.* p. 15-16.

⁴⁰⁴ *Idem.* p. 18-19.

⁴⁰⁵ *Idem.* p. 19.

⁴⁰⁶ *Idem.* p. 18.

discussões políticas estavam focadas na derrota dos projetos da esquerda armada e no processo de abertura política, que de forma “lenta e gradual” esboçava-se no Brasil.

Fernando Gabeira, por exemplo, ex-militante da DI-B/MR-8, escreveu, ainda no exílio, um relato autobiográfico, publicado no Brasil em 1979. O livro *O que é isso, companheiro?* alcançou enorme sucesso editorial, ampla repercussão na sociedade e gerou inúmeras controvérsias, sobretudo entre os ex-guerrilheiros.⁴⁰⁸ Contudo, as polêmicas referentes à Gabeira giraram, *inicialmente*, menos em torno de seu livro do que sua própria *persona*, sua quebra de tabus, suas roupas, sua sexualidade ou, como se dizia na época, sua “política do corpo”. Para Alfredo Sirkis, ex-guerrilheiro que também lançou sua autobiografia⁴⁰⁹, “(...) a polêmica não foi nem com *O que é isso, Companheiro?*, foi a estória da tanga de crochê e do Gabeira ter dito que era bissexual e isso criou um verdadeiro *frisson* e uma grande rejeição por parte de um grande contingente da esquerda e o Ziraldo que era o editor dele, ficou horrorizado e tudo.”⁴¹⁰

Voltando aos anos 1960, se a homossexualidade era um tabu no interior dos grupos de esquerda, o *uso de drogas* também não era bem visto pelas direções das organizações, encarado como um “desvio” do dever revolucionário. Daniel Aarão Reis, que chegou à direção da DI-GB, relata:

*Nós não permitíamos homossexualismo e drogas. Eu me lembro que havia uma turma nossa que consumia droga mais leve, maconha, e que muito depois a gente veio a saber na direção da organização. Eles nos disseram, muito depois que a coisa já se tornou clara, que era um perrengue você fumar um baseado naquela época, porque *você tinha que se defender da repressão política de direita e da repressão da militância de esquerda que também não admitia essas liberdades.**⁴¹¹

Por sua vez, o artista plástico Alípio Freire, ex-militante do *Partido Comunista do*

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ O papel das autobiografias na (re)construção da memória da ditadura e, especificamente, das esquerdas será abordado mais profundamente em nosso quarto capítulo.

⁴⁰⁹ SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980. O livro, uma autobiografia de Alfredo Sirkis (secundarista que abandonou os bancos escolares para militar na Vanguarda Popular Revolucionária), foi lançado em 1980, pouco depois do livro de Gabeira e também alcançou enorme sucesso comercial.

⁴¹⁰ Entrevista de Alfredo Sirkis concedida a Mario Augusto Medeiros da Silva em 28/04/2005. In: SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Prelúdios & Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação (Mestrado – Sociologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. p. 108. O episódio a que Sirkis se refere ocorreu no verão de 1980, quando Fernando Gabeira apareceu no Posto 9, na praia de Ipanema, trajando uma tanga de crochê lilás, supostamente a parte de baixo do biquíni de sua prima, a jornalista Leda Nagle.

⁴¹¹ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 18. Grifos nossos.

Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV)⁴¹², questiona “esse mito que se criou, da rigidez das organizações”.⁴¹³ Segundo ele, “não existia um cérebro que obrigava à rigidez, e se alguém se submeteu a isso foi porque quis”.⁴¹⁴ Freire relata:

Eu era militante da Ala e usava o cabelo até aqui [comprido]. Já naquela época, usava oito anéis na mão, e ia em reunião desse jeito. *Alguns companheiros divergiam* disso. *Mas também não dava nenhum problema*, ninguém era mais nem menos por causa disso. Olha, se dizia desaforo mutuamente. Tem uma coisa da militância que eu acho fantástico (...) que é a crítica, um olhar na cara do outro e dizer tudo e o outro responder e sair dali sendo amigo do mesmo jeito. (...) Se alguém me obrigou a alguma coisa foi a polícia, que me obrigou a ficar preso. *A esquerda nunca me obrigou a nada.*⁴¹⁵

Antonio Neiva, também ex-militante da Ala Vermelha, em depoimento a Marcelo Ridenti, lembrou que um companheiro, ao recrutar novos militantes para o Partido, advertia: “olha, aqui nós somos mais moralistas do que lá fora, não pensem que vai ser uma gandaia”.⁴¹⁶ Contudo, o mesmo Neiva afirmou que se tratava de uma “opção pessoal” e que vários militantes da Ala questionavam os padrões comportamentais definidos socialmente.⁴¹⁷

Entre todos os grupos revolucionários presentes no cenário brasileiro do final da década de 1960, a Dissidência da Guanabara pode ser considerada a *organização que mais se apropriou dos valores de 68*. Em que pese o conservadorismo presente na direção da DI-GB (e compartilhado pelas demais organizações), em relação ao homossexualismo e ao uso de drogas, os *dissidentes* cariocas aparecem em diversos relatos de ex-militantes de esquerda como os *mais “moderninhos” revolucionários*. Essa especificidade pode ser explicada, em parte, pelo fato da organização ser originária da Guanabara, que, embora não fosse mais a capital federal, ainda gozava do título de capital cultural do país. Assim sendo, as revoluções culturais e comportamentais que sacudiram o ano de 1968 tiveram como cenário principal as ruas e praias cariocas. Além disso, a maioria dos militantes da DI-GB era formada por jovens universitários de classe média, intelectualizados, que tinham fácil acesso à informação, aos filmes, livros e músicas, enfim, a tudo que acontecia em termos de cultura e mudanças

⁴¹² Formada em 1966, a *Ala Vermelha*, como ficou mais conhecida a organização, reuniu segmentos de oposição aos rumos que vinha tomando o PCdoB e articulou-se em torno de militantes recém-chegados de treinamentos na China, atraindo muitos estudantes do PCdoB da Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Bahia, além de contatos operários.

⁴¹³ FREIRE, Alípio *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 152.

⁴¹⁴ *Ibidem.*

⁴¹⁵ *Idem.* p. 153. Grifos nossos.

⁴¹⁶ NEIVA, Antonio *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 152-153.

⁴¹⁷ *Ibidem.*

comportamentais. Os *dissidentes* cariocas concentravam-se, sobretudo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, e no curso de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica, ambientes notadamente mais *pra frente*, como se dizia na época. A difusão da pílula anticoncepcional também propiciou a liberação sexual, aspecto mais visível dos novos ventos que sopraram em 1968. Por esses motivos, Daniel Aarão Reis, classifica a Dissidência da Guanabara como “a mais charmosa organização revolucionária da época”.⁴¹⁸

Entre os militantes, o ciúme era visto como uma caretece, coisa de “pequeno-burguês”.⁴¹⁹ Trocava-se de namorado com muita rapidez. Mas, enquanto durasse a relação, ela era monogâmica, ao menos “oficialmente”. Isso significa que o sexo livre, pregado pelos *hippies*, por exemplo, não era tão comum, mesmo entre os *moderninhos* militantes da DI-GB. O casal era logo reconhecido pelos demais companheiros: “(...) tinha uma coisa de formalização, porque quando você ficava mais tempo com um cara, você virava a companheira do fulano. Era quase um pré-casamento, ou um casamento”.⁴²⁰

Além da liberação sexual, o *aborto* também não era um tabu entre os militantes das organizações revolucionárias, ainda que o fosse no contexto mais geral da sociedade. Lúcia Murat, ex-militante do MR-8, relatou que a interrupção de uma gravidez chocou mais sua família do que seu engajamento em uma organização da esquerda armada:

(...) Eu acho até engraçado do ponto de vista dos valores, papai era um médico, mas ao mesmo tempo era muito conservador. E eu fiquei grávida em 69, e tinha que fazer um aborto, e eu fiquei meio apavorada, e liguei para ele para ver se ele me descolava um médico, ele ficou arrasado e eu me lembro que ele falou essa frase, que eu acho antológica: ‘Você não saiu de casa pra isso’. Ou seja, assaltar banco, seqüestrar tudo bem, mas engravidar não podia! Ele ficou arrasado, mas mandou o dinheiro de que eu precisava.⁴²¹

Entretanto, não é demais ressaltar que, mesmo dentro da DI-GB, considerada a organização mais *moderninha* do período, o conservadorismo se fazia presente. Fernando Gabeira relata que ao assumir um relacionamento com Vera Sílvia Magalhães, uma das

⁴¹⁸ Entrevista com Daniel Aarão Reis: “Acreditávamos na ‘utopia do impasse’”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008.

⁴¹⁹ O capitão Carlos Lamarca, por exemplo, que ingressou no MR-8 em 1971 e é considerado um dos maiores símbolos da esquerda armada brasileira, lutava para controlar o ciúme dos inúmeros ex-namorados de sua companheira, Iara Iavelberg, mas prometeu: “juro não ser ciumento e lutar contigo pela tua liberdade”. Cf. JOSÉ, Emiliano & OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1989. p. 145.

⁴²⁰ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 12.

⁴²¹ MURAT, Lúcia. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências

militantes mais destacadas do MR-8 e cujo “companheiro” tinha sido assassinado pela polícia há relativamente pouco tempo, os dois enfrentaram pesadas críticas dos demais militantes, “que achavam não ter sido cumprido o tempo regulamentar do luto”.⁴²² Além disso, como vimos, a liberação sexual, dentro da organização, esteve *restrita aos heterossexuais* e o uso de drogas, mesmo as leves, era veementemente condenado. Assim sendo, podemos constatar que a Dissidência da Guanabara conseguia ser, *concomitantemente*, tão *sectária e preconceituosa* quanto *revolucionária e libertária*.

* * *

No contexto político-cultural do final dos anos 1960 no Brasil, era muito comum a aproximação entre artistas e as organizações de esquerda. Muitos artistas nutriam uma profunda simpatia pela esquerda que pegou em armas, ainda que não tenham chegado a ser militantes propriamente ditos. Entretanto, não faltaram artistas que se engajaram organicamente nas organizações revolucionárias. De fato, a efervescência cultural, em especial no período de 1964 a 1968, contribuiu para a adesão dos setores intelectualizados à opção pelas armas no combate à ditadura.

Os dados estatísticos, construídos com base nos processos junto à Justiça Militar e analisados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*, revelam que, dentre os 3.698 processados com ocupação conhecida, apenas 24 eram artistas. A presença destes artistas era mais notável nas organizações armadas: 18 artistas participaram nelas (0,9% do total de 1.897 supostos integrantes dos grupos armados urbanos), enquanto apenas 6 mantiveram vinculação com as demais organizações de esquerda (0,3% dentre 1.801 processados). Também é possível constatar que as organizações que contaram com o maior número de artistas eram aquelas que alcançaram maior penetração nas camadas sociais intelectualizadas, como era o caso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro.⁴²³ A trajetória destes artistas que militaram em organizações da esquerda revolucionária exemplifica as complexas relações entre *arte e revolução* no contexto dos anos 1960.

Ricardo Vilas Boas de Sá Rego, por exemplo, tinha uma carreira musical no grupo *Momento Quatro* quando, em 1968, ingressou na faculdade e logo passou a militar no movimento estudantil universitário. Posteriormente, engajou-se na DI-GB, tendo sido um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense, capturado pela organização em

Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2003.

⁴²² GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 72.

setembro de 1969.⁴²⁴ Ricardo Vilas Boas relatou que, desde o início de sua militância política, ainda no movimento estudantil, sentia que a política invadira de tal forma sua vida, que seria difícil conciliar suas atividades políticas e a carreira musical:

(...) a política foi assumindo a parte mais importante da minha vida, a um ponto em que a música ficou realmente num plano secundário. Ao final de 68, eu praticamente tinha parado de fazer música e estava na militância quase que integralmente. Num momento determinado, achei que a única coisa que tinha sentido fazer naquele momento seria uma atividade política, vista toda a situação de crise que a gente vivia no país, a repressão, a ditadura. (...) Num determinado momento eu cheguei a ficar dividido, e falei com o pessoal do grupo: eu vou parar, porque a militância, atualmente, é mais importante para mim. E naquela época você, enquanto universitário, não podia não ver o movimento, era impensável não participar. Não participar era ser um pouco marginalizado também.⁴²⁵

A partir do final de 1968, Ricardo Vilas optou por abandonar a carreira musical de sucesso, ao lado do *Momento Quatro* (que tinha se tornado um dos grupos musicais mais prestigiados junto ao público estudantil), para dedicar-se integralmente à militância política, o que era incentivado pela DI-GB, desejosa de militantes dedicados exclusivamente à organização. Na avaliação de Ricardo Vilas, arte e revolução, naquele contexto específico, eram, na prática, excludentes: “Porque o artista é uma coisa que também exige muito, você tem que ser inteiro artista, *você não pode ser um revolucionário artista*”.⁴²⁶

Outro artista militante da DI-GB/MR-8 foi Carlos Zílio. O artista plástico participou de importantes exposições, como *Opinião 66* e *Nova objetividade brasileira*, consideradas emblemáticas na arte de vanguarda brasileira dos anos 1960. Embora fizesse *arte política*, Carlos Zílio afirma que suas obras não pretendiam ser instrumentos de propaganda ideológica: “[não] estava ali como porta-voz do marxismo”.⁴²⁷ No entanto, Zílio, juntamente com outros tantos artistas das várias correntes de vanguarda, buscava transformar a arte e a sociedade. Nesse sentido, Luiz Carlos Maciel afirmou: “Se alguém me pedisse para dizer a principal crença da juventude de minha geração, eu diria sem titubear: a atribuição à arte de uma função transformadora da sociedade”.⁴²⁸

Com o decorrer da década de 1960, Carlos Zílio foi engajando-se cada vez mais no

⁴²³ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 73.

⁴²⁴ A ação de captura do embaixador, a mais espetacular realizada pela DI-GB, será abordada em nosso terceiro capítulo.

⁴²⁵ REGO, Ricardo Vilas Boas de Sá *apud*. DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 30.

⁴²⁶ *Idem.* p. 49. Grifos nossos.

⁴²⁷ Zílio, Carlos *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 189.

movimento estudantil universitário, ao mesmo tempo em que continuava produzindo seus trabalhos artísticos. Em 1967, produziu a obra *Lute*, “uma espécie de panfleto, para fazer aos milhares e ser distribuído em porta de fábrica”.⁴²⁹ Neste contexto, assim como Ricardo Vilas Boas, Zílio também se sentiu dividido entre arte e política. Sua opção foi “*parar de fazer arte política e fazer política realmente, porque não tem sentido querer ficar fazendo uma espécie de simulacro de uma e de outra*”.⁴³⁰ Especialmente a partir de 1969, passou a militar mais ativamente na DI-GB. Em 1970, foi ferido em ação e permaneceu preso de março daquele ano a junho de 1972. Foi justamente no hospital, já preso, que Zílio retomou seu contato com as artes.⁴³¹ Ao longo de sua trajetória política e artística, Zílio diz ter vivido “numa situação esdrúxula, porque eu era artista demais para os militantes e militante demais para os artistas”.⁴³²

Renato da Silveira, também artista plástico, ingressou no MR-8 baiano em 1969. Assim como Zílio, o artista abandonaria sua arte – a pintura – para dedicar-se integralmente à militância política e só após a sua segunda prisão, em 1973, retomou suas atividades artísticas ainda na cadeia. No cárcere, seu “conflito com a esquerda aumenta, porque vai ficar cada vez mais claro pra mim que *a esquerda como política não tinha nenhum interesse estético*, senão o de instrumentalização”.⁴³³ Silveira relembra, em depoimento, que o MR-8 da Bahia, ao contrário do carioca, reunia militantes com pouca formação teórica e ínfimo interesse cultural. Além disso, na organização baiana

não existia uma política cultural, e seria de uma pretensão enorme ter, porque na verdade era um minúsculo organismo clandestino, como se fosse uma espécie de *gang* política. Com essas atividades, a gente tentava ser político. O MR-8 era uma das organizações mais lúcidas, porque tentava não se perder no militarismo, como a maioria das outras. Tentava-se, por exemplo, influenciar politicamente aquele pequeno público com quem tínhamos contato.⁴³⁴

Contudo, esta ausência de uma política cultural não era prerrogativa exclusiva do Movimento Revolucionário 8 de Outubro da Bahia. Nas demais organizações, como destacou

⁴²⁸ MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe – memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 73.

⁴²⁹ Zílio, Carlos *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 190.

⁴³⁰ *Ibidem*. Grifos nossos.

⁴³¹ A relação entre arte e política na obra de Carlos Zílio foi tema de uma exposição realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1996, que deu origem ao catálogo: ZÍLIO, Carlos. *Arte e política – 1966-1976*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1996.

⁴³² Zílio, Carlos *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 190.

⁴³³ SILVEIRA, Renato da *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 193. Grifos nossos.

⁴³⁴ *Ibidem*. Grifos nossos.

Alípio Freire (também artista plástico, na época militante da Ala Vermelha), “não havia uma política cultural clara; as organizações não chegaram a formular isso, ficava no nível dos militantes, no nível individual”.⁴³⁵ De fato, no contexto de radicalização política que marcou o final dos anos 1960 no Brasil e a imersão cada vez mais irreversível no processo de luta armada por parte da maioria das organizações de esquerda, a elaboração de uma política cultural estava bem longe de ser uma das preocupações das lideranças revolucionárias, ainda que as atividades culturais, sobretudo junto ao movimento estudantil, fossem incentivadas e encaradas, por parte dos militantes, como *possibilidades revolucionárias* ou meios para atingir as massas.

Envoltas em teorias e práticas revolucionárias, as organizações da esquerda armada – porque não desejavam e/ou o cenário político não favorecia – não abriam, em seu interior, significativo espaço para as artes, ainda que, no contexto mais amplo da sociedade, os artistas fossem um dos segmentos mais engajados na luta política contra a ditadura. Inseridos em um contexto de efervescência cultural e profundas mudanças comportamentais, estes músicos, pintores, artistas plásticos, poetas, atores e cineastas encarnaram as múltiplas facetas da revolução, que rasuraram novos sonhos e esperanças e pareciam anunciar um novo horizonte no Brasil da década de 1960. Década do lema *sexo, drogas e rock n’ roll*. De minissaias. Da pílula anticoncepcional. Da emancipação feminina. Do Cinema Novo. Da Tropicália. Do psicodelismo. Da *paz e amor*. Do *desbunde*. De artistas guerrilheiros. Era o sonho da *revolução*, em todos os sentidos e com os significados mais variados, e que abalou, de forma avassaladora, as estruturas conservadoras das direitas e das esquerdas.

⁴³⁵ FREIRE, Alípio *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000a. p. 143.

2.2. Retrato 3x4

“(...) uma geração que não tinha medo de correr risco. O bom era correr risco”.
José Genoíno⁴³⁶

Os contextos políticos e culturais que compunham o cenário brasileiro ao longo da década de 1960 já foram expostos, mas ainda falta conhecer um pouco mais nossos atores principais. Afinal, quem eram os militantes da Dissidência Comunista da Guanabara que atuaram no movimento estudantil brasileiro dos anos 1960 e, em nome de seus ideais revolucionários, estiveram dispostos a largar o conforto e segurança de suas casas e aderir às formas mais radicais de luta política?

Com base nos dados levantados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*, a partir de processos na Justiça Militar, Marcelo Ridenti elaborou um perfil dos militantes de diversas organizações de esquerda que atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970.⁴³⁷ De acordo com o autor, 159 pessoas foram processadas por ligação com o *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8), sendo que os dados do *Projeto Brasil Nunca Mais* computaram conjuntamente as duas Dissidências do PCB, a do então Estado da Guanabara (DI-GB) e a do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ), ambas denominadas MR-8 nos processos judiciais.⁴³⁸

Em relação à *ocupação profissional*, destes 159 militantes processados, 2,7% eram artistas, 5,3% autônomos, 9,3% empregados, 49,3% estudantes, 0,7% funcionários públicos, 0,7% militantes, 1,3% militares de baixa patente, 5,3% professores, 15,3% profissionais liberais ou com formação superior, 4,7% técnicos médios, 4,7% trabalhadores manuais urbanos, 0,7% outros, além de 9 militantes cuja ocupação não consta.⁴³⁹ Ainda segundo os dados levantados por Marcelo Ridenti, o percentual de empresários, lavradores, oficiais militares e religiosos no MR-8 era de 0%.⁴⁴⁰ Comparando os números referentes aos *dissidentes* cariocas com as médias gerais do conjunto das organizações, o que mais nos chama a atenção é que o percentual de estudantes da organização (49,3%) é bem superior à média nacional (24,5%), enquanto é visível a pequena proporção de trabalhadores manuais urbanos (4,7% no MR-8 contra 13,5% no geral das organizações).

⁴³⁶ GENOÍNO, José *apud* COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 113.

⁴³⁷ É importante ressaltar que, em relação a todas as organizações, o número de processados (não necessariamente condenados) é superior ao dos efetivamente envolvidos mais organicamente em ações armadas.

⁴³⁸ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 68-69. A mudança de nome da Dissidência da Guanabara será abordada em nosso terceiro capítulo. Um pequeno histórico da Dissidência do Rio de Janeiro será apresentado mais adiante, ainda neste capítulo.

⁴³⁹ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 68-69. Utilizamos os termos da classificação elaborada pelo autor.

No que tange à *faixa etária* dos militantes do MR-8, os dados do *Projeto Brasil Nunca Mais* revelam que 67,3% tinham até 25 anos e 29,5% estava entre os 26 e 35 anos, restando 3,2% com 36 anos ou mais.⁴⁴¹ E quanto ao *sexo* dos processados judicialmente por ligação com o MR-8, podemos averiguar que, assim como todas as demais organizações de esquerda dos anos 1960 e 1970, o MR-8 contava com uma maioria masculina: 81,1% de homens (contra 81,7% de média das organizações de esquerda armada) e 18,9% de mulheres (percentual maior do que os 18,3% de média da esquerda armada brasileira).⁴⁴²

Se analisarmos os dados das organizações de esquerda do Brasil com *reagrupamento por ocupação* dos processados, podemos observar que no conjunto da esquerda armada 16,39% dos militantes pertenciam às *camadas de base* (categoria onde estão incluídos os “lavradores”, “militares de baixa patente” e “trabalhadores manuais urbanos”), sendo que especificamente no MR-8 o percentual era de 6,0%; nas *camadas de transição* (“autônomos”, “empregados”, “funcionários públicos”, “militantes”, “técnicos médios” e “outros”), o total da esquerda armada era de 25,83% contra 21,3% no MR-8; e, por fim, no conjunto das organizações de esquerda que pegaram em armas, 57,78% dos militantes pertenciam às *camadas médias intelectualizadas* (“artistas”, “empresários”, “estudantes”, “oficiais militares”, “professores”, “profissionais liberais ou com formação superior” e “religiosos”), enquanto no MR-8 o percentual chegava a 72,7%.⁴⁴³

Marcelo Ridenti ressalta que embora a maioria dos militantes das esquerdas armadas fosse oriunda das camadas sociais intelectualizadas (cerca de 60%), “não se pode dizer que essas organizações políticas fossem compostas por intelectuais propriamente ditos, que não se confundem com o conjunto dos trabalhadores intelectuais (por oposição aos manuais)”.⁴⁴⁴ Partindo das proposições de Michael Löwy, o autor define os intelectuais como “os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, tais como “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc”.⁴⁴⁵

Na década de 1960, embora boa parte da intelectualidade brasileira propriamente dita posicionasse-se a favor da *revolução* e produzisse obras que criticavam veementemente a ordem política e que, em alguns casos, serviram de referencial teórico para a esquerda armada, foi escassa a participação direta desta intelectualidade nos grupos armados de

⁴⁴⁰ *Idem.*

⁴⁴¹ *Idem.* p. 123.

⁴⁴² *Idem.* p. 204-205.

⁴⁴³ *Idem.* p. 70-72.

⁴⁴⁴ *Idem.* p. 159.

esquerda. Como ressaltou Ridenti, “a postura antiteoricista das organizações de extrema esquerda dificilmente atrairia intelectuais de peso para a militância mais direta nas suas fileiras”.⁴⁴⁶ A maioria das organizações de esquerda priorizava a *ação*, a *prática revolucionária*, em detrimento dos trabalhos teóricos.

Nesse sentido, a Dissidência da Guanabara possuía um diferencial: a *valorização da formação teórica*. Nas diversas entrevistas a que tivemos acesso, com ex-militantes das organizações revolucionárias brasileiras das décadas de 1960 e 1970, é possível encontrar referências ao fato da DI-GB ser considerada *um dos grupos mais intelectualizados* do período. O depoimento de Maria Augusta Carneiro, ex-militante da DI-GB, explicita a prática da organização de incentivo à formação política e teórica de seus militantes, além de esclarecer a organização interna da Dissidência:

A Dissidência Comunista (...) possibilitava essa coisa de você ter uma discussão política, coisa que para mim era muito importante. Isso é uma marca da Dissidência Comunista. A gente se diferenciava muito do que depois veio a ser o movimento foquista (...) Depois, era engraçado até porque na cadeia tinha muito esse negócio de acusação de um lado para outro, e a gente era acusado de ser “intelectualóide”. Tínhamos uma organização que era assim: você começava com GE [Grupo de Estudo], depois passava para uma OPP – Organização Para-partidária, para depois você passar a ser militante. E essa coisa do GE para OPP e para militância era mais ou menos em cima de um grau de conhecimento que você tinha. Isso me fascinava, eu achava o máximo porque era um pouco de eu adquirir a minha liberdade de pensamento, a minha liberdade de opinião. (...) tinha aquela coisa de você ser instigado a pensar, instigado a raciocinar, a ler. Eu me lembro que feriado, saíamos junto, íamos para casa de alguém. Aí a gente lia livros do Mão [Zedong] e discutia Che Guevara... Enfim, tinha uma coisa que para mim foi muito acolhedora na Dissidência, essa questão da instigação intelectual. Eu achava aquilo fascinante, achava aquilo muito legal.⁴⁴⁷

Ricardo Vilas Boas de Sá Rego, também ex-militante da DI-GB, relembra a experiência da participação nos grupos de estudo organizados pela organização:

Inicialmente eu entrei como simpatizante. Tínhamos o grupo de estudos, em que discutíamos questões políticas, ideológicas, econômicas, estudávamos textos, livros. Achei essa atividade super-rica, muito interessante, apesar de haver sempre um orientador que direcionava os debates dentro de uma linha ideológica que caminhava para as posições defendidas pela organização. Depois disso, passei a fazer parte de uma OPP.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ LÖWY, Michael *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 159.

⁴⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 161.

⁴⁴⁷ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 6.

⁴⁴⁸ REGO, Ricardo Vilas Boas de Sá *apud*. DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 32.

Até 1968, a estrutura interna da Dissidência da Guanabara era muito parecida com a do PCB: a organização contava com um secretário político, um secretário de massas, um secretário de organização, um secretário de agitação e propaganda e um secretário de educação. Vale lembrar que, até este período, a DI-GB estava basicamente voltada para o movimento estudantil, setor ao qual estava vinculada a maioria de seus militantes e de onde vinha a principal força da organização. A partir de 1968, a Dissidência iniciou um trabalho junto ao movimento operário, que se consolidaria em 1969, chegando inclusive a deslocar alguns de seus militantes para fixar residência em comunidades carentes da Guanabara e participar de cursos técnicos, visando integrá-los às atividades nas fábricas, aproximando-se efetivamente da vida operária.⁴⁴⁹ Segundo Daniel Aarão Reis, haveria, em 1968, cerca de 300 militantes na Dissidência da Guanabara, incluindo os integrantes das OPP's (organizações para-partidárias), entidades de base, já sob “o centralismo da organização, embora não votassem nas suas resoluções”.⁴⁵⁰

Com a ascensão da Dissidência da Guanabara no cenário político nacional, voltou à tona a perspectiva de formação de uma nova organização revolucionária, que reuniria as várias dissidências do PCB existentes em diversos Estados. De acordo com Daniel Aarão Reis, chegou-se a realizar “uma reunião nacional de dissidências”.⁴⁵¹ Contudo, apesar das tentativas ou expectativas, não houve uma articulação nacional entre as dissidências e cada uma delas seguiu rumo próprio.

A Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) surgiu na cidade de Niterói e, assim como a Dissidência da Guanabara, romperia com o PCB em 1966, também por divergir da posição do “Partidão” quanto às eleições legislativas. A organização definiu uma concepção de revolução, de estratégia e de prática com base na experiência da Revolução Cubana, principalmente calcada nas formulações de Régis Debray.⁴⁵² Desde o final de 1967, tinha optado pelo afastamento das cidades, transferindo seus militantes para duas fazendas em Cascavel e Montelândia, no Paraná, onde organizariam um foco guerrilheiro, que deveria atuar na região de Foz do Iguaçu. Contudo, os *dissidentes* fluminenses começaram a “cair” em abril de 1969, após a prisão de um de seus dirigentes no Oeste do Paraná. Em meados de 1969, a organização já estava desestruturada no campo e na cidade.

⁴⁴⁹ O papel do movimento operário no programa político da DI-GB será abordado em nosso terceiro capítulo.

⁴⁵⁰ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 137.

⁴⁵¹ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 15.

⁴⁵² A influência das formulações do intelectual francês nos grupos da esquerda armada será abordada em nosso terceiro capítulo.

A Dissidência do PCB de São Paulo (DISP) surgiu em 1966, formada pelo Comitê Universitário do Partido, mas só romperia oficialmente com ele em 1967. Contando com destacadas lideranças estudantis, como José Dirceu e José Arantes, a DISP comandou o movimento estudantil universitário de São Paulo, mas não teve condições de manter-se como organização autônoma. Seus militantes ingressaram em organizações da esquerda armada, sobretudo na Ação Libertadora Nacional (ALN). No interior paulista, outra dissidência do PCB daria origem às *Forças Armadas de Libertação Nacional* (FALN), formadas em 1967, por estudantes do comitê municipal do PCB em Ribeirão Preto. Influenciadas pelas idéias guevaristas, as FALN procuraram inserção no meio rural e executaram algumas ações armadas nas cidades da região. No entanto, no final de 1969, o grupo foi dizimado pelas forças policiais.

Ainda em 1967 surgiu a Dissidência do PCB do Distrito Federal (DI-DF), que também optou pelas ações armadas e pela guerrilha rural. No início de 1969, a organização foi descoberta e desbaratada pela polícia. Os remanescentes ingressaram, em sua maioria, na Ação Libertadora Nacional.

No Estado de Minas Gerais, os *dissidentes* fundaram, em 1967, um grupo conhecido como *Corrente*, oriundo do Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte. Em 1968, esta organização político-militar chegou a participar de ações armadas, além de atuar no movimento estudantil e no movimento operário de Contagem. A organização possuía estreita relação com a Ação Libertadora Nacional, comandada por Carlos Mariguella, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, onde o mineiro Mário Alves destacava-se na direção. Em abril de 1969, a organização foi duramente reprimida pela força policial e a maioria dos que não foram presos aderiu à ALN.⁴⁵³

Já no Rio Grande do Sul, a Dissidência do PCB surgiu entre 1965 e 1966, basicamente vinculada ao movimento estudantil. Os *dissidentes* gaúchos, juntamente com a POLOP, optaram por participar da construção de uma nova organização: o *Partido Operário Comunista* (POC), fundado em abril de 1968.

Em outros Estados também se configuraram dissidências do PCB que, no entanto, tiveram vida efêmera e/ou seus militantes ingressaram nos demais grupos da esquerda revolucionária. Somente a pequena Dissidência da Bahia manteve vínculos com os *dissidentes* cariocas. Maria Augusta Carneiro, ex-militante da DI-GB, lembrou, em depoimento, a

⁴⁵³ Não confundir a Corrente mineira com a *Corrente Revolucionária* do PCB, que, conforme já mencionamos, reunia o conjunto das oposições internas do Partido em todo o país, antes de seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967.

frustração de não ter havido uma articulação nacional entre as dissidências do “Partidão”: “Depois formaram cada um suas dissidências. O que foi ruim também para o movimento em geral porque teria sido outra história se a gente tivesse saído [do PCB] todo mundo junto, se tivesse formado outro partido. Na verdade, a gente [DI-GB] terminou nunca formando um partido. A gente ficou sendo sempre um grupo”.⁴⁵⁴ Assim sendo, como destacou Daniel Aarão Reis, “a DI-GB, apesar de sua projeção e prestígio, adquiridos fundamentalmente através da luta do ME, permaneceu *ao sol e ao sereno do isolamento*”.⁴⁵⁵

Sem contar com a articulação dos demais *dissidentes* do PCB em outros Estados, a Dissidência da Guanabara traçou trajetória própria e ascendente. Seus militantes, como vimos, eram, em sua maioria, jovens, homens e intelectualizados. Além disso, embora tenha defendido o papel central do proletariado no processo revolucionário, a organização teve uma militância operária bastante reduzida. Ainda que atuasse em outros setores, em especial no movimento operário, a DI-GB era *essencialmente uma organização estudantil*, cujo raio de atuação girava em torno da União Metropolitana dos Estudantes: “(...) quem dava o tom das grandes manifestações, a dinâmica da organização era a UME. Nos quadros, 80%, ou até mais, estavam voltados exclusivamente para o movimento estudantil”.⁴⁵⁶ Contudo, como veremos adiante, a organização não se restringiria à atuação nas faculdades, pois seus objetivos revolucionários extrapolavam os limites universitários.

⁴⁵⁴ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 10.

⁴⁵⁵ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 136. Ainda segundo Daniel Aarão Reis, a expressão *ao sol e ao sereno do isolamento* era “empregada pelos militantes da DI na época, um misto de auto-ironia e de amargura”. *Idem.* p. 146.

⁴⁵⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 137.

2.3. “Feitas de Ferro e de Flor”⁴⁵⁷

“A gente era militante, soldado da revolução,
e soldado não tem sexo!”
Sonia⁴⁵⁸

Se a maioria dos militantes da Dissidência da Guanabara, e demais organizações revolucionárias, era formada por homens, isso não significa que as mulheres não exerceram um papel de destaque no interior dessas organizações. De fato, a participação feminina no espaço público, e especificamente no campo da política, foi uma das mais marcantes características da década de 1960 no Brasil e no mundo.

A crescente manifestação das mulheres no mundo ocidental, ao longo das décadas de 1960 e 1970, estava intrinsecamente relacionada à eferescência política e cultural, que, como vimos, sacudiu as estruturas conservadoras (das direitas e esquerdas) e propiciou profundas transformações nos padrões comportamentais, sobretudo naqueles destinados às mulheres.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, nos Estados Unidos, por exemplo, o capitalismo pós-guerra

prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava. As guerras [da Coreia e do Vietnã] e o acirramento dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor a fragilidade do mito de que na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade.⁴⁵⁹

Assim sendo, os anos 1960 nos Estados Unidos, e também na Europa, foram marcados pela contestação aos valores conservadores da organização social, nos âmbitos público e privado. Nesse contexto, o livro *O segundo sexo*⁴⁶⁰, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949, foi “redescoberto” e discutido por muitas mulheres em todo o mundo. Embora não tenha sido uma militante feminista, Simone de Beauvoir representou o ponto de partida para toda uma geração de feministas. Por sua vez, as estadunidenses, lideradas por Beth Friedman queimaram seus sutiãs em praça pública, provocando um escândalo de

⁴⁵⁷ Referência à poesia “Feito de ferro e de flor”, de Ferreira Gullar, escrita em homenagem a Gregório Bezerra, histórico dirigente do PCB: “Mas existe nesta terra muito homem de valor que é bravo sem matar gente, mas não teme o matador, que gosta da sua gente e que luta a seu favor, como Gregório Bezerra, feito de ferro e de flor”.

⁴⁵⁸ SONIA (nome fictício) *apud* COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 248.

⁴⁵⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 41.

proporções internacionais.

No Brasil, o movimento feminista só apareceria a partir de meados da década de 1970. Contudo, desde o início dos anos 1960, a intensa mobilização política e social de importantes segmentos da sociedade, em especial das camadas médias, foi caracterizada pela *expressiva participação das mulheres* em manifestações políticas organizadas pelas *direitas e esquerdas*. As transformações econômicas e sociais ocorridas no país desde o final da década de 1950, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, favoreceram os processos de industrialização e urbanização, o que propiciou significativas mudanças na vida das mulheres de classe média dos centros urbanos, como, por exemplo, a entrada na universidade e sua maior participação no mercado de trabalho.

Nesse contexto, as mulheres extrapolaram os limites domésticos, adentraram o espaço público (até então território exclusivo dos homens), foram às ruas para expressar suas opiniões políticas, romperam padrões e questionaram o moralismo e a sexualidade. Nesse momento, como ressalta Maria Lygia Quartim de Moraes, o modelo “burguês cristão” impunha um padrão conservador: “a moça, virgem, casava para ter filhos e formar uma família com um homem, futuro provedor, já iniciado por uma prostituta. A dupla moral sexual, segundo a qual uma mulher só podia ser ‘esposa’ ou ‘puta’, espelhava os limites da ética cristã como padrão de cidadania”.⁴⁶¹

A revolução sexual foi um importante fator no processo de liberação da mulher. A chegada da pílula anticoncepcional contribuiu ainda mais para a queda do tabu da virgindade: para muitas mulheres, o sexo não mais servia apenas para procriação, mas proporcionava o usufruto do prazer. Além disso, como destacou Ana Maria Colling, “o casamento é questionado e a moda acompanha os novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente”.⁴⁶²

Para além das mudanças comportamentais, sobretudo em relação ao sexo e ao casamento, a *participação feminina nas manifestações políticas* também marcou o cenário político-cultural que se delineava no Brasil a partir do início da década de 1960. Neste sentido, é importante ressaltar que *não foram só as mulheres de esquerda que romperam com os códigos de gênero de sua época*. Em 1964, por exemplo, milhares de jovens e senhoras, em

⁴⁶⁰ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁴⁶¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O encontro marxismo-feminismo no Brasil”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007. p. 341-373. p. 343-344.

todo o país, foram às ruas nas famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” para defender suas concepções políticas e ideológicas, tendo se tornado o símbolo do apoio da sociedade civil ao golpe de 1964. Segundo Natália Bastos,

mesmo que a participação política destas mulheres fosse para reafirmar (...) os seus lugares de *mães-esposas-donas-de-casa*, de certo modo elas também rompiam com a norma da não participação feminina no espaço que era reservado somente aos homens. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política.⁴⁶³

Assim sendo, embora em boa parte da bibliografia sobre o período, estas mulheres apareçam como “carolas”, “ingênuas”, manipuladas e/ou seduzidas pelo discurso conservador dos setores direitistas, deve-se salientar que sua participação em movimentos conservadores expressava sua escolha política e também representava a constituição da mulher enquanto sujeito político.⁴⁶⁴

Entretanto, o aspecto que mais nos interessa neste trabalho é a participação das mulheres nas organizações da esquerda revolucionária brasileira dos anos 1960/1970. Recorrendo mais uma vez aos dados computados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*, e sintetizados por Marcelo Ridenti, podemos constatar que a maioria dos militantes das esquerdas era composta por homens: dos 4.124 processados pela Justiça Militar, 3.464 eram homens, perfazendo um total de 84,0%.⁴⁶⁵ Nos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres ficou entre 15% a 20%. No MR-8, especificamente, cujos dados do *Projeto* incluem as Dissidências do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, a participação feminina foi maior que a média nacional da esquerda armada (18,3%) e chegou ao percentual de 18,9%.⁴⁶⁶

O percentual de mulheres que participaram de organizações da esquerda armada não deve ser menosprezado, pois, embora pareça relativamente baixo, como destacou Marcelo Ridenti, ele refletia uma profunda ruptura com o papel submisso até então relegado às

⁴⁶² COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 41.

⁴⁶³ BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 21.

⁴⁶⁴ Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *op. cit.* Após o estabelecimento do regime civil-militar em 1964, a participação das mulheres conservadoras no espaço público/político continuou notável, na organização de atividades assistenciais, manifestações públicas de apoio ao general Castelo Branco e luta permanente contra os “perigos” do comunismo.

⁴⁶⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 197.

⁴⁶⁶ *Idem.* p. 204-205.

mulheres na sociedade brasileira: a regra geral era a não participação feminina na política.⁴⁶⁷ Além disso, o número de mulheres processadas por vinculação aos grupos armados foi superior ao de mulheres processadas por integração às esquerdas tradicionais. Por exemplo, nos processos relativos ao PCB, apenas 4,7% eram de mulheres. Assim sendo, mesmo nos grupos armados mais militaristas, cujas atividades exigiam enorme esforço e preparo físicos, a participação do chamado “sexo frágil” era notável: na VPR, por exemplo, chegava a 24,1%.⁴⁶⁸ E, por fim, Ridenti ressalta que “a participação relativa feminina nas organizações de esquerda armada era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil”.⁴⁶⁹

Embora a atuação destas mulheres na esquerda revolucionária rompesse com os padrões femininos de “boa-moça, esposa, mãe de família, dona-de-casa”, é importante destacar que naquele contexto dos anos 1960 *as reivindicações das mulheres de esquerda/guerrilheiras não possuíam um caráter feminista*. Jessie Jane Vieira de Sousa, ex-militante da Ação Libertadora Nacional, afirma que ao longo de sua militância revolucionária “essa questão [feminista] não era absolutamente colocada, essa coisa de gênero, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês”.⁴⁷⁰

No interior das organizações revolucionárias, prevalecia a tese de igualdade entre os sexos: homens e mulheres eram igualmente militantes da revolução. Contudo, apesar deste discurso, é possível detectar práticas machistas entre os revolucionários. Reinaldo Guarany, por exemplo, ex-militante da ALN, afirmou, em seu romance autobiográfico, que “as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, *precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo*”.⁴⁷¹ Por sua vez, outro ex-guerrilheiro criticou a suposta falta de beleza da maioria das guerrilheiras: “A mulher mais bonitinha, mais bonequinha, não entrava [para as organizações], ficava mais de fora, e a mulher sapatona, feia e tal, principalmente da ala trotskista, tinha muito”.⁴⁷² A esquerda tradicional também não escapou às práticas machistas: por exemplo, uma militante do PCB, eleita delegada para um congresso do partido, foi vetada pelas bases de Recife porque não era

⁴⁶⁷ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 198.

⁴⁶⁸ *Idem.* p. 198-199.

⁴⁶⁹ *Idem.* p. 199.

⁴⁷⁰ SOUSA, Jessie Jane Vieira de *apud* GÓIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. “Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008. p. 23-41. p. 23.

⁴⁷¹ GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 31. Grifos nossos.

⁴⁷² VÍTOR (nome fictício) *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 107.

virgem.⁴⁷³ Gregório Bezerra, histórico dirigente do “Partidão”, solidarizou-se: “Pode deixar, minha filha, que eu vou lá *botar os podres deles também para fora*”.⁴⁷⁴ Contudo, a própria fala de Bezerra, apesar de sua intenção de defender a militante, também traz implícita a idéia de que a perda da virgindade era, de certa forma, um “podre”, um delito que veio à tona.

Retornando às organizações da esquerda armada, vale destacar que as atividades consideradas de maior importância eram designadas, na maior parte das vezes, aos homens: “as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam”.⁴⁷⁵ Muitas mulheres ficaram restritas às atividades nos *aparelhos*, não sendo designadas para ações nas ruas e poucas conseguiram chegar aos cargos de direção das organizações revolucionárias.

Para serem aceitas no interior das organizações e serem vistas como militantes, antes que como mulheres, muitas revolucionárias abriram mão dos cuidados com a aparência. Ana Maria Colling defende que “a mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino”.⁴⁷⁶ Entre as ex-militantes entrevistadas por Colling, *Simone*⁴⁷⁷ confessa: “quando entrei para a organização [Fração Bolchevique Trotskista], entrei fazendo um esforço de dessexualização, eu queria ser uma militante”.⁴⁷⁸ Já *Violeta* associa o descuido com a aparência à falta de tempo e à própria natureza da militância: “A gente usava roupa da maneira que dava; tu não usavas roupa porque era a moda, ou para fazer protesto, tu usavas uma roupa que a atividade permitisse”.⁴⁷⁹

Contudo, muitas militantes que mantinham o cuidado com a beleza e preocupavam-se *também* com sua aparência, eram criticadas pelos demais companheiros. Vera Thimóteo, ex-militante da *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares* (VAR-Palmares), relata que era questionada, inclusive pela direção da organização, pois se negava a abandonar roupas da moda, maquiagem, perfumes e penteados, considerados valores “burgueses” pelos companheiros.⁴⁸⁰ Talvez o exemplo mais emblemático neste sentido seja o de Iara Iavelberg, ex-militante da VPR e do MR-8. Mesmo após entrar para a luta armada, Iara não abandonou

⁴⁷³ COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 33.

⁴⁷⁴ BEZERRA, Gregório *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 45. Grifos nossos.

⁴⁷⁵ COSTA, Albertina de Oliveira et al (org.). *op. cit.* p. 113.

⁴⁷⁶ COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 68.

⁴⁷⁷ Os nomes em itálico e sem sobrenome são nomes fictícios criados por Ana Maria Colling para se referir às suas entrevistadas.

⁴⁷⁸ SIMONE *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 69.

⁴⁷⁹ VIOLETA *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 69.

⁴⁸⁰ THIMÓTEO, Vera. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2003.

os cuidados com a beleza e, por vezes, arriscava-se a sair dos *aparelhos*, contrariando as normas de segurança das organizações, para ir ao cabeleireiro ou à manicure. Quando criticada, Iara respondia: “*Burrice as militantes andarem molambentas! A polícia vem logo atrás.*”⁴⁸¹ Para ela, a revolução e a militância não excluía sua feminilidade e sua postura chocava, indignava e desconcertava seus companheiros de organização:

Iara encarnava dezenas de personagens diferentes, todas profundamente femininas. Entrou para a luta armada sem perder esta dimensão, sem deixar de tornar-se bonita, sensibilizar-se, humanizar-se. Ia ao cabeleireiro, fazia compras, preocupava-se com os companheiros. (...) E isso infringia regras, quebrava tabus, desorganizava a hierarquia. Assim, Iara só poderia ser uma mulher *falada* no interior da organização (...) Tanto bem quanto mal falada – ela fascinava e desconcertava.⁴⁸²

Para as militantes da esquerda revolucionária, elas eram, de certa forma, superiores às mulheres não militantes. *Simone* dividia as mulheres em três grupos: “as da direita, as alienadas e nós, as deusas”.⁴⁸³ Nesta perspectiva, as militantes estavam num patamar intelectual superior ao das demais mulheres e sua principal preocupação era a revolução; tudo mais era supérfluo. Mas se muitas militantes se sentiam superiores às demais mulheres, outras afirmam que também sentiam inveja da vida cotidiana que as mulheres não militantes levavam. *Violeta* afirma que “havia uma certa inveja porque não tínhamos as coisas com as quais as outras mulheres contavam. Nós não podíamos voltar para trás e assumir uma certa roupagem que fazia a mulher atraente aos olhos dos homens, agradável no convívio social”.⁴⁸⁴ Ao mesmo tempo em que sentia orgulho de sua militância política, *Violeta* sentia “uma certa inveja daquela burrice feminina que a gente não conseguia ter”.⁴⁸⁵ *Simone* ressalta que as mulheres não militantes, que cumpriam o papel de “boa-moça”, eram as que conseguiam casar: “Seriam essas mulheres as alternativas, as boas alternativas para estes rapazes. Eles iam aprender a transar com as gurias da esquerda e iam casar com as gurias de direita; era mais rendoso, mais sensato, mais confiável”.⁴⁸⁶

Independente dos sentimentos de superioridade e/ou inveja em relação às mulheres não militantes, as “deusas”, as militantes/guerilheiras de esquerda, possuíam um diferencial:

⁴⁸¹ IAVELBERG, Iara *apud* BASTOS, Natália de Souza. *op. cit.* p. 35. Grifos nossos.

⁴⁸² CASSAL, Alex Barros. “Lamarca e Iara”. *Cadernos AEL: tempo da ditadura*, Campinas, v. 8, nº 14/15, 2001. p. 97-113. p. 106. Para maiores informações sobre a trajetória política e pessoal de Iara Iavalberg, ver a bela biografia: PATARRA, Judith Lieblich. *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

⁴⁸³ SIMONE *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 67.

⁴⁸⁴ VIOLETA *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 68.

⁴⁸⁵ *Idem.* p. 69.

⁴⁸⁶ SIMONE *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 67.

“Nós tínhamos dificuldades de ser consideradas mulheres comuns, normais. Se a gente pensava, se a gente fazia política, se a gente tinha idéia própria, se tinha certa dificuldade de ter coleira, como a gente tinha, era difícil de te imaginar como mulher”.⁴⁸⁷

As mulheres militantes circulavam pelo mundo da política, espaço dominado por homens. O convívio com os companheiros de organização, sobretudo quando se morava junto nos *aparelhos*, e a ausência de controle familiar, proporcionavam uma liberdade sexual pouco comum para a maioria das mulheres brasileiras. Se viviam para a revolução socialista, não deixaram de protagonizar uma revolução dos costumes, rompendo com padrões femininos socialmente aceitos.

A militância política nas organizações de esquerda, sobretudo quando se caía na clandestinidade, também proporcionava um amálgama entre as esferas pública e privada. Muitas vezes, a vida pessoal do militante tinha que se submeter a determinações das organizações. Por exemplo, muitas mulheres foram proibidas pela direção das organizações revolucionárias de relacionar-se com homens não militantes ou mesmo com membros de outras organizações. Em caso de gravidez, o aborto era recomendado, sobretudo porque naquele contexto as mulheres (e homens) deveriam dedicar-se exclusivamente à revolução. *Luzia* não acatou a recomendação e decidiu ter seu filho e continuar sua militância política. Nas reuniões políticas, ela levava a criança recém-nascida e amamentava-a diante “daquele bando de homens; ficavam todos sem jeito, sem saber o que fazer – mesmo porque eles eram contra a gente ter filho naquela altura e eu nem liguei para isso”.⁴⁸⁸ Nesse sentido, Natália Bastos analisou que estas mulheres viviam uma contradição: “Ao mesmo tempo em que sua inusitada autonomia sobre suas vidas sexual e afetiva rompia com códigos morais da sociedade, criava-se outra ordem de código – inspirada em interesses estratégicos e com aplicações algumas vezes rígidas, segundo a estruturação de cada grupo”.⁴⁸⁹

Fora das organizações revolucionárias, as mulheres militantes não eram bem vistas pela sociedade em geral. Ana Maria Colling sintetiza qual era a visão mais comum:

(...) a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino.⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ VIOLETA *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 70.

⁴⁸⁸ LUZIA *apud* FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 121.

⁴⁸⁹ BASTOS, Natália de Souza. *op. cit.* p. 49.

⁴⁹⁰ COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 80.

Para a repressão, a mulher militante era sempre a “puta comunista”. Além disso, também se difundia a idéia de que as mulheres engajadas nas organizações revolucionárias estavam atrás de homens ou eram lésbicas, “mulher-macho”, como relembra *Violeta*: “Ou tu vinhas para a política como um apêndice, porque tu tinhas um marido, um namorado, ou tu vinhas para dar para todo mundo, para ver se conseguia catar alguém. Ou, então, porque tu não eras bem mulher, era machorra, sapatona, aquela história toda”.⁴⁹¹ Nessa concepção, as militantes eram duplamente desviantes: ousaram insurgir-se contra a ditadura civil-militar e ousaram desafiar os padrões impostos e aceitos socialmente que definiam como deveria portar-se uma mulher.

* * *

Quando se analisa a participação feminina nas organizações da esquerda revolucionária brasileira ao longo da década de 1960, muitos nomes de ex-militantes e ex-guerrilheiras se sobressaem. Traçar a trajetória destas mulheres extrapola os limites e propósitos deste trabalho, mas, ainda assim, gostaríamos de destacar uma mulher, em especial, que pode ser considerada a grande “musa” da Dissidência Comunista da Guanabara – Vera Sílvia Magalhães.⁴⁹²

Nascida em 5 de fevereiro de 1948, em uma família carioca de classe média alta, Vera Sílvia Araújo Magalhães era conhecida pelo extremo charme e inteligência. Aos 11 anos de idade, ganhou de presente de um tio comunista o livro “Manifesto Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels. Após a leitura, decidiu doar todas as suas bonecas. Sua concepção de mundo fora alterada. Aos 16 anos, já militava no movimento estudantil secundarista no Colégio Andrews. Neste período, fez um aborto: a militância política não abria espaço para a maternidade.

Em 1967, entrou para a universidade (curso de Economia) e logo passou a integrar a Dissidência da Guanabara. Não demorou para Vera destacar-se na organização e chegar à sua Direção Geral, num contexto em que poucas mulheres ocuparam os cargos máximos dentro da hierarquia das organizações revolucionárias: “Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma

⁴⁹¹ VIOLETA *apud* COLLING, Ana Maria. *op. cit.* p. 84.

⁴⁹² As informações biográficas apresentadas a seguir foram baseadas em: CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998; MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1996. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense e *O Globo*, “Obituário: Vera Sílvia, a bela rebelde da luta armada”. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2007. p. 21.

batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista”.⁴⁹³ Em 1969, passou a integrar a frente de Trabalho Armado da DI-GB: treinamento de tiro, *expropriações* de carros, supermercados, bancos e carros-fortes tornaram-se sua rotina. Como usava uma peruca loira nas ações armadas, era chamada “a loura dos assaltos” pelos jornais da grande imprensa.

Se o prestígio de Vera Sílvia crescia dentro da organização, isso não excluía questionamentos machistas à sua atuação. Por exemplo, em um congresso da Dissidência, um militante argumentou que Vera era muito “instável” para integrar a direção da organização, pois era muito namorada. Mas Vera não se intimidava com esses julgamentos e debatia com seus companheiros. Sua inteligência, sua base teórica, sua coragem nas ações armadas, sua determinação e firmeza não excluía uma vida amorosa agitada: “O tempo urgia. Nós vivíamos atrás do tempo. *Tinha que dar tempo pra lutar e pra amar, senão dali a pouco o amor acabava. A gente fazia tudo*”.⁴⁹⁴

Franklin Martins, que conheceu Vera Sílvia ainda antes de ambos ingressarem na DI-GB, assim a descreve:

Era uma mulher muito madura para a sua idade. Ao mesmo tempo, muito frágil. Bonita, mas simples. Corajosa nas ações, mas absolutamente desleixada no dia-a-dia. Implicávamos com ela porque não limpava sua arma com frequência. O 38 vivia na bolsa junto com a maquiagem, a grana, as balas, os lenços. Uma vez fui ajudá-la a limpá-lo e fiquei chocado: tinha cabelos por toda a parte. Não sei como atirava. Politicamente, era uma pessoa preparadíssima para os padrões da época.⁴⁹⁵

Vera Sílvia foi a única mulher a participar da mais espetacular ação empreendida pela esquerda armada: a captura do embaixador estadunidense, em setembro de 1969, numa ação conjunta da DI-GB com a ALN. Nesta época, Vera morava no bairro da Penha com seu namorado, José Roberto Spigner, também militante da DI-GB. Mas ele integrava a Frente das Camadas Médias⁴⁹⁶ e, por questões de segurança, não podia ter conhecimento sobre a ação da captura do embaixador. Vera Sílvia respeitou as orientações da organização e, na véspera da ação, despediu-se de “Zé” Roberto em frente ao Hotel Copacabana Palace:

Passeamos, namoramos, conversamos. Eu não podia contar nada sobre o que iria ocorrer no dia seguinte. Só disse que ia me envolver numa barra-pesada e sumir por uns 20 dias. Pedi que ele ouvisse o rádio e que tomasse precauções. Ele insistiu que marcássemos um ponto inorgânico [por fora da estrutura, sem conhecimento da Organização] dali a dois dias. Eu disse que

⁴⁹³ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. *op. cit.* p. 172.

⁴⁹⁴ *Idem.* p. 180. Grifos nossos.

⁴⁹⁵ MARTINS, Franklin *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. *op. cit.* p. 176.

⁴⁹⁶ A organização interna da DI-GB a partir de 1969, quando passou a ser chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, será abordada em nosso terceiro capítulo.

era contra as normas de segurança e não concordei. Fiquei de procurá-lo logo que pudesse. Intimamente eu não avaliava bem as conseqüências de uma ação desse porte em nível pessoal.

Com a fina ironia que cultivava, Zé Roberto se despediu de mim com o refrão de uma música da Gal: “É preciso estar atento e forte/ Não temos tempo de temer a morte”. (...) Depois disse: “Essa estanquização não tem nada a ver com o amor. Se a gente se ama a gente segura a barra juntos”.

Ele me chamava de Nenê. E disse: “Vai, Nenê, pra tua ação clandestina. Vocês nunca vão saber o que é o amor. Essa estanquização é ridícula. Me põe aí no teu bando”.⁴⁹⁷

Após a ação da captura do embaixador, Vera Sílvia entrou imediatamente na clandestinidade. Contudo, a saudade do companheiro apertou e as regras de segurança foram burladas: Vera foi ao cabeleireiro no Copacabana Palace e, disfarçada, pegou a barca para Niterói, onde Zé Roberto a esperava. Pouco tempo depois, voltaram a viver juntos e Vera continuou participando de ações armadas, enquanto tornava-se umas das guerrilheiras mais procuradas pela polícia.

Na noite de 16 de fevereiro de 1970, o *aparelho* onde morava na Penha foi cercado pela polícia, chamada por uma vizinha desconfiada, que, em troca, obteve a liberdade do irmão preso por tráfico. Diante do cerco, Vera Sílvia, Zé Roberto e Carlos Zílio, que lá estavam, tentaram fugir, trocando tiros com a polícia. Cada um foi para um lado. Vera conseguiu render um motorista de táxi, sair do cerco, tomar um ônibus e escondeu-se na casa de Cid Benjamim. Carlos Zílio também escapou. Zé Roberto refugiou-se em outro *aparelho*, na Lapa, mas foi seguido e assassinado pelos policiais com um tiro na cabeça.⁴⁹⁸

Cerca de um mês depois, no dia 9 de março de 1970, Vera Sílvia e outros companheiros da DI-GB foram cercados pela polícia, na favela do Jacarezinho, onde faziam panfletagem. Na tentativa de fuga, Vera atirou em um policial, mas acabou atingida por um tiro na cabeça – a bala atravessou o couro cabeludo, mas poupou o osso. Carlos Zílio (também baleado) e Daniel Aarão Reis, todos militantes da Dissidência, também foram presos. Vera Sílvia assim relatou o episódio:

⁴⁹⁷ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. *op. cit.* p. 177.

⁴⁹⁸ A versão oficial é de que José Roberto Spigner, então com 21 anos, morreu em uma troca de tiros com policiais na Lapa. Contudo, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (instituída pela Lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995) averiguou que houve uma demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada do corpo no Instituto Médico Legal (IML) e, com base no laudo do IML, constatou que José Roberto levou vários tiros e o corpo também apresentava equimoses e escoriações não compatíveis com a versão de tiroteio e que “a forma das lesões localizadas na face direita da cabeça denota claramente execução, e ainda que as escoriações localizam-se em regiões do corpo humano que configuram tortura em pau-de-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Roberto foi algemado”. Cf. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 117.

Eu não me rendi. Saí correndo e atirando. Acertei o policial. Era ele ou eu. O tiro que ele me deu entrou e saiu da minha cabeça. Mas num tiroteio você não sente dor. É uma emoção tão impressionante que você não sente nada, a não ser o grande desejo de sobreviver. Eles eram dezenas. Eu saí com o 38 na mão e eles saíram me dando porrada, coronhada, tudo. De repente chegou um policial, me levantou no colo e disse: “A minha filha tem a sua idade. Por que você está fazendo isso?”⁴⁹⁹

Vera Sílvia sobreviveu ao tiro na cabeça, mas não escapou da tortura. Ficou presa no quartel da Polícia do Exército na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Pendurada no *pau-de-arara*⁵⁰⁰ e tomando choques elétricos, Vera gritava: “minha profissão é ser guerrilheira!”⁵⁰¹ Ficou presa até junho de 1970, quando foi trocada, juntamente com outros 39 presos políticos, pelo embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, capturado em uma ação conjunta da VPR, ALN e da *Resistência Democrática* (REDE).⁵⁰² No embarque para a Argélia, para onde foram levados os presos políticos trocados pelo embaixador e banidos do país, Vera apareceu muito debilitada, sentada em uma cadeira de rodas, 25 quilos mais magra, após a tortura e os maus-tratos a que foi submetida durante os três meses em que ficou presa.

No exílio, Vera Sílvia morou em vários países: Cuba (onde passou por treinamento guerrilheiro), Chile, Alemanha, Suécia e França, onde estudou na Sorbonne. Casou-se cinco vezes (inclusive com Fernando Gabeira, com quem militou na DI-GB) e, em 1978, teve seu único filho. Trabalhou na Secretaria de Planejamento e Controle do Estado do Rio de Janeiro, mas aposentou-se por invalidez. Em 2002, a Justiça reconheceu que ela ficou com seqüelas por causa dos maus-tratos impostos nos meses em que esteve presa e determinou que a União lhe pagasse uma indenização mensal.

A tortura marcou de forma trágica a vida de Vera Sílvia. Ela nunca se recuperou de suas seqüelas físicas e psíquicas: “Herdei da tortura um estado de dor. Eu vivo com dor. Não parei de ser torturada. Tenho pesadelos até hoje. Há noites em que não durmo. Sonho com meus algozes”.⁵⁰³ Vera Sílvia foi internada várias vezes e passou a vida lutando contra os

⁴⁹⁹ *Idem.* p. 180.

⁵⁰⁰ Um dos mais freqüentes instrumentos de tortura, o *pau-de-arara* consistia numa barra de ferro, que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado em duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30cm do solo. Esse método era “complementado” por eletrochoques, afogamentos e outras técnicas de tortura.

⁵⁰¹ *Idem.* p. 171.

⁵⁰² Surgida em São Paulo, em 1968, reunia militantes que participaram do Movimento Nacionalista Revolucionário (corrente política surgida em 1964, identificada com as formulações de Leonel Brizola). Em 1969 e 1970, realizou diversas ações de *expropriações* e teve papel destacado na captura do embaixador alemão no Rio de Janeiro, em junho de 1970. A REDE nunca assumiu perfil político próprio e, desde meados de 1970, integrou-se, na prática, como um grupo guerrilheiro da ALN.

⁵⁰³ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud O Globo*, “Obituário: Vera Sílvia, a bela rebelde da luta armada”. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2007. p. 21.

problemas de saúde. No início de dezembro de 2007, foi internada com uma hemorragia pulmonar e teve de ser operada. Na madrugada de 4 de dezembro, sofreu um infarto. Aos 59 anos, morria a *bela rebelde da luta armada*.

Ao fazer um balanço sobre sua trajetória política, Vera Sílvia relatou:

(...) Olhar para o nosso passado – nosso, das mulheres que foram até o fim nas experiências, questionamentos, lutas que estavam em pauta naqueles anos – significa ver cicatrizes e uma pesada bagagem: o sentimento de que sobrevivemos a nós mesmas, às nossas mais caras crenças, ao companheirismo e afeto da relação entre os militantes, aos amigos mortos ou destruídos de outras formas.

Olhar para o passado revela o que somos hoje: não desistimos da utopia. Mesmo que não tenhamos mais o mapa do caminho, resistimos à destruição da generosidade e da esperança. Mesmo sem nenhuma grande certeza monolítica, mas com pequenas certezas e muitas dúvidas, não renunciamos às raízes do gesto. Cabe, com exatidão, com a exatidão relativa dos nossos dias atuais, a estrofe de Drummond: “Mas as coisas findas, muito mais que lindas, estas ficarão”.⁵⁰⁴

Se Vera Sílvia citou Carlos Drummond de Andrade, encerro esta pequena biografia com um trecho de outro poeta, Alex Polari, ex-guerrilheiro da VPR. Seus versos podem ser dedicados à Vera Sílvia e a todas as mulheres que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, *ousaram lutar, ousaram vencer*:

“Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela nossa procura
ah! moça, como foi bela nossa procura
mesmo com tanta ilusão perdida,
quebrada,
mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje
a gente se corta”.⁵⁰⁵

Ao lado de Vera Sílvia Magalhães, poderíamos lembrar de Sonia de Moraes Angel, Maria Augusta Carneiro, Iara Iavelberg, Lúcia Murat... Mulheres da Dissidência Comunista

⁵⁰⁴ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. *op. cit.* p. 181.

⁵⁰⁵ POLARI, Alex. “Idílica estudantil”. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/ap01.html>>. Acesso em: 31/07/2009.

da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Muitos outros nomes poderiam ser citados, além das centenas de mulheres que militaram em outras organizações revolucionárias ao longo das décadas de 1960 e 1970. Gostaríamos de destacar o papel que estas mulheres guerrilheiras exerceram não só no combate à ditadura, mas também na contestação ao papel tradicionalmente destinado às mulheres na sociedade: mães, filhas, donas-de-casa, restritas ao espaço doméstico. Ainda que a participação feminina na esquerda armada brasileira não fosse “motivada pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira”⁵⁰⁶, estas guerrilheiras lançaram as bases para o movimento feminista, que eclodiria no Brasil na segunda metade da década de 1970.⁵⁰⁷ A estas mulheres, *feitas de ferro e de flor*, registramos nossa homenagem.

* * *

Após acompanhar a consolidação da Dissidência da Guanabara no movimento estudantil universitário nacional ao longo do emblemático ano de 1968, analisar sua organização interna, o perfil de seus militantes e a participação feminina na esquerda armada, está chegada a hora de elucidar a guinada radical empreendida pela DI-GB, já em finais de 1968 e, sobretudo, a partir de 1969. Os *dissidentes* cariocas – estudantes, combativos e alternativos – irão trilhar caminhos cada vez mais revolucionários. Por sua vez, a ditadura assumirá traços cada vez mais autoritários. Um embate, desigual e radical, estava prestes a começar.

⁵⁰⁶ BASTOS, Natália de Souza. *op. cit.* p. 45.

⁵⁰⁷ Para um breve panorama do movimento feminista no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980, cf. PINTO, Céli Regina Jardim. *op. cit.* p. 41-91.

PARTE II:
REVOLUCIONÁRIOS

*“Não aceites o que é de hábito, como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão
desorganizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer
natural, nada deve parecer impossível de mudar”.*

Bertold Brecht

“Atenção, tudo é perigoso

Atenção, menina

Tudo é divino maravilhoso

É preciso estar atento e forte

Não temos tempo de temer a morte”.

Caetano Veloso e Gilberto Gil

Capítulo 3: “Nós, Que Amávamos Tanto A Revolução”⁵⁰⁸

“Cinzenta é toda teoria, e vermelho apenas o sangue esplêndido da vida”.
Johann Wolfgang von Goethe⁵⁰⁹

Jovens, estudantes e rebeldes. O amálgama entre estas três categorias deu a tônica do ano de 1968 no Brasil (e no mundo). O movimento estudantil atingiu seu ápice, inserido em uma conjuntura de intensas e acirradas manifestações populares. Passeatas, ocupações, protestos, comícios, lutas de rua em todo o país. Uma explosão de inconformismo e ousadia, apoiada por uma imensa corrente de simpatia e solidariedade nas cidades, e divulgada por setores da mídia descontente com o governo. Contudo, 1968 foi, a rigor, um ano curto. O movimento estudantil, como acompanhamos, apresentava sinais de esgotamento desde o primeiro semestre. No segundo semestre, o movimento organizou algumas manifestações, mas, como analisou Daniel Aarão Reis, já dominado

pela espiral de repressão-protesto-mais repressão-ainda protestos. Sobressaltos, como as unhas nos dedos dos mortos: insistem em crescer, mas o corpo a que pertencem já não se pertence mais. A curva descendente de um movimento colhido pelo impasse. A curva ascendente de uma repressão que já não provoca indignação e ira, mas intimidação e medo.⁵¹⁰

O declínio do movimento estudantil pode, em parte, ser explicado pela sua crescente radicalização e conseqüente isolamento em relação ao restante da sociedade. Se no início do ano a população solidarizava-se com os estudantes e comparecia às suas manifestações, com o passar do ano e o aumento da repressão, essa situação altera-se sensivelmente: os estudantes foram ficando cada vez mais isolados, passos à frente da sociedade. E, como destacou Michael Löwy, “abandonados a si mesmos, os intelectuais e estudantes estão, em última análise, condenados à esterilidade, ao impasse e à derrota – e ao desencorajamento e desmoralização que seguem”.⁵¹¹

A quase totalidade dos líderes universitários já militava em organizações de esquerda comprometidas com a idéia de preparar a luta armada. Estas organizações revolucionárias,

⁵⁰⁸ Tomamos aqui emprestado o título do livro: COHN-BENDIT, Daniel. (org.) *Nós, que amávamos tanto a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵⁰⁹ GOETHE, Johann Wolfgang von *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit* 1993. p. 252.

⁵¹⁰ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit*. 1999. p. 71.

⁵¹¹ LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 270-271.

comprometidas com perspectivas mais radicais, embora apoiassem os estudantes, acreditavam nos limites de sua luta, dado o caráter “pequeno-burguês” do movimento estudantil, como se dizia na época. Assim sendo, a partir do segundo semestre de 1968, quando o movimento estudantil entrou em refluxo e a ditadura reprimiu sem clemência os que insistiram em organizar o movimento, as lideranças estudantis e os que compunham a chamada “massa avançada” passaram à militância política além das fronteiras escolares, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil.

1968 ainda não tinha terminado e caberia ao governo a *gran finale* do ano. Em dezembro, tomando como pretexto a recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo do deputado Márcio Moreira Alves, acusado de um discurso ofensivo à “honra” das Forças Armadas, o general-presidente Costa e Silva decretou o *Ato Institucional n.º 5*: o AI-5.

Era uma sexta-feira 13, mas nem mesmo os mais supersticiosos poderiam imaginar o que estava por vir. Com o AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram fechados e governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de opositores, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”.

Inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime dava fim à agitação política e cultural do período, não aceitaria qualquer oposição. ‘Anos de chumbo’ viriam a suceder o ‘ano rebelde’ de 1968.⁵¹²

A repressão não possuía um caráter seletivo e atingia indistintamente lideranças populares e integrantes da classe média:

O contato com a polícia, a possibilidade de prisão, os maus-tratos e a tortura, socialmente mais próximos das classes populares, passam a rondar o cotidiano e o imaginário dos filhos radicalizados das elites, estudantes, intelectuais e produtores de cultura.⁵¹³

No dia seguinte à decretação do AI-5, o *Jornal do Brasil* destacava, em sua primeira

⁵¹² RIDENTI, Marcelo. “Breve recapitulação de 1968 no Brasil”. In GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.* p. 55-60. p. 59.

⁵¹³ CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995. p. 57.

página, uma previsão do tempo que, nas entrelinhas, expressava o “clima” de opressão que tomaria conta do país: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes”.⁵¹⁴

O AI-5 representou um duro golpe para o pouco de liberdade que restava e o sensível endurecimento do regime. Os “inimigos potenciais” do Estado deveriam ser definitivamente silenciados: pela disseminação do medo, pelo banimento, pela destruição física das pessoas, até seu limite máximo de expressão através do procedimento do *desaparecimento*, quando se “mata a própria morte”.⁵¹⁵

Ao analisar o posicionamento do movimento estudantil em relação ao Ato Institucional nº 5, Jean Marc von der Weid – ex-militante da Ação Popular e presidente da UNE de abril a setembro de 1969 – informa que

(...) quase todas as tendências do Movimento Estudantil consideravam a ofensiva de direita expressa no AI-5 como um sinal de fraqueza do regime. Muitas das lideranças estudantis e inúmeros militantes viram chegada a hora de enfrentamento radical e aderiram aos grupos de guerrilha urbana, outros se propunham a “mobilizar as massas” para “responder golpe por golpe” à ditadura militar.⁵¹⁶

Contudo, Daniel Aarão Reis ressalta que é preciso combater a idéia de que o “fechamento” do regime foi uma reação do governo, que estaria acuado frente à força dos movimentos populares, que, como vimos, estavam enfraquecidos. Ao contrário do que defendiam os líderes estudantis, o governo não estava ameaçado nem acuado. O AI-5 foi uma ofensiva – e não uma resposta desesperada – para levar a cabo o modelo de desenvolvimento econômico e social, calcado no autoritarismo, proposto pela ditadura.⁵¹⁷

Nesse contexto, a tese da luta armada encontraria terreno fértil e seguidores ardorosos. As organizações de esquerda, que já vinham desenvolvendo algumas ações armadas, acreditaram estar no caminho certo e decidiram intensificar suas atividades revolucionárias. Outros grupos também se convenceram de que o recurso às armas era o melhor caminho a ser seguido. Com exceção do PCB, que continuava apostando na via pacífica, e de grupos favoráveis à luta armada, mas críticos da guerrilha urbana (como o PCdoB), dezenas de organizações lançaram-se às ações armadas nas cidades – uma “imersão geral na luta

⁵¹⁴ *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968, p. 1.

⁵¹⁵ Cf. REYNOSO, Gillou. “Matar a morte”. In RODRIGUEZ, Sérgio Aldo & BERLINCK, Manoel (orgs.). *Psicanálise de sintomas sociais*. São Paulo: Escuta, 1988.

⁵¹⁶ WEID, Jean Marc von der *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 83.

⁵¹⁷ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 31-32.

armada”, para usar a expressão cunhada por Jacob Gorender.⁵¹⁸ Chegara a hora das organizações revolucionárias assumirem, por um breve período, o centro do palco.

* * *

A opção pelas armas por parte das esquerdas brasileiras não foi uma inovação da década de 1960. A proposta de luta revolucionária armada remonta à influência anarquista no início do século XX e ao impacto da revolução soviética de 1917. O levante de 1935, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (fundado em 1922), no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte foi a experiência armada mais significativa das esquerdas antes dos anos 60.

Ademais, já na década de 1960, as propostas de luta armada surgiram antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. Nesse momento, além da Revolução Russa, as esquerdas eram influenciadas pelas experiências vitoriosas da Revolução Chinesa (1949) e, sobretudo, da Revolução Cubana (1959), além das lutas de libertação nacional no então chamado “Terceiro Mundo”.

Na década de 1960, o primeiro esboço de guerrilha foi abortado antes de ser efetivamente deflagrado, ainda no governo democrático de João Goulart, que era apoiado, não sem críticas, pelas principais forças das esquerdas. O *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT), fundado em 1962, ligado às Ligas Camponesas e contando com o respaldo de Cuba, enviou militantes para treinamento guerrilheiro em algumas fazendas espalhadas pelo país. O campo de treinamento de Dianópolis, no Estado de Goiás, foi descoberto pela polícia em novembro daquele ano e, assim, exterminava-se, antes de começar, a primeira tentativa de luta armada no início dos anos 60.

Neste sentido, ressaltamos que *embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964*. Além do MRT, a POLOP, por exemplo, embora tenha ficado no campo da retórica, já defendia a via armada no início dos anos 60, assim como os setores nacionalistas militares e civis. Segundo Marcelo Ridenti, isso nos permite conjecturar que “provavelmente haveria alguma luta guerrilheira no Brasil mesmo se o golpe tivesse sido derrotado. Mas a experiência teria sido outra, e há poucos

⁵¹⁸ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 167.

indícios de que viesse a ser significativa (...)”.⁵¹⁹ Contudo, seria no pós-64, já sob o regime ditatorial e uma intensa crise de representação dos partidos tradicionais de esquerda, que as ações armadas se proliferariam entre os grupos de esquerda. Ainda de acordo com Ridenti,

(...) se constituiu em 1964 um regime militar e civil que inviabilizou o projeto até então hegemônico de tomada institucional do poder pelas esquerdas, que foram duramente reprimidas após o golpe. A ditadura duraria mais de vinte anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na vigência do regime militar em sua primeira década, de modo que elas seriam impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la.⁵²⁰

No pós-1964, o recurso às armas foi a opção defendida e adotada por boa parte da esquerda brasileira (e mundial).⁵²¹ Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*, mais de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. A trajetória destas organizações foi marcada por múltiplas cisões, que fragmentaram a esquerda armada, diluindo o número de militantes em dezenas de pequenos grupos. Logicamente, foge aos limites deste trabalho remontar a história da luta armada no Brasil. Mas consideramos importante esboçar um breve painel das organizações da esquerda armada brasileira e sua atuação política ao longo dos anos 60 e 70, a fim de compreendermos o contexto em que se deu a guinada radical empreendida pela DI-GB, que, como veremos adiante, também recorreu às armas.⁵²²

Após o golpe de 1964, que desestabilizou as esquerdas brasileiras, a primeira articulação para a implementação da luta armada no país girou em torno do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, então exilado no Uruguai. Brizola fundou o *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR), composto por militantes nacionalistas, em especial militares subalternos que foram expulsos das Forças Armadas após o golpe. O MNR, contando com o apoio de Cuba, decidiu implantar a guerrilha a partir de vários pontos do interior – mas o único “foco guerrilheiro” efetivamente instalado foi na serra do Caparaó, localizada entre os

⁵¹⁹ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. p. 21-51. p. 26. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

⁵²⁰ *Idem*. p. 27.

⁵²¹ Para um panorama sobre as experiências de luta armada na Europa e América Latina, cf. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos Fico; FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 247-273.

⁵²² As informações apresentadas a seguir foram baseadas em: RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2007a e RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas armadas urbanas (1964-1974)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007b. p. 105-151.

Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para onde foi enviado um reduzido grupo de militantes desde o final de 1966, dispostos a iniciar o treinamento guerrilheiro.⁵²³ Contudo, os militantes foram descobertos e presos, sem esboçar resistência, pelas forças de segurança em abril de 1967.⁵²⁴ Após o fracasso de Capará, Brizola desistiu da luta armada e os remanescentes do MNR, especialmente os ex-militares de baixa patente, ingressaram nas demais organizações revolucionárias ou formaram organizações próprias, como o *Movimento de Ação Revolucionária* (MAR), criado em 1967 e a *Resistência Democrática* (REDE), fundada em 1968.

Concomitantemente ao projeto armado de Brizola, militantes da *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* tentaram organizar um movimento armado no Rio de Janeiro, mas logo foram descobertos e reprimidos pela polícia, que localizou os *aparelhos* (casas para esconderijo e alojamento) dos militantes no bairro de Copacabana – daí o episódio ter ficado conhecido como “foco de Copacabana”, nome, obviamente, inapropriado para designar a tentativa de ação armada. Em 1967, a POLOP, como era mais conhecida, sofreu algumas cisões, *rachas*, como se dizia na época, que deram origem a outros grupos guerrilheiros: a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), surgida em São Paulo, em começos de 1968, reunia ex-militares de baixa patente, intelectuais e jovens líderes operários de Osasco (além do célebre capitão Carlos Lamarca, que abandonara o Exército) e teve participação nas lutas estudantis, na greve operária de Osasco e desencadearia ações armadas de grande repercussão; os *Comandos de Libertação Nacional* (COLINA), criados também em 1968, reunindo militantes de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que mantiveram atuação no movimento estudantil de Belo Horizonte e na greve operária de Contagem. Em 1969, ingressaram na organização militantes oriundos de uma fração da Dissidência (do PCB) do Rio Grande do Sul, da Dissidência da Dissidência da Guanabara (DDD) e da Ação Popular. E, por fim, em abril de 1968, a fusão da POLOP com parte da Dissidência do Rio Grande do Sul deu origem ao *Partido Operário Comunista* (POC), que procurou concentrar-se na aproximação e agitação da classe operária, mas também realizou algumas ações armadas,

⁵²³ Existiram tentativas de articulação das lutas no Brasil com o projeto revolucionário de “Che” Guevara, que, concomitantemente à chegada dos militantes do MNR à serra do Capará, chegava à Bolívia pra lá iniciar um novo processo de luta armada. Há indícios de que Guevara chegou a se encontrar no Uruguai com Brizola para articular a guerrilha na América do Sul. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 61-62.

⁵²⁴ Sobre Capará, cf: BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Capará e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Capará (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992 e REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Capará*. São Paulo: Alga-Ômega, 1980. A saga da chamada “guerrilha do Capará” também foi tema do documentário *Capará*, dirigido por Flávio Frederico e lançado em 2007.

atuando em frente com outras organizações, como o *M3G* – sigla do grupo *Marx, Mao, Mariguella e Guevara*, pequeno grupo atuante em Porto Alegre, de 1969 a 1970. O POC também sofreria cisões: em 1970, parte de sua direção, descontente com os rumos do partido, rompeu com ele e fundou a *Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária* (OCML-PO), que reivindicava o legado teórico da ORM-POLOP.⁵²⁵ Após forte repressão, os remanescentes do POC deslocaram-se para o exterior, onde continuaram atuando sob a sigla *POC-Combate* e aproximaram-se da Quarta Internacional, ligada ao nome de Ernest Mendel.

Das cisões da POLOP que, como vimos, deram origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), surgiria outra importante organização da esquerda armada brasileira: a *Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares* (VAR-Palmares), criada em 1969, a partir da fusão da VPR, COLINA e de grupos de militantes oriundos de outras organizações. A VAR-Palmares teve núcleos em vários Estados, reunindo centenas de militantes, sendo considerada, depois da ALN, a organização armada mais numerosa. A organização realizou diversas ações armadas – algumas espetaculares como a *expropriação* de milhões de dólares, depositados no cofre da sócia e suposta amante do ex-governador paulista, Ademar de Barros – e enfrentou cisões já em seu primeiro congresso, realizado em setembro de 1969, até ser dizimada pela repressão entre 1971 e 1972. Um grupo que pretendia concentrar esforços nos preparativos para a guerrilha rural rompeu com a VAR e recriou a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), que não era a mesma organização de antes, pois um grupo originário da VPR optou por permanecer na VAR-Palmares. Além disso, também surgiu a pequena *Dissidência da VAR-Palmares* (DVP), que chegou a realizar panfletagem armada, até extinguir-se no início dos anos 70. Por sua vez, a nova VPR instalou um campo de treinamento guerrilheiro no Vale do Ribeira, região rural do Estado de São Paulo, que foi descoberto e cercado pelo Exército em 1970, tendo quase todos os guerrilheiros conseguido escapar, incluindo o capitão Lamarca. A organização também realizou, juntamente a outros grupos, ações de impacto internacional, como a captura de diplomatas estrangeiros trocados por presos políticos. A feroz repressão e a traição do “cabo” Anselmo, infiltrado na organização, destruíram a VPR em 1973.⁵²⁶

A *Ação Popular* também se preparou para a luta armada. No imediato pós-golpe, aproximou-se de Cuba e chegou a vincular-se com o projeto armado de Brizola no exílio

⁵²⁵ Em 1970, a OCML-PO sofreria um “racha”, que culminaria na formação da *Fração Bolchevique*, que atuou, sobretudo, junto ao movimento operário e, posteriormente, entre 1975 e 1976, daria origem ao *Movimento de Emancipação do Proletariado* (MEP).

uruguaio, através de um dos principais dirigentes da organização, Herbert José de Souza, o Betinho. A AP também executou algumas ações armadas, sendo a mais expressiva a explosão de uma bomba no aeroporto de Recife (em atentado contra Costa e Silva, então Ministro da Guerra e indicado para assumir a Presidência), efetuada por um comando autônomo de militantes, sem conhecimento prévio da direção. A desastrada ação – houve mortos e feridos que não tinham relação com o objetivo do atentado – acirrou as divergências internas da Ação Popular referentes à aproximação com Cuba, que era questionada pelos defensores da estratégia da “guerra popular prolongada”, influenciados pela Revolução Chinesa, sobretudo após a passagem de alguns militantes pela China após o golpe de 1964. As divergências foram cristalizadas em setembro de 1968, quando a organização de origem cristã assumiu formalmente o marxismo-leninismo e também o maoísmo. Um grupo considerado “foquista” foi expulso da AP e constituiu o *Partido Revolucionário dos Trabalhadores* (PRT), que desencadeou ações armadas, mas foi dizimado em finais de 1971. Ainda neste ano, os vínculos da AP com o PCdoB estreitaram-se e a organização adotou o nome de *Ação Popular Marxista-Leninista* (APML). Entre 1972-1973, a APML fundiu-se ao PCdoB, num processo marcado por divergências e novas cisões: um grupo contrário à fusão organizou-se em torno da dissidência intitulada *AP Socialista*, que, contudo, sofreu duros golpes de repressão entre 1973 e 1974.

Uma das principais matrizes da esquerda armada do pós-1964 foi o Partido Comunista Brasileiro, que era a principal organização marxista até o golpe. Como acompanhamos, após a derrota sem resistência o partido seria desmoralizado e enfrentaria duras e constantes cisões internas. Os setores que se opunham ao Comitê Central do PCB, reunidos em torno de Carlos Mariguella, foram expulsos em dezembro de 1967. No ano seguinte, surgiu o “Agrupamento Comunista de São Paulo”, que conquistou adeptos em várias partes do país. No final de 1968, o “Agrupamento” assumiu a denominação de *Ação Libertadora Nacional* (ALN), uma espécie de federação de grupos armados com amplo grau de autonomia, ainda que fossem coordenados nacionalmente por Mariguella. A ALN foi a mais expressiva dissidência do PCB e o grupo de guerrilha urbana com o maior número de militantes e ações armadas, marcadas pela ousadia. A ALN também enfrentou dissidências: o *Movimento de Libertação Popular* (MOLIPO), fundado em 1971, por um grupo de guerrilheiros oriundos da Dissidência de São Paulo que, após treinamento em Cuba, decidiu regressar ao Brasil, sem consentimento da

⁵²⁶ Para breve biografia do “cabo” Anselmo e sua participação, enquanto agente da repressão infiltrado na esquerda armada, na prisão, tortura e morte de muitos guerrilheiros, ver nota 29, do Capítulo 1 dessa dissertação.

direção da ALN, para desencadear a guerrilha rural, tendo sido, quase todo, dizimado pela repressão; e a *Tendência Leninista*, formada no exílio e praticamente sem influência em território brasileiro.

Do “Partidão” também surgiram outras organizações guerrilheiras, como o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), que participou das lutas estudantis de 1968 e desenvolveu trabalho político em áreas rurais e nas fábricas. O partido assistiu à luta interna entre os que defendiam o desencadeamento imediato da luta armada e aqueles que julgavam ser necessário mais preparo político antes de deflagrá-la. À beira da cisão, o PCBR foi duramente atingido pela repressão no início de 1970, após o fracasso de uma ação de *expropriação* de um banco, realizada em dezembro de 1969. Após muitas mortes e prisões, o Comitê Central foi reconstituído e a nova direção levou o partido a participar das ações de guerrilha urbana. Após sucessivas levadas de prisões, o poder de atuação do PCBR foi drasticamente reduzido e sua direção obrigada a se recompor no exterior. Além da ALN e do PCBR, também se originaram do PCB *dissidências estudantis* em vários Estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, cujas trajetórias acompanhamos no capítulo anterior.⁵²⁷ A dissidência estudantil do PCB mais expressiva – e objeto central dessa dissertação – surgiu na Guanabara e, como veremos mais adiante, exerceu papel de destaque no seio da esquerda armada brasileira.

O *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB) – fundado em 1962, fruto de mais uma cisão do PCB – também teve dissidências armadas, ambas surgidas em 1966. De um lado, o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), pequena organização basicamente enraizada no Nordeste, que criticava a “omissão” do PCdoB frente às ações armadas urbanas. A organização reunia jovens universitários e alguns ex-militantes das Ligas Camponesas, que executaram algumas ações armadas em Estados nordestinos, e foi praticamente dizimada em 1973. De outro, a *Ala Vermelha* articulou-se em torno de militantes recém-chegados de treinamentos na China, atraindo muitos estudantes do PCdoB da Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Bahia, além de contatos operários. A Ala participou de diversas ações armadas urbanas a partir do final de 1968, contudo após sucessivas prisões de militantes, em 1970 e 1971, os remanescentes da organização decidiram abandonar a prática armada e voltar-se exclusivamente para o trabalho junto ao movimento operário. A organização sofreu duas cisões, que deram origem ao *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT) – não confundir com a organização de mesmo nome fundada em 1962, ligada às Ligas

⁵²⁷ Sobre a trajetória das dissidências do PCB em diversos Estados, ver Capitulo 2 dessa dissertação, p. 153-155.

Camponesas –, criado em outubro de 1969, por militantes que recusavam a autocrítica da luta armada. O MRT, embora pequeno, revelou-se uma ativa organização armada, totalmente militarizada, que realizou inúmeras ações armadas em São Paulo, em frente com outras organizações, até ser ferozmente destruída em meados de 1971. A outra cisão da Ala Vermelha gerou o *Movimento Revolucionário Marxista* (MRM), pequeno grupo formado em meados de 1970, que participou de algumas ações armadas em São Paulo, antes de criticar seu próprio militarismo e adotar uma perspectiva de “proletarização”, inserindo seus militantes junto aos operários. No final de 1970, a organização alterou seu nome para *Organização Partidária – Classe Operária Revolucionária* (OP-COR), tendo sido dizimada pela repressão no início do ano seguinte.

Todas as organizações revolucionárias acima mencionadas, embora almejassem, em sua maioria, iniciar a guerrilha rural, ficaram notabilizadas por suas ações armadas *nas cidades*. Para arrecadar fundos e armamentos para desencadear a tão sonhada guerrilha rural, as organizações realizaram inúmeras *expropriações* de armas e bancos. Essas ações urbanas também funcionaram como treinamento para os guerrilheiros e propaganda armada da revolução e, implicitamente, sustentaram os *aparelhos* e a infra-estrutura clandestina das diversas organizações. Posteriormente, sobretudo após as intensas levadas de prisões de militantes, as organizações adotaram uma nova tática revolucionária: a captura de embaixadores e diplomatas, trocados por centenas de presos políticos.⁵²⁸

A guerrilha urbana – qualificada pelo governo e pela grande imprensa como “terrorismo” – surpreendeu, inicialmente, o aparelho repressivo do Estado, que, no entanto, não tardou em aperfeiçoar-se e profissionalizar-se no combate à “subversão”, sobretudo após a edição do AI-5. Nesse sentido, os altos comandos militares iniciaram a construção de uma estrutura policial-burocrática, calcada na espionagem, coleta de informações e operações policiais e voltada, sobretudo, para a captura e interrogatório dos opositores políticos do regime, incluindo, entre seus métodos, o uso sistemático da tortura.

Além dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), existentes nos Estados, foram criados novos e ferozes mecanismos de repressão, como nos relata Marcelo Ridenti:

⁵²⁸ A primeira ação desse tipo foi realizada em setembro de 1969, pela DI-GB/MR-8 e ALN, que capturaram o embaixador estadunidense, trocado por 15 presos políticos. Em março de 1970, a VPR capturou o cônsul japonês, trocado por 5 presos políticos. No mesmo ano, a mesma organização capturou o embaixador alemão (em ação conjunta com a ALN), trocado por 40 presos políticos, em junho, e o embaixador suíço, em dezembro, trocado por 70 presos políticos, sendo que a troca só foi efetuada em janeiro de 1971. O governo mostrou-se cada vez menos inclinado a aceitar a exigência dos revolucionários em troca dos diplomatas capturados e essa forma de luta acabou sendo abandonada pelos guerrilheiros.

Em junho de 1969, surgiu extra-oficialmente a Operação Bandeirantes (Oban), organismo especializado no “combate à subversão” por todos os meios, sobretudo a tortura sistemática. A Oban era parcialmente financiada por setores nacionais e internacionais do empresariado de São Paulo. Em setembro de 1970, a Oban integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna). A Marinha tinha seu órgão de “inteligência” e repressão política, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), correspondente ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), e ao Centro de Informações do Exército (CIE).⁵²⁹

Este aparelho repressivo dizimaria impiedosamente a esquerda armada brasileira. A tortura, o assassinato e o “desaparecimento” de pessoas foram sistematicamente usados pelos governos militares, ainda que nunca oficialmente assumidos por eles. Nesse contexto, a expectativa de vida do guerrilheiro urbano era curta: “(...) tinha vida ativa mediana em torno de um ano, antes do término pela prisão com sobrevivência ou pela morte. Uma minoria conseguia prolongar a vida ativa até dois anos”.⁵³⁰ Apesar de ações armadas bem sucedidas, todos os grupos de guerrilha urbana já em 1973 estavam praticamente dizimados, restando ações esporádicas e desesperadas.

Se as ações armadas nas cidades tiveram vida curta, no campo a guerrilha também não logrou êxito a longo prazo. Como vimos, para o conjunto da esquerda armada o objetivo principal era desencadear a guerrilha rural, embora nenhuma delas tenha conseguido efetivamente iniciá-la. Como ressaltou Gorender:

Algumas dezenas de pequenas bases foram esboçadas em regiões agrícolas, com famílias camponesas e, eventualmente, combatentes treinados. A compra de sítios e fazendas pelas organizações clandestinas incentivou as transações de terras naqueles anos. Com pequeníssima fração, está claro. Quando não sofreram o desmantelamento por intervenção do inimigo, essas bases da projetada guerrilha rural se desativaram por si mesmas.⁵³¹

Somente uma organização conseguiu efetuar operações de guerrilha rural: o *Partido Comunista do Brasil*. O PCdoB tinha optado por não se envolver nas ações armadas urbanas, nas quais diversas organizações revolucionárias estavam imersas, permitindo que “a organização se preservasse relativamente das investidas policiais, o que lhe deu melhores condições de realizar o sonho de tantos outros grupos: deflagrar a guerrilha rural”.⁵³² O local

⁵²⁹ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2007a. p. 39. Para maiores informações sobre a estrutura repressiva dos governos militares, cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁵³⁰ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 228.

⁵³¹ *Idem.* p. 233.

⁵³² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 227.

escolhido para o foco dos trabalhos guerrilheiros foi a região do *Araguaia*, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins. A área era caracterizada pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. Para a região – que incluía milhões de quilômetros das matas amazônicas – foram deslocados, desde 1966, membros do partido, em especial ex-militantes estudantis muito visados pela polícia nas cidades.

No interior do Araguaia, os guerrilheiros acordavam cedo, labutavam na terra de sol a sol, plantavam e colhiam o próprio alimento, faziam treinamento militar na mata e ainda reservavam tempo para o aprofundamento dos estudos marxistas. Eles deveriam assentar-se como moradores comuns, integrando-se à população local. Inicialmente, não desenvolveram atividades políticas, mas assistiam aos moradores da região, com projetos de alfabetização, assistência médica e sanitária. Com o tempo, os guerrilheiros foram conquistando a confiança e simpatia dos camponeses locais.

Enquanto os trabalhos de “conscientização política” dos camponeses ainda eram rudimentares, a presença do PCdoB, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos e, “antes do tempo previsto, os guerrilheiros se viram obrigados a entrar na floresta e se preparar para os combates”.⁵³³ No dia 12 de abril de 1972, o Exército enviou tropas ao Araguaia. Chegara a hora dos combates. Embora os guerrilheiros fossem numericamente inferiores e com poder de fogo em menor escala, o Exército levou mais de dois anos e três campanhas militares (deflagradas, respectivamente, entre abril e junho de 1972; setembro e outubro de 1972; e outubro de 1973) para liquidar a guerrilha.⁵³⁴

Os camponeses locais foram brutalmente torturados pelo exército, acusados de serem cúmplices dos guerrilheiros. Nesse sentido, é importante salientar que se é certo que os camponeses do Araguaia forneceram alimentos, calçados, roupas e guiaram os guerrilheiros – seus vizinhos bondosos e solidários – pelas matas, tendo, inclusive, sido alvo da brutal repressão militar, também é certo que, em grande parte, este apoio representava, como destaca Ridenti, um “gesto de simpatia, de solidariedade humana, de quem estava ‘torcendo’ pelos guerrilheiros, não de quem se identificava politicamente com sua luta, ainda que haja notícia da adesão de um ou outro lavrador às fileiras da guerrilha”.⁵³⁵

Os guerrilheiros, por sua vez, foram caçados, com requintes de crueldade. Mesmo

⁵³³ RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 37.

⁵³⁴ Enquanto as ações dos grupos armados urbanos recebiam ampla cobertura da imprensa, a guerrilha do Araguaia passou praticamente despercebida pela população. Apenas uma notícia sobre o confronto rural foi publicada no dia 24 de setembro de 1972, no jornal *O Estado de São Paulo*, que conseguiu burlar a censura imposta pelo governo.

depois de presos, foram assassinados e seus corpos esquartejados, exibidos em lugares públicos e enterrados em locais até hoje desconhecidos. Em meados de 1974, todos os guerrilheiros haviam “desaparecido”. Os militares, que também ocultaram documentos oficiais e de esquerda sobre a guerrilha, ainda mantêm o silêncio sobre os acontecimentos do Araguaia.

É importante destacar que a guerrilha desencadeada no Araguaia aproximava-se dos planos de implantação da guerrilha rural de diversas organizações, como a DI-GB, a DI-RJ, a VPR, a ALN, entre outras.⁵³⁶ Nesse sentido, quando se teve notícia dos trabalhos que se desenrolavam no Araguaia, as esquerdas animaram-se, como relatou Daniel Aarão Reis:

(...) tudo que eles [PCdoB] fizeram lá era exatamente o que pretendíamos fazer. O que o Lamarca estava fazendo na Bahia era exatamente o que se fazia no Araguaia: um quadro chega, instala-se, aproxima-se dos camponeses da área, faz amizade, presta assistência médica, por exemplo; vai-se estabelecendo e desenvolvendo um trabalho. E quando as condições ficassem maduras, começariam as ações armadas.⁵³⁷

No entanto, apesar da empolgação das esquerdas com a guerrilha do Araguaia, não se confirmou a idéia então vigente de que a organização que deflagrasse a guerrilha rural atrairia para seu lado as demais organizações revolucionárias:

(...) curiosas essas rivalidades entre as organizações, porque quando saiu o foco do Araguaia, todos os militaristas deveriam agrupar-se em torno dele. O PCdoB inclusive assumiu uma atitude ampla, chamando as pessoas e tal, mas 90% daqueles que ainda se mantinham militaristas lá em Santiago do Chile [no exílio] não aderiram, muitos alegando que se tratava de mero exercício de propaganda do PCdoB (...) Eu, pessoalmente, só não me aproximei do PCdoB por um problema psicológico, orgânico, sentimental, um troço visceral qualquer que me indispunha com aquele partido, mas tinha a maior simpatia pela guerrilha do Araguaia.⁵³⁸

De qualquer maneira, a experiência da guerrilha rural não teve muito tempo pra se

⁵³⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.*. 1993. p. 235.

⁵³⁶ Vale destacar que embora o PCdoB fosse inspirado na perspectiva maoísta de “guerra popular prolongada”, a guerrilha do Araguaia, deflagrada pelo partido, foi uma experiência muito próxima ao chamado “foco guerrilheiro”, inspirado nos moldes cubanos, embora, como se sabe, a Revolução Cubana longe de representar a ação exclusiva de uma vanguarda de guerrilheiros, foi vitoriosa pois contou com amplo apoio social e trabalho político. Para maiores informações sobre a guerrilha do Araguaia, ver, entre muitos outros, CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG, 1997; FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979 e POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil debates, 1980. No cinema, a saga da guerrilha rural brasileira foi tema do filme: *Araguaya – Conspiração do Silêncio*, dirigido por Ronaldo Duque (2004).

⁵³⁷ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.*. 1993. p. 233.

estruturar e incorporar organicamente os simpatizantes das demais organizações, que, por sua vez, já estavam aquela altura praticamente dizimadas no país, com seus sobreviventes espalhados no exílio. A derrota da guerrilha do Araguaia, além de feitos devastadores para o PCdoB⁵³⁹, também representou o fim do ciclo da luta armada desencadeada por organizações revolucionárias ao longo das décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

O recurso às armas, opção adotada pela ampla maioria das organizações de esquerda no Brasil, foi uma das principais características do cenário político nacional do final da década de 1960. Naquele contexto, como relatou o ex-dirigente da DI-GB, Daniel Aarão Reis, “a organização que não fizesse, ou não se preparasse para fazer ações armadas, perdia, na certa, seus militantes mais decididos, impetuosos e radicais”.⁵⁴⁰ Assim sendo, a defesa da luta armada pode ser considerada um dos principais elementos constitutivos do que se convencionou chamar de *geração 68*, para a qual as propostas reformistas e a experiência do pré-64 deveriam ser enterradas. Nesse sentido, utilizaremos as análises de Jean-François Sirinelli referentes ao conceito de *geração*.

Sirinelli parte da definição de Jean Luchaire, para o qual “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos”.⁵⁴¹ Desta vivência comum, são gestados o que Sirinelli chama de “efeitos da idade”, capazes de produzir os “fenômenos de geração”.⁵⁴² Para o autor, um “estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador –, às vezes esse processo só se verifica em um setor bem determinado”.⁵⁴³

O “evento fundador”, por sua forte amplitude, atinge toda uma sociedade, sendo, ao mesmo tempo, responsável pelo surgimento de uma classe de idade nova. Segundo Sirinelli,

as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o

⁵³⁸ *Idem.*

⁵³⁹ Além da morte dos guerrilheiros no Araguaia, a estrutura do PCdoB nas cidades foi duramente atingida pela polícia, com várias prisões e mortes, incluindo diversos membros do Comitê Central do Partido. O PCdoB só viria a recuperar-se mais tarde, quando da fusão com a Ação Popular, que forneceu quase a metade dos componentes do novo Comitê Central do partido.

⁵⁴⁰ Entrevista com Daniel Aarão Reis: “Acreditávamos na ‘utopia do impasse’”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008.

⁵⁴¹ LUCHAIRE, Jean *apud* SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 255.

⁵⁴² SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002. p. 131-137.

⁵⁴³ *Idem.* p. 133.

adquirido, que a marcam por toda a vida.⁵⁴⁴

Tendo tal conceito por base, podemos estabelecer uma diferenciação entre duas gerações distintas, embora não dicotômicas e monolíticas⁵⁴⁵ – 1964 e 1968. Quais seriam então os eventos que, por sua forte amplitude, permitiriam o surgimento dessas gerações? Nas palavras de Denise Rollemberg,

os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo estudantis, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional nº 5. (...) Para a geração 1964, a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964. A luta deveria ser travada em outro patamar, a partir de um marco zero, que julgava inaugurar. O ano de 68 anunciava esta esperança.⁵⁴⁶

Desta forma, a *geração 1964* estava associada ao projeto de reformas de base, ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, sobretudo, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, mesmo permanecendo na ilegalidade, viveu seu período de apogeu na década de 1960, influenciando diferentes grupos em torno de suas propostas nacional-reformistas. Os integrantes desta geração – muitos já ativos no cenário político antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo – sofreram fortemente o impacto do golpe de 64 como uma derrota, passando logo depois a serem perseguidos pelo novo regime.

Por outro lado, a *geração 1968* se configura como uma geração muito mais jovem, cujos militantes se posicionavam contra as posturas defendidas pelo PCB. Criticavam o “reformismo” das organizações-matrizes e questionavam a eficiência destes grupos e seu imobilismo diante do golpe, graças à falta de decisão e capacidade de suas lideranças. Esta geração – em sua maioria oriunda do movimento estudantil – buscou firmar-se como alternativa aos partidos comunistas tradicionais e suas teorias que não davam mais conta das rápidas mudanças sociais que aconteceram. Para ela, novas formas de oposição eram necessárias, em especial a *luta armada*. “Como duas paralelas que não se tocam”,⁵⁴⁷ a

⁵⁴⁴ SIRINELLI, Jean-François *apud* ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 46.

⁵⁴⁵ Como afirma Jean-François Sirinelli, “uma geração não é um lugar de monocultura política: em seu seio coexistem temperamentos e sensibilidades políticas diversas”. SIRINELLI, Jean-François *apud* ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999. p. 46.

⁵⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999. p. 47-48.

⁵⁴⁷ *Idem.* p. 49.

geração de 1968 desprezava a de 1964, tida como um retrocesso, ao mesmo tempo em que a geração de 1964 considerava a de 1968 sem rumo e sem futuro.

A atuação das organizações revolucionárias que recorreram às armas nas décadas de 1960 e 1970 também pode ser compreendida através dos conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*, formulados pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo o autor, a *experiência*

(...) é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.⁵⁴⁸

Já a *expectativa*, ainda segundo Koselleck,

(...) é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.⁵⁴⁹

Para Koselleck, apesar de se relacionarem, “experiência” e “expectativa” “não são conceitos simétricos complementares, que coordenem passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas”.⁵⁵⁰ E continua:

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.⁵⁵¹

Podemos aplicar estas categorias – “experiência” e “expectativa” – aos movimentos guerrilheiros surgidos no Brasil no pós-1964. Como vimos anteriormente, a opção pela luta armada foi uma das mais marcantes características do que convencionamos chamar de *geração 1968*, que desprezava as formas de luta anteriores ao golpe de 1964 e julgava

⁵⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 309-310.

⁵⁴⁹ *Idem.* p. 310.

⁵⁵⁰ *Idem.* Ibidem.

inaugurar um marco-zero na luta das esquerdas brasileiras. Assim sendo, o *espaço de experiência* do pré-64 representava para esta geração que pegou em armas uma bagagem política que deveria ser descartada, pois, em sua ótica, o “reformismo” e o “imobilismo”, sobretudo do PCB, eram os responsáveis pela derrota naquele ano. Para Koselleck, “o que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, *o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas*”.⁵⁵² Para os jovens guerrilheiros, em sua maioria oriundos do movimento estudantil, era possível aprender com o passado e dele retirar lições, que guiariam a prática política: os “erros” e “falhas” do PCB e das lideranças políticas do pré-64 não deveriam ser repetidos. Era preciso uma nova forma de luta – a luta armada.

Com base nestas concepções, formuladas a partir de um “espaço de experiência”, a luta armada propiciava para estas esquerdas alternativas um novo *horizonte de expectativas*. Segundo Koselleck, horizonte “quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.⁵⁵³ Para as esquerdas armadas, a *revolução* estava em seu *horizonte de expectativas*.

A defesa da luta armada era, portanto, a principal característica das organizações revolucionárias atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Contudo, estas organizações, apesar de alguns pressupostos em comum, possuíam significativas divergências. Marcelo Ridenti, partindo das proposições de Marco Aurélio Garcia⁵⁵⁴, classifica as divergências entre os grupos de esquerda em três grandes coordenadas: *o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para chegar ao poder e o tipo de organização necessária à revolução*.⁵⁵⁵

A primeira grande coordenada diz respeito ao caráter da revolução brasileira. No pós-1964, o PCB mantinha sua visão etapista da revolução, sendo que a primeira etapa seria “burguesa” ou de *libertação nacional*, que “superaria os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo

⁵⁵¹ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁵² *Idem*, p. 312. Grifos nossos.

⁵⁵³ *Idem*, p. 311.

⁵⁵⁴ GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuição à história da esquerda brasileira, 1964-1979”. *Em Tempo*, São Paulo, s.n., 1979-1980. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Série Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Dossiê Documentos Impressos de Circulação Interna.

⁵⁵⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 30-53.

na economia”.⁵⁵⁶ Algumas organizações da esquerda armada mantiveram, com poucas alterações, essas proposições, como a *Ação Libertadora Nacional* (cujo próprio nome já indicava sua concepção do caráter da revolução) e os grupos nacionalistas, como o *Movimento Nacionalista Revolucionário*. Por sua vez, outras organizações defendiam o *caráter imediatamente socialista da revolução*, como era o caso da *Dissidência Comunista da Guanabara*, da *Vanguarda Popular Revolucionária*, da *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares*, entre outras. Para estas organizações, não propugnar o caráter socialista da revolução significava prender-se às teses do PCB. No entanto, mesmo nesse caso, Ridenti avalia que esses grupos não superaram a idéia “etapista” da revolução, proposta pelas teses pecebistas:

Se para o PCB caberia a libertação nacional na primeira etapa da revolução, para então ser possível a luta pelo socialismo, na visão dos críticos ‘socialista’ a etapa burguesa já estava superada, cabendo ir direto à revolução socialista. E mais: para o modelo de libertação nacional, o imperialismo e as relações feudais no campo impediriam o desenvolvimento das forças produtivas, cabendo às classes progressistas romper esses entraves à realização da nação. Para seus adversários à esquerda, o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários.⁵⁵⁷

Dessa forma, o imperialismo, juntamente com o latifúndio, continuavam a ser vistos como entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo no país. Para superar estes entraves, era necessário combater a própria burguesia nacional, aliada aos latifundiários e às multinacionais – aliança, por sua vez, garantida pela força das armas do regime militar. Assim sendo, a revolução não estaria mais em sua etapa democrático-burguesa, e sim na socialista.

A segunda coordenada divisora da esquerda armada diz respeito às formas de luta revolucionária. *Com exceção do PCB, que mantinha no pós-1964 a proposta de via pacífica para o socialismo, as demais organizações, como vimos, defendiam a via armada para o socialismo, mas divergiam da forma como ela deveria ocorrer. O Partido Comunista do Brasil e a Ação Popular, por exemplo, defendiam a “guerra popular prolongada” e o “cerco das cidades pelo campo” e mantiveram-se afastados das ações armadas urbanas. Entre os grupos que atuaram na guerrilha urbana, que sempre almejavam deflagrar a guerrilha rural, havia divergências sobre o peso das massas – urbanas e rurais – no desenrolar da guerrilha:*

⁵⁵⁶ *Idem.* p. 31.

⁵⁵⁷ *Idem.* p. 34.

maior para uns (*Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Partido Operário Comunista, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*, por exemplo) e menor para outros (caso da *Vanguarda Popular Revolucionária, Ação Libertadora Nacional, Resistência Democrática*, entre outros).⁵⁵⁸

Já a terceira coordenada divisora entre os grupos armados urbanos referia-se ao tipo de organização necessária à revolução. Como resumiu Ridenti, neste aspecto as posições polarizavam-se basicamente “quanto à necessidade ou não da estruturação de um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução, a partir da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades”.⁵⁵⁹ Algumas organizações defendiam a *formação de um partido de vanguarda*, caso do *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Partido Operário Comunista* e a *Ala Vermelha*. Em sua concepção, o partido deveria coordenar a luta armada nas cidades e no campo, dirigindo o processo revolucionário. No entanto, muitas dessas organizações, na prática, não se encontravam rigidamente organizadas em partidos com estruturas hierarquizadas como o PCB, até porque, em sua maioria, eram grupos pequenos, “propondo-se a fazer parte de um partido que surgiria naturalmente no decorrer do processo revolucionário ou então pretendendo, cada um deles, já ser o embrião que se transformaria no partido aglutinador das esquerdas”.⁵⁶⁰ Outras organizações *não julgavam ser o partido essencial para deflagrar a revolução*, embora admitissem a emergência deste em uma etapa posterior, como ocorreu na Revolução Cubana, que só constituiu um Partido Comunista após a tomada do poder. Defendiam esta posição a *Vanguarda Popular Revolucionária*, o *Movimento Nacionalista Revolucionário*, os *Comandos de Libertação Nacional* e, sobretudo, a *Ação Libertadora Nacional*, cujo líder, Carlos Mariguella, notabilizou-se por sua oposição radical à estrutura partidária clássica.

A Dissidência da Guanabara, por sua vez, apresentava uma visão clássica de partido nos moldes marxistas-leninistas, mas, na prática, organizava-se similarmente às organizações que negavam o papel fundamental do partido na condução da revolução: em 1969, por exemplo, a DI-GB possuía um setor armado, um setor de trabalho junto ao movimento operário e um terceiro setor voltado para as atividades com as camadas médias. Os líderes de cada setor formavam a direção máxima da organização.

⁵⁵⁸ *Idem.* p. 46-53.

⁵⁵⁹ *Idem.* p. 37.

⁵⁶⁰ *Idem.*

Marcelo Ridenti, a quem recorreremos mais uma vez, apontou as falhas que, de uma maneira geral, permeavam os textos políticos das organizações revolucionárias:

(...) elas [as organizações] careciam de uma análise aprofundada das classes sociais e do capitalismo no Brasil e na América Latina (...) Não se conseguia romper com o velho esquema das duas etapas da revolução, nem se dava conta satisfatoriamente das complexas relações entre a burguesia brasileira, as Forças Armadas, os latifundiários e o capital internacional. E muito menos se esboçava uma análise convincente das classes despossuídas.⁵⁶¹

Se estas organizações divergiam quanto ao caráter da revolução, à sua natureza organizacional e às formas de luta revolucionária, também possuíam alguns *pressupostos em comum*. Em primeiro lugar, as organizações revolucionárias acreditavam que a *economia brasileira encontrava-se em um irreversível processo de estagnação*. Em sua concepção, não haveria possibilidades de desenvolvimento enquanto o país estivesse submetido ao imperialismo, que, por sua vez, era garantido pela força repressiva do regime militar. Assim sendo, a tarefa fundamental dos revolucionários seria derrubar a ditadura e expulsar os imperialistas, que, juntamente à classe dirigente local, impediriam o desenvolvimento das forças produtivas.⁵⁶² O líder revolucionário Carlos Mariguella ressaltou, no texto “As perspectivas da revolução brasileira”, essa visão comum à esquerda armada brasileira:

(...) O país está mergulhado numa crise crônica e a crise política é permanente. (...) a inspiração dos revolucionários é anticapitalista e antiimperialista. (...) A unidade já existe em torno de duas questões. A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, par no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos.⁵⁶³

Para os revolucionários, o regime não poderia durar muito tempo: “Às vezes agíamos como se a revolução estivesse prestes a se desencadear: o poder estava a um passo, a luta armada começava, a ditadura estava com seus dias contados”.⁵⁶⁴ Essa perspectiva configurava o que Daniel Aarão Reis designou de *utopia do impasse*, como o próprio esclarece:

⁵⁶¹ *Idem.* p. 36.

⁵⁶² *Idem.* p. 54.

⁵⁶³ MARIGUELLA, Carlos. “As perspectivas da revolução brasileira”, 1969. In: _____. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974. p. 40-44.

(...) uma certa visão catastrofista presidia nossas análises, formuladas pelos maiores intelectuais brasileiros, a partir da qual o Brasil estava num beco sem saída, o capitalismo não tinha alternativas a oferecer, o país era um barril de pólvora, uma pradaria seca (Mao) à qual bastaria prender uma faísca para que tudo se incendiasse. Chamei a isto a utopia do impasse. *Acreditávamos piamente no impasse. Catastrófico. A luta armada cortaria este nó. Quando veio o AI-5, as peças pareciam se encaixar. A ditadura só tinha pau e maldade para oferecer. Contra ela, recorriamos a Bretch: ao mal vamos dar maldade.* Mesmo porque, novamente com o poema, pensávamos estar num tempo de guerra, num tempo sem sol. *As guerras de libertação no Vietnã, na Argélia e em Cuba pareciam mostrar o caminho. Os que tomamos este caminho, o tomamos com toda a confiança, ousadia e determinação (...)*⁵⁶⁵

Partindo desses pressupostos, era preciso *partir para ação* e romper com o “imobilismo” do PCB e outras organizações, considerado o fator responsável pela derrota em 1964. O desencadeamento da revolução viria da ação revolucionária e não havia tempo a perder com infundáveis discussões teóricas. Essa *postura antiteoricista* era também uma das características comuns à esquerda armada, que, de forma geral, acreditava que “a teoria da revolução brasileira brotaria naturalmente ‘na luta’, no processo de ações armadas, jamais em ‘discussões de gabinete’, supostamente deslocadas da realidade”.⁵⁶⁶ Se a derrota em 1964 era atribuída à falta de decisão e de ação das lideranças políticas, os mesmos “erros” não deveriam ser repetidos. Assim sendo, *a luta armada era uma certeza inquestionável. A conjuntura brasileira apresentaria traços “pré-revolucionários”. Faltava o impulso, sem vacilações, de uma vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução.*

No que tange às divergências e semelhanças entre os grupos revolucionários, Vicente Roig, ex-militante da Ala Vermelha, analisa que “vistas de hoje, as organizações não eram muito diferentes, embora assim se considerassem na época. Na verdade, todas eram muito semelhantes e frutos de um mesmo momento”.⁵⁶⁷ De forma análoga, Humberto Trigueiros Lima, que militou na DI-RJ (que também ficou conhecida como MR-8), aponta que “a diferenciação entre os grupos era aparente, porque todos eles realizaram, *grosso modo*, a mesma prática”.⁵⁶⁸

Defensoras de pressupostos teóricos comuns, as organizações revolucionárias que

⁵⁶⁴ MACHADO, Luís Raul *apud* SANTOS, Nilton et al. *op. cit.* p. 61.

⁵⁶⁵ Entrevista com Daniel Aarão Reis: “Acreditávamos na ‘utopia do impasse’”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008. Grifos nossos. Para saber mais sobre o conceito de “utopia do impasse”, cf: AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 45-75.

⁵⁶⁶ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 40.

⁵⁶⁷ ROIG, Vicente *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 56.

⁵⁶⁸ LIMA, Humberto Trigueiros *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 56.

recorreram às armas eram tipicamente urbanas, embora almejassem deflagrar a guerrilha rural. Ainda que a luta armada urbana fosse encarada, de forma geral, como “método secundário”, as organizações revolucionárias notabilizaram-se por suas ações nas cidades e, como vimos anteriormente, nenhuma delas conseguiu efetivamente iniciar a guerrilha rural, com exceção do PCdoB, que absteve-se da guerrilha urbana. César Benjamin, ex-militante da DI-GB, apontou esse aparente paradoxo entre o sonho da guerrilha rural e a prática quase exclusiva da guerrilha urbana:

Acho que houve uma longa distância entre a intenção e o gesto. Nós da DI-GB sempre achamos que a guerrilha urbana era um processo situado num contexto de luta de massas, e a forma estratégica de luta seria a guerrilha rural etc. *Na prática, em nossa atividade, a guerrilha urbana teve um peso maior, desproporcional ao dado em nossa teoria.*⁵⁶⁹

O mesmo César Benjamin afirma que, apesar de lutar para desencadear a guerrilha rural, desconhecia a realidade da vida no campo. Por exemplo, a primeira vez que o ex-militante ouviu falar em “bóia-fria” foi em uma carta escrita por Carlos Lamarca, após seu ingresso no MR-8. Essa era também uma característica comum aos guerrilheiros urbanos: faltava às suas organizações uma análise mais aprimorada das relações de trabalho no campo e das transformações econômicas que o país vivia, sobretudo no que tange ao avanço do capitalismo no meio rural.⁵⁷⁰ Dessa forma, os guerrilheiros, imersos na imensidão das cidades e envoltos nas ações armadas urbanas, desconheciam a realidade rural que tanto sonhavam revolucionar.

* * *

O combate armado das esquerdas e as lutas políticas e culturais da década de 1960 – movimento estudantil, música popular, cinema, teatro, artes plásticas e literatura – podem ser compreendidos através do conceito de *romantismo revolucionário* desenvolvido por Marcelo Ridenti, cujo ponto de partida está no sociólogo Michael Löwy e no crítico literário Robert Sayre.⁵⁷¹

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o termo *romântico* não será aqui usado

⁵⁶⁹ BENJAMIN, César *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 56.

⁵⁷⁰ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 221.

⁵⁷¹ Cf. LÖWY, Michael *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995 e _____ & SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 e _____. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

“(…) com uma conotação pejorativa, identificada a certa ingenuidade e falta de realismo político”⁵⁷², mas entendido como uma radical crítica à “civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado”.⁵⁷³ Contudo, como destaca Ridenti, o romantismo das esquerdas brasileiras não era uma simples volta ao passado, mas também tinha um caráter modernizador: “Não era, pois, um romantismo no sentido da perspectiva anticapitalista prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*”.⁵⁷⁴ O *romantismo* das esquerdas brasileiras buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Visava resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no *homem do povo*, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades.

Na tentativa de construção de um *homem novo*, recorria-se ao passado em busca de elementos que permitiriam uma *alternativa* de modernização da sociedade, que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava, contudo, de propor a mera condenação moral da vida urbana, mas sim de pensar a superação da modernidade cristalizada nas cidades – tidas no final dos anos 60 como “cemitérios de revolucionários”⁵⁷⁵ – com base na ação revolucionária a partir do campo.

O romantismo revolucionário esteve presente, em versões diferenciadas, tanto nos programas de vários grupos de esquerda, como nas produções artísticas, que marcaram diferentes conjunturas na sociedade brasileira. Como destaca Michael Löwy, através deste conceito, aparece a secreta unidade, a coerência profunda que atravessa e estrutura a cultura política radical dos anos 60. Em suas palavras, é o *romantismo revolucionário* que

(...) canta nas músicas de Caetano Veloso e Chico Buarque, murmura nos poemas de Ferreira Gullar e Moacyr Felix, grita nos dramas do Teatro de Arena e do Oficina, dança nos filmes de Cacá Diegues e Glauber Rocha, manda chumbo com Carlos Marighella e o capitão Lamarca, pinta quadros numa cela do presídio Tiradentes, morre na contramão atrapalhando o trânsito.⁵⁷⁶

Acima de tudo, o romantismo revolucionário dos anos 60 valorizava essencialmente a vontade, a coragem e a possibilidade de mudar o mundo com as próprias mãos, muitas vezes

⁵⁷² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000. p. 23.

⁵⁷³ LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. *op. cit.* p. 34.

⁵⁷⁴ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000. p. 25.

⁵⁷⁵ COELHO, Cláudio N. P. “A tropicália: cultura e política nos anos 60”. In *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 2, nº 1, pp. 159-176, 2º sem; 1989. p. 170.

⁵⁷⁶ LÖWY, Michael *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000. Contracapa.

em detrimento dos limites impostos pelas condições históricas objetivas. Era essa lógica da *ação*, imediata e radical, que determinava a estrutura e o comportamento das organizações de esquerda no Brasil dos anos 60.⁵⁷⁷

Para compreendermos o que representava *ser guerrilheiro* no Brasil, num período em que a revolução ganhava corações e mentes, o conceito de *cultura política* é fundamental em nossa análise. Segundo Ângela de Castro Gomes, este conceito é importante para os historiadores, pois permite

(...) explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais.⁵⁷⁸

O esforço em instituir a cultura política como um conceito fértil para os estudos históricos pode ser creditado, sobretudo, a Serge Berstein. Segundo ele, o conceito é uma chave que, embora não abra todas as portas, pode elucidar as motivações da ação e dos comportamentos políticos.⁵⁷⁹ Segundo Jean-François Sirinelli, a cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”.⁵⁸⁰ Já para Karina Kuschnir e Leandro Carneiro, “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.⁵⁸¹

Serge Berstein ressaltou que o campo de aplicação da noção de cultura política é, fundamentalmente, a esfera do *político*. Além disso, o historiador salientou seu caráter *plural*, o que significa dizer que, no interior de uma sociedade, convivem *culturas políticas* diversas, que podem estabelecer entre si uma convivência pacífica ou acirrados conflitos. Para Berstein, em um dado momento, uma cultura política pode tornar-se dominante, o que não anularia a existência de outras famílias de culturas políticas. E mesmo entre as culturas políticas “rivais”, as divergências não são totais, pois estas possuem áreas de valores partilhados e

⁵⁷⁷ Para maiores informações sobre o conceito de “romantismo revolucionário”, cf.: RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2000. p. 23-59.

⁵⁷⁸ GOMES, Angela de Castro. *op. cit.* 2005. p. 30.

⁵⁷⁹ BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

⁵⁸⁰ SIRINELLI, Jean-françois *apud* BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 350.

⁵⁸¹ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999. p. 227-250. p. 227.

agem no seio da mesma sociedade, influenciando-se reciprocamente.⁵⁸²

Nesse sentido, segundo Berstein, a cultura política não é um fenômeno imóvel, ao contrário, ela é viva e evolui sob o efeito de influências diversas, inclusive das contribuições de outras culturas políticas vizinhas.⁵⁸³ Para os historiadores, a cultura política apresenta-se como um duplo fenômeno. De um lado, *individual*, pois é interiorizada pelo homem e, de outro, *coletivo*, na medida em que é partilhada por grupos inteiros, que compartilham os mesmos “postulados, grades de leitura, interpretações, proposições; utilizam-se de um mesmo tipo de discurso; se alinham com os mesmos símbolos; participam dos mesmos ritos”.⁵⁸⁴ Assim sendo, ao lado da função principal de imprimir as motivações da ação política, a cultura política confere uma *identidade* ao grupo que a reclama.

Ao lado do sentido de *identidade*, a *memória* também se configura como elemento fundamental para análise das culturas políticas, como destacou Eliana Dutra: “Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória”.⁵⁸⁵ Associada à cultura política, e também ao binômio memória/identidade, encontra-se o papel significativo das *representações*: “a cultura política (...) se inscreve no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”.⁵⁸⁶ Nessa perspectiva, analisar a formação, divulgação e consolidação de uma cultura política significa, de acordo com Ângela de Castro Gomes, “entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais”.⁵⁸⁷

O estudo da sociedade brasileira sob a ótica das culturas políticas nos permite averiguar que, entre o *apoio irrestrito* à ditadura civil-militar e a *luta armada*, houve *múltiplas* possibilidades de *relações* estabelecidas entre a sociedade e a ditadura, ainda que a construção da memória que se tornou vitoriosa e, portanto, coletiva, (fundamentada, especialmente, nos depoimentos de ex-militantes políticos), parta, sobretudo, da *negação das responsabilidades* da sociedade civil na implantação e manutenção da ditadura, provocando o que Daniel Aarão Reis chama de “deslocamentos de sentido”, ao apresentar as esquerdas revolucionárias como parte de uma *resistência democrática*, que só pegou em armas motivada

⁵⁸² BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 352-355.

⁵⁸³ *Idem.* p. 357.

⁵⁸⁴ BERSTEIN, Serge *apud* DUTRA, Eliana R. de Freitas. *op. cit.* p. 27.

⁵⁸⁵ DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e culturas políticas – definições, usos, genealogias”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2001. p. 13-28. p. 26.

⁵⁸⁶ BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 352-353.

⁵⁸⁷ GOMES, Angela de Castro. *op. cit.* p. 33.

pelo próprio regime, que tornou inviável qualquer oposição democrática.⁵⁸⁸ A sociedade, por sua vez, teria, ao longo de todo o tempo, repudiado a ditadura como se esta fosse um “corpo estranho”, vencido pelas forças da democracia, que, nesta ótica, sempre teria estruturado a sociedade brasileira.⁵⁸⁹

Além disso, o conceito de cultura política pode ser utilizado, sobretudo, para analisar as organizações da esquerda revolucionária brasileira das décadas de 1960 e 1970. Como vimos, no conjunto das esquerdas, prevalecia a idéia de que o capitalismo passava por uma crise irreversível. A revolução era inevitável e os proletários estariam à frente dela. O regime não poderia durar muito tempo: “Predominava um certo fatalismo positivo, uma confiança irremediável no futuro: o que quer que acontecesse, a burguesia não tinha alternativas para sair da crise econômica que se aprofundaria. Mais dia, menos dia, o barril de pólvora explodiria, era uma questão de tempo”.⁵⁹⁰

Apesar das divergências existentes entre os grupos de esquerda armada – referentes ao caráter da revolução brasileira, às formas de luta e ao tipo de organização necessária à revolução –, todos almejavam iniciar a guerrilha rural, ainda que tenha sido pelas atividades nas cidades que esses grupos se notabilizaram. O *romantismo revolucionário* da esquerda armada valorizava, acima de tudo, a *ação*, sem recuos ou hesitações.

Nesse sentido, é preciso compreender que as organizações revolucionárias da esquerda brasileira estavam inseridas num contexto mundial, marcado pela vitória da Revolução Cubana, pela independência da Argélia, pela Guerra do Vietnã, pela rebelião estudantil mundial... O horizonte era revolucionário. O mundo caminhava para o socialismo. Isso era uma certeza, inquestionável. Era preciso partir pra ação. Era possível mudar a história. *Ousar lutar, ousar vencer*, era o lema do capitão Lamarca, um dos maiores símbolos e heróis da esquerda armada brasileira. Nesse quadro, “ninguém realmente punha em dúvida as possibilidades de êxito da guerra revolucionária (ou da revolução brasileira)”.⁵⁹¹ Assim sendo, podemos dizer que a esquerda revolucionária brasileira compartilhava a *mesma cultura política*, conceito que, segundo Serge Berstein, nos permite

compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela [a cultura política] fá-los tomar parte coletivamente numa *visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores*

⁵⁸⁸ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 69-71.

⁵⁸⁹ *Idem*.

⁵⁹⁰ AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 19.

⁵⁹¹ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1990, p. 71.

*que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.*⁵⁹²

Os revolucionários brasileiros, que pegaram em armas no combate à ditadura e, sobretudo, ao capitalismo, compartilhavam a *mesma leitura do passado* (a atribuição da derrota em 1964 à inércia do PCB e demais lideranças políticas), a *mesma perspectiva de futuro* (a revolução), as *mesmas crenças* (como a inevitabilidade da crise do sistema capitalista e a missão histórica do proletariado), os *mesmos gestos* (as ações armadas nas cidades), o mesmo vocabulário (termos como expropriações, aparelhos, pontos, quedas), os *mesmos símbolos* (as figuras de Ho Chi Minh e “Che” Guevara, por exemplo), enfim, um conjunto de elementos que os unia e lhes conferia uma *identidade* – a de guerrilheiro. E, como salientou Rachel Soihet, é fundamental para o historiador analisar esse patrimônio simbólico, pois é parte integrante de

um conjunto coordenado de representações, através do qual se podem apreender valores, normas, identidades, papéis sociais, expressando necessidades e fins que os grupos se propõem alcançar. Já que, ao lado dos bens materiais, a vida social produz, igualmente, bens simbólicos, que informam os indivíduos e contribuem para as suas ações e decisões.⁵⁹³

Nesse sentido, consideramos que somente a partir da análise da *cultura política* que condicionava a práxis das organizações revolucionárias das décadas de 1960 e 1970, poderemos não só compreender suas trajetórias, estrutura e funcionamento, mas também elucidar o *projeto revolucionário* da esquerda armada brasileira. Se deslocada deste contexto e da cultura política acima apresentada, a opção pela luta armada empreendida pelas esquerdas brasileiras perde seu sentido, tornando incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários.

* * *

Quando analisamos a dinâmica interna dos grupos da esquerda armada, constatamos que, apesar de todas as suas regras de segurança, as organizações revolucionárias eram *caseiras*, como destacou Vicente Roig.⁵⁹⁴ É possível perceber nos depoimentos de ex-militantes de diversos grupos que havia um grande *sentimento de irmandade* e as

⁵⁹² BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 362. Grifos nossos.

⁵⁹³ SOIHET, Rachel. “Introdução”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003, p. 11-21. p. 19.

⁵⁹⁴ ROIG, Vicente *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 264.

organizações configuravam *grandes famílias*. Maria Nakano, em seu depoimento, lembrou:

A organização era a minha *grande família*. Depois que você faz uma opção política como a que fiz, dificilmente vê os seus antigos amigos, mesmo o contato com a família é esparso. Na situação de clandestinidade, o meu mundo afetivo eram os meus outros companheiros. *A organização passava a ser a família alargada*, substituindo os amigos, os irmãos, a própria mãe.⁵⁹⁵

Vera Sílvia Magalhães, ex-militante da DI-GB, em depoimento concedido a Marcelo Ridenti, também aponta esse caráter “familiar” das organizações: “em termos antropológicos, a gente *substituiu uma família pela outra*. Até hoje, a gente é uma família, embora não constitua mais uma organização política; a gente brinca que somos irmãos, e somos mesmo, até de forma um pouco incestuosa”.⁵⁹⁶ Maria Augusta Ribeiro, também ex-militante da Dissidência carioca, corroborou esta visão ao relatar a vivência nos *aparelhos*:

A gente vivia no que se chamava de aparelho, que em geral eram apartamentos ou casas alugadas e que moravam três ou quatro, não necessariamente casais. Mas, às vezes, calhava de ser casal. Aí era bom para caramba porque a gente podia ficar juntos pelo menos alguns dias. E tinha muita coisa de fraternidade. Eu não tenho nenhuma recordação amarga dessa época, de briga, de recalque. Tinha uma coisa, ao contrário, *uma coisa eu sentia que tinha muita fraternidade, muita amizade, muito companheirismo. (...) meus companheiros eram meus irmãos, era uma coisa de amizade mesmo*. A gente pode ter divergências políticas hoje, cada um foi para um lado. Mas tem essa coisa de bem-querer que a gente construiu nessa vida.⁵⁹⁷

Ao entrar para a luta armada, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas, “aparelhos”, “pontos” e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O guerrilheiro habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios – uma existência paralela. Em muitos sentidos, *cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu próprio país*. E esse isolamento era refletido de forma concreta na vivência dentro dos *aparelhos*, marcada, muitas vezes, pela solidão, pela espera angustiada por notícias dos companheiros ou pela hora de sair e partir pra ação; afinal, nenhum revolucionário gostava de ficar parado! Mas no interior dos *aparelhos*, também havia diversão, companheirismo, amor – tudo em “silêncio”, para evitar que os vizinhos ouvissem e desconfiassem de que algo “estranho” estava acontecendo.

Alex Polari, poeta e ex-guerrilheiro, descreve belamente uma das facetas da vida nos

⁵⁹⁵ NAKANO, Maria *apud* COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs.). *op. cit.* p. 314.

⁵⁹⁶ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 265.

aparelhos em seu poema “Amar em aparelhos”:

Era uma coisa louca
 trepar naquele quarto
 com a cama suspensa
 por quatro latas
 com o fino lençol
 todo ele impresso
 pelo valor de teu corpo
 e a tinta do mimeógrafo.

(...) Não era fácil
 fazer o amor
 entre tantas metralhadoras
 panfletos, bombas
 apreensões fatais
 e os cinzeiros abarrotados
 eternamente com o teu Continental
 preferência nacional.

Era tão irracional
 gemer de prazer
 nas vésperas de nossos crimes
 contra a segurança nacional
 era duro rimar orgasmo
 com guerrilha
 e esperar um tiro
 na próxima esquina (...) ⁵⁹⁸

Neste poema, o trecho “esperar um tiro na esquina” também revela uma outra faceta da vida dos guerrilheiros brasileiros: a *relação com a morte*. André Guerra, ex-militante do

⁵⁹⁷ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 12-13. Grifos nossos.

⁵⁹⁸ POLARI, Alex. “Amar em aparelhos”. In: FREITAS FILHO, Armando & GONÇALVES, Marcos A. (orgs.).

MRT, afirma que havia uma certeza “de que poderíamos ser mortos, presos e torturados, a qualquer momento; isso levava a um desprendimento muito grande em relação à vida”.⁵⁹⁹ César Benjamin, que militou na DI-GB, relembra de uma conversa com Iara Iavelberg e Sérgio Landulfo: “Nós três dizíamos o seguinte: ‘quem escapar vai dizer: meninos, eu vi’; só eu escapei. *Nós sabíamos que poucos escapariam, mas permanecemos*”.⁶⁰⁰

Alex Polari analisou em suas memórias: “‘É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte’. Era o que dizia a música. Mas (...) ninguém estava tão atento assim. Ninguém temia a morte. Ainda era cedo para considerá-la uma hipótese concreta”.⁶⁰¹ Para Marcelo Ridenti, é possível detectar nas palavras do poeta/guerrilheiro um primeiro momento em relação à morte vivenciado pelos grupos da esquerda armada.⁶⁰² Neste primeiro momento, quando os revolucionários estavam vinculados aos movimentos sociais que marcaram o ano de 1968 e ainda repercutiram em 1969, a morte do militante seria uma contingência da luta armada, uma exigência para a vitória política. Régis Debray⁶⁰³, em seu famoso livro *Revolução na revolução*, leitura obrigatória para boa parte da esquerda armada, defendia que “vencer é aceitar, desde o princípio, que a vida não é o bem supremo do revolucionário”.⁶⁰⁴

Já o segundo momento seria marcado pelo isolamento social das organizações revolucionárias, que levaria à marginalização e à morte. Neste estágio, os grupos armados, como analisou Ridenti, entraram em uma “dinâmica da sobrevivência” e perderam

seu sentido propriamente político, a vitória da ‘pátria’ ficava cada vez mais distante, e a morte crescentemente presente. O sacrifício pessoal e, no limite, a morte, iam perdendo o sentido revolucionário, de conquista da vida, para ganhar contornos de obrigação moral com os companheiros caídos e com a sobrevivência do próprio grupo guerrilheiro.⁶⁰⁵

Para exemplificar este segundo momento, novamente recorreremos a Alex Polari, que afirmou: “A qualquer possibilidade de regresso dei o nome de covardia (...) deixei aberto

Anos 70: literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1979. p. 120.

⁵⁹⁹ GUERRA, André *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 269.

⁶⁰⁰ BENJAMIN, César *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 270. Grifos nossos.

⁶⁰¹ POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. p. 122.

⁶⁰² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 266-267.

⁶⁰³ Nascido em Paris, 1940, o intelectual francês Régis Debray rodou a América Latina nos anos 60 e, em 1967, partiu para a Bolívia para juntar-se aos guerrilheiros liderados por Ernesto “Che” Guevara. Data deste ano seu famoso livro “Revolução na revolução”, responsável pela divulgação da teoria do “foquismo”, com ampla circulação entre os guerrilheiros brasileiros. Foi preso na Bolívia em 1967 (ano da morte de Guevara) e permaneceu na prisão até 1971, quando partiu para o Chile. Regressou à França em 1973 e, desde então, exerceu diversos cargos públicos e em instituições acadêmicas. Atualmente, dirige a revista *Médium – Transmettre Pour Innover*, de periodicidade trimestral. Cf. *site* oficial: <www.regisdebray.com>. Acesso em: 26/08/2009.

⁶⁰⁴ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s/d. p. 42.

apenas o caminho dos suicidas”.⁶⁰⁶ E continuou:

Por vezes a gente até esquecia que essa senhora de manto e de foice nos espreitava. Mas a euforia dessa época era diferente da de um ano atrás. Antes éramos alegres cavaleiros vingadores, pregando peças, desagravando simbolicamente os oprimidos (...) Agora não eram mais quimeras nem hidras que combatíamos. Era um exército muito real (...) que era comandado por cérebros fascistas.⁶⁰⁷

Com a crescente marginalização social dos grupos armados, já no início da década de 1970, os militantes viviam – muitas vezes silenciosamente – um dilema dilacerante: abandonar a organização e ser tachado de “traidor”, acusado de “desbunde”, ou permanecer na luta e encontrar quase que fatalmente a prisão e a morte. O depoimento de Vera Sílvia Magalhães, a grande “musa” da DI-GB, retrata, de forma bela e trágica, este dilema, bem como a *solidão* e o *isolamento* da clandestinidade e a *identidade de ser guerrilheiro*, justificando a longa citação:

Em 1969, já na clandestinidade, eu ficava dentro de casa o dia inteiro, lendo, armada, e com muito medo. *Achava que podia cair, ser presa, morrer a qualquer momento. Não discutia isso com qualquer quadro da organização, senão podia ser malvista*, mas discutia com algumas pessoas mais abertas, entre as quais o Zé Roberto [Spigner], com quem eu vivia (...) Ele achava que, se não íamos morrer todos, íamos morrer grande parte. *A gente vivia acuado, não tínhamos mais nenhuma ligação com o exterior* (...) Eu acho que ouvi uma opção pelo suicídio, e disse isso quando o Zé Roberto morreu.⁶⁰⁸ Essa minha idéia causou grande revolta na organização; eu achava que ele tinha-se suicidado, mesmo sendo assassinado num tiroteio com a polícia. (...) Eu tinha que me manter na organização, tinha fundado aquilo, me sentia muito ligada a todo mundo, inclusive afetivamente. *Eram meus amigos, era minha vida – e minha morte*. Essa contradição eu tinha de viver. *Fora dali, eu era o que? Não tinha identidade. A minha identidade era aquela: seja em declínio, seja cercada, seja como for, eu era uma “guerrilheira”, com aqueles amigos, aqueles “guerrilheiros”, entre aspas, isto é, pessoas que se propuseram a transformar a sociedade. Sem aquilo, eu era o que? Eu não tinha identidade, estava naquilo desde os quinze anos. Isso eu dizia para mim mesma, não para o Zé Roberto (...) ele sempre me dizia que preferia morrer a ser torturado. Eu respondia que isso era uma loucura, a tortura é dilaceramento, mas a gente se recupera e vive. Agora, da morte, não tem saída. Eu achava que o que ele dizia era algo como o que muitos diziam na época, algumas organizações tinham militantes que andavam com cianureto. (...) A partir de determinado momento, havia uma fidelidade àquilo que você queria ter construído, uma crise de identidade. E renunciar*

⁶⁰⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 267.

⁶⁰⁶ POLARI, Alex. *op. cit.* p. 156.

⁶⁰⁷ *Idem.* p. 214-215.

⁶⁰⁸ Para o relato da morte de José Roberto Spigner, incluindo as contradições das versões oficiais acerca de seu assassinato pela polícia, ver a página 165, do Capítulo 2 dessa dissertação.

*a uma identidade social é se dispor a uma pré-morte, ou à morte real. Quando eu entrei na esquerda, não fiz uma opção pela morte, mas pela vida. Mas, na medida em que a situação histórica foi evoluindo, eu me debati com esse problema (...) Eu queria a vida: meu movimento, ao entrar nisso, era no sentido de uma nova vida para a sociedade. Mas, para chegar nisso, tive que aderir a certos caminhos em que, como indivíduo, eu era levada diariamente ao contato com a morte; eu incorporei a morte ainda na trajetória de vida. Essa contradição é dilacerante (...) Eu, pessoalmente, só não saí da organização, depois que o Zé Roberto morreu, porque aí meu compromisso transcendeu a qualquer coisa: era com ele, Zé Roberto. eu queria ter o mesmo destino, exatamente. (...)*⁶⁰⁹

As escolhas dos militantes revolucionários “os levaram ao afastamento e à morte. *Não um afastamento desejado, não uma morte desejada. Mas uma consequência possível e conhecida das suas opções*”.⁶¹⁰ Diante da possibilidade da morte, muitos revolucionários optaram pelo suicídio, quando confrontados com situações de cerco policial aparentemente sem saída. Alguns carregavam consigo cápsulas de cianureto, como o próprio Mariguella (que, no entanto, acabou sendo morto a tiros em uma emboscada). Outros responderam à bala ao cerco da polícia, colocando-se numa situação onde certamente seriam mortos – uma outra espécie de suicídio. E nas prisões, muitos foram os que se mataram ou tentaram o suicídio, diante da brutalidade das torturas, como relata Jacob Goreneder, que sobreviveu depois de cortar os pulsos no vidro da janela, após uma sessão de tortura.⁶¹¹

A morte ou o suicídio dos guerrilheiros, sobretudo em meados dos anos 70, devem ser compreendidos em uma conjuntura marcada pelo refluxo dos movimentos sociais e pelo crescente isolamento social dos grupos armados, que, enredados em sua prática guerrilheira e sem bases sociais solidamente estabelecidas, entraram numa dinâmica própria de auto-sobrevivência. À medida que a vitória se afastava cada vez mais definitivamente, a morte, que de possibilidade tornara-se quase uma certeza, se aproximava mais velozmente – não só a morte individual, mas também a morte política do projeto revolucionário da esquerda armada brasileira.

* * *

A partir do final da década de 1970, o tema da luta armada entrou em voga no Brasil, após a proliferação de biografias, autobiografias e “memórias” de ex-guerrilheiros, que, em

⁶⁰⁹ MAGALHÃES, Vera Sílvia *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 272.

⁶¹⁰ CASSAL, Alex Barros. “Lamarca e Iara”. *Cadernos AEL: tempo da ditadura*, Campinas, v.8, n. 14/15, p. 97-113, 2001. p. 112. Grifos nossos.

⁶¹¹ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 246-249.

sua maioria, retornavam ao país após anos de exílio. Contudo, a experiência da esquerda armada brasileira também despertou a atenção de historiadores e sociólogos, tornando-a objeto de pesquisas acadêmicas. Desde então, sobretudo a partir da década de 1990, os documentos das organizações revolucionárias e dos órgãos de repressão tornaram-se acessíveis nos arquivos públicos e, juntamente com o reconhecimento no Brasil da história oral como importante instrumento teórico-metodológico, enriqueceram as possibilidades de investigação do tema.

No que tange ao estudo da luta armada no Brasil, três livros aparecem como referências fundamentais: *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender; *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis e *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti. A historiadora Denise Rollemberg analisou estas obras⁶¹² e, com base em suas análises, apresentamos, a seguir, um pequeno esboço referente às obras principais da historiografia da luta armada no Brasil.

Jacob Gorender foi militante do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), mas rompeu com o partido e, juntamente com Apolônio de Carvalho e Mário Alves (também antigos militantes do PCB), ajudou a criar o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), fundado oficialmente em 1968. Em seu livro, *Combate nas trevas*, lançado em 1987, o autor aliou à pesquisa histórica suas memórias de ex-militante de uma organização revolucionária para produzir uma investigação pioneira da luta armada no Brasil. Como demonstrou Denise Rollemberg, Gorender, ao narrar a conjuntura da década de 1960 no Brasil, a vivência da luta armada e as teorias que embasavam as diversas organizações de esquerda, “não buscou uma suposta imparcialidade para dar forma ao trabalho. O resultado é uma pesquisa rigorosa, emocionante e emocionada”.⁶¹³

Para Gorender, a principal causa da derrota da esquerda armada brasileira na década de 1960 teria sido o atraso com que a luta foi desfechada. Em sua concepção, ao invés de ter sido travada no imediato pós-golpe, em 1964, a luta armada

começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, [para] a esquerda radical (...) a derrota era inevitável.⁶¹⁴

⁶¹² ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 43-91.

⁶¹³ *Idem.* p. 49.

Na análise de Jacob Gorender, as esquerdas brasileiras deveriam ter recorrido às armas ainda em 1964, quando a conjuntura nacional apresentaria condições favoráveis:

Nos começos de 1964, avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional. As diversas correntes da esquerda, marxista e não marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas *o erro fundamental consistiu em não prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas.*⁶¹⁵

Naquele momento, a vitória das esquerdas não seria garantida, mas era uma *possibilidade*: “nenhum dos adversários podia ter certeza prévia do triunfo. (...) Se travasse a luta armada contra os golpistas, não era improvável que a esquerda viesse a perder. Tampouco improvável sua vitória, que mudaria o curso da História do Brasil (...)”.⁶¹⁶ As esquerdas em geral avaliaram o golpe de 1964 como uma derrota política e pessoal, vergonhosa e desconcertante. Não tardariam em especular quais os fatores teriam desencadeado a intervenção militar. Nesse sentido, as concepções de Gorender reforçam a avaliação que as esquerdas fizeram no pós-64: após a vitória dos golpistas, iniciou-se um processo de “autocrítica”, de levantamento dos “erros” e busca por “culpados” pela derrota, processo este que afetaria profundamente o PCB, principal força das fileiras derrotadas e que, no pós-64, assumiria um novo papel – o de *bode expiatório*. Acusado de cautela excessiva e conservadorismo, o PCB perdeu prestígio e influência política, sendo abalado por sucessivas e desgastantes cisões internas. Gorender, em seu livro, atribui ao PCB a responsabilidade pela não-resistência ao golpe. No entanto, salientamos que pouco se questionou sobre porque as alternativas de esquerda ao PCB, como a *Ação Popular*, a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP) e o *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), também não foram capazes de evitar ou amenizar os efeitos devastadores da intervenção militar.

Em 1990, foi a vez de outra análise sobre a luta armada ser publicada: *A revolução faltou ao encontro*, parte da tese de doutorado em história (na Universidade de São Paulo) de Daniel Aarão Reis Filho, ex-militante da Dissidência Comunista da Guanabara/ Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Ao contrário de Gorender, o autor não culpabilizou partidos e/ou dirigentes pelos supostos “erros” na condução dos processos históricos. Aliás, Aarão

⁶¹⁴ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 286. Grifos nossos.

⁶¹⁵ *Idem.* Grifos nossos.

⁶¹⁶ *Idem.*

Reis mostra-se contrário a essa tradição de “localizar as debilidades, as lacunas, os pontos fracos das organizações comunistas” que determinariam suas derrotas.⁶¹⁷

Como analisou Denise Rollemberg, na concepção de Aarão Reis, não existiria um caminho certo, previamente determinado por leis históricas nem tampouco a revolução seria inevitável: ela ocorreria ou não diante da conjuntura política e da inclinação dos movimentos sociais nesse sentido. Além disso, Daniel Aarão Reis não superdimensiona o poder de intervenção dos partidos e seus dirigentes na condução do processo revolucionário, valorizando a autonomia dos movimentos sociais, que, por muitas vezes, surpreendem as vanguardas.⁶¹⁸

Se para Jacob Gorender, a derrota da esquerda armada no final dos anos 60 e início dos 70 estava associada à melhor organização do aparelho repressivo, Daniel Aarão Reis aponta a falta de identificação da maioria da sociedade com os projetos revolucionários defendidos pelas organizações armadas como a principal causa desta derrota:

(...) as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais. Daí porque os ‘guerrilheiros’ foram tão sumariamente massacrados nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. As demais propostas de enfrentamento – greves operárias (...), manifestações de massas (...), preparação para autodefesa (...) – também caíram no vazio da inexistência de lutas sociais de envergadura.⁶¹⁹

Daniel Aarão Reis não reconstrói em seu livro uma história da luta armada no Brasil – como Gorender faz ao narrar as principais ações da esquerda armada –, mas busca analisar a natureza íntima das organizações revolucionárias. Nesse sentido, a análise do autor conclui que os pressupostos fundadores destas organizações – a revolução socialista inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda – juntamente com a legitimação advinda das experiências revolucionárias internacionais, a dinâmica excludente e antidemocrática das organizações enquanto elite política detentora do “saber revolucionário”, a “estratégia da tensão máxima” – mecanismos para assegurar coesão e disciplina dos revolucionários no interior das organizações – e, por fim, a presença significativa das elites sociais intelectualizadas (que formavam a maioria destas organizações) constituíam o conjunto de características básicas da esquerda armada brasileira.⁶²⁰ Para o

⁶¹⁷ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1990. p. 181.

⁶¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 52.

⁶¹⁹ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1990. p. 72.

⁶²⁰ *Idem.* p. 181-187.

autor, este conjunto, ao mesmo tempo em que condicionava o funcionamento e o fortalecimento das organizações revolucionárias, “[debilitava e enfraquecia] simultaneamente a capacidade dos comunistas de manterem um contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico”.⁶²¹ Isoladas da sociedade que pretendiam revolucionar, as organizações da esquerda armada estavam, em última análise, condenadas “à esterilidade, ao impasse e à derrota – e ao desencorajamento e desmoralização que seguem”.⁶²²

Compreender os fatores que levaram à derrota da esquerda armada também era o objetivo de Marcelo Ridenti, que, em 1993, publicou *O fantasma da revolução brasileira*, sua tese de doutorado em sociologia na Universidade Estadual de Campinas. Era o primeiro pesquisador da luta armada que não tinha sido militante político/guerrilheiro ao longo das décadas de 1960 e 1970. Assim sendo, tratava-se da busca por respostas de uma geração mais nova, que, em grande parte, desconhecia o passado recente do país e idealizava as organizações da esquerda armada ou não compreendia o sentido de sua luta.

Denise Rolemberg, ao analisar a historiografia brasileira sobre a luta armada, avalia que Marcelo Ridenti

utilizando-se da análise sociológica as classes médias (...), às quais a maior parte dos militantes da luta armada estava ligada, (...) *vê o isolamento das vanguardas como o resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota.* Diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, mantém-se fiel à idéia de que os interesses se definem em função do lugar na sociedade, ou seja, das classes sociais.⁶²³

No entanto, é preciso salientar que Daniel Aarão Reis, embora não condicione a derrota da esquerda armada à sua origem de classe, também ressalta este fator como elemento significativo na formulação dos pressupostos teóricos e práticos das organizações armadas, por vezes, sem conexão com a realidade que pretendiam transformar:

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas – e poucas – grandes cidades, formam a ampla maioria dos militantes. É de se surpreender que daí decorra reduzida experiência e conhecimento dos problemas sociais? Ou uma sensibilidade escassa às contradições do cotidiano das populações que se imaginava interpretar?⁶²⁴

⁶²¹ *Idem.* p. 183.

⁶²² LÖWY, Michael. *op. cit.* 1979. p. 270-271.

⁶²³ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 55. Grifos nossos.

⁶²⁴ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1990. p. 184.

Partindo das questões relativas à representação de classe, Marcelo Ridenti também destacou o isolamento social da esquerda armada:

É possível ter havido certa simpatia da população pelos guerrilheiros urbanos, a qual logo se perderia, sem se converter em apoio organizado. (...) tratava-se de *torcida*, exterior à luta propriamente política. (...) [a] luta [de classes] não se faz por procuração, por agentes-substitutos das classes, que não mantém com elas qualquer mecanismo de mediação política. (...) Mesmo quando havia simpatia da população pelos grupos guerrilheiros, era (...) exterior, como se eles fossem “cosmonautas”, fora da realidade social que procuravam representar, desenraizando-se progressiva e celeremente de suas bases, na medida em que refluíam os movimentos sociais que lhes deram vida.⁶²⁵

Marcelo Ridenti questiona, em seu livro, algumas das concepções apresentadas por Daniel Aarão Reis em *A revolução faltou ao encontro*:

Para Daniel Reis, em alguns casos, a revolução teria coincidido com a preparação das ‘vanguardas’, em outros não. Portanto, a dinâmica interna das organizações comunistas é pensada como algo exterior e diferente do movimento da luta de classes. É como se o devir da luta de classes (da revolução) e a dinâmica das organizações fossem totalmente autônomos, podendo encontrar-se num determinado momento histórico, eventualmente.⁶²⁶

A análise de Daniel Aarão Reis, como vimos, caminha em direção oposta às que responsabilizam as direções das organizações revolucionárias pelas derrotas políticas: para ele, os fatores coesionadores internos das organizações clandestinas teriam as levado ao isolamento e à derrota. Contudo, para Marcelo Ridenti, em ambas as linhas de interpretação,

o centro da análise encontra-se deslocado, não está onde deveria estar (no movimento contraditório do social); mas na vontade e na atuação das supostas vanguardas. Pela tese de Reis, como poderia a dinâmica interna das organizações comunistas ser compatível com aquela da luta de classes e da própria revolução? Só por mera coincidência histórica; a tese não oferece elementos para essa possível compatibilidade.⁶²⁷

No entanto, o grande – e polêmico – debate entre estes autores refere-se à classificação da luta armada como parte da *resistência* à ditadura. O termo “resistência” tem sido usado, de maneira geral, “com um sentido inspirado na experiência histórica europeia durante a

⁶²⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 254; 271.

⁶²⁶ *Idem.* p. 256-257.

⁶²⁷ *Idem.* p. 257.

Segunda Guerra Mundial, englobando todos os movimentos de oposição à ocupação nazi-fascista. Ele tende mais a um sentido defensivo que ofensivo, menos à ação que à reação: a idéia de oposição predomina sobre a revolução”.⁶²⁸

Alguns autores classificam a experiência da esquerda armada brasileira ao longo das décadas de 1960 e 1970 como “resistência democrática”, caso de João Quartim de Moraes, que chega a afirmar que o projeto da esquerda armada visava “levar adiante, com mais audácia, as reformas de base do governo Jango”.⁶²⁹ No entanto, como vimos anteriormente, as esquerdas revolucionárias não lutavam para restaurar a realidade do período anterior a 1964, mas sim construir um futuro novo e radicalmente diferente. Além disso, esse discurso mistificador da “resistência democrática” ofusca, como analisou Daniel Aarão Reis, “a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia”.⁶³⁰ Se as esquerdas não eram democráticas nos anos 60, “tampouco o eram as direitas e muito menos os centros”.⁶³¹ Afinal, naquele contexto, o tema que mais mobilizava a sociedade era a *revolução* e não a democracia, que só começou a ser valorizada a partir do final da década de 1970, já em uma outra conjuntura e com novos significados. E, por fim, Marcelo Ridenti destaca que o discurso da “resistência democrática” tem servido para “justificar e legitimar opções políticas posteriores de ex-guerrilheiros, já inseridos no processo institucional no quadro da democratização da política brasileira”.⁶³²

Jacob Gorenader classifica a experiência da esquerda revolucionária no pós-64 como “protesto armado”.⁶³³ Já Daniel Aarão Reis rejeita veementemente o termo “resistência” para qualificar a luta desta esquerda revolucionária – da qual participou – e aponta que seu *projeto era ofensivo e revolucionário*, inspirado, sobretudo, na experiência da Revolução Cubana.⁶³⁴ Marcelo Ridenti, por sua vez, defende que as experiências guerrilheiras podem ser consideradas como *resistência armada*, “pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido

⁶²⁸ RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. Quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 53-65. p. 54. Para maiores informações sobre o termo “resistência”, ver o verbete homônimo em: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1992. p. 1114-1116.

⁶²⁹ MORAES, João Quartim *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2004. p.63.

⁶³⁰ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2000. p. 70.

⁶³¹ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2004. p. 63.

⁶³² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2007b. p. 134.

⁶³³ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 289.

⁶³⁴ Cf. AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2000.

defensivo que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes”.⁶³⁵

Polêmicas à parte, os três autores aqui analisados – Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti – procuraram, em suas obras, salientar que é impossível analisar a atuação das organizações revolucionárias brasileiras sem levar em conta que essa esquerda armada estava inserida num contexto mundial marcado pela vitória da Revolução Cubana, pela independência da Argélia, pela Guerra do Vietnã, pela rebelião estudantil mundial... O horizonte era revolucionário. Os partidos tradicionais de esquerda estavam desacreditados. Era a hora de uma nova *geração* entrar em cena e partir para a *ação*. Sem recuos, sem desvios. Rumo à revolução.

⁶³⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2004. p. 57.

3.1. De Estudantes a Guerrilheiros: A Saga da DI-GB

“(...) a nossa ambição ia muito além das fronteiras do movimento estudantil. Nós queríamos desempenhar um papel nacional como militantes revolucionários”.
Daniel Aarão Reis⁶³⁶

Inserida no contexto marcado pelo refluxo do movimento estudantil e radicalização das lideranças, onde “o negócio era pegar na *metranca*”⁶³⁷ e, como vimos, diversas organizações da esquerda brasileira optaram pelo recurso às armas, a Dissidência da Guanabara, que já defendia a perspectiva da luta armada, também adotou formas mais radicais de luta. Em fins de 1968, a DI-GB já se envolveu em ações armadas, mas seria em abril de 1969, por ocasião da realização (clandestina) de sua III Conferência, que os *dissidentes* cariocas se definiram enquanto “organização comunista empenhada na guerra revolucionária”⁶³⁸ e adentraram, efetivamente, na guerrilha urbana.

Em 1969, a organização apresentou o documento “Linha Política”⁶³⁹, cuja análise nos ajudará a compreender os pressupostos teóricos e as propostas práticas da organização. O texto inicia com uma análise sobre a situação internacional, destacando o papel do imperialismo estadunidense no século XX. Nesse contexto, para a DI-GB a contradição principal no campo internacional residiria entre, “de um lado, as classes e os setores sociais explorados pelo capital internacional (ou pelo capital que lhes é associado e/ou dependente) nos países de economia dependente, e, de outro lado, o imperialismo”.⁶⁴⁰ Segundo Marcelo Ridenti, a DI-GB, como outras organizações, era influenciada pela chamada “teoria da dependência”, divulgada, por exemplo, pelas teses do professor universitário Gunder Frank. Esta teoria, que também englobava autores como Rui Mauro Maurini e Theotônio dos Santos, afirmava “não haver alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países ‘dependentes’ só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras”.⁶⁴¹

A organização defendia a *luta armada* como “*caminho essencial* para a liquidação da

⁶³⁶ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 23-24.

⁶³⁷ DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. p. 159.

⁶³⁸ AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 440.

⁶³⁹ DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. “Linha Política”, abril de 1969. In: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 430-441.

⁶⁴⁰ *Idem.* p. 431.

⁶⁴¹ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 33. O autor também nos chama a atenção para não confundir essa escola com a “teoria da dependência”, desenvolvida ainda nos anos 60 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto,

exploração do trabalho do homem pelo homem, embora os revolucionários devam considerar a diversidade dos métodos que este caminho pode assumir tendo em vista as características de cada situação concreta”.⁶⁴² Ainda no que tange à luta armada, a DI-GB expressava sua solidariedade com experiências armadas internacionais, particularmente com o combate armado ao imperialismo no Vietnã, Laos, Camboja e com os movimentos de libertação das colônias na África.

Ao analisar a realidade brasileira, a DI-GB avalia o papel da burguesia nacional como aliada ao imperialismo e, portanto, a julgava incapaz de “dirigir ou participar de uma luta radical antiimperialista”.⁶⁴³ Além disso, o documento caracteriza a contradição principal na sociedade brasileira como “a que opõe o proletariado à burguesia, compreendendo-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local. Nesta medida, *destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa*”.⁶⁴⁴ Portanto, ao contrário do que defendia o PCB, os *dissidentes* cariocas excluíaam a burguesia da participação na luta revolucionária, pois ela estaria intrinsecamente vinculada às forças imperialistas, que se pretendia combater.

O proletariado representaria a força mais importante dentro do processo revolucionário. O papel dirigente da classe operária na revolução brasileira seria justificado por uma série de razões, como enumera o documento:

[o proletariado] conserva sua posição no setor estratégico da economia do país; é a única classe, enquanto conjunto, cuja vitória corresponde ao interesse objetivo das outras classes exploradas da sociedade. A satisfação dos interesses objetivos da classe operária permite a satisfação dos interesses objetivos das demais classes exploradas; de outro lado, a satisfação dos interesses da classe operária não pode ser conseguida no quadro do capitalismo dependente; (...) a importância numérica não é determinante para caracterizar o proletariado como a força mais importante, embora seja necessário observar que o proletariado não cessa de crescer enquanto valor absoluto, mesmo se em valor relativo decresça em relação ao conjunto da população; a melhoria das condições de vida em relação a outros setores e classes sociais não retira necessariamente combatividade ao proletariado. (...) o fato de não ter havido uma polarização proletariado X burguesia, acompanhada da diluição das camadas intermediárias, não retira do proletariado o caráter de força mais importante, no momento em que as classes e os setores sociais intermediários são incapazes, por suas características, de oferecer uma perspectiva de conjunto para a revolução

que acenava com a “possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado ao capital internacional”. *Idem*.

⁶⁴² DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. “Linha Política”, abril de 1969. In: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 432. Grifos nossos.

⁶⁴³ *Idem*. p. 433. Grifos nossos.

⁶⁴⁴ *Idem*.

brasileira.⁶⁴⁵

Ao lado do proletariado, outras forças também seriam estratégicas para a revolução, como os camponeses, o semiproletariado rural e os setores empobrecidos das camadas médias da população. Assim como os operários, os interesses desses setores não poderiam ser satisfeitos dentro do sistema capitalista. Por se tratar de uma organização oriunda do movimento estudantil, o documento da DI-GB não poderia deixar de destacar o papel dos estudantes secundaristas e universitários, bem como dos intelectuais: “Sua exigência de liberdade de opinião choca-se com a prática e as exigências do Estado monopolista. Suas reivindicações neste nível poderão ser igualmente satisfeitas de forma radical pela vitória da revolução das classes exploradas”.⁶⁴⁶ A luta revolucionária englobaria todos estes setores e culminaria na formação de uma “Frente Única”. No entanto, para a Dissidência “embora a contradição principal seja proletariado X burguesia, isto não quer dizer que ‘fatalmente’ ou ‘inevitavelmente’ o proletariado manterá a hegemonia na Frente Única. Esta hegemonia deverá ser fruto de trabalho e esforço sistemáticos da vanguarda da classe operária”.⁶⁴⁷

A Dissidência Comunista da Guanabara defendia a “etapa socialista da revolução brasileira”.⁶⁴⁸ Nesse sentido, também se diferenciava de sua matriz, o PCB, que preconizava a revolução em duas etapas, sendo a primeira “burguesa” ou de “libertação nacional”. Somente a ditadura do proletariado levaria a cabo transformações radicais na estrutura sociopolítica-econômica. Essas transformações se concretizariam de acordo com as tarefas do novo poder, que seriam:

- nacionalização dos grandes monopólios nos setores rurais e urbanos e do comércio externo;
- destruição das instituições burguesas que são a base e a expressão do capitalismo dependente;
- economia planificada;
- pleno emprego e melhoria das condições de habitação, transporte, alimentação, saúde e educação para todo o povo.⁶⁴⁹

A tarefa principal da vanguarda da classe operária seria preparar as condições para a estruturação deste novo poder. Neste processo, a DI-GB propunha a criação de um exército revolucionário, dirigido política e ideologicamente pela vanguarda do proletariado, que seria capaz de destruir o “Estado burguês” e instaurar o “poder proletário”. O caminho essencial

⁶⁴⁵ *Idem.* p. 434-435.

⁶⁴⁶ *Idem.* p. 435-436.

⁶⁴⁷ *Idem.* p. 436.

⁶⁴⁸ *Idem.*

⁶⁴⁹ *Idem.* p. 437.

para a revolução seria a guerra revolucionária. Esta guerra não se limitaria a uma única forma de luta determinada. Nesse sentido, é importante destacar que a organização defendia que *a adoção da luta armada não deveria excluir outras formas de luta não armadas*, ao contrário, estas diferentes formas de luta deveriam caminhar lado a lado no bojo do processo revolucionário:

*A guerra revolucionária deve ser compreendida como um processo político e não como uma explicitação militar da luta política; a combinação das formas armadas e não armadas se manifesta no decorrer do processo, embora as formas não armadas permaneçam submetidas em sua dinâmica à direção e ao sentido da preparação ou da prática das formas armadas de luta. (...) A guerra revolucionária (...) compreende todas as formas armadas de luta, assim como uma infinidade de formas não armadas que guiam, preparam e reforçam as formas armadas de luta.*⁶⁵⁰

E, por fim, esta guerra revolucionária – que compreenderia formas armadas e não armadas de luta – deveria envolver a maioria da população, ou seja, deveria ser *popular*: “A guerra revolucionária não se ‘transforma’ em guerra popular. Ela é revolucionária desde o início – porque transforma as estruturas do capitalismo dependente – e popular – porque responde aos interesses objetivos da maioria da população brasileira”.⁶⁵¹

* * *

O ano de 1969 pode ser considerado um momento-chave na trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara, pois marca uma guinada revolucionária da organização: se até 1968, ela estava voltada *basicamente* para o movimento estudantil, a partir de então seus recursos, seus militantes e seus projetos voltar-se-iam também, e sobretudo, para a preparação da luta armada. Daniel Aarão Reis, então membro da direção da DI-GB, resume essa guinada revolucionária empreendida pela organização:

*A nossa cabeça era o seguinte: nós éramos candidatos a militantes revolucionários, fazíamos política estudantil por que éramos estudantes e estávamos ali. Mas a nossa ambição ia muito além das fronteiras do movimento estudantil. Nós queríamos desempenhar um papel nacional como militantes revolucionários.*⁶⁵²

Em 1969, com base em suas ambições revolucionárias, a DI-GB alterou sua estrutura

⁶⁵⁰ *Idem.* p. 438. Grifos nossos.

⁶⁵¹ *Idem.*

interna: foi abandonada a divisão em secretariados (político, de massas, de organização, de agitação e propaganda e de educação) e foram criadas três frentes: a *Frente de Trabalho Armado* (FTA), dirigida por Cláudio Torres; a *Frente de Trabalho Operário* (FTO), comandada por Daniel Aarão Reis e a *Frente de Trabalho das Camadas Médias* (FTCM), chefiada por Franklin Martins. Estes três dirigentes formavam a Direção Geral da Dissidência Comunista da Guanabara.

Neste contexto de crescente radicalização política e militarização das esquerdas, o trabalho armado dentro da organização seria, segundo as memórias de Fernando Gabeira, considerado o mais “nobre”, o mais valorizado, ao qual todos os militantes gostariam de ascender:

As primeiras ações armadas já haviam estourado, aqui e ali. Assaltos a carros pagadores, metralhadoras capturadas a sentinelas distraídos. A atenção se deslocava para este tipo de tarefa. Nossas manifestações, por mais perigosas que fossem, não rivalizavam nem de longe àqueles feitos. (...) *O sonho de muitos de nós era o de passar logo para o grupo armado. Em nossa mitologia particular, conferíamos aos que faziam este trabalho todas as qualidades do mundo. Sair do movimento de massas para um grupo armado era como sair da província para a metrópole, ascender de um time da terceira divisão para o campeonato nacional.* Dizíamos, é claro, que todo trabalho, mesmo o mais humilde, era importante. Mas isso não bastava. Os jornais estimulavam nossas fantasias. Eram descrições mirabolantes: jovens com nervos de aço (ainda saíamos nas páginas de polícia); louras que tiravam uma metralhadora de suas capas coloridas.⁶⁵³

As primeiras ações armadas da DI-GB, no início de 1969, foram *expropriações*: bancos, carros-fortes e o famoso Bar Castelinho, localizado em frente à praia do Arpoador. Além disso, seguindo o exemplo de outras organizações, a DI-GB também *expropriou* armas de guardas, sentinelas e patrulhas policiais. A primeira grande ação da organização – e a mais rendosa financeiramente – ocorreu em agosto de 1969: o assalto (com fins revolucionários) à casa do então deputado federal Edgard Guimarães, no bairro de Copacabana. Três militantes da organização entraram no apartamento disfarçados de repórteres da revista *Realidade*, para a realização de uma entrevista, previamente agendada. Foram levados do apartamento cerca de trinta mil dólares e jóias, que serviriam para angariar armas e para a manutenção dos *aparelhos* e sustento dos militantes já na clandestinidade.

Essas ações armadas tinham também uma *função de agitação e propaganda*, como relatou Cid Benjamin:

⁶⁵² AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *op. cit.* p. 23-24.

⁶⁵³ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 111. Grifos nossos.

A gente [da DI-GB] tinha uma concepção que não via a ação armada na cidade simplesmente como um troço logístico para conseguir fundos para a guerrilha rural. Era um militarismo um pouco mais sofisticado. Teorizávamos sobre o que chamávamos “guerra combinada”. A gente via na cidade a importância dos movimentos de massa e até um apoio paramilitar a eles, além da execução de propagandas armadas, como, por exemplo, aplicar um corretivo num capataz especialmente odiado numa fábrica. Ações exemplares a partir das quais a massa não só se identificaria conosco como poderia vir a se engajar nesse processo.⁶⁵⁴

Apesar de ter se engajado nas ações armadas, a Dissidência da Guanabara não pode ser considerada uma organização *militarista*, pois, como vimos, ao contrário de outros grupos, a DI-GB nunca menosprezou nem abandonou as lutas de massas.⁶⁵⁵ Daniel Aarão Reis ressalta esta preocupação da organização em manter-se articulada aos movimentos de massas, mesmo após sua adesão à guerrilha urbana:

Nós fazíamos parte da esquerda armada, inegavelmente, mas tínhamos aquela formação que nos distinguiu radicalmente dos quadros da VPR e da ALN, que eram quadros realmente de ações práticas e que não estavam a fim de discussão. No entanto, em termos externo, práticos, a gente fazia o que eles faziam e nunca conseguíamos formular uma alternativa radical a eles.⁶⁵⁶

No que tange ao trabalho junto às camadas médias – de onde se originava a maioria dos militantes da organização –, o movimento estudantil, que dera fôlego e projeção à DI-GB, encontrava-se praticamente paralisado. A *Frente de Trabalho das Camadas Médias* concentrava-se na distribuição clandestina do jornal *Resistência*, mas os trabalhos, há muito, não conquistavam apoio de setores expressivos da sociedade, que, em sua maioria, seguiam a vida “normalmente” enquanto os guerrilheiros pareciam viver em um universo paralelo.

Ainda no final de 1968, o jornalista Fernando Gabeira, membro da DI-GB e, especificamente, da FTCM, constatou a apatia da população no natal daquele ano, enquanto, junto com militantes secundaristas, distribuía uma edição especial do *Resistência*, com editorial sobre o AI-5:

Grande parte das pessoas não conhecia o jornal e o jogava fora, mal tomando conhecimento do que se tratava. Foi um Natal de cão, em 1968. Havia muita gente presa, um corre-corre geral e os indícios de resistência eram quase nulos. Havia dado um golpe no momento exato, quando o nível de mobilização era o mais baixo possível. E haviam dado o golpe no

⁶⁵⁴ BENJAMIN, Cid *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 49.

⁶⁵⁵ Partimos da definição de Gorender: “Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas”. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 92. A *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) e a *Ação Libertadora Nacional* (ALN) são consideradas as organizações que mais extremaram o militarismo em sua prática revolucionária.

⁶⁵⁶ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 170.

final do ano, aproveitando as festas, compras de Natal e férias. (...) *O povo não parecia ter sido tocado pelo AI-5. A vida corria seu curso normal. Olhávamos a vida de meu Volkswagen, entre uma e outra distribuição do Resistência. Copacabana engarrafada com as compras, centenas de pessoas desfilando pelas calçadas. (...) Pareciam dois enredos paralelos. Nós ali, engarrafados com uma partida de um jornal clandestino, gente fugindo de casa, limpando suas estantes de livros suspeitos; e, nas ruas, as compras, a permanente trama sentimental, presentinhos daqui, presentinhos de lá (...)*⁶⁵⁷

De fato, a vida dos guerrilheiros e a da maioria da população transcorria como “enredos paralelos”, o que aumentava o isolamento social da esquerda armada. Denise Rollemberg analisou que “o Natal de 1968 foi ‘de cão’ para os que fugiam e de festa para muitos. Hoje, depois de tantos anos, talvez o que faça daquele um Natal ‘de cão’ seja mesmo constatar que para a maioria foi um Natal como outro qualquer”.⁶⁵⁸

Apesar de continuar atuando junto às camadas médias, a DI-GB enfatizou, nesta nova fase da organização, o trabalho armado e o trabalho junto aos operários, como relatou Fernando Gabeira:

Abandonava-se, lentamente, as camadas médias, o movimento estudantil e os intelectuais. Havia pouca gente para o tudo e o setor entrava num profundo marasmo. Abandonaríamos nossa classe, mas, dentro em breve, estaríamos nos braços de outra. O único grilo seria ficar no meio do caminho, perdendo a que ficou e sem conquistar a que se buscava.⁶⁵⁹

A *Frente de Trabalho Operário* atuava basicamente em ações de propaganda armada nas portas de fábricas, tentando recrutar operários para a organização. Ricardo Vilas Boas, que atuava neste setor dentro da DI-GB, relata:

Nossa organização vinha do movimento estudantil, de onde vinham praticamente todos os seus militantes, oriundos do movimento estudantil, da classe média, da Zona Sul. E precisávamos conquistar a classe operária para nossa organização. Nosso papel era recrutar operários, desenvolver o movimento operário, entrar nas fábricas, construir bases nas fábricas.⁶⁶⁰

Ricardo Vilas Boas continua o relato sobre a rotina de trabalho junto aos operários:

Fazíamos levantamento das fábricas em nossa região, íamos para as portas de fábrica, na abertura, na hora do almoço ou na saída. Nós mesmos

⁶⁵⁷ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 120-121. Grifos nossos.

⁶⁵⁸ ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 141-152. p. 152.

⁶⁵⁹ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 195.

⁶⁶⁰ REGO, Ricardo Vilas Boas de Sá *apud*. DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 32.

produzíamos os panfletos. Havia todo um trabalho de levantamento, de tentar obter informações sobre o funcionamento daquela fábrica, ver se havia conflitos especiais ali. (...) Preparávamos ações, fazíamos panfletagem em porta de fábrica. Todo dia tinha essa atividade e à noite íamos tomar chope, como todo bom jovem de 19 anos. Bom, a coisa não era tão simples assim, porque já tínhamos a perspectiva de morar mais para a Zona Norte, desviar um pouco o eixo da vida para uma área mais popular, sair um pouco da Zona Sul.⁶⁶¹

Daniel Aarão Reis, que liderava a FTO, também descreve os trabalhos da DI-GB, que deslocava seus militantes para as favelas e as fábricas:

(...) a gente começou, nessa época das panfletagens, a ter alguns contatos operários, e eles nos davam informações: por exemplo, numa fábrica, o dedo-duro é tal pessoa. Na semana seguinte, a gente ia lá, pichava as portas da fábrica, identificava o dedo-duro, dizia pra ele que, caso se comportasse mal, a gente ia matá-lo. Isso criava um “auê” incrível nas fábricas. Os operários adoravam. Então, a gente começou a fazer muito esse trabalho, dezenas de pequenas ações desse tipo: íamos às favelas, distribuíamos panfletos, advertíamos as pessoas que aterrorizavam as favelas.⁶⁶²

Outras organizações também faziam trabalhos semelhantes junto ao operariado, criando uma nova rotina nas portas das fábricas:

Nas cidades, os operários surpresos, recebendo panfletos na porta da fábrica, a voz no megafone de alguém que falava de cima de um carro: política econômica, ditadura, sede de lucros dos patrões, imperialismo, monopólios, arrocho, exploração, opressão, capitalismo, propaganda da ditadura, guerra revolucionária, luta armada, o caminho a seguir. Viva a luta armada!⁶⁶³

Boa parte das organizações iniciou um processo de *proletarização* de seus militantes, que foram morar em favelas ou comunidades carentes e participar de cursos técnicos, visando integrá-los às atividades nas fábricas, aproximando-se efetivamente da vida operária. Segundo Fernando Gabeira,

os operários conheciam de sobra os grupos que falavam em proletarização, os jovens de classe média que cortavam o cabelo curto, botavam uma calça mais larga, deixavam crescer uma costeleta, um bigode fino, e se declaravam também proletários. Quase todas as organizações se lançaram nessa aventura chamada proletarização, que era a tentativa de transformar seus intelectuais em proletários, sem tirar nem pôr, incapazes de serem distinguidos no meio dos outros.⁶⁶⁴

⁶⁶¹ *Idem.* p. 34.

⁶⁶² AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 171.

⁶⁶³ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 81.

Apesar de seus esforços, a Dissidência da Guanabara não conseguiu conquistar amplo apoio junto aos operários. Os contatos eram escassos e nenhum militante da organização era efetivamente operário.⁶⁶⁵ Para Daniel Aarão, isso se devia, em parte, ao fato da DI-GB não ter herdado “qualquer tipo de contato operário do velho Partidão. Coisa que não aconteceu com nenhuma outra dissidência – a DI de Niterói teve mil contatos, a DISP teve em função do Mariguella ter permitido, a do Rio Grande do Sul também teve”.⁶⁶⁶

Assim sendo, o trabalho da DI-GB – e também outras organizações – com os operários era de exterioridade total: “(...) *era assim mesmo o trabalho da vanguarda, de fora para dentro*. Estavam lançando a semente, ela devia germinar por si mesma, porque aqueles ali eram a classe revolucionária, o proletariado”.⁶⁶⁷ Maria Augusta Ribeiro relatou a dificuldade dos militantes da DI-GB de conseguirem inserção junto ao meio operário:

A gente era “muito classe média”. (...) eu fui voluntariamente para o setor operário, resolvi virar operária, fazer trabalho político na classe operária. Ia para porta de fábrica distribuir panfletos, e esse negócio tinha que ter cobertura armada mesmo, não podia ser assim de festa. (...) A gente fazia basicamente isso, ia para porta das fábricas, tentava falar com os caras. E começava, falava como é que estava a situação, como é que não estava. Tentava ganhar os caras para começar a fazer uma base política, de organização, para entrar dentro daquele coletivo. (...) O movimento operário era muito pouco, muito pouco organizado. Então, era muito difícil... a gente queria muito, mas você sair de um extrato social como classe média e você entrar dentro de outro...⁶⁶⁸

A classe operária, protagonista dos projetos revolucionários da grande maioria das organizações armadas, parecia cada vez mais distante e inatingível. “Tentávamos imaginar formas de alcançar a classe operária, e eu participava desta tarefa hercúlea, atingir e mobilizar a classe operária, enxergada por nós então de forma messiânica”, recorda Daniel Aarão Reis. “Mas o Messias não apareceu, nem naquele ano, nem em anos posteriores, embora haja gente que ainda o espere”.⁶⁶⁹

Se as atividades da “Frente de Trabalho das Camadas Médias” encontravam-se

⁶⁶⁴ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 188.

⁶⁶⁵ Como vimos no capítulo anterior, com base nos dados do *Projeto Brasil Nunca Mais*, que computaram conjuntamente as duas Dissidências do PCB, a da Guanabara (DI-GB) e a do Rio de Janeiro (DI-RJ), das 159 pessoas processadas por ligação com o *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8), apenas 4,7% eram trabalhadores manuais urbanos, enquanto a média geral das demais organizações armadas chegou a 13,5%.

⁶⁶⁶ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 170.

⁶⁶⁷ TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 69. Grifos nossos.

⁶⁶⁸ RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. *op. cit.* p. 11. Grifos nossos.

⁶⁶⁹ Entrevista com Daniel Aarão Reis: “Acreditávamos na ‘utopia do impasse’”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008.

enfraquecidas, devido ao refluxo dos movimentos sociais e se os esforços da “Frente de Trabalho Operário” não se convertia efetivamente em uma ampla rede de contatos e militantes nas fábricas, a *Frente de Trabalho Armado* continuava com força total, realizando importantes ações de *expropriações* de bancos e armas. No entanto, o maior feito da FTA e, conseqüentemente, da organização, ainda estava por vir.

Em agosto de 1969, a Direção Geral da DI-GB convocou alguns membros da Frente de Trabalho Armado para uma reunião extraordinária em um dos seus *aparelhos*, sob recomendação de sigilo absoluto. Lá, os militantes foram informados de um ousado plano: capturar o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, para trocá-lo por presos políticos, visando principalmente libertar Vladimir Palmeira, o principal líder estudantil da organização, preso desde outubro de 1968, após a invasão do Congresso da UNE realizado na cidade de Ibiúna, no interior paulista.

Vera Sílvia Magalhães foi a responsável pelo levantamento de informações sobre a rotina do embaixador, que revelou a fragilidade de seu esquema de segurança. Contudo, a operação exigia uma preparação à altura do desafio que ela representava. A Dissidência da Guanabara decidiu então solicitar o apoio da Ação Libertadora Nacional. Em contato com Joaquim Câmara Ferreira (o “Toledo”), o segundo principal dirigente da ALN, foi acertado que a ação seria feita em conjunto entre as duas organizações.⁶⁷⁰ Franklin Martins, então membro da direção da DI-GB, relembra os motivos que levaram a organização a propor essa parceria: “Do ponto de vista militar, nós faríamos a ação. A ação era simples do ponto de vista militar. Do ponto de vista político era um erro fazer sozinho. Tinha que ser feita conjuntamente, porque era uma ação de uma envergadura política”.⁶⁷¹ Cláudio Torres, outro membro da direção da DI-GB, de forma análoga afirma: “A questão não era operacional; operacionalmente poderíamos fazer sozinhos. (...) Mas o que era pra nós uma caixa-preta é que não tínhamos muita idéia, achávamos que iríamos mexer em casa de marimbondos, e que isso era muito grande para o nosso aviãozinho”.⁶⁷²

Ficou acertado que a ALN enviaria três quadros – Virgílio Gomes da Silva, que assumiria o comando militar da operação; Paulo de Tarso Venceslau e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto – além do próprio Câmara Ferreira, que viria ao Rio de Janeiro para as discussões políticas e o encaminhamento geral. Para a realização da ação, foi escolhida a data

⁶⁷⁰ Carlos Mariguella, principal líder da ALN, não participou da reunião, pois estava no Rio de Janeiro e não teve conhecimento do que se preparava. Vale lembrar que os núcleos da ALN possuíam autonomia para executar ações revolucionárias, sem precisar da autorização formal de uma direção.

⁶⁷¹ MARTINS, Franklin *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 299.

⁶⁷² TORRES, Cláudio *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 299.

de 4 de setembro de 1969, propositadamente durante as comemorações da Semana da Pátria, a fim de contrapor a propaganda revolucionária à propaganda da ditadura. A subida ao poder da Junta Militar, poucos dias antes, corroborou a escolha da data, pois o governo encontrava-se fragilizado, já que o novo comando ainda buscava legitimidade, inclusive junto às Forças Armadas.⁶⁷³

Com a aproximação da data escolhida para a ação, era preciso correr com os preparativos. Na medida em que não encontraram a tempo uma casa apropriada e segura para servir de esconderijo para o Sr. Charles Elbrick, os guerrilheiros decidiram utilizar a casa da rua Barão de Petrópolis, nº 1.026, em Santa Teresa, que fora alugada para sediar a imprensa clandestina da organização (na realidade, uma simples *off-set-mutilite*), sob responsabilidade do jornalista Fernando Gabeira, o morador oficial da casa.

Finalmente, conforme o combinado, no dia 4 de setembro de 1969, os revolucionários capturaram o embaixador estadunidense, ao interceptar o carro que o transportava, na rua Marques, em Botafogo. Participaram da ação: Cláudio Torres da Silva, Franklin de Souza Martins, Cid Queirós Benjamin, João Lopes salgado, Vera Sílvia Magalhães, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Sebastião Rios de Moura (pela DI-GB) e Virgílio Gomes da Silva, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau (pela ALN). No mesmo dia, foi encontrado um manifesto escrito pelos revolucionários, com duas exigências básicas: a libertação de quinze prisioneiros políticos com garantia de sua transferência segura para o exterior e a divulgação do próprio manifesto, na íntegra, nos principais meios de comunicação do país. O governo tinha 48 horas para responder publicamente se aceitava a proposta.⁶⁷⁴

O presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, informou às autoridades brasileiras que tudo deveria ser feito para que o embaixador Charles Burke Elbrick fosse libertado são e salvo, o mais rapidamente possível. A ditadura brasileira cedeu às exigências dos revolucionários. No dia 5 de setembro, o manifesto foi divulgado pelos principais jornais e por emissoras de rádio e televisão. O documento dizia:

Grupos revolucionários detiveram hoje o senhor Charles Burke

⁶⁷³ No final de agosto de 1969, com o Congresso Nacional ainda fechado, o marechal-presidente Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral e foi afastado da Presidência da República. O vice-presidente Pedro Aleixo, civil e membro do partido governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional), foi impedido de assumir o governo. Às vésperas da Semana da Pátria, mais um ato institucional deu posse a uma Junta Militar, composta por Augusto Rademaker (Marinha), Aurélio de Lyra Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica).

⁶⁷⁴ Para um relato detalhado da ação de captura do embaixador e seu desfecho, cf.: BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantém preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.

Na verdade, o *rapto* do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa da guerrilha rural. Com o *rapto* do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza da vitória para os meios dos explorados.

O senhor Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta. Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso, ela não quer comemorar coisa nenhuma: quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão em que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do sr. Embaixador está nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) A libertação de quinze prisioneiros políticos. São quinze revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses quinze homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais,

rádios e televisões de todo o país.

Os quinze prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado – Argélia, Chile ou México –, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita a proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos quinze revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justificado. Os quinze companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma “situação excepcional”. Nas “situações excepcionais”, os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da junta militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte.

Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.⁶⁷⁵

Nunca houvera no Brasil uma ação de tamanha ousadia. As negociações entre os guerrilheiros e a Junta Militar foram de domínio público. Os jornais eram informados pelos guerrilheiros, antes do governo, sobre a localização de bilhetes do embaixador à sua esposa – escritos com autorização de seus captores – ou da lista dos presos políticos a ser trocados pelo diplomata. Assim sendo, o governo se viu obrigado a romper a censura à imprensa, já que ela era sua fonte de informação. Todos acompanhavam pelos jornais o desenrolar das negociações entre revolucionários e militares. O assunto tomou conta das ruas, das conversas de bar e alcançou repercussão internacional. As esquerdas brasileiras, por sua vez, ficaram profundamente entusiasmadas com o feito dos camaradas guerrilheiros.

Em troca do embaixador, os guerrilheiros conseguiram, além da publicação de seu manifesto nos principais veículos de comunicação do país, a libertação de 15 presos políticos⁶⁷⁶, banidos – esta foi a figura jurídica “inventada” pela ditadura para legalizar a saída

⁶⁷⁵ Manifesto da ALN e MR-8, setembro de 69. In: DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 338-339.

⁶⁷⁶ Os nomes escolhidos para serem trocados pelo embaixador representavam o leque diverso das esquerdas brasileiras: Gregório Bezerra (histórico dirigente do PCB), Vladimir Palmeira (DI-GB), José Dirceu (DISP), Luís Travassos (AP), José Ibrahim (VPR), Ivens Marchetti (DI-RJ), Flávio Tavares (MNR e MAR), João Leonardo da Silva Rocha (ALN e MOLIPO), Onofre Pinto (MNR e VPR), Ricardo Zarattini (ALN), Mário Zanconato (*Corrente* mineira), Agonalto Pacheco (ALN), Rolando Frati (ALN e *Tendência Leninista*), Maria Augusta Carneiro (DI-GB) e Ricardo Vilas (DI-GB). Para as biografias de cada um do “grupo dos quinze”, cf. DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 27; 55; 85; 119; 145; 175; 209; 239; 259; 333-337.

dos presos do país – e levados ao México, a bordo do avião *Hércules 56* da FAB.⁶⁷⁷ O sucesso da ação, do ponto de vista dos guerrilheiros – suas exigências foram cumpridas pelos militares; ninguém saiu ferido ou preso durante a operação e o embaixador foi libertado, em perfeitas condições, após a chegada ao México dos presos políticos selecionados –, parecia imprimir no horizonte um vermelho revolucionário.

Foi no curso da ação da captura do embaixador estadunidense que a Dissidência Comunista da Guanabara empreendeu outra importante guinada em sua trajetória: a mudança do nome da organização, que passou a se chamar *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Na hora de assinar, junto com a ALN, o manifesto revolucionário, redigido por Franklin Martins, em que expuseram suas razões e exigências, surgiu a dúvida: como assinar? Como destacou Gorender, se assinassem como “Dissidência da Guanabara” surgiria uma interrogação para o público não iniciado: Dissidência de quê?⁶⁷⁸ Já Alberto Berquó, com base em entrevistas com os participantes da ação, informa que a direção da DI-GB questionou-se: “como a organização assinaria? Dissidência da Guanabara? DI? Soava ridículo. Isso não era nome público de organização revolucionária”.⁶⁷⁹

Na realidade, a DI-GB adotou o nome de MR-8 para desafiar a ditadura. Alguns meses antes, o CENIMAR desbaratara uma célula de militantes políticos e anunciara triunfantemente que destruíra o “grupo terrorista” *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. Tratava-se, na verdade, da Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, que, como vimos, adotara uma perspectiva militarista e “foquista”, tendo transferido seus militantes para o interior do Paraná, onde organizariam um foco guerrilheiro.⁶⁸⁰ A organização, a rigor, não tinha nome e autodenominava-se “Organização”, ou, simplesmente “O”. Nesse sentido,

para a polícia política, criou-se um imbróglio: como anunciar o desmantelamento de uma organização sem nome? Perderia o efeito publicitário almejado. Assim, e considerando que a DI-RJ tinha uma pequena folha mimeografada, *8 de Outubro*, anunciou-se o desbaratamento do Movimento Revolucionário 8 de Outubro.⁶⁸¹

⁶⁷⁷ Um grupo de oficiais pára-quadistas, inconformados com a capitulação da Junta Militar, tentou impedir o embarque dos presos políticos libertados no avião *Hércules 56*. Como não conseguiram, ocuparam a Rádio Nacional e divulgaram um manifesto contrário à decisão do governo. O episódio é relatado em: TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 138-140.

⁶⁷⁸ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 182.

⁶⁷⁹ BERQUÓ, Alberto. *op. cit.* p. 71.

⁶⁸⁰ Sobre a DI-RJ, rever página 153, no 2º capítulo dessa dissertação.

⁶⁸¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 147. O nome do jornalzinho “8 de Outubro” fazia referência à data da morte do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara na Bolívia. No entanto, hoje se

Ao assumir o suposto nome da organização recentemente aniquilada, a DI-GB objetivava “fazer uma jogada publicitária, uma espécie de contra-propaganda, em cima da jogada do Cenimar (...) Aniquilado pela repressão, o movimento [MR-8] – que nunca existira! – reaparecia numa ação espetacular. (...) o que interessava mais era a opinião pública: desacreditar o grande sucesso que o Cenimar tinha anunciado”.⁶⁸²

Os jovens da Dissidência Comunista da Guanabara, ao assinarem o manifesto que foi entregue à imprensa após a captura do embaixador, rebatizaram-se de MR-8, provando à ditadura que a revolução continuava viva e forte. Na continuidade do nome, estava a continuidade da luta: “De agora em diante nos chamaríamos MR-8. O MR-8 éramos nós”.⁶⁸³

Pode-se dizer que este momento marca o início de uma nova fase na trajetória da organização – um novo nome, para uma organização que se afastava cada vez mais de seu passado recente de grandes mobilizações estudantis, manifestações de rua e articulação com os movimentos sociais e caminhava para um crescente isolamento social, enveredando-se nas ações armadas urbanas e esboçando tentativas (frustradas) de deflagrar a guerrilha rural. O ano de 1969 representa, portanto, um “divisor de águas” na história da Dissidência Comunista da Guanabara: ano em que a organização assumiu oficialmente sua opção pela luta armada; ano em que alcançou grande notabilidade, após planejar e executar a mais ousada ação empreendida pelos grupos da esquerda armada brasileira; ano em que adotou um novo nome.

Este momento também representa o *marco temporal* final de nossa dissertação, que procurou dar conta da trajetória da DI-GB, desde sua origem, localizada ainda no pré-1964, no contexto das acirradas divergências internas que abalaram o Partido Comunista Brasileiro. Contudo, ainda que respeitando nossos limites cronológicos (estabelecidos de acordo com a viabilidade do tempo de pesquisa), consideramos que, apesar da mudança de nome, a trajetória da organização no *início da década de 1970* possuiu um traço de continuidade, ou seja, a partir de 1969 e até 1973, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, outrora Dissidência Comunista da Guanabara, continuou sendo a mesma organização, ainda que adotando um novo nome, empregando novos métodos e vivenciando uma nova etapa em sua história. Assim sendo, não nos furtaremos a expor brevemente estes “últimos anos” da organização, que, contudo, como veremos adiante, a rigor, continuou existindo nas décadas seguintes, mantendo o mesmo nome, adotando, porém, novas práticas políticas, que a

sabe que “Che” foi capturado no dia 8 de outubro, mas só foi assassinado no dia seguinte, em 9 de outubro de 1967.

⁶⁸² BERQUÓ, Alberto. *op. cit.* p. 72-73.

diferenciavam radicalmente de sua atuação política nos anos anteriores.

Após a ação da captura do embaixador, o MR-8 (como passou a ser conhecida a DI-GB) viu seu prestígio aumentar, mas ao mesmo tempo, teve de enfrentar – junto com as demais organizações – a intensificação da repressão ditatorial. Logo após a ação revolucionária, o governo editou dois novos atos institucionais (nº 13 e nº 14), que decretavam, respectivamente, a pena de banimento para os presos políticos trocados pelo embaixador e a adoção da pena de morte para crimes de “guerra subversiva”. A repressão tornou-se ainda mais feroz. Em pouco tempo, quase todos os participantes da ação da captura do embaixador foram presos, torturados e alguns mortos.⁶⁸⁴ Ainda no final de 1969, um imenso baque para a esquerda armada brasileira: morria Carlos Mariguella, o lendário dirigente da ALN, vítima de uma emboscada na alameda Casa Branca, em São Paulo.⁶⁸⁵

No MR-8, com a prisão de Cláudio Torres, então dirigente da “Frente de Trabalho Armado” e a partida de Franklin Martins para Cuba⁶⁸⁶, então chefe da “Frente de Trabalho das Camadas Médias”, Cid Benjamin passou a comandar a FTA e Carlos Vainer tornou-se responsável pela FTCM. A “Frente de Trabalho Operário” continuava sob o comando de Daniel Aarão Reis. Em meados de 1970, após as prisões de Daniel Aarão Reis, Cid Benjamin e Vera Sílvia Magalhães (a grande “musa” da DI-GB/MR-8), a organização baqueou e recompôs sua direção nacional com Carlos Alberto Muniz, João Lopes Salgado e Stuart Angel Jones.

Neste contexto, com o crescente cerco da repressão, o MR-8 decidiu intensificar sua atuação no meio operário, conforme relatou Daniel Aarão Reis em depoimento a Marcelo Ridenti:

Depois do seqüestro, a organização tinha crescido muito de prestígio, mas, ao mesmo tempo, tinha ficado acuada. Tinha dado um salto em termos de

⁶⁸³ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 96.

⁶⁸⁴ Para um relato detalhado das “quedas” dos participantes da captura do embaixador, cf. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 184-186.

⁶⁸⁵ O baiano Carlos Mariguella foi um dos principais propulsores e teóricos da esquerda armada no Brasil. Em 1932, aos 21 anos de idade, largou a Escola Politécnica da Bahia para ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já morando no Rio de Janeiro, foi preso em 1937, juntamente com outros militantes comunistas que participaram do Levante de 1935, e anistiado em 1945. Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, mas perdeu o mandato em 1948, em virtude da decretação da ilegalidade do partido. Voltou para a clandestinidade e ocupou diversos cargos na direção partidária. Após o golpe de 1964, começou a divergir das orientações do Partido e dele se desligaria em 1967, para fundar, no ano seguinte, o Agrupamento Comunista de São Paulo, mais tarde conhecido como *Ação Libertadora Nacional (ALN)*, um dos principais grupos da esquerda armada brasileira. Em 4 de novembro de 1969, Marighella, considerado o inimigo nº 1 da ditadura, foi surpreendido por uma emboscada na alameda Casa Branca, na capital paulista, e morto a tiros por agentes do DOPS, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Cf. JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997. Para maiores informações sobre a morte de Carlos Mariguella, cf. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 190-200.

⁶⁸⁶ Franklin Martins foi autorizado pela organização a partir para Cuba, onde realizaria treinamento guerrilheiro.

adesão á luta armada, mas, ao mesmo tempo, nossa margem de manobra tinha diminuído muito. Porém, abriram-se grandes perspectivas de trabalho com outras organizações – a ALN, por exemplo. Mariguella abriu para nós as bases operárias. A perspectiva era transferir cinco, seis, mais quadros, a fim de aproveitar todas as possibilidades de trabalho operário em São Paulo: o Gabeira foi em primeiro lugar.⁶⁸⁷

O jornalista Fernando Gabeira foi deslocado para São Paulo, onde foi abrigado por quadros operários ligados à ALN. O trabalho político, no entanto, não foi à frente, pois Gabeira foi logo preso e o setor operário a que estava vinculado desarticulou-se.⁶⁸⁸ De qualquer maneira, Daniel Aarão Reis enfatiza o trabalho operário desenvolvido pelo MR-8:

Em 1970, a Organização fez aqui no Brasil um documento, que nunca mais encontrei, sobre como desenvolver um trabalho molecular numa fábrica, a experiência viva de como organizar uma rede clandestina de operários, como se faz uma panfletagem, uma propaganda, como se excita uma pequena greve. Nos chamávamos isso de montar uma rede de “trabalho tartaruga”. Esse documento era uma *prova de que a gente tinha um trabalho operário. Muito pequeno*, mas que na época...⁶⁸⁹

O trabalho operário não resultou, como vimos, em efetivo apoio dos trabalhadores à organização, mas o fato dele ter sido desenvolvido – a despeito de sua eficácia em curto prazo – demonstra que a DI-GB/MR-8 não era um grupo exclusivamente *militarista*, embora tivesse adotado firmemente a luta armada como tática revolucionária. Para César Benjamin, esse foi um fator importante que garantiu a sobrevivência ao MR-8:

*Já em 1970, mesmo com a Organização em processo de destruição, ela manteve um trabalho operário que foi a base de reconstituição do futuro MR-8 – desse que está aí até hoje. É curioso como a DI-GB e o MR-8 nunca foram destruídos completamente pela repressão. Mesmo nos momentos em que a Organização está mais baqueada, ela se reconstrói. Parece que isso se deve, pelo menos em parte, ao fato de nunca esteve inteiramente no trabalho armado, ela não se chocou inteira com a repressão.*⁶⁹⁰

Para fugir do cerco da repressão, o *Oito*, como se apelidara a organização, também optou por transferir alguns de seus militantes para outros Estados, sobretudo para a Bahia, onde a organização contou com a adesão de um grupo de estudantes secundaristas. Lúcia Murat foi destacada para viajar a Salvador a fim de estabelecer contatos e consolidar a adesão

⁶⁸⁷ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 171.

⁶⁸⁸ Para o relato da experiência de Gabeira junto aos operários da ALN em São Paulo e sua prisão, cf.: GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 185-201.

⁶⁸⁹ AARÃO REIS, Daniel *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 172. Grifos nossos.

⁶⁹⁰ BENJAMIN, César *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 172. Grifos nossos.

dos novos militantes, entre eles José Campos Barreto, o “Zequinha”, jovem líder operário e ativista sindical, que teve participação de destaque na greve dos metalúrgicos de Osasco e optou pela transferência da VPR – organização a qual se integrou após a greve, quando passou à clandestinidade – para o MR-8, que, finalmente, conseguia um militante operário, que, no entanto, estava bem longe do chão da fábrica e voltara para o sertão baiano, onde nascera, agora disposto a deflagrar a guerrilha rural.

Ainda em 1970, o MR-8 esboçou tentativas de coligação com outras organizações, sobretudo ALN e VPR, que chegaram a formar uma *frente clandestina*, que não evoluiu no sentido da fusão orgânica, mas restringiu-se a execução de ações conjuntas.⁶⁹¹ Aliás, ao longo de sua trajetória, sobretudo na década de 1960 quando ainda se chamava Dissidência da Guanabara, a organização vislumbrava “a integração numa organização maior, com bases sociais mais amplas e penetração em outros Estados. Desencontros alheios à vontade da direção do MR-8 impediram sua participação no processo de fusão de organizações que constituíram a VAR-Palmares em 1969”.⁶⁹² Assim sendo, a organização seguiu trajetória própria, mas percorreu caminhos semelhantes aos traçados pelas demais organizações revolucionárias, caminhos que por vezes se entrelaçavam.

A conquista de novos militantes na Bahia parecia conferir um novo fôlego ao MR-8, sobretudo a partir de abril de 1971, quando se transferiu para a organização, egresso da VPR, o capitão Carlos Lamarca, que, junto com Carlos Mariguella, tornou-se um dos maiores símbolos e *heróis* da esquerda armada brasileira. Militar exemplar, Lamarca trocou uma carreira brilhante no Exército pela clandestinidade da luta armada. Ao desertar, desviou armas do quartel de Quintaúna (SP) para a guerrilha e ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Como revolucionário, participou de algumas das ações mais espetaculares da luta armada, como, em 1969, a *expropriação* do cofre com os dólares do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e, no ano seguinte, as capturas dos embaixadores alemão e suíço, trocados por quarenta e setenta presos políticos respectivamente. Em 1971, já como militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), partiu para o sertão baiano a fim de começar a guerrilha rural.

Pouco antes, em janeiro de 1971, o MR-8 divulgou o documento “Orientação para a prática”, que insistia na perspectiva de que a ditadura estava isolada e desmascarada, sobretudo porque nas eleições de 1970 o total de votos nulos ou em branco atingiu níveis

⁶⁹¹ Para maiores informações sobre a “frente” da esquerda armada brasileira e suas ações em 1970, cf. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 215-222.

⁶⁹² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 37-38.

elevados, fato interpretado pela esquerda armada como uma vitória e evidência do desgaste da ditadura:

As massas exploradas, atualmente ainda muito desorganizadas, não acreditam absolutamente que o “governo” possa resolver seus problemas. Da mesma forma não se deixam mais levar pelas manobras dos meios politiquieiros burgueses. A “oposição” tolerada – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – não convence mais ninguém. Taxas elevadas de votos nulos nas últimas “eleições” em novembro de 1970 provam o que dizemos (mais de 50% de votos nulos em todo o país). Atualmente não é mais necessário desmascarar ou isolar a ditadura: ela já se encontra suficientemente desmascarada e isolada.⁶⁹³

Ainda assim, o documento apresentava avanços no sentido de que, embora defendesse que boa parte da sociedade não apoiava a ditadura, constatava que isso não necessariamente significava que esse apoio fora transferido para a esquerda armada:

*(...) embora a esquerda tenha se apresentado no começo de suas ações como uma alternativa à ditadura, ela não conseguiu manter-se e desenvolver-se como tal. Se os votos nulos são votos contra a ditadura, não são, em sua maioria, favoráveis à esquerda armada. A massa simpatiza com a esquerda revolucionária porque esta se opõe à ditadura, mas não vê ainda nela a solidez necessária para considerá-la como alternativa conseqüente de poder. Depende essencialmente da esquerda armada que os aplausos de hoje se transformem em apoio ativo amanhã, depende de sua capacidade em travar uma luta conseqüente.*⁶⁹⁴

O documento apresentava ainda importantes autocríticas às práticas da organização e da esquerda armada em geral. O texto classificava o *espontaneísmo* e o *vanguardismo* como os dois principais “erros” na luta armada desencadeada até então e que, se não fossem superados, favoreceriam o isolamento dos revolucionários:

Superar o vanguardismo significa ter uma concepção clara e justa da relação que deve existir, no momento atual, entre a vanguarda armada e as massas e aplicar esta concepção. *É preciso admitir que hoje há apenas duas opções: tentar organizar a massa ou limitar-se aos quadros das organizações armadas. Consideramos que a mudança da realidade política – o Ato Institucional nº 5, o endurecimento do regime, o aumento brutal da repressão – impede atualmente as manifestações de massa em suas formas tradicionais. Entretanto, isso não impede a participação política e a organização político-militar dos setores mais conscientes das massas*

⁶⁹³ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, “Orientação para a prática”, janeiro de 1971. In: AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.* p. 443-444.

⁶⁹⁴ *Idem.* p. 444. Grifos nossos.

*dispostas a contribuir para o conjunto das tarefas do processo.*⁶⁹⁵

O texto também constatava a redução das bases sociais das organizações revolucionárias, as dificuldades na recomposição de quadros e mantinha a guerrilha rural como tarefa estratégica. Além disso, propunha a formação de frentes entre as organizações revolucionárias, que deveriam ultrapassar a execução de ações isoladas em conjunto:

(...) consideramos que o caminho da unificação, hoje, passa pela formação de frentes. (...) devemos aprofundar as discussões políticas para superar as divergências ainda existentes. Devemos também lutar para que estas frentes adquiram uma planificação político-militar no espaço e no tempo, integrando assim as práticas das diferentes organizações, ultrapassando a etapa atual das frentes puramente operacionais (frentes estabelecidas simplesmente para executar ações isoladas).⁶⁹⁶

Apesar da importância concedida à luta de massas, a organização embarcou no *projeto guevarista* da guerrilha rural. Animado com as teses do MR-8, com a possibilidade de escapar do cerco das cidades, nas quais as ações armadas mostravam-se cada vez mais esgotadas, e de realizar um trabalho no campo, Carlos Lamarca, juntamente com sua companheira Iara Iavelberg (que também se transferira da VPR para o MR-8), rumou para a Bahia em junho de 1971. Iara ficou escondida em um *aparelho* em Salvador, onde morreu em agosto daquele ano cercada pela repressão.⁶⁹⁷ O capitão juntou-se a Zequinha, o operário que voltara de Osasco para o sertão que o viu nascer e onde pretendia deflagrar a tão sonhada guerrilha rural. No lugarejo de Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas, Lamarca e Zequinha pouco puderam fazer pela revolução. Isolados, sem conquistar o apoio dos camponeses, fisicamente em frangalhos, logo se viram sendo *caçados* pelas forças do Exército, que não hesitaram em espalhar o terror pelos vilarejos por onde passaram, em busca de informações acerca do paradeiro dos dois guerrilheiros. Zequinha, que acompanhou Lamarca até o fim,

⁶⁹⁵ *Idem.* p. 445. Grifos nossos.

⁶⁹⁶ *Idem.* p. 448.

⁶⁹⁷ No momento de sua morte, Iara Iavelberg era uma das pessoas mais procuradas pelos órgãos de repressão política em todo o país, na medida em que já era conhecida a sua relação amorosa com Carlos Lamarca, inimigo número 1 do regime militar naquele momento. Durante muito tempo prevaleceu a versão de que Iara Iavelberg se matou, disparando contra o próprio coração para evitar as torturas a que certamente seria submetida se apanhada viva no apartamento em Salvador (BA), em 20/08/1971, onde estava encerrada pelos órgãos de segurança. Apenas em 22/09/2003, encerrando 13 anos de ações judiciais mantidas pelos familiares, o corpo de Iara foi finalmente exumado e retirado da ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo, na medida em que o Poder Judiciário curvou-se aos argumentos jurídicos ressaltando as inúmeras contradições presentes na versão oficial dos órgãos de segurança, bem como o suspeito desaparecimento de laudos referentes à sua morte. As circunstâncias em que morreu Iara ainda são cercadas de dúvidas e contradições. Cf. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *op. cit.* p. 173-174. Para um relato biográfico de Iara Iavelberg, cf. PATARRA, Judith Lieblich. *Iara. Reportagem*

carregou o companheiro doente nas costas, recusando-se a abandoná-lo para salvar-se: “Quem é amigo na vida é amigo na morte”, dizia ele.⁶⁹⁸ Morreram juntos, enquanto descansavam sob uma árvore, metralhados pelas tropas do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe do DOI/CODI de Salvador, na localidade de Pintada, em 17 de setembro de 1971.⁶⁹⁹

Denise Rollemberg analisou que a trajetória de vida e a morte de Carlos Lamarca confundem-se com a trajetória e a morte da própria luta armada:

(...) O caminho era sem volta. A trajetória de Carlos Lamarca tão semelhante à da luta armada. O fim da VPR, a ida para o MR-8. O cerco se apertando, a clandestinidade cada vez mais difícil, um dia em cada aparelho, a provisoriamente como rotina, a angústia dos companheiros caindo, mortos, na tortura. Viver um dia de cada vez, sobreviver a conta-gotas. (...) Lamarca recusava e desprezava o exílio, jamais o considerou sequer como hipótese (...) Via-o como traição e covardia, mesmo diante do massacre à esquerda armada (...) Como recomeçar – ou começar? Longe das cidades, para implantar a guerrilha rural, esta sim! Até agora a luta foi apenas para viabilizá-la. O deslocamento para o interior, para o sertão, para o Brasil. Buriti Cristalino, Brotas de Macaúbas, Bahia. Aquilo era o Brasil, o seu coração que pulsava, que ardia de sede, que clamava aos céus por milagres. (...) Ali estavam as entranhas do país, longe da dubiedade das cidades, do Sudeste que se queria civilizado esquecendo os esquecidos. Para lá foi Lamarca. Lamarca e Zequinha, o operário de Osasco que ameaçou tudo explodir na greve. Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares (...) a fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvazia, que não sabia que Iara já havia morrido (...) O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão proporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada.⁷⁰⁰

Após constantes golpes da repressão, a estrutura orgânica do *Oito* estava praticamente desativada no país. Na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os militantes, em sua maioria, presos, exilados ou enterrados. Os remanescentes no país realizaram uma guinada política, aproximando-se da *Política Operária* (PO) – uma espécie de

biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

⁶⁹⁸ JOSÉ, Emiliano & OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1989. p. 164.

⁶⁹⁹ Para maiores informações sobre a vida e a morte de Carlos Lamarca, cf. JOSÉ, Emiliano & OLDACK, Miranda. *op. cit.* Em 1994, sua trajetória chegou às telas de cinema com o filme *Lamarca*, de Sérgio Rezende. A Prefeitura do município de Ipujiara, na Bahia, construiu na comunidade de Pintada, local onde Lamarca foi morto, uma praça em sua homenagem, com uma estátua de Carlos Lamarca, anfiteatro, *playground*, fonte luminosa e cantina. A “Praça Capitão Carlos Lamarca” foi inaugurada no dia 13 de janeiro de 2007. O município também homenageou Lamarca criando uma lei, através da qual acrescenta ao calendário dos feriados municipais o dia 17 de setembro, data da morte do líder revolucionário. Não deixa de ser irônico que mais de trinta anos após sua morte, Lamarca seja homenageado na região onde morreu isolado e sem conquistar o apoio dos moradores locais.

⁷⁰⁰ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 74-75.

refundação da ORM-POLOP – que, “situando-se numa perspectiva leninista ortodoxa, criticava sem reservas as ações armadas em curso, consideradas *vanguardistas e esquerdistas*, defendendo a centralidade da classe operária e a necessidade de concentrar esforços políticos no trabalho junto ao proletariado”.⁷⁰¹

Diante da repressão cada vez mais feroz no Brasil, os dirigentes do MR-8 partiram para o Chile, que, governado pelo socialista Salvador Allende, atraía militantes de esquerda exilados de diversos países da América do Sul. Marco Aurélio Garcia analisou:

A retirada da quase totalidade dos quadros do país, após a morte de Lamarca e o encontro destes com os que haviam sido anteriormente banidos, em Santiago do Chile, materializa a opção de priorizar o processo político de discussão. Mas as condições de derrota do conjunto da esquerda e da organização em particular não vão facilitar as coisas.⁷⁰²

No exílio, os sobreviventes iniciaram um doloroso processo de autocrítica, acusações e novos “rachas”. Nesse sentido, o ano de 1973, marcado pelo golpe militar no Chile, também representa mais um importante marco temporal na trajetória do MR-8 – e, dessa vez, um marco final, pelo menos para *esse* MR-8 que estamos analisando.

Segundo Daniel Aarão Reis e Marcelo Camurça, o MR-8, que contava com poucos quadros no exterior, *rachou* em duas partes: *MR-8 Direção Geral* (MR-8/DG), que reunia o núcleo dirigente que abandonara o Brasil (como Sergio Rubens, João Salgado e Juca Oliveira) e mais alguns dirigentes já no exílio (como Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz), que criticavam a luta armada empreendida até então e inspiravam-se nas teses da “Política Operária” (PO); e *MR-8 Construção Partidária* (MR-8/CP), que reunia alguns militantes exilados, entre eles Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis, que também faziam a autocrítica da luta armada, mas recusavam-se a se aproximar das propostas da PO. O MR-8/CP teve vida curta: após o golpe militar no Chile em setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, seus militantes espalharam-se por diversos países e não foi possível manter os vínculos políticos. Já o MR-8/DG chegou a realizar, antes do golpe, uma conferência onde decidiu encerrar as ações armadas e concentrar seus esforços nos trabalhos em sindicatos operários e associações populares no Brasil. A partir de então, reativou contatos e conseguiu articular um trabalho político no interior do país. Junto com a “Ação Popular Marxista-

⁷⁰¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 138.

⁷⁰² GARCIA, Marco Aurélio. “MR-8: uma história de zigue-zagues”. *Em Tempo*, nº 98, 24 de janeiro a 07 de fevereiro de 1980, p. 13. (Série: Contribuição à história da esquerda brasileira. 1960-1979) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Série Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Dossiê Documentos Impressos de Circulação Interna.

Leninista” (APML) e a “Política Operária”, o MR-8 editou no exterior a revista *Brasil Socialista*, que circulou clandestinamente no Brasil. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, este “novo” MR-8 participou ativamente da reorganização dos movimentos sociais e do processo eleitoral, apoiando candidatos “progressistas” do MDB (atual PMDB), partido ao qual acabou integrando-se, e onde ainda hoje forma um pequeno núcleo.⁷⁰³

Em 1969, como vimos, a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), já empenhada nas ações armadas, adotou o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). A mudança de nome, entretanto, não representou uma ruptura em suas táticas e estratégias revolucionárias. DI-GB e MR-8 eram a mesma organização. No entanto, o mesmo não se pode dizer das guinadas empreendidas pela organização a partir de 1973, após os “rachas” sofridos no exterior. Os poucos militantes que restaram do antigo MR-8, após acirradas divergências com seus outrora camaradas, condenaram as ações armadas e iniciaram um novo capítulo na história da organização. Anos mais tarde, o MR-8 seria reorganizado no Brasil, assumindo, porém, uma orientação política bastante diferente da anterior. Nesse caso, ao contrário do que ocorrera em 1969, o nome ainda era o mesmo: *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. Contudo, consideramos que por suas novas formulações e práticas políticas tratava-se, na verdade, de *uma nova organização*, que se afastou cada vez mais de seu passado revolucionário. Com outra inspiração, novas palavras de ordem e novas formas de luta, entre este MR-8 e seu predecessor medeia um verdadeiro abismo.

* * *

As esquerdas armadas brasileiras acreditaram, por algum tempo, que o poder estaria próximo às suas mãos. Segundo Marcelo Ridenti, “a clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas aumentavam cada vez mais essa aparência de poder, que logo seria desfeita pela força dos fatos”.⁷⁰⁴ As inúmeras ações de *expropriações* – algumas se tornaram legendárias, como a “desapropriação” do cofre do ex-governador paulista Ademar de Barros – e, sobretudo, a captura de diplomatas – que deu às organizações revolucionárias uma notabilidade internacional – contribuíram para esta *ilusão de poder*: “a ousadia destas ações invertia – ou

⁷⁰³ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 138-145. Para maiores informações sobre a trajetória do MR-8 nas décadas de 1970 e 1980, cf. CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “melhores filhos do povo”: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso MR-8*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

aparentemente invertia – a correlação de forças de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns ‘guerrilheiros’ podiam vencer os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas”.⁷⁰⁵ César Benjamin, o “Cesinha” do MR-8 (que entrou para a militância muito jovem, ainda na adolescência), comentou esta ilusão de poder da guerrilha urbana:

É típico da guerrilha urbana ter sucessos iniciais, ela é eficaz taticamente. Com ela, um grupo muito pequeno pode, em determinado momento, passar para o centro da conjuntura nacional. Mas ela é ineficaz estrategicamente, porque, ao mesmo tempo em que se ocupa através dela o centro da luta política – *isso dá uma ilusão de poder* –, radicaliza-se o processo político muito rapidamente, sem que a guerrilha implique o avanço da luta de massas. Por exemplo, o seqüestro do embaixador americano, em 1969, foi um sucesso, o Brasil inteiro parou, todo mundo gostou. Então, você tem vitórias iniciais retumbantes, que criam uma dinâmica política à revelia das massas, que rapidamente leva grupos a enfrentarem o Estado. A luta fica reduzida a um enfrentamento entre grupos e Estado.⁷⁰⁶

Essas ações armadas pareciam imprimir no horizonte um vermelho revolucionário. Contudo, o regime civil-militar propôs uma coloração bem diferente. Num curto período de tempo, a luta armada foi debelada e a prisão, a tortura ou a morte seriam o destino da ampla maioria dos militantes das diversas organizações de esquerda armada atuantes no Brasil. Permaneceria a questão de como explicar a derrota.

As organizações revolucionárias, a despeito do sucesso de suas primeiras ações armadas, caminharam para um crescente isolamento social. E mesmo sua tática de guerrilha urbana foi, cada vez mais, esgotando-se em si mesma. O dinheiro confiscado nas *expropriações* era rapidamente consumido na manutenção da infra-estrutura das organizações, sobretudo no aluguel de casas que serviam como *aparelhos* dos militantes e no sustento dos militantes profissionalizados como revolucionários, vivendo na clandestinidade. As prisões “queimavam” os *aparelhos* e mais dinheiro era necessário para sua substituição. As ações armadas acabaram por se tornar *ações de sobrevivência*. Manter-se já era uma vitória. Para piorar a situação das organizações, os *rachas* eram freqüentes. A luta armada – uma certeza inquestionável para as organizações revolucionárias – não representou a união destas esquerdas. Como analisou Jacob Gorender,

(...) no ambiente de refluxo dos movimentos de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercambio flui através de

⁷⁰⁴ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 51.

⁷⁰⁵ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 68.

⁷⁰⁶ BENJAMIN, César *apud* RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 1993. p. 53.

precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases dos *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.⁷⁰⁷

À medida que as organizações iam-se fragmentando, o contingente de militantes – que fora reduzido bruscamente desde que as organizações enveredaram-se pelas ações armadas e, sobretudo, após o aumento da repressão – diluía-se e muitas eram as dificuldades em recrutar novos quadros. Fernando Gabeira relatou:

As organizações já não faziam grandes progressos, em termos de conquista de quadros novos. O que havia era uma grande mobilidade entre elas. De repente, a VPR era a maior organização do Brasil; de repente, esta organização já era o MR-8. Como o movimento social não apresentava nada de essencialmente novo, dava-se o que a gente chamava de um crescimento antropofágico. O avanço de uma organização era o resultado direto do declínio de uma outra.⁷⁰⁸

Algumas organizações vislumbraram a necessidade de um recuo, como o próprio MR-8. No entanto, nesse momento (início da década de 1970), atingira-se um *ponto de não retorno*, para usar a expressão cunhada por Frantz Fanon.⁷⁰⁹ Diante dos pressupostos teóricos adotados, do nível de engajamento político alcançado e da “obrigação moral” com os militantes mortos, presos e torturados, recuar, mesmo para as organizações que constataavam essa necessidade, era muito difícil e, para muitos, uma opção fora de cogitação. Retomamos as palavras de Alex Polari, que afirmou: “A *qualquer possibilidade de regresso dei o nome de covardia*”.⁷¹⁰ Renato Tapajós, ex-militante da “Ala Vermelha”, relembra que abandonar a luta ou mesmo sair do país era encarado como deserção e falta de compromisso com os companheiros “caídos”:

(...) desertar é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Por que *o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer. (...) a gente não pode mais voltar a partir de um certo ponto porque o peso nas costas, o peso de todos os mortos é grande demais*.⁷¹¹

Por recusar-se a recuar, os revolucionários prosseguiram. Rumo à revolução ou rumo à derrota?

⁷⁰⁷ GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 87.

⁷⁰⁸ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 188.

⁷⁰⁹ FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 70.

⁷¹⁰ POLARI, Alex. *op. cit.* p. 156. Grifos nossos.

⁷¹¹ TAPAJÓS, Renato. *op. cit.* p. 160-161. Grifos nossos.

A rígida clandestinidade isolava não só os militantes – sós, trancados nos *aparelhos*, sem poder sair às ruas –, mas também conduzia ao crescente isolamento social das próprias organizações em que militavam. César Benjamin, em depoimento ao jornal *Em Tempo*, em 1979, analisou a atuação política dos grupos armados clandestinos:

*(...) nossos militantes agiam fora de seu meio. Breve, tinham as estruturas “profissionais” separadas do corpo social, sem capacidade de simbiose com a sociedade. Por paradoxal que pareça, a extrema clandestinidade nos tornava ainda mais vulneráveis às investidas repressivas (...) No afã de reagir contra a grande política tradicional, corrompida e ineficaz, negamos a própria política – pelo menos em aspectos centrais – e fizemos da clandestinidade um fetiche.*⁷¹²

E continua:

*Com a derrota dos movimentos sociais de 1968, e a repressão que se segue, fomos expelidos do tecido social brasileiro (...) Respondendo à vitória da contra-revolução na sociedade real com uma guerra revolucionária que só podia se desenrolar numa realidade imaginária ou marginal, deflagramos uma bola de neve que passou a refletir cada vez mais o enfrentamento de grupos (representantes de si mesmos) contra o Estado. Fomos levados a radicalizar o processo político no momento em que o adversário era muito mais forte e, pior, o fizemos à revelia da ação popular organizada. (...) neste momento (mais ou menos 1972), nosso engajamento, embora utilizado pela ultradireita para manter uma situação de terror generalizado, quase que só a nós dizia respeito, pois todo esse processo já se desenvolvia à margem dos verdadeiros locais da sociedade brasileira onde se gestava uma nova conjuntura política (...)*⁷¹³

Renato Tapajós corroborou esta visão:

*O que sentia era como se a organização fosse um outro planeta, sem nenhum ponto de contato com aquilo ali. Alguém estava fora da realidade, alguém vivia num outro mundo. Fechados nos aparelhos, saindo pra fazer ações e voltar, os contatos rarefeitos, absorvidos pela vida orgânica, reuniões, discussões.*⁷¹⁴

Para sobreviver, as organizações tornaram-se absolutamente clandestinas. E assim, isolavam-se mais do restante da sociedade. A própria sobrevivência, portanto, levava ao isolamento. E ao distanciamento entre as organizações e suas bases sociais.

Diante da constatação deste isolamento, Carlos Lamarca, no processo de rompimento

⁷¹² BENJAMIN, César, *Em Tempo*, 2 de agosto de 1979. Grifos nossos.

⁷¹³ *Idem*. Grifos nossos.

⁷¹⁴ TAPAJÓS, Renato. *op. cit.* p. 135. Grifos nossos.

com a VPR em 1971, escreveu a Alfredo Sirkis, militante da mesma organização: “Nenhuma solução artificial solucionará o impasse da esquerda. Ou a esquerda parte – agora, já – para criar sua base social, ou não dará mais tarde o passo necessário”.⁷¹⁵ Contudo, a esquerda armada não conseguiu estabelecer fortes vínculos sociais. Seu projeto revolucionário não encontrava ressonância na sociedade. O isolamento crescente anunciava a derrota iminente.

Flávio Tavares, ex-militante do MNR e do MAR, em meio à solidão da clandestinidade e ao sentimento de desamparo, questionava-se:

(...) me perguntei se tudo que havíamos feito não eram gestos messiânicos, em que nós – que queríamos ser a vanguarda da resistência à ditadura militar – acabávamos devorados pelos nossos filhos, ou seja, nossos atos. (...) *Mas e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia?*⁷¹⁶

O *povo brasileiro*, essa abstração... onde estava ele? Para os revolucionários, o *povo* deveria e inevitavelmente ficaria ao seu lado. No manifesto divulgado pelo MR-8 e ALN, por ocasião da captura do embaixador estadunidense em 1969, os revolucionários afirmavam:

(...) o rapto do embaixador é uma advertência clara de que *o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles* [países imperialistas e burguesia nacional] *o peso de sua luta*. (...) Na Semana da Independência, há *duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração*.

Mas será que, de fato, a luta armada representava as aspirações da maioria da população? Será que o *povo* identificava-se com o projeto revolucionário defendido pelas organizações? Podemos dizer que os revolucionários conquistaram, em algum momento, como no caso da captura do embaixador, a *simpatia* de uma parcela da população, que *torcia* pelos guerrilheiros. No entanto, *torcida* não significava *apoio* – são qualitativamente diferentes. E, sem apoio, afastados das bases sociais, os grupos da esquerda armada isolaram-se e tornaram-se presas fáceis para a ditadura, que sofisticava e aperfeiçoava seus sistemas de informação e seus órgãos de repressão e elevava a *tortura* à política de Estado (ainda que nunca assumida).

Como destacou Denise Rollemberg, o êxito da repressão deve ser explicado menos pelo aperfeiçoamento de seus órgãos e mais pelo recurso à *tortura*, amplamente utilizada

⁷¹⁵ Carta de Carlos Lamarca a Alfredo Sirkis, 2 de maio de 1971. In: SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980. p. 352.

como meio para conhecer o funcionamento e a estrutura das organizações revolucionárias e, assim, desmontá-las.⁷¹⁷ Ainda assim, a autora salienta que a razão da derrota da esquerda armada “está menos na ação da repressão e mais no abismo entre as escolhas da sociedade e o meio – o enfrentamento armado – e o fim – a revolução – daquela luta”.⁷¹⁸

As organizações de vanguarda apresentavam-se como *orientadoras* e *iluminadoras* dos caminhos da revolução, que por elas seriam desbravados, para então ser seguidos pelas “massas”. E, por algum tempo, a vitória pareceu inexorável a quem se mirava em Che Guevara e Ho Chi Minh. Mas havia um abismo entre a teoria e a realidade brasileira. No fim das contas, as “massas” não pegaram o bonde, supostamente, puxado pelas vanguardas.

Essa ausência de diálogo entre as *vanguardas* e as *bases sociais* – que julgavam representar – é perceptível na trajetória de todas as organizações da esquerda armada, desde as mais *massistas* (organizações que valorizavam o papel das “massas” urbanas e/ou rurais no desenrolar da guerrilha) às mais *militaristas* (grupos que enfatizavam a realização de ações armadas). Como resumiu Jean Marc von der Weid: “Todos – em todas as tendências – tomamos nossos sonhos pela realidade e pecamos coletivamente por vanguardismo. Uns foram vanguardistas armados, outros foram vanguardistas ‘de massa’”.⁷¹⁹

O *isolamento social da esquerda armada* foi, portanto, a *principal causa da vida curta e morte trágica de seu projeto revolucionário*. Os revolucionários – isolados, acudados, forçados a um “combate nas trevas”⁷²⁰ que não poderiam vencer – foram derrotados pelas forças tremendamente superiores e melhor organizadas da ditadura. Forças que não hesitavam em usar todas as armas – a prisão arbitrária, o assassinato, a tortura, o banimento – contra aqueles que as desafiavam. Aos que sobreviveram, nas prisões, na clandestinidade ou no exílio, restava examinar a própria atuação em busca das razões da derrota – a *autocrítica* e o processo de acerto de contas com o passado e consigo mesmo.

⁷¹⁶ TAVARES, Flávio. *op. cit.* p. 52. Grifos nossos.

⁷¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 66; 71. Para um relato detalhado das torturas a que foram submetidos os militantes da esquerda armada, cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34-42. Para Foucault, a violência da *punição* ao adversário deve atingir não só seu corpo, mas também sua alma: atua sobre seu coração, seu intelecto, sua vontade e suas disposições. Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

⁷¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 71.

⁷¹⁹ WEID, Jean Marc von der *apud* AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 131. Grifos nossos.

⁷²⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. *op. cit.*

PARTE III:
MEMÓRIAS

“As coisas que recordamos e os caminhos pelos quais a memória nos conduz são imprevisíveis”.

Adam Phillips

“O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”.

Beatriz Sarlo

Capítulo 4:

“Memórias de um Pretérito (Im)Perfeito”

“Corre-se o risco de idealizar o passado, de confundir tempo verbal com tempo real, achando que existe na história um pretérito perfeito ou mais-que-perfeito”.
Zuenir Ventura⁷²¹

A década de 1960 foi marcada, no Brasil e no mundo, pela emergência de amplos e intensos movimentos de contestação à ordem vigente, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes. No Brasil, esta década também viu surgir dezenas de organizações revolucionárias que optaram pelo enfrentamento radical com o regime civil-militar, objetivando não só derrubar a ditadura, mas também, e sobretudo, visando à construção de um *novo sistema*, socialmente mais justo, segundo as concepções de cada organização.

Contudo, a *pátria socialista* não foi conquistada pelas esquerdas armadas brasileiras. Com a derrota de seus projetos revolucionários, ao longo dos anos 70, a democracia surgiu como opção de luta no horizonte distante. E ela veio, em conta-gotas, de forma “lenta, gradual e segura”. Em 1979, com a reformulação da Lei de Segurança Nacional, a libertação dos presos políticos e, enfim, a anistia política (nem ampla, nem geral, nem irrestrita e recíproca, além de ter anistiado envolvidos nos crimes da ditadura sem anistiar muitos de seus atingidos).⁷²² Em 1985, com um presidente civil, após 21 anos de militares à frente do poder

⁷²¹ VENTURA, Zuenir. “A nostalgia do não vivido”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 129-134. p. 134.

⁷²² ⁷²² A Lei nº 6.683, de 1979, deu início ao processo de concessão de anistia aos crimes políticos cometidos durante a ditadura civil-militar e de reparação aos atingidos pela repressão. Pela interpretação oficial dada à Lei, que acertadamente vem sendo alvo de duras críticas, a tortura foi considerada como *crime conexo* (crime de mesma natureza ao outro praticado, que atinge o mesmo bem jurídico) e, assim sendo, os torturadores foram anistiados. A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, e o artigo 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, ampliaram os limites das medidas reparatórias propostas pela lei de 1979, mas não atenderam plenamente às reivindicações de parte da sociedade civil, mobilizada em torno dos direitos à memória, à verdade e à justiça. Em 1995, a Lei nº 9.140, mais conhecida como “Lei dos Desaparecidos Políticos”, reconheceu a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos de pessoas por razões políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e concedeu indenização pecuniária aos seus familiares. A lei, entretanto, não faz referência a medidas reparatórias às vítimas de torturas durante o regime civil-militar. Em 2002, a Lei nº 10.559, regulamentou o art. 8º do ADCT e, posteriormente, outros dispositivos legais foram criados para atender especificamente às demandas dos familiares de desaparecidos políticos, principalmente dos participantes da Guerrilha do Araguaia, cujos corpos dos militantes ainda não foram localizados. O processo reparatório brasileiro tem sido fortemente criticado por centrar-se na indenização financeira (que deveria ser não o único, mas um dos aspectos de uma efetiva reparação) e por não permitir a responsabilização penal dos agentes estatais responsáveis por mortes, torturas e/ou desaparecimentos. Para maiores informações, cf. NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão especial de indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul – significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História) –

Executivo. Em 1988, com a nova constituição, removendo o famoso “entulho autoritário”. Em 1989, com a ida dos brasileiros às urnas para, finalmente, voltar a eleger seu chefe de Estado.

A democracia brasileira renasceu articulada por uma solução negociada entre as elites políticas. Os militares não foram violentamente escorraçados do poder. Dele se retiraram e, de forma segura, fizeram a volta aos quartéis. Segundo Lucy Dias, a “abertura política” não foi concedida pelos militares nem conquistada pela sociedade civil, mas “resultou de uma complexa dança de opostos, permitindo que as transformações ocorridas na área militar e as mudanças no mundo civil operassem dialeticamente”.⁷²³

Neste processo, a sociedade brasileira foi aprendendo a construir a democracia, ao mesmo tempo em que se começava a construir a memória sobre a ditadura. Ditadura e democracia – dois fenômenos que se opuseram e/ou se entrelaçaram e articularam, configurando um diálogo bem peculiar em nossa República.

A reconstrução da memória referente aos anos de ditadura tem enfatizado o caráter de *resistência* dos movimentos sociais, sobretudo no que se refere às organizações de esquerda que aderiram à luta armada. A *vocação democrática* do povo brasileiro é celebrada e estendida retroativamente ao período de exceção. A ditadura – que se instalou praticamente sem disparar tiros e do poder se retirou sem nenhum receber – não é vista como um produto social, capaz de construir consensos, fundamentais para sua instalação, legitimação e sustentação, mas sim como “um pesadelo que é preciso exorcizar”⁷²⁴, ofuscando as relações de compromissos e identidade entre sociedade (ou pelo menos grande parte desta) e ditadura.

Ao longo dos anos 80 e 90 do século passado, não faltaram *memórias* sobre a ditadura: proliferaram biografias, autobiografias, depoimentos, lembranças (e esquecimentos). Inseridas neste contexto, as *esquerdas* foram consagrando suas versões – *a vitória dos vencidos*. Ao analisar a memória dos vencedores derrotados, as pesquisas históricas constataram que os militares, não sem ressentimento, reconhecem que

se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. (...) Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o 'dono' da

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009 e MEZZAROBÀ, Glenda. *Um acerto com o futuro: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁷²³ DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

⁷²⁴ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 9.

história.⁷²⁵

A partir dos relatos do vivido, a derrota das organizações de esquerda no pós-64 parece ganhar sentido de vitória através da *construção de sua memória*. Desta forma, o debate acadêmico acalorou-se não só em torno da discussão acerca da atuação destas organizações de esquerda, mas também em como esta atuação é *percebida e recontada* pelos ex-militantes políticos.

Em relação à ditadura civil-militar brasileira – e a qualquer outro período histórico – é impossível encontrar uma memória, uma única interpretação do passado, compartilhada por toda a sociedade. Sempre haverá memórias e interpretações, no plural, que estabelecem, entre si, lutas e rivalidades políticas. Como afirma Elizabeth Jelin: “Actores sociales diversos, com diferentes vinculaciones com la experiencia pasada – quienes la vivieron y quienes la heredaron, quienes la estudiaron y quienes la expresaron de diversas maneras – pugnan por afirmar la legitimidad de 'su' verdad”.⁷²⁶

A *memória* encontra-se intimamente vinculada ao sentido de *identidade*, que, por sua vez, está relacionado à construção da imagem de si, *para si e para os outros*. Portanto, podemos dizer que a memória é um fenômeno *construído e seletivo*. Segundo Michael Pollak,

a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros, onde ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.⁷²⁷

Inseridas nos conflitos sociais que opõem grupos políticos diversos, *memória e identidade* não são, portanto, valores estáticos: sofrem um constante processo de desconstrução e reconstrução, moldado segundo os paradigmas de nossa sociedade. Além disso, como destacou Henry Rousso, essa representação seletiva do passado não é prerrogativa apenas do indivíduo, mas “de um indivíduo inserido num contexto familiar,

⁷²⁵ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon & CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 13.

⁷²⁶ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 40.

⁷²⁷ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212. p. 204.

social, nacional”.⁷²⁸ É nesse sentido que se pode falar em *memória coletiva*, como analisou Maurice Halbwachs.⁷²⁹

Na medida em que um indivíduo está inserido em grupos, esta rede de relações sociais exerce papel fundamental nos processos de construção da memória:

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros 'universos de discurso', 'universos de significado', que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história.⁷³⁰

A relação entre a memória e o fortalecimento dos laços de pertencimento a uma comunidade também é ressaltada por Michael Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.⁷³¹

Tzvetan Todorov também destaca o papel da coletividade na construção das memórias e identidades:

La representación del pasado es constitutiva no sólo de la identidad individual – la persona está hecha de sus propias imágenes acerca de sí misma – sino también de la identidad colectiva. (...) la mayoría de los seres humanos experimentan la necesidad de sentir su pertenencia a un grupo: así es como encuentran el medio más inmediato de obtener el reconocimiento de su existencia, indispensable para todos y cada uno.⁷³²

Esta reconstrução – individual e coletiva – do passado é sempre marcada pelo caráter de *seletividade*: “Toda narrativa del pasado implica una selección. La memoria es seletiva; la memoria total es imposible. Esto implica un primer tipo de olvido 'necesario' para la

⁷²⁸ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002a, pp. 93-101. p. 94.

⁷²⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁷³⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 66-67.

⁷³¹ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15. p. 9.

⁷³² TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2002. p. 51.

sobrevivencia y el funcionamiento del sujeto individual y de los grupos y comunidades”.⁷³³ Desta forma, na medida em que é impossível lembrar *todo* o passado, recordações e esquecimentos tornam-se as duas faces de um mesmo processo – a construção da memória.

Todorov corrobora esta concepção, ao afirmar que

la memoria no se opone em absoluto al olvido. Los dos términos para contrastar son la *supresión* (el olvido) y la *conservación*; la memoria es, en todo momento y necesariamente, una interacción de ambos. El restablecimiento integral del pasado es algo por supuesto imposible (...) la memoria, como tal, es forzosamente una selección: algunos rasgos del suceso serán conservados, otros inmediata o progresivamente marginados, y luego olvidados.⁷³⁴

Henry Rousso também aponta na mesma direção:

El procedimiento conforme al cual opera la memoria es complejo, pues articula recuerdos y olvidos, lo consciente y lo inconsciente, la parte que aceptamos y asumimos del pasado, como también aquella que negamos y mantenemos oculta. En otras palabras, la memoria no es *todo el pasado*; la porción de él que sigue viviendo em nosotros se nutre siempre de las representaciones y preocupaciones del presente.⁷³⁵

Os trabalhos da memória compreendem, portanto, recordações e, inevitavelmente, esquecimentos. O olhar retrospectivo elege *o que deve ser* lembrado, em detrimento de outros fatos que permanecerão submersos no esquecimento, ainda que esses possam, frente a novos contextos e demandas, emergir ao palco da memória. E mais, esse incessante trabalho de reinterpretação do passado está intrinsecamente ligado aos embates do *presente*. Assim, podemos dizer que a *memória é o presente do passado*, para usar a expressão cunhada por Paul Ricoeur.⁷³⁶

A memória é, para o historiador, ao mesmo tempo fonte e objeto de estudo. Nesse sentido, as pesquisas que trabalham com a metodologia da história oral representam importantes instrumentos para a compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades. Desde a década de 1980, sobretudo nos trabalhos que abordam os anos da ditadura civil-militar brasileira, os

⁷³³ JELIN, Elizabeth. *op. cit.* p. 29.

⁷³⁴ TODOROV, Tzvetan. *op. cit.* p. 15-16.

⁷³⁵ ROUSSO, Henry. “El estatuto del olvido”. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org.). *Por qué recordar?* Foro Internacional “Memoria e Historia”, UNESCO/SORBONNE. Buenos Aires: Granica, 2002b, pp. 87-90. p. 87.

⁷³⁶ RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madri: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999. p. 16.

depoimentos e testemunhos de ex-militantes políticos revelaram-se uma das fontes preferenciais para os historiadores. Beatriz Sarlo alerta para os limites e perigos da proeminência destas memórias, narradas na primeira pessoa, que supervalorizam o caráter de subjetividade. Segundo a autora, nas últimas décadas, o testemunho alcançou ampla repercussão e foi transformado em um ícone da verdade, que não se sujeita a críticas e/ou desconfianças, sobretudo quando se trata de vítimas de uma experiência traumática (como as prisões e torturas durante os regimes ditatoriais), cujo relato de sofrimento seria impenetrável aos questionamentos. Para Sarlo,

o testemunho (...) é composto daquilo que um sujeito permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência.⁷³⁷

Contudo, como destacou Marieta Ferreira, os testemunhos podem servir como matéria-prima para a compreensão dos usos políticos do passado. Quando o historiador adota uma perspectiva que privilegia as relações entre história e memória, é possível “neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”.⁷³⁸ Desta forma, a versão da história que um determinado indivíduo ou grupo elabora sobre seu passado é tão válida quanto aquela que resulta da consulta de fontes documentais escritas. Logicamente, ao trabalhar com história oral, o historiador deve ter os mesmos rigores críticos que destina às demais fontes de sua pesquisa.

No que tange à construção da memória da ditadura civil-militar no Brasil, a versão consagrada é a que defende que a sociedade teria, ao longo de todo o tempo, repudiado a ditadura como se esta fosse um “corpo estranho”, vencido pelas forças da democracia, que, nesta ótica, sempre teria estruturado a sociedade brasileira.⁷³⁹ Assim sendo, fixou-se no imaginário e na memória da sociedade, a idéia de que todos – ainda que silenciados e/ou

⁷³⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 58-59.

⁷³⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, nº 5, Rio de Janeiro, 2002, pp. 314-332. p. 321.

⁷³⁹ AARÃO REIS, Daniel Aarão. *op. cit.* 2000. p. 69-71.

imobilizados – estavam indubitavelmente contra a ditadura. Os revolucionários, “terroristas” e “subversivos” de há pouco, se tornaram heróis. Aos ditadores restaram a derrota e os papéis de vilões, nesta terra de “mocinhos”. O tempo emite seu juízo...

As relações entre sociedades e regimes autoritários/ditatoriais, têm sido, nos últimos anos, alvo de importantes investigações históricas. Como ressaltou Denise Rollemberg, essa renovação na historiografia tem procurado caracterizar os regimes autoritários como produtos sociais, capazes de construir consensos, fundamentais para a sua instalação, legitimação e sustentação. Nesse sentido, o que importa destacar é que estes regimes não se mantiveram no poder exclusivamente – nem sobretudo – pela coerção ou por uma suposta manipulação.⁷⁴⁰ A França, por exemplo, tem sido um importante palco destes debates historiográficos, sobretudo acerca da memória construída pela sociedade francesa que valoriza a Resistência e “esquece” o colaboracionismo francês durante a ocupação nazista, ao longo da Segunda Guerra Mundial.⁷⁴¹ Abaixo da linha do Equador, recentes estudos referentes às ditaduras da América do Sul também têm contribuído para superar uma memória que superdimensiona a resistência, obscurecendo o apoio de amplos setores sociais aos golpes militares e mesmo à manutenção dos regimes implementados por estes na região do Cone Sul.⁷⁴²

Como ressaltou Rollemberg, o fato é que ninguém quer se identificar com ditaduras que elevaram a tortura à política de Estado, sobretudo depois que se adere a valores e instituições democráticas. As justificativas de que “não se sabia” o que acontecia ou de que “não se podia fazer nada” têm sido constantemente evocadas, ofuscando, porém, os diversos graus de colaboração/apoio/omissão de setores significativos da sociedade frente às ditaduras sul-americanas.⁷⁴³

Na Argentina, por exemplo, ao analisar a atuação da repressão durante a ditadura, Gabriela Águila destacou que muitos dos procedimentos repressivos, como seqüestros e

⁷⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise. *As relações entre sociedade e ditadura: a OAB e a ABI, no Brasil de 1964 a 1974*. Projeto de pesquisa Pós-Doutorado apresentado ao Acordo Capes-Cofecub e à Unicamp, 2006b.

⁷⁴¹ Outro importante acontecimento que também foi, durante muito tempo, reprimido na memória francesa é a Guerra da Argélia, na qual o exército francês usou sistematicamente a tortura, execuções sumárias e “desaparecimentos” como instrumento contra os que lutavam pela independência, enquanto a maioria da população da metrópole – que tanto propagava os valores democráticos – mostrava-se indiferente ao sofrimento dos argelinos. Sobre a construção da memória francesa referente aos episódios da Guerra da Argélia e da República de Vichy, ver, entre muitos outros, GROppo, Bruno. “El regreso del pasado reprimido: de Vichy a Argélia: las dificultades de la memoria em Francia”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 4, julho de 2001, p. 24-29.

⁷⁴² Cf. ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo [2008].

⁷⁴³ Cf. ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006a. p. 88-90.

assassinatos, foram deflagrados à luz do dia, na frente de diversas testemunhas.⁷⁴⁴ Além disso, muitos dos centros de detenção, onde a tortura era praticada nos presos políticos, localizavam-se em grandes centros urbanos e seus vizinhos testemunhavam a movimentação de carros e a entrada (muitas vezes sem saída) de inúmeras pessoas, em sua maioria jovens militantes das organizações estudantis e/ou de esquerda. Segundo a autora,

los tramos iniciales de la dictadura trajeron cambios que fueron visualizados por muchos sectores de la sociedad em forma positiva: había orden, una cierta mejoría de la situación económica, presupuestos ideológicos tranquilizadores, explicaciones para aquello que se salía de la normalidad.⁷⁴⁵

Ainda sobre as relações entre a sociedade e a ditadura argentina, Gabriela Águila afirma:

Varios analistas han sostenido la idea de una sociedad que se patrulló a sí misma, incorporando comportamientos que – más allá del uso directo de la violencia por parte del régimen – se adecuaban a lo que la dictadura postulaba respecto de lo que la sociedad debía hacer, consistentes em una acentuada disposición a retirar-se al ámbito privado, no cuestionar, no resistir, a aceptar el orden de cosas impuesto. Que la represión y el temor tuvieron un papel significativo em la generación de estos comportamientos sociales es inocultable; sin embargo, la preeminencia de actitudes conformistas o de apoyo al régimen y, em directa relación com ello, la limitada expresión de los cuestionamientos y resistencias no podría ser explicada sin la existencia de un grado – difícilmente mensurable – de consenso social y político hacia la dictadura.⁷⁴⁶

De forma semelhante, podem ser entendidas as relações da sociedade brasileira com a ditadura civil-militar iniciada pelo golpe de 1964. Segundo Denise Rollemberg, ao longo dos anos 60 e 70, as esquerdas, incluindo as organizações armadas, acreditavam que a ditadura mantinha-se no poder *exclusivamente* pela repressão e/ou pelo domínio dos meios de comunicação, que *manipulavam* a população, favorecida pelos baixos níveis de escolaridade da maioria dos brasileiros.⁷⁴⁷ Ainda de acordo com a autora, para as esquerdas, era – e ainda é – “difícil admitir uma sociedade em que a maior parte, *oprimidos* inclusive, identifique-se com valores da ditadura e não se indigne com os crimes por ela cometidos”.⁷⁴⁸

Ao contrário do que acreditavam os grupos de esquerda, a ditadura civil-militar promoveu a “modernização conservadora” da sociedade brasileira. O período de maior

⁷⁴⁴ ÁGUILA, Gabriela. “Testigos y vecinos”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 19, dezembro de 2006, pp. 40-47.

⁷⁴⁵ *Idem.* p. 46.

⁷⁴⁶ *Idem.* p. 47.

⁷⁴⁷ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2006a. p. 81-91.

⁷⁴⁸ *Idem.* p. 85.

repressão política da ditadura, durante o governo Médici (1969-1974), correspondeu também ao enorme crescimento da economia brasileira, no chamado “milagre econômico”. Assim, o aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia, que aumentou as oportunidades de trabalho e permitiu a ascensão de amplos setores médios, apesar da concentração de renda gerada pelo novo modelo ter agravado enormemente as desigualdades regionais e sociais.⁷⁴⁹ Desta forma, se para muitos, aqueles foram “anos de chumbo” – expressão largamente usada para se referir aos anos da ditadura –, para muitos outros foram “anos de ouro”, expressão cunhada por Daniel Aarão Reis.⁷⁵⁰ As duas faces de uma mesma moeda: autoritarismo e crescimento econômico, “carro-zero e pau-de-arara”.⁷⁵¹

Para uma esquerda que chegou a pegar em armas no combate à ditadura e, sobretudo, ao capitalismo, era inadmissível constatar que a maioria da população identificava-se mais com os valores propagados pela ditadura do que com os projetos revolucionários defendidos por suas organizações. Assim sendo, era mais “confortável” acreditar que todos *resistiram* à ditadura. Essa versão “conciliadora” foi sendo construída ao longo do processo de redemocratização e se instaurou na memória coletiva. A partir de então, a ditadura é apresentada como um período de “trevas”, rompido pelas “luzes” da democracia que a sucedeu. Durante os longos anos do regime de exceção, a população teria sempre repudiado os valores autoritários da ditadura, ainda que reprimida e/ou manipulada, ansiosa por novos ventos democráticos.⁷⁵²

Nessa perspectiva, dois importantes atores sociais, os estudantes e os guerrilheiros, consagraram-se na memória como a vanguarda da chamada “resistência” ao regime civil-militar. Estes jovens idealistas que, dos bancos escolares saíram às ruas para protestar contra a ditadura e, nos casos extremos, teriam pegado em armas com a mesma finalidade, tornaram-se a cara de uma época, de suas paixões e utopias, tesouros e perigos, “tormentos inimagináveis,

⁷⁴⁹ Cf. PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *op. cit.* volume 4. p. 207-241.

⁷⁵⁰ Janaína Cordeiro, em recente artigo, analisou a memória social construída acerca do governo Médici, partindo das metáforas de *anos de chumbo* e *anos de ouro*, e constatou que, para além dos binarismos, existiu uma enorme complexidade de comportamentos sociais em relação à ditadura. Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

⁷⁵¹ Uma referência ao título do artigo: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lília (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 319-409.

⁷⁵² AARÃO REIS, Daniel Aarão. *op. cit.* 2000. p. 69-71.

façanhas sobre-humanas e delícias impossíveis”.⁷⁵³

⁷⁵³ CAMPBELL, Joseph. *O herói das mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2000. p. 66.

4.1. Memórias Estudantis

“Sacralizar la memoria es otro modo de hacerla estéril”.
Tzvetan Todorov⁷⁵⁴

Os estudantes exerceram, ao longo da História, um importante papel político nas mais diferentes sociedades. A década de 1960, em especial, aparece como o período em que estes jovens assumiram o palco dos acontecimentos políticos e culturais, consagrando a categoria estudantil como a detentora de um “poder revolucionário” sem igual. Contudo, é preciso estar atento à construção de uma “mitologia” estudantil – elaborada a partir de uma tradição historiográfica e também da auto-imagem criada no seio das lideranças estudantis – capaz de dotar os estudantes de uma tradição “revolucionária”, de defesa dos interesses nacionais, sempre em busca do progresso e da justiça social, atribuindo a estes um inerente espírito contestador e conduzindo à concepção de um “modelo ideal” do comportamento juvenil e à construção do mito do poder jovem.⁷⁵⁵

Tendo por base entrevistas realizadas durante o ano de 1968 com 180 estudantes de cinco países latino-americanos (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), Guilhon Albuquerque identifica no movimento estudantil latino-americano um projeto coletivo, relacionado à problemática do desenvolvimento econômico e social em cada uma dessas sociedades. Segundo ele, “a experiência do movimento estudantil dá lugar à constituição de um projeto de tipo societal, dada a transparência do movimento estudantil aos movimentos sociais e à problemática do desenvolvimento econômico e seu controle”.⁷⁵⁶

Rui Mauro Marini também considera que as contradições vividas pelos estudantes latino-americanos, em especial suas dificuldades de integração à sociedade, proporcionariam as condições para o desenvolvimento de uma consciência – “radical” – comprometida com as mudanças estruturais da sociedade. Caberia então ao movimento estudantil o papel de “abrir às classes trabalhadoras as possibilidades de triunfo que as lutas de hoje contribuem para criar, mas ainda não podem consolidar”.⁷⁵⁷

Outros autores enfatizam a *condição estudantil* como explicação básica para uma

⁷⁵⁴ TODOROV, Tzvetan. *op. cit.* p. 33.

⁷⁵⁵ Cf. SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *O mito do poder jovem: a constituição da identidade da UNE*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

⁷⁵⁶ GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

⁷⁵⁷ MARINI, Rui Mauro *apud* MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987. p. 22.

atitude “revolucionária”. Para Álvaro Vieira Pinto, os estudantes – definidos como “intelectuais em formação” – não estariam comprometidos com o caráter de classe da sociedade e caberia a eles um papel “natural” de vanguarda das classes populares. Este radicalismo do movimento estudantil estaria relacionado com o contato dos jovens com o *conhecimento* e o *saber* transmitidos na Universidade. Além disso, devido à crescente proletarização da sociedade, os estudantes se aproximam da classe trabalhadora, “cerram fileiras com ela e tendem a se constituir em fração das forças sociais revolucionárias, dentro e fora da Universidade”.⁷⁵⁸

Seguindo esta mesma corrente de pensamento, José Chasin relaciona o “uso do equipamento do conhecimento” com a atuação “revolucionária” do movimento estudantil, que atuaria como “elemento aprimorador da realidade”, na medida em que se posiciona a favor das lutas populares.⁷⁵⁹

Contudo, para o sociólogo Octavio Ianni, a ênfase deve ser dada à *condição juvenil*. Em seu artigo “O jovem radical”⁷⁶⁰, Ianni afirma que, nas sociedades modernas, a característica principal dos jovens – oriundos das mais diversas camadas sociais – é a “negatividade com o presente”. Para ele, as condições para o surgimento de um comportamento “revolucionário” se apresentam no momento do contato com as contradições do mercado de trabalho. E seria justamente o ingresso neste “mundo do trabalho”, e a conseqüente vivência assalariada, que deflagrariam a contestação juvenil. Nas palavras de Ianni, “é a situação típica da classe operária que abre possibilidades à consciência social, tanto dos próprios membros como de elementos de outras classes”.⁷⁶¹

As razões para a revolta estudantil, segundo Bresser Pereira, estariam relacionadas à crise da sociedade e das relações familiares que, juntamente com o crescimento abissal do número de estudantes e a conseqüente massificação da classe estudantil, contribuiriam para a independência e a revolta estudantis. De acordo com o autor, as condições propícias para a rebelião estudantil estariam no “descomprometimento do estudante com as estruturas econômicas e políticas vigentes e o resultante idealismo com o qual ele pode ver os problemas sociais do mundo”, além de que “o anseio de liberdade e justiça é mais forte quando na

⁷⁵⁸ PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da Universidade*. Coleção Cadernos Universitários, nº 1. Rio de Janeiro: Universitária, 1962. p. 87.

⁷⁵⁹ CHASIN, José. “Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro”. *Revista Brasiliense*, nº 38, novembro-dezembro, 1961, pp. 154-157.

⁷⁶⁰ IANNI, Octavio. “O jovem radical”. In: _____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, pp. 158-183.

⁷⁶¹ *Idem*. p. 172.

juventude”.⁷⁶²

A situação de *transitoriedade* da vida estudantil é, na concepção de Antônio Mendes Jr., um fator essencial para o papel de “ponta de lança” desempenhado pelos estudantes na sociedade brasileira:

(...) é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, de maior ‘agilidade’, se quiserem, que pode atuar quando outros segmentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-lo.⁷⁶³

Mas, entre os autores que analisaram o movimento estudantil brasileiro, o trabalho de maior destaque é *O Poder Jovem*, de Artur Poerner.⁷⁶⁴ O autor tem como principal fonte bibliográfica o livro de Renato Bahia⁷⁶⁵, segundo o qual a atuação estudantil no Brasil seria marcada por uma tendência mais combativa do que construtiva dos estudantes e sua “vocaçãõ liberal”, que fomentaria o “ardor revolucionário”, próprio da jovem estudante: “Se algo precisa ser combatido – ei-lo pronto para a luta. Empenha-se nela com o maior entusiasmo e o maior desprendimento. Combate até vencer. Quando, porém, cessada a luta, chega a hora de reconstruir, ele deserta: vai buscar novos motivos de combate (...)”.⁷⁶⁶

Pretendendo dar continuidade ao trabalho de Bahia, Artur Poerner busca traçar a trajetória do movimento estudantil no Brasil, que, segundo ele, remonta ao período colonial, quando os estudantes dos colégios jesuítas lutaram contra a invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1710. Desde então, os estudantes nunca deixariam de exercer um papel de destaque no cenário nacional. Logicamente, seria sob o comando da União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937, que o movimento estudantil universitário alcançaria organização e centralização. Segundo Poerner, a UNE representa o mais importante marco divisor da participação estudantil ao longo de nossa história. Assim como outros autores já mencionados anteriormente, Poerner também ressalta o papel da Universidade na formação de uma mentalidade “revolucionária”. Para ele,

⁷⁶² BRESSER PEREIRA, Luiz C. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 97.

⁷⁶³ MENDES JR., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 8-9.

⁷⁶⁴ POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. O texto da primeira edição de *O Poder Jovem* foi concluído logo após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima e Souto, em março de 1968. O prefácio do general Pery Constant Beviláquia, neto de um dos fundadores da República, foi fundamental para que a obra pudesse ser lançada, em 26 de julho daquele ano, em noite de autógrafos na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Contudo, após a edição do Ato Institucional nº 5, o livro foi um dos primeiros vinte a serem oficialmente proibidos no Brasil, em janeiro de 1969.

⁷⁶⁵ BAHIA, Renato. *O estudante na história nacional*. Salvador: Livraria Progresso, 1954.

a universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de líderes políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso país; e que a maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiosincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos.⁷⁶⁷

Sobre o movimento estudantil brasileiro, Poerner afirma:

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas, imediatistas e carentes de imaginação podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma consequência inevitável das leis naturais –, o estudante brasileiro é um oposicionista nato. E tem sobejas razões para isso.⁷⁶⁸

Através de sua obra, Arthur Poerner se constituiu como o principal porta-voz e constante reconstrutor do “mito do poder jovem”. Neste sentido, é importante destacar que toda sociedade ou grupo social é portador de um mito do seu próprio passado, cuja função é a reestruturação mental do imaginário social e também a reestruturação social, na medida em que o mito é também uma potência mobilizadora. Ainda que normalmente localizado no passado, o mito não pode deixar de falar do mundo presente, sob pena de perder todos seus interlocutores: “uma narrativa que se refere ao passado (...), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social”.⁷⁶⁹ Na medida em que “relata de que modo algo foi produzido e como começou a ser”,⁷⁷⁰ cada mito fornece parâmetros para a conduta humana, já que “é pelo relato de como as coisas vieram à existência que o homem pode explicá-las, dominá-las e atuar sobre elas”.⁷⁷¹ Assim como a *memória*, o mito também está interligado ao conceito de *identidade*. Segundo Ulpiano Meneses, ambos são responsáveis pela “produção, circulação e consumo de sentidos e valores”. E ainda, atuam na

⁷⁶⁶ *Idem.* p. 207.

⁷⁶⁷ POERNER, Artur José. *op. cit.* p. 33.

⁷⁶⁸ *Idem.* p. 32. Grifos nossos.

⁷⁶⁹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 12-13.

⁷⁷⁰ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 11.

⁷⁷¹ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Ed.UFF & Mauad, 2002. p. 29

“formação e mobilização de auto-imagem” e “são vitais na vida social”.⁷⁷²

A memória de determinado grupo social sobre seu passado pode, como afirmou Michael Pollak, “sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas”.⁷⁷³ Neste sentido, o mito do poder jovem é capaz de consolidar-se geração após geração e exercer papel fundamental, sobretudo, na construção da identidade da União Nacional dos Estudantes.⁷⁷⁴

Em 1979, no congresso de reconstrução da UNE⁷⁷⁵, realizado em Salvador, o texto divulgado pela entidade reafirmava o mito do poder jovem:

O movimento estudantil ocupa um lugar de destaque na história das lutas do povo brasileiro rumo a sua emancipação. Nossa história é a história de uma juventude que nunca vacilou em se colocar ao lado dos oprimidos e explorados de nossa sociedade, abraçando com firmeza, nos mais diversos momentos da vida do país, as bandeiras da justiça e da liberdade.⁷⁷⁶

Para o ex-líder estudantil (e também ex-guerrilheiro) José Genoíno, “em toda sua trajetória política, os estudantes brasileiros já demonstraram que estão situados no campo das forças que querem a Revolução (...) Eles sempre se situaram ao lado das forças motrizes, que querem mudanças profundas e radicais na sociedade brasileira”.⁷⁷⁷ Por ocasião da comemoração dos 60 anos da UNE, em 1997, a revista lançada pela agremiação afirmava que “poucas entidades brasileiras, para não dizer só esta, conseguiram interferir e participar tanto na vida nacional”.⁷⁷⁸ Além disso, a UNE comprovaria “o papel que, tradicionalmente, é designado aos jovens: o de ser agente transformador da sua própria história”.⁷⁷⁹ Estes exemplos, dentre tantos outros que poderiam ser destacados, demonstram que muitos dos

⁷⁷² MENESES, Ulpiano. “Mito e museu: reflexões preliminares”. In: FÉLIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio P. (orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, pp. 40-62. p. 50.

⁷⁷³ POLLAK, Michael. *op. cit.* 1989. p. 11-12.

⁷⁷⁴ Por exemplo, a divergência sobre a data da fundação da UNE, se antes ou depois de 1937, data que marca o início do Estado Novo, também pode ser entendida como uma disputa de memórias, relacionada à construção da imagem de “resistência democrática” da entidade.

⁷⁷⁵ Vale lembrar que em 1968, o 30º Congresso da UNE foi invadido pela polícia e centenas de estudantes foram presos, incluindo as principais lideranças nacionais. O congresso acabou sendo realizado, sob rígida clandestinidade, em abril de 1969. Contudo, a 30ª gestão da UNE foi extinta em 1973, após a prisão, o assassinato e/ou desaparecimento de diversos membros da diretoria. Somente em 1977, o movimento estudantil brasileiro retomou suas manifestações de rua e apenas em 1979 a UNE foi reorganizada, após o Congresso de Salvador.

⁷⁷⁶ ROMAGNOLI, Luiz Henrique & GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 4.

⁷⁷⁷ GENOÍNO, José *apud* SANTOS, Nilton et al. *História da UNE – depoimentos de ex-dirigentes*. Vol. 1. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p. 98.

⁷⁷⁸ UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *60 anos a favor do Brasil*. Edição e redação Jalusa Barcellos. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1997. p. 8.

relatos de ex-militantes e dirigentes, além das novas gerações de estudantes – corroborados por alguns estudiosos do movimento estudantil – “guardariam em suas memórias a trajetória de sucesso da UNE, como se a própria pronúncia da sigla trouxesse à tona os seus feitos em prol da nação e do povo”.⁷⁸⁰

As grandes manifestações estudantis de 1968 foram constantemente apropriadas e reavaliadas pelas novas gerações de estudantes, sempre condicionadas aos contextos históricos em que se inserem. Neste sentido, as rememorações de determinados episódios históricos, através, por exemplo, das datas comemorativas, aparecem como conjunturas de ativação da memória e revelam

las transformaciones y cambios en los actores que recuerdan y olvidan en cada momento o período, en sus sentidos y en los climas culturales y políticos en que se desenvuelven las prácticas de conmemoración. Las fechas conmemorativas, con su recurrencia en el ciclo anual, son puntos de entrada privilegiados para el análisis de la tensión entre los rituales que se reiteran y reflejan continuidades identitarias y de sentido, por un lado, y las fracturas, cambios y transformaciones en las prácticas y significados de la conmemoración, por el otro.⁷⁸¹

Ao longo da década de 1970, os estudantes concentraram sua mobilização, especialmente, no dia 28 de março – data da morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, o primeiro estudante morto pela repressão policial em 1968 e cuja morte converteu-se em grande comoção nacional, abrindo o calendário das grandes manifestações que marcariam o ano. A origem humilde do jovem secundarista, bem como sua condição de estudante pobre, contribuíram para sensibilizar a opinião pública. Os estudantes se esforçaram em reforçar a imagem de Edson como um estudante de baixa renda e trabalhador, recém chegado ao Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara), que não era um líder, um comunista ou um agitador estudantil – termos pejorativamente usados pela polícia para se referir aos estudantes supostamente subversivos –, favorecendo a idéia de inocência e de uma vítima indefesa da brutalidade policial.⁷⁸²

Embora tenha sido a primeira, a morte de Edson Luís pela repressão policial em 1968 não foi a única entre os estudantes. Ainda assim, sua morte converteu-se num símbolo da luta

⁷⁷⁹ *Idem.*

⁷⁸⁰ OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *op. cit.* p. 234.

⁷⁸¹ JELIN, Elizabeth. “Introducción”. In: _____ (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas 'infelices'*. Colección Memorias de la Represión. Madrid: Siglo XXI, 2005, pp. 1-8. p. 2.

⁷⁸² Essa referência à “inocência” é bem simbólica e expressiva, pois pode levar à idéia de que se a repressão tivesse incidido sobre um “agitador”, vinculado a alguma organização revolucionária, ela teria “alguma” legitimidade. No entanto, no caso de Edson Luís, por se tratar de um “inocente”, a repressão é execrável. Nas entrelinhas, subentende-se de que se ele fosse “culpado”, seria menos defensável a denúncia da repressão.

estudantil contra a ditadura e foi constantemente evocada pelas futuras gerações de estudantes, que lhe conferiram diferentes significados. Durante a década de 1970, ainda sob a ditadura civil-militar e com o movimento estudantil já desarticulado e desmobilizado, os estudantes elegeram o 28 de março como dia de protestos e manifestações em todo o país. Ao recordarem a morte de Edson Luís, desafiavam o Estado repressor, denunciavam sua responsabilidade pela morte do secundarista (ainda que esquecessem tantas outras mortes, inclusive de outros estudantes)⁷⁸³ e destacavam o papel exercido pelos estudantes enquanto opositores ao regime, enfatizando a postura de vítimas do terrorismo estatal. Além disso,

estos actos conmemorativos también servían para incluir a las nuevas generaciones de estudiantes em la memoria colectiva de la lucha antidictatorial. (...) invocaban el simbolismo de Edson Luís para vincular a los nuevos estudiantes com los hechos que los habían precedido. Al hacer esto acentuaban la naturalidad de la conexión, intentando acortar la aparente brecha entre la generación de 1968 e la 'Generación Muda', destacando la continuidad entre ambos períodos.⁷⁸⁴

Cinco anos após a morte de Edson Luís, outro jovem estudante morreu vítima da brutalidade ditatorial. Em 16 de março de 1973, o estudante universitário Alexandre Vanucchi Leme foi seqüestrado e torturado até a morte no centro de detenção de São Paulo, o DOI-CODI. A notícia de sua morte gerou revolta e protestos dos estudantes de São Paulo e também do clero, já que a família de Alexandre ocupava importantes cargos dentro da Igreja Católica. As explicações oficiais ofereceram múltiplas e contraditórias versões para o caso, além de negar à família o corpo do estudante, que foi precipitadamente enterrado como indigente. Esses fatos chocaram a população e criaram uma rede de solidariedade aos estudantes em geral. Alexandre Leme era um jovem muito popular na Universidade de São Paulo (USP) e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN), embora não é certo que todos os demais estudantes da universidade soubessem deste vínculo. O movimento estudantil, juntamente ao clero, insistiu na falta de provas do vinculamento de Alexandre com a ALN, enfatizando sua *inocência* e suas qualidades estudantis, como por exemplo, o fato de ter tirado a maior nota do país no vestibular para o curso de geologia.

A morte e o funeral de Alexandre configuraram-se “à imagem e semelhança” de

⁷⁸³ Como já demonstrado anteriormente, memória e esquecimento caminham lado a lado na reconstrução do passado. Neste caso, a *memória* da morte de Edson Luís foi concomitante ao *esquecimento* da morte de outros jovens estudantes, também assassinados pela repressão policial em 1968, mas que, por diferentes razões, não geraram grande comoção na sociedade e mesmo no meio estudantil.

⁷⁸⁴ LANGLAND, Victoria. “Neste luto começa a luta’: la muerte de estudiantes y la memoria”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (orgs.). *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Colección Memorias de la Represión Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, pp. 21-64. p. 41-42.

Edson Luís e marcaram o início do processo de recuperação política do movimento estudantil universitário brasileiro. Muitos das novas gerações estudantis, que participavam das comemorações anuais em homenagem a Edson, tinham agora uma experiência direta do que até então era apenas imaginado,

fortaleciendo la imagen y el sentimiento de una comunidad nacional de estudiantes colectivamente golpeada. El énfasis en su inocencia, como em el caso de Edson Luis, los exoneraba a todos, mientras que su injusta muerte representaba las injusticias que todos ellos habían sufrido. Esta solidaridad era extensiva al pasado, porque los estudiantes que habían expresado los vínculos com la generación de 1968 em sus anteriores actos de homenaje a Edson Luís de manera simbólica ahora forjaban su conexión através de su propia experiencia.⁷⁸⁵

Ainda em 1973, outro estudante morto pela repressão seria alçado ao posto de símbolo da luta estudantil contra a ditadura – Honestino Monteiro Guimarães, estudante de geologia da Universidade de Brasília (UnB), seqüestrado e levado para um centro de detenção em outubro daquele ano. Honestino já havia sido preso antes por conta de sua militância política à frente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) e, após a edição do AI-5, passara à clandestinidade, permanecendo, porém, ativo no movimento estudantil. Era um dos vice-presidentes da UNE e, após a prisão do presidente da entidade Jean Marc van der Weid em 1969, assumiu o posto vago. Preso em 1973, foi visto com vida, pela última vez, em abril de 1974. Os demais membros da diretoria da UNE foram também presos, assassinados e/ou desapareceram. Trágico fim da última diretoria da União Nacional dos Estudantes, que só seria reconstruída já ao final da década, em 1979.

Honestino Guimarães é um dos muitos *desaparecidos políticos* pelas forças de repressão da ditadura civil-militar brasileira. Neste sentido, sua morte não gerou, na época, grande comoção nacional ou manifestações estudantis de solidariedade, alegando sua “inocência”. Mas, passados alguns anos, Honestino entraria para a galeria dos *heróis estudantis* que, ao lado de Edson Luís e Alexandre Leme, permearam o imaginário de muitas gerações de estudantes. Nesse processo de *heroicização* dos estudantes, é importante destacar que “construir um conjunto de heróis implica opacar la acción de otros. Resaltar ciertos rasgos como señales de heroísmo implica silenciar otros rasgos, especialmente los errores y malos pasos de los que son definidos como héroes y deben aparecer 'inmaculados' en esa historia”.⁷⁸⁶

⁷⁸⁵ *Idem.* p. 53.

⁷⁸⁶ JELIN, Elizabeth. *op. cit.* 2002. p. 40.

O avançar da década de 1970 representou, para o Brasil, a promessa de uma abertura política, num processo “lento e seguro”, proposto pelo governo, que não significou, entretanto, o fim da repressão. Neste contexto, os movimentos sociais voltaram a se rearticular, sobretudo em torno da defesa da anistia política e, mais tarde, da bandeira das eleições diretas para presidente. O movimento estudantil, especificamente, retomou suas manifestações nas ruas a partir de 1977. Nestas, o ano de 1968 e a mobilização dos estudantes de então foram resgatados como um importante referencial. As passeatas estudantis de 68 tornaram-se uma espécie de modelo a ser atingindo, representando a “essência” da mobilização política dos estudantes.

Os nomes de Edson Luís de Lima Souto e Alexandre Vanucchi Leme foram novamente lembrados: homenagens, poemas, placas comemorativas, nomes de centros acadêmicos. Contudo, como destaca Victoria Langland, a imagem daqueles jovens estudantes mortos pela ditadura não foi evocada isenta de reinterpretações.⁷⁸⁷ Se antes Alexandre era apresentado como um estudante exemplar e “inocente”, agora suas características de militante político é que serão valorizadas. O próprio Edson Luís, até então a encarnação da “vítima indefesa” do terror estatal, será rerepresentado como líder na luta pela democracia. Mas seria a figura de Honestino Guimarães que caracterizaria esse processo de retomada das organizações estudantis. Por ocasião da reorganização da União Nacional dos Estudantes, em 1979, a imagem de Honestino – desaparecido político e último presidente da entidade – foi a escolhida, pelos estudantes, para simbolizar a luta da UNE durante os longos anos de ditadura. No congresso de Salvador, durante a cerimônia de reinauguração, uma imensa fotografia do estudante decorava a sala de reuniões e seu lugar foi mantido vago na mesa principal, num gesto carregado de simbolismo. Desta forma, as sucessivas gerações de estudantes forjaram diferentes sentidos para seu passado, adaptando-se aos novos contextos históricos e suas demandas sociais e simbólicas.⁷⁸⁸

De fato, o processo de elaboração do passado não permanece estático e suas reformulações estão condicionadas às conjunturas sociais e políticas em que se inserem. Outros exemplos podem ser mencionados para corroborar esta afirmação. Mas, agora, propomos analisar alguns aspectos do movimento estudantil de *nuestros hermanos uruguayos*.⁷⁸⁹ No final dos anos 60, o Uruguai vivia, como boa parte do mundo, um processo

⁷⁸⁷ LANGLAND, Victoria. *op. cit.* p. 59-62.

⁷⁸⁸ *Idem.*

⁷⁸⁹ Esta rápida abordagem do movimento estudantil uruguaio está relacionada às leituras e discussões propostas nas disciplinas “*História e Memória das Ditaduras Militares na América Latina*”, ministrada pela professora doutora Samantha Viz Quadrat (UFF) e “*Memória, História e Política na América Latina*”, ministrada pela

de polarização e mobilização social crescentes, onde os confrontos entre estudantes e policiais eram cada vez mais frequentes. Em 14 de agosto de 1968, uma passeata de estudantes a favor da autonomia universitária acabou sendo interrompida pela polícia e culminou na morte do estudante Líber Arce – estudante da faculdade de Odontologia, 28 anos e membro da *Unión de Juventudes Comunistas* (UJC). A morte de Líber Arce provocou grande comoção nacional, num processo bem parecido ao que ocorreu no Brasil após a morte do estudante Edson Luís, também em 68. A partir de 1969, a data do assassinato do estudante uruguaio converteu-se em uma data comemorativa, símbolo do movimento estudantil do Uruguai.

Líber Arce logo foi erigido ao posto de *mártir*, disputado pelas diversas organizações estudantis que procuravam conjugar sua militância estudantil com reivindicações políticas e sociais mais amplas e contribuíram para a construção da imagem de um Arce revolucionário:

La dualidad de sentidos universitarios y sociales se sintetizaban en la persona de Arce en su doble condición de estudiante y obrero – alianza estratégica que fue constantemente destacada en la época y que la “sangre derramada” de Arce vivificaba. Con su imagen se difundía entre los estudiantes un modelo de juventud, un ejemplo de rebeldía ante el poder instituido y de compromiso con la realidad social.⁷⁹⁰

Ao longo do período da ditadura no país, instaurada por um golpe de Estado em junho de 1973, os estudantes procuraram, ainda que sob o clima de repressão dominante, comemorar o 14 de agosto. A chegada da década de 1980 representou para o país um momento de “transição” para a democracia, envolvendo fortes negociações entre os partidos políticos e as Forças Armadas. Esta nova conjuntura política também significou uma nova etapa para o movimento estudantil. Em 1984, a comemoração do 14 de agosto foi batizada como o “Día de los Mártires Estudiantiles”, a partir do qual se buscou ampliar a convocação estudantil, para além dos grupos comunistas. Além disso, o movimento estudantil ingressava neste novo período da história uruguaia mantendo como símbolos e referências a mobilização estudantil dos anos 60, o que dificultaria, posteriormente, a identificação das novas gerações estudantis com essa geração de estudantes dos anos 80.

Líber Arce continuou a ser lembrado como um mártir e herói, mas a ele se juntaram muitos outros nomes de estudantes “caídos” durante a ditadura, conferindo ao 14 de agosto um caráter cada vez mais coletivo. Cada centro estudantil passou a reivindicar “seu” mártir, a fim de ressaltar o papel de cada organização na luta contra a ditadura. Ademais, como destaca

professora doutora Maria Paula Araujo (UFRJ), ambas cursadas no primeiro semestre do curso de mestrado.

⁷⁹⁰ SEMPOL, Diego. “De Líber Arce a liberarse. El movimiento estudiantil uruguayo y las conmemoraciones del 14 de agosto (1968-2001)”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (orgs.). *op. cit.*, pp. 65-103. p. 73.

Diego Sempol, a transição para a democracia implicou um comprometimento das esquerdas com formas democráticas de participação política, processo que também afetou as representações do passado estudantil:

Este cambio en una fuerza política que antes del golpe contó con fuertes corrientes revolucionarias exigió una resignificación de sus acciones de los sesenta. La representación de los mártires acompañó este proceso: el 'Arce revolucionario' de los sesenta fue sustituido por un 'Arce democrático' que luchó contra el autoritarismo. Y la existencia de la guerrilla y las intenciones revolucionarias pre dictatoriales se diluyeron en la figura de un 'polo progresista' que peleó 'justificadamente' contra el 'despotismo' para 'recuperar' la democracia.⁷⁹¹

Em 1989, com a derrota no plebiscito que confirmou a anistia aos militares que violaram direitos humanos durante a ditadura, os movimentos sociais uruguaios, incluindo o movimento estudantil universitário, sofreram um grande refluxo, agravado pela crise do bloco socialista do leste europeu. Ao longo dos anos 90, os secundaristas tornaram-se protagonistas no cenário político do país. As manifestações de 14 de agosto foram mantidas e lograram êxito em mobilizar os estudantes, sobretudo a partir de 1995, ano que representou um novo fôlego na organização dos estudantes. O passado estudantil recebeu, nesta nova conjuntura, novos significados. Os estudantes concentraram suas lutas nas reivindicações especificamente estudantis. Neste processo, os “mártires estudantis” foram recebendo menos relevância e não são mais considerados heróis, revolucionários ou protagonistas de atos épicos. Para os militantes dos anos 90 e do século XXI, Líber Arce e os demais estudantes “caídos” durante a ditadura tornaram-se referências, mas não modelos a ser seguidos. Assim sendo, o novo contexto histórico – marcado pelo fim da ditadura, pelo descrédito do marxismo enquanto corrente teórica, pela crise da “via revolucionária” na América Latina e pelas novas formas de organização estudantil – representou, para os estudantes uruguaios, a configuração de novos sentidos para o passado estudantil, que acompanharam as transformações identitárias de seu movimento estudantil.⁷⁹²

As transformações na representação dos “mártires estudantis” uruguaios exemplificam os limites da transmissão das memórias entre gerações distintas. Contudo, é importante ressaltar que a elaboração de novos sentidos para o passado, por parte dos movimentos estudantis, não é necessariamente ruim ou boa, mas configura-se como um processo, de certa forma, inevitável. Afinal, como analisou Elizabeth Jelin, não se pode evitar as

⁷⁹¹ *Idem.* p. 79.

⁷⁹² *Idem.* p. 91-101.

reinterpretações do passado que as novas conjunturas demandam:

Las interpretaciones y explicaciones del pasado, como manifestaciones de posturas y luchas políticas por la memoria, no pueden ser transmitidas automáticamente de una generación a otra, de un período a otro. Para hacerlo hay al menos dos requisitos: el primero, crear las bases para un proceso de identificación, para una ampliación inter-generacional del 'nosotros'. El segundo, dejar abierta la posibilidad de que quienes 'reciben' le den su propio sentido, reinterpreten, resignifiquen – y que no repitan o memoricen. (...) no hay manera de obtener reinterpretaciones, resignificaciones, relecturas. Porque la 'misma' historia, la 'misma' verdad, cobra sentidos diversos en contextos diferentes. Y la sucesión de cohortes o generaciones implica, irremediabilmente, la creación de nuevos contextos.⁷⁹³

Segundo Elizabeth Jelin e Victoria Langland, as rememorações sobre o passado refletem as tensões e conflitos de diversos grupos sociais e podem ser expressas, além das datas comemorativas (como por exemplo, o 28 de março no Brasil ou o 14 de agosto no Uruguai), através de *marcas territoriais*, que também atuam como *veículos da memória*.⁷⁹⁴ Quando importantes eventos se desenrolam em determinado local, este passa por uma metamorfose: “(...) lo que antes era un mero 'espacio' físico o geográfico se transforma en un 'lugar' con significados particulares, cargado de sentidos y sentimientos para los sujetos que lo vivieron”.⁷⁹⁵ Monumentos, placas, memoriais, preservação de ruínas – instrumentos para demarcar a transformação de um “espaço” em “lugar”, cujos sentidos sociais são estabelecidos no interior de lutas políticas e que se alteram ao longo do tempo, constantemente sujeitos a reinterpretações das novas gerações e mesmo ao esquecimento e à indiferença.

Para a memória do movimento estudantil brasileiro, a principal marca territorial é a antiga sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro.⁷⁹⁶ O prédio, localizado na

⁷⁹³ JELIN, Elizabeth. “Memorias en conflicto”. *Puentes*, nº1, agosto de 2000, pp. 1-8. p. 8.

⁷⁹⁴ JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. “Introducción: Las marcas territoriales como nexos entre pasado y presente”. In: _____ (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, pp. 1-18.

⁷⁹⁵ *Idem*. p. 3.

⁷⁹⁶ No dia 28 de março de 2008, 40 anos após a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, uma nova “marca territorial” do movimento estudantil foi inaugurada: o monumento em homenagem aos estudantes mortos durante a ditadura militar. Localizado na praça Ana Amélia, no centro do Rio de Janeiro, o monumento é o primeiro inaugurado em praça pública pela Presidência da República em memória aos mortos e desaparecidos durante o regime militar, segundo o ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. “É um patrimônio protegido por lei, que permite aos transeuntes pararem para perceber que, ao lado de figuras como Tiradentes, Frei Caneca e tantos outros heróis da História brasileira dos séculos XVIII e XIX, também há muitos heróis do século XX. E o Edson Luís encarnava, melhor do que ninguém, a estupidez da violência do regime ditatorial”, disse ele. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/28/materia.2008-03-28.1374031322/view>>. Acesso em: 01/08/2009. Também estiveram presentes à inauguração estudantes ligados à UNE e à UBES e a mãe de Edson Luís, Maria Belém Souto da Rocha, de 84 anos.

Praia do Flamengo, nº 132, foi doado à entidade em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, tornando-se, desde então, sua sede oficial.⁷⁹⁷ No período pré-1964, a UNE desenvolveu uma série de atividades culturais, sobretudo após a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), voltadas para a “conscientização” das camadas populares e em defesa da “arte revolucionária”, a serviço da revolução social. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 pôs fim a essa efervescência cultural. E a repressão foi mais além: no dia seguinte ao golpe, o prédio da UNE foi invadido e incendiado diante das câmeras de televisão. Para o então ministro Roberto Campos, a posição do Governo em relação aos estudantes era bem explícita: “tratamento de choque para acabar com a subversão”.⁷⁹⁸ A UNE foi declarada ilegal e o novo governo ordenou a criação de organizações estudantis “oficiais”. Ainda assim, como acompanhamos nos capítulos anteriores, o movimento estudantil, de 1964 a 1968, atingiu amplo grau de mobilização, conquistando o apoio de diversos setores da população.

Como analisou Victoria Langland, os estudantes reconheciam o enorme peso simbólico do prédio da antiga sede da UNE. Contudo, para a geração de 1968, o espaço representava o período pré-64, sem grandes conexões com as lutas do momento. O movimento estudantil de 68 ficou conhecido por suas manifestações de massas, nas ruas das grandes cidades do país. A preservação ou a luta pela reconquista do espaço físico da sede da Praia do Flamengo não era a prioridade naquele momento. Paradoxalmente, anos depois, quando da reorganização do movimento estudantil e reconstrução da União Nacional dos Estudantes, no final da década de 1970, a imagem e o simbolismo do antigo prédio seriam resgatados e reconfigurados como elemento de união com o passado de luta estudantil.⁷⁹⁹

O edifício tornou-se tema central em publicações, manifestações e nos discursos das lideranças estudantis. Em 1979, os estudantes decidiram reconquistar o prédio para a sua entidade recém-recriada. Realizaram passeatas, colaram cartazes, fizeram vigílias e organizaram acampamentos na porta do prédio, conquistando o apoio de professores, jornalistas, artistas e políticos. Porém, apesar dos intentos estudantis, seu “marco territorial” ou seu “lugar de memória”, para usar a expressão de Pierre Nora⁸⁰⁰, foi demolido em junho de 1980. De qualquer maneira, a luta pela preservação deste *lugar de memória* serviu para

⁷⁹⁷ Antes de ser doado à UNE, o prédio abrigava o Clube Germânia, uma organização cultural alemã. Contudo, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, as propriedades que pertenciam às potências “inimigas” do Eixo foram confiscadas pelo Estado.

⁷⁹⁸ CAMPOS, Roberto *apud* FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 47.

⁷⁹⁹ LANGLAND, Victoria. “La casa de la memoria em Praia de Flamengo 132: memorias estudiantiles y nacionales em Brasil, 1964-1980”. In: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (orgs.). *op. cit.* pp. 57-95.

⁸⁰⁰ Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: PUC, nº 10, dezembro de 1993, pp.7-28.

unificar o movimento estudantil e, além disso, “(...) como tantos otros que fueron 'desaparecidos' por el régimen militar, el inexistente edificio también siguió desempeñando un importante papel”.⁸⁰¹

Passados mais de 25 anos do fim da ditadura civil-militar, o terreno onde se localizava a antiga sede da União Nacional dos Estudantes voltou a ser pauta principal na agenda de mobilização estudantil. Aliás, desde 1985, ano da legalização da UNE, os estudantes tentam retomar o histórico terreno, símbolo do passado de lutas estudantis. Em 1994, o então presidente da República, Itamar Franco, devolveu à entidade o terreno da Praia do Flamengo. Desde então, a UNE iniciou uma longa batalha judicial contra um estacionamento irregular, que funcionava no local, sem alvará. No início de 2007, o terreno foi ocupado pelos estudantes e a UNE iniciou ampla mobilização, através da campanha *A UNE de volta pra casa*, incluindo programações gratuitas e diárias de oficinas, teatro, cinema e música, que conquistaram a solidariedade de antigas lideranças estudantis e diversos setores sociais, além de contribuírem para reafirmar a identidade estudantil e reforçar os laços de pertencimento com este *lugar de memória*. No dia 8 de maio de 2007, finalmente saiu a decisão judicial: o terreno é da UNE! Em sua sentença, o juiz Jaime Dias Pinheiro Filho alegou não haver dúvidas sobre o pertencimento do terreno à entidade dos estudantes e ainda afirmou que a UNE é “um verdadeiro patrimônio do povo brasileiro e merece todo o apoio da sociedade”.⁸⁰²

A reconquista do terreno pode ser considerada um presente de aniversário, já que em agosto de 2007 a UNE completou 70 anos. Em comemoração ao septuagenário da entidade, foram lançados: o livro *Memórias Estudantis*⁸⁰³, da historiadora Maria Paula Araujo, que busca, através dos depoimentos colhidos pelo projeto *Memória do Movimento Estudantil*⁸⁰⁴, resgatar a trajetória da UNE desde a sua fundação, em 1937, até os dias atuais; e dois documentários média-metragem, do cineasta Sílvio Tendler: *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*, que, a partir de depoimentos dos ex-militantes e líderes estudantis e das imagens de arquivo, recupera factualmente a história do movimento estudantil universitário desde a

⁸⁰¹ LANGLAND, Victoria. *op. cit.* 2003. p. 91.

⁸⁰² PINHEIRO FILHO, Jaime Dias. Sentença do Juiz da 43ª Vara Cível do Rio de Janeiro, Processo nº: 2007.001.013638-4 *apud* UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. “Praia do Flamengo, 132: Sai decisão da justiça: o terreno é nosso!”. Disponível em: <http://www.une.org.br/home3/acampamento/m_9022.html>. Acesso em: 08 de maio de 2007. Sobre a luta judicial da UNE pela reintegração da posse do terreno da Praia do Flamengo e as atividades realizadas durante a ocupação do mesmo, ver *site* da entidade: <www.une.org.br>.

⁸⁰³ ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

⁸⁰⁴ Desde 2004, este projeto, desenvolvido pela União Nacional dos Estudantes, Fundação Roberto Marinho e Museu da República, com patrocínio da Petrobras, coletou depoimentos daqueles que participaram da trajetória política e cultural do movimento estudantil brasileiro. Para maiores informações sobre o projeto, ver *site* oficial: <www.mme.org.br>.

fundação de sua entidade máxima; e *O afeto que se encerra em nosso peito juvenil*, que analisa as políticas culturais desenvolvidas pela UNE, desde o Centro Popular de Cultura (CPC), um marco dos anos 60, até a retomada dessas atividades culturais, com a criação da Bienal de Cultura da UNE, no final dos anos 90. Além disso, a entidade planeja a construção, no emblemático endereço da Praia do Flamengo, nº 132, de um Centro Cultural, que já ganhou projeto do célebre arquiteto Oscar Niemeyer⁸⁰⁵ e provavelmente receberá o nome de Honestino Guimarães, num claro resgate da memória do passado do movimento estudantil e, especificamente, da União Nacional dos Estudantes.⁸⁰⁶

A luta pelo edifício, e depois pelo terreno, da antiga sede da UNE transmitiu a diferentes gerações de estudantes uma memória coletiva, apropriada de formas diversas nos distintos períodos históricos. Diante dos desafios que se colocam para o movimento estudantil nos dias atuais, os estudantes voltam-se para o passado. As imagens do antigo prédio da Praia do Flamengo, seu incêndio criminoso e sua demolição munem os atuais militantes estudantis de um poder simbólico e reforçam o sentimento de *identidade e pertencimento* a uma “idade de ouro”⁸⁰⁷ do movimento estudantil, especificamente os anos 60, buscando no passado sentidos para o presente e força mobilizadora para o futuro. Nas palavras de Girardet: “imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido (...): ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”.⁸⁰⁸ Na tentativa de reconquistar sua “casa”, o movimento estudantil universitário brasileiro, através da União Nacional dos Estudantes, tenta reconquistar sua própria identidade perdida. Resta-nos perguntar: “Voltar às origens significaria reconstituir o trajeto percorrido para definir o rumo da viagem?”⁸⁰⁹

⁸⁰⁵ O projeto, que inclui um prédio de 13 andares, um teatro e um museu, foi presente do arquiteto para a UNE, pelo seu aniversário de 70 anos. O então presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Tiago Franco, afirmou: “Os traços do Niemeyer vão garantir que a nossa nova sede seja carregada de um grande simbolismo, pela importância dele como arquiteto e como militante das causas sociais”. Disponível em: <http://www.une.org.br/home3/ja_foi_noticia/m_9444.html>. Acesso em: 01/08/2009. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 2008, texto que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição da sede da UNE, em 1964. O texto prevê ainda uma indenização à entidade, cujo valor será usado para custear a construção da nova sede.

⁸⁰⁶ Vale destacar que Honestino Monteiro Guimarães era militante da *Ação Popular* (AP), organização que, em 1971, converteu-se formalmente em partido marxista-leninista, adotando o nome de *Ação Popular Marxista Leninista* (APML). Após intensos debates internos, a APML acabou incorporando-se ao *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), em 1973. Nesse processo, a memória da AP, de ecera forma, foi incorporada ao PCdoB. Assim sendo, Honestino Guimarães – que era contra a fusão das organizações – tornou-se mártir do PCdoB, força hoje hegemônica na UNE, desde o momento de sua refundação.

⁸⁰⁷ Segundo Raoul Girardet, a *idade de ouro* é um dos grandes conjuntos mitológicos criados nos últimos dois séculos. Cf. GIRARDET, Raoul. *op. cit.*, p. 97-139.

⁸⁰⁸ GIRARDET, Raoul. *op. cit.*, p. 97-98.

⁸⁰⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *op. cit.* p. 325.

4.2. Memórias Dissidentes

“Recordar es siempre, en mayor o menor medida, olvidar algo; es desplazar la mirada retrospectiva y recomponer, así, un paisaje distinto del pasado”.
Henry Rousso⁸¹⁰

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os grupos da esquerda armada foram responsáveis pelo surgimento de um novo personagem no cenário brasileiro: o *guerrilheiro urbano*, que conduziria as massas rumo à revolução. O guerrilheiro estava comprometido tão somente com a ação, com a luta armada, como formulado pelos revolucionários cubanos, cujos princípios foram adotados em toda Nuestra America. O líder guerrilheiro Carlos Marighella, por exemplo, defendia: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não se pede licença para praticar atos revolucionários e só existe um compromisso – com a revolução”.⁸¹¹ No entanto, como vimos, os projetos revolucionários das organizações da esquerda armada brasileira foram derrotados e seus militantes, em sua maioria, presos, torturados e/ou mortos.

No Brasil, a construção da memória das esquerdas armadas tem sido fundamentada, sobretudo, nos depoimentos de ex-militantes políticos. Estes relatos refletem as tensões e conflitos de diversos grupos sociais e estabelecem, entre si, disputas e lutas políticas e ideológicas. Neste processo, algumas memórias são consagradas, em detrimento de outras. Assim sendo, torna-se fundamental para o historiador lançar-se ao desafio de elucidar estes certames memorialísticos, como sugeriu Elizabeth Jelin: “Se torna necesario centrar la mirada sobre conflictos y disputas en la interpretación y sentido del pasado, y en el proceso por el cual algunos relatos logran desplazar a otros y convertirse em hegemónicos”.⁸¹²

Ao analisar estes embates, Denise Rollemberg afirma que, apesar da diversidade de memórias das esquerdas brasileiras, em especial sobre a luta armada, a versão de Fernando Gabeira, publicada em seu livro *O que é isso, companheiro?*, de 1979, tornou-se a “oficial”. Neste sentido, segundo a autora, percebe-se que “entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas”.⁸¹³ Mas quais seriam os fatores que contribuíram para esta memória tornar-se hegemônica, escamoteando as demais? Para Daniel Aarão Reis, a ampla receptividade na sociedade da versão de Fernando Gabeira – o livro

⁸¹⁰ ROUSSO, Henry. *op. cit.* 2002b. p. 88.

⁸¹¹ MARIGUELLA, Carlos *apud* JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997. p. 224.

⁸¹² JELIN, Elizabeth. *op. cit.* 2002. p. 40.

tornou-se um best-seller – está condicionada ao seu caráter de conciliação. No contexto da “abertura política”, o passado doloroso da ditadura e da luta armada deveria ser esquecido, em nome da reconciliação nacional, visando um futuro democrático, que seria erigido sob um passado enterrado. Nas palavras de Daniel Aarão Reis:

Com o recuo da ditadura militar, e a abertura “lenta, segura e gradual”, vastos segmentos da sociedade queriam recuperar a história agitada dos anos 60, reconciliar-se com ela, mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. No contexto da anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento e das cobranças? Seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor. Não é para isto que temos o recurso do humor?⁸¹⁴

Segundo Joaquim Alves de Aguiar, a narrativa de Gabeira “não é de confronto. (...) Este clima de conciliação (...) permeia todo o livro, embora não retire a acidez da ironia e do ressentimento do narrador para com as organizações de esquerda que, bem ou mal, lhe garantiram presença na história”.⁸¹⁵ Ainda segundo Aguiar, trata-se de uma narrativa “que vinha a calhar numa época de refluxo ou revisão das idéias e programas de esquerda”.⁸¹⁶

No final da década de 1970, o Brasil, que então vivia um processo de “abertura” política, assistia a volta de “tanta gente que partiu num rabo de foguete”⁸¹⁷ – os exilados e/ou banidos que, após o decreto da anistia em 1979, começaram a voltar ao país, trazendo na bagagem experiências e histórias pra contar e despertando o interesse daqueles que aqui ficaram e das novas gerações que cresceram enquanto estes ex-militantes políticos estavam banidos do país. Segundo Denise Rollemberg,

o exílio rapidamente entrou na moda. Mas não era só isso. Havia um interesse dos que ficaram em saber o que não viveram. As autobiografias se multiplicavam e vendiam. Algumas foram *best sellers*. As reportagens sobre os exilados tornaram-se freqüentes, a maior parte tentando criar versões conciliatórias, onde se estimulavam os relatos folclóricos, pitorescos, os casos divertidos. No redemoinho, muitas entrevistas, entretanto, abriram-se para outras dimensões da experiência do exílio. Mas nos primeiros anos, não deixou de pairar no ar a mistificação do exilado, até porque era um *personagem* que estava sendo conhecido – e construído – como um viajante

⁸¹³ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2006a. p. 84.

⁸¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. In: _____ et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 31-45. p. 35.

⁸¹⁵ AGUIAR, Joaquim Alves de. “O astro da anistia”. *Alceu*, Revista de Comunicação Social da PUC-Rio, v. 2, n. 3, julho-dezembro de 2001, pp. 146-165. p. 161.

⁸¹⁶ *Idem*.

⁸¹⁷ Trecho da música *O bêbado e o equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, lançada em 1979, no LP “Linha de Passe”, de João Bosco, e gravada por Elis Regina com imenso sucesso.

que vem de outras terras, de uma longa distância, e conta, no centro da roda, o que viu.⁸¹⁸

Neste contexto, as memórias dos ex-guerrilheiros, muitos recém-chegados do exílio, rapidamente encontraram o mercado editorial e o sucesso entre os leitores. De acordo com Letícia Malard,

o afrouxamento da censura fez surgir narrativas de ficção cuja temática gira em torno dos acontecimentos políticos pós-64. A volta dos exilados e banidos, bem como a libertação dos presos políticos, vão, num primeiro momento, saturar a imprensa de entrevistas, artigos e análises relativos às experiências de muitos desses revolucionários e, paralelamente, levar às vitrinas um número razoável de livros – cartas, depoimentos, impressões e memórias – de autoria desses ex-marginalizados pelo regime, tendo também alguns enveredado para o conto e o romance.⁸¹⁹

Não deixa de ser irônico constatar que uma sociedade que, como um todo, há alguns anos atrás, não se identificou com os projetos revolucionários defendidos pelas esquerdas armadas, que acabaram isoladas socialmente, alguns anos depois recebe com tanta receptividade as memórias dos guerrilheiros. Se ao longo da década de 1960 e meados de 1970, as vozes destes guerrilheiros não encontraram ressonância na sociedade, a partir do início da década de 1980, inseridas em um novo contexto, marcado pela (re)construção da democracia no país, as vozes guerrilheiras seriam finalmente ouvidas, mas não mais para propagar seus projetos revolucionários – que, aliás, foram abandonados pela grande maioria dos ex-guerrilheiros – e sim para recontar *suas* histórias e *a* História daqueles anos de ditadura, um passado ainda muito presente. Nesse processo, em que a *resistência* à ditadura consagrou-se como a postura adotada pela sociedade brasileira frente à ditadura, estes *bravos* ex-guerrilheiros – que teriam levado essa “resistência” às últimas conseqüências – alcançaram um enorme sucesso editorial.

Fernando Gabeira⁸²⁰, embora não tenha sido o primeiro a lançar sua autobiografia⁸²¹,

⁸¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999. p. 16.

⁸¹⁹ MALARD, Letícia. “Análise contrastiva de *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Reflexos do baile*, de Antônio Callado”. In: _____ et al. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte: UFMG, 1982, pp. 75-120. p. 76.

⁸²⁰ Fernando de Paula Nagle Gabeira nasceu em 17 de fevereiro de 1941, em Juiz de Fora (MG). Iniciou sua carreira de jornalista no final da década de 1950, ainda em Juiz de Fora, onde também se tornou secretário da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Em 1960, mudou-se para o Rio de Janeiro, após uma rápida passagem por Belo Horizonte, para trabalhar como redator do *Jornal do Brasil*. Em 1964, ainda no *JB*, começou a atuar no movimento sindical dos jornalistas. Em 1968, ingressou na *Dissidência da Guanabara* (DI-GB), que, posteriormente, daria origem ao *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Fernando Gabeira foi preso em 1970 e libertado, no mesmo ano, junto a mais 39 presos políticos, em troca do embaixador alemão, capturado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No exílio, passou por diversos países e retornou ao Brasil, em 1979, após a anistia política. Publicou alguns livros e ingressou na carreira política. Atualmente, é deputado federal pelo Partido Verde.

⁸²¹ A primeira autobiografia é *Em câmara lenta*, escrita por Renato Carvalho Tapajós, ex-militante da Ala

foi, sem dúvida, o que alcançou maior repercussão na sociedade. Lançado em 1979, *O que é isso, companheiro?* logo se tornaria um fenômeno: segundo a revista *Veja*, após pouco mais de um mês de lançamento, a autobiografia de Gabeira alcançou a nona posição entre os dez livros mais vendidos no país.⁸²² Um mês mais tarde, já ocuparia o terceiro lugar⁸²³; e sete dias depois, figurava em primeiro lugar no *ranking* dos livros, apenas sete semanas depois do lançamento.⁸²⁴ Em maio de 1980, já em sua 16ª edição no Brasil, o livro seria traduzido, com altas vendas, na França, Estados Unidos e Alemanha. Ainda em 1980, Fernando Gabeira recebeu o Prêmio Jabuti de melhor livro na categoria “biografia e/ou memórias”.

Nos meses que se seguiram ao lançamento de *O que é isso, companheiro?*, o nome de Fernando Gabeira estampou dezenas de matérias em jornais e revistas, sem contar sua participação em programas de rádio e televisão. Para os mais diversos assuntos (comportamento, educação, sexualidade, política, literatura), a opinião de Gabeira parecia importante. De fato, seu retorno do exílio, suas entrevistas polêmicas, coincidindo com o lançamento de sua autobiografia, alçaram o nome do jornalista e ex-guerrilheiro ao posto de “estrela nacional”. As críticas de Gabeira à luta armada repercutiram fortemente nas esquerdas, ainda marcadas pela derrota dos projetos revolucionários dos guerrilheiros. Por outro lado, Gabeira parecia trazer novos ventos, novos questionamentos, novos discursos, que também mobilizaram (a favor ou contra) boa parte das esquerdas brasileiras. A citação de Joaquim Alves de Aguiar, embora longa, analisa o impacto da chegada de Gabeira (e suas críticas e autocríticas) no contexto brasileiro pós-anistia:

Segundo certa ala da esquerda menos ortodoxa, ele voltava do exílio dizendo coisas novas: a política do corpo no lugar da luta armada, a conquista do poder por vias pacíficas, o prazer aqui e agora, a defesa das vítimas do machismo da sociedade, a luta de classes e a luta pela felicidade individual ao mesmo tempo etc. Como era de se esperar, essas questões, na voz de um homem que havia tomado parte da esquerda armada, provocaram maior impacto que o retorno de outros exilados com mais fama na história política

Vermelha (dissidência do PCdoB, formada a partir de 1966, de tendência maoísta), preso entre 1969 e 1974, no Presídio Tiradentes (SP). O livro começou a ser escrito ainda na prisão, em 1973, mas seria recusado por várias editoras, até ser lançado pela Alfa-Ômega em maio de 1977. *Em câmara lenta* teve sua primeira edição, de 3.000 exemplares, esgotada em menos de um mês. Contudo, em 27 de julho de 1977, Renato Tapajós foi preso, por crime de *subversão*, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), chefiado pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, e pouco depois seu livro foi censurado em todo o país. A prisão de Tapajós mobilizou a imprensa, os intelectuais, os jornalistas, artistas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como as diversas seções da anistia internacional espalhadas pelo mundo. Diante das pressões interna e externa, o autor foi solto em 23 de agosto de 1977 e, no ano seguinte, foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça. Em 1979, o livro teria sua circulação liberada em todo o Brasil e logo entraria na lista dos livros mais vendidos no país.

⁸²² *Veja*, “Os mais vendidos”, 24/10/1979.

⁸²³ *Veja*, “Os mais vendidos”, 28/11/1979.

⁸²⁴ *Veja*, “Os mais vendidos”, 05/12/1979.

do Brasil. As coisas levavam a crer que Gabeira tinha evoluído com o exílio e outros não. Estes pareciam retornar tal como tinham saído, sem as revisões de si mesmos ou das idéias políticas que professavam. Gabeira falava aos jovens, principalmente. Era como se por aqui as coisas não tivessem avançado, ou avançado pouco, e o contexto esperasse a pregação de um novo Messias, um pacifista vindo de larga experiência num país avançado como a Suécia, onde a luta de classes não se colocava nos termos da nossa, gerando, assim, questionamentos mais sofisticados em nosso experiente exilado. Como um *enfant terrible* das esquerdas, era assim que Gabeira retornava – para brilhar no cenário político e cultural daquele momento.⁸²⁵

O livro *O que é isso, companheiro?* alcançou notável sucesso de público e crítica, sendo apresentado por alguns jornalistas como as *Memórias do Cárcere*⁸²⁶ da década de 1970, como destaca a matéria do *Jornal do Brasil*:

Essas são as *Memórias do Cárcere* de nossos dias. (...) Gabeira havia avançado em relação a Graciliano: introduzira humor e uma crítica jovem e amorosa onde a autocrítica de Graciliano era seca e corrosiva. (...) Nem Graciliano nem Gabeira foram os melhores, os principais revolucionários, e ambos repetem e sabem disto em seus livros (...) E é sintomático que os revolucionários de ontem tenham trocado a metralhadora e o Taurus pela ficção, depoimento e poesia. Muitos não eram jornalistas, nem sonhavam em ser escritores. Mas, de repente, a escrita se impôs como elemento erótico de extensão do corpo imaginário possuindo a História. Por que a ditadura de Getúlio não gerou tantos livros? Por que tão pouca coisa além de Graciliano? Certamente que esta última [ditadura] parece ter sido pior. Pelo menos é o que se conclui do volume de mortos, feridos e livros publicados.⁸²⁷

No rastro do sucesso de seu primeiro livro de memórias, Gabeira passou a ser considerado o mais bem sucedido dos anistiados que retornaram do exílio, como sentenciou a revista *Veja*:

De todos os retornados da Anistia de 1979, ele é o mais bem sucedido. Luís Carlos Prestes ficou sem Partido Comunista. Leonel Brizola, sem Partido Trabalhista. Miguel Arraes, sem importância. Os líderes estudantis, treze anos mais velhos, ficaram sem estudantes. Os teóricos da luta armada, sem teoria. Todos os que, de uma forma ou de outra, tentaram fazer do retorno um resgate do passado, fracassaram. E Gabeira é o símbolo do retorno ao presente e, se possível, ao futuro.⁸²⁸

A autobiografia de Gabeira começou a ser escrita em 1978, enquanto ele ainda estava exilado na Suécia, após um encontro com Ziraldo e outros jornalistas, que resultou em uma

⁸²⁵ AGUIAR, Joaquim Alves de. *op. cit.* p. 146.

⁸²⁶ Livro de memórias do escritor Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953), foi publicado postumamente em 1953, em dois volumes. Graciliano havia sido preso em 1936, por seu engajamento político, sobretudo após o Levante Comunista de 1935. *Memórias do Cárcere* também foi filmado por Nelson Pereira dos Santos, em 1984.

⁸²⁷ SANT'ANNA, Affonso Romano de. "É isso aí, companheiro!". *Jornal do Brasil*, 25/11/1979.

⁸²⁸ *Veja*, 25/02/1981, p. 38-43.

extensa entrevista ao *Pasquim*, a qual daria início à sua projeção em nível nacional, antes mesmo de seu retorno ao Brasil.⁸²⁹ Em *O que é isso, companheiro?*, Gabeira relata que a idéia de escrever o livro surgiu quando estava em fuga pelas ruas de Santiago do Chile, logo após o golpe militar que derrubara o presidente Salvador Allende, em setembro de 1973: “se escapo de mais essa, escrevo um livro contando como foi tudo. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 68 pra cá, ou melhor, a fatia que me tocou viver e recordar”.⁸³⁰ Para Joaquim Aguiar, essa passagem nos informa sobre a natureza da obra. O “tudo” que Gabeira se propõe a narrar sofre duras restrições: o “apenas o que se viu” e, sobretudo, “a fatia que me tocou viver e recordar”. Segundo Aguiar, “as coisas se afunilam no eu, na própria experiência, (...) e é este o aspecto que melhor define o livro. Ele dá liberdade ao contador da história, que dispõe de sua matéria como bem quer, e que avalia o andamento de uma época sob o ângulo declarado da sua subjetividade”.⁸³¹

Nesse sentido, é importante ressaltar que a questão da *subjetividade* está intrinsecamente relacionada à autobiografia, já que nela “foi o próprio narrador quem se dispôs a narrar sua vida, deu a ela o encaminhamento que melhor lhe pareceu e deteve o controle sobre os meios de registro”.⁸³² Nesse caso, há uma tendência do sujeito a ordenar as ações passadas e dotá-las de uma racionalidade *a posteriori*. Segundo Pierre Bourdieu,

o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas do desenvolvimento necessário. (...) propensão a tornar-se ideólogo da própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência (...).⁸³³

Mas ainda assim, a obra (literária ou memorialística) pode fugir ao controle de seu criador, como destacou Antônio Cândido: “(...) convém notar que por vezes é ilusória a

⁸²⁹ Cf. *O Pasquim*, nº 490, Rio de Janeiro, de 17 a 23/11/1978, pp. 10-18. Esta entrevista gerou o artigo “Conversações sobre 1968”, publicado também n’*O Pasquim*, na semana de 08 a 14/12/1978. Posteriormente, os dois textos (a entrevista e o artigo), juntamente com uma carta de Gabeira aos amigos escrita às vésperas da anistia, seriam lançados, antes de *O que é isso, companheiro?*, no livro: GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a Anistia*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

⁸³⁰ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 12.

⁸³¹ AGUIAR, Joaquim Alves de. *op. cit.* p. 153.

⁸³² PEREIRA, Lígia Maria Leite. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, junho de 2000, pp. 117-127. p. 118.

⁸³³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *op. cit.* pp. 183-191. p. 184-185.

declaração de um criador a respeito da própria criação. Ele pode pensar que copiou quando inventou; que exprimiu a si mesmo, quando se deformou; ou que se deformou, quando se confessou”.⁸³⁴

A relação com o contexto social também deve ser levada em conta. Afinal, “um livro não é apenas um livro, mas um complexo de relações sociais numa circunstância histórica, e, portanto, de alguma maneira, a ela submetido”.⁸³⁵ Mas a obra literária não é pano de fundo do social, nem ao contrário – trata-se de um amálgama. Mesmo em uma autobiografia não se pode desconsiderar a interferência do *outro*: “é importante determinar quem é o interlocutor imaginário ao qual o relato se dirige, e que tipo de relação o narrador estabelece com ele (de sedução ou de desafio)”.⁸³⁶

Para Jean-Paul Sartre, “a prosa é utilitária por excelência; eu definiria o prosador como um homem que se serve das palavras”.⁸³⁷ Assim sendo, o narrador serve-se das palavras para contar *sua* história, que por sua vez insere-se na História, dela se apropriando, filtrando-a, ressignificando-a e projetando-a para outra dimensão, que é a de sua própria subjetividade. Nesse sentido, a narrativa da autobiografia será sempre marcado pelo caráter de *seletividade*, representando, concomitantemente, *memória* e *esquecimento*.

Andreas Huyssen, ao analisar as diferentes formas de esquecimento, a partir das formulações de Paul Ricoeur⁸³⁸, sugere, entre outras distinções, o esquecimento como *mémoire manipulée* (memória manipulada), que não deve ser vista em uma perspectiva exclusivamente negativa, ligada à má fé, mas está “inerentemente relacionada à narratividade, no sentido que qualquer narrativa é seletiva e implicará, passiva ou ativamente, um certo esquecimento de como a história poderia ter sido contada de maneira diferente”.⁸³⁹ Ainda segundo Huyssen, a “memória política em si não pode funcionar sem o esquecimento. Este é o significado do *oubli manipulé* de Ricoeur, que resulta da inevitável mediação da memória através da narrativa”.⁸⁴⁰

O “eu” que narra já não é o “eu” que viveu. O narrador autobiográfico tem, por assim dizer, o passado em suas mãos. Ao empunhar sua pena, analisa a experiência passada, sob o prisma do presente e da distância temporal e espacial. E, nesse processo, vai construindo (e

⁸³⁴ CÂNDIDO, Antônio. “A personagem do romance”. In: _____ et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 57-75. p. 69.

⁸³⁵ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *op. cit.* p. 134.

⁸³⁶ PEREIRA, Lígia Maria Leite. *op. cit.* p. 124.

⁸³⁷ SARTRE, Jean-Paul. “Que é escrever?” In: _____ *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1999, pp. 09-13. p. 11.

⁸³⁸ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

⁸³⁹ HUYSSSEN, Andreas. “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. mimeo. s/d. pp. 1-18. p. 3.

⁸⁴⁰ *Idem.* p. 4.

reconstruindo) suas *memórias* – que também dizem respeito aos grupos sociais a ele vinculados – e seus *esquecimentos*, que, como vimos, estão vinculados a qualquer narrativa. Mas, afinal, qual a memória construída através da narrativa autobiográfica de Fernando Gabeira, proposta em seu livro *O que é isso, companheiro?*

O texto de Gabeira, sempre irônico e de fácil leitura, seduz o leitor e o envolve numa trama que gira em torno da Dissidência Comunista da Guanabara – que, posteriormente, daria origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro – e de sua maior ação revolucionária: a captura do embaixador estadunidense, em 1969. Ainda que seja narrado, em boa parte, na primeira pessoa do plural, o foco da narrativa de *O que é isso, companheiro?* é a atuação de Gabeira no combate à ditadura. Nesse sentido, a impressão é a de que todos os demais personagens são coadjuvantes, que apenas circulam pelo livro, porém sem profundas raízes na narrativa: seus nomes aparecem, mas sempre soltos, sem maiores explicações ou pormenores, sem grandes conexões com a história maior que se julga contar, como analisou Denise Rollemberg:

(...) é interessante notar como “só há uma única ação” da luta armada, e, não por acaso, a de maior impacto: o seqüestro do embaixador norte-americano. E, ao narrá-la, é como se não houvesse ninguém ali, todos desaparecem, se diluem na 1ª pessoa do plural que, supostamente, seria a organização ou as organizações que fizeram o seqüestro, mas, na verdade, é o próprio narrador. Alguns nomes aparecem aqui e ali, ao largo, periféricos e marginais, estranhos à narrativa, distantes da história. Sombras. Essas mesmas sombras reaparecem nas prisões, como fantasmas, esquecidos. Lembrados e esquecidos. Lembrados para serem esquecidos. Desconstruídos na construção da memória.⁸⁴¹

A autobiografia de Gabeira, escrita durante o exílio do autor, apresenta a experiência das esquerdas revolucionárias nos anos 60 como a ação de jovens românticos e idealistas, cheios de vontade e desejos, mas com pouca noção da realidade. Ingênuos, porém corajosos. Simpáticos, ainda que equivocados. Doces bárbaros derrotados. Além disso, a fidelidade histórica nem sempre é respeitada por Gabeira, mas sem dúvida, ao analisar seu livro, o que mais chama a atenção é o fato do autor apresentar sua reavaliação crítica da luta armada, elaborada ao longo dos anos do exílio, como se já estivesse presente no interior das organizações de esquerda revolucionária das décadas de 1960 e 1970.

O golpe civil-militar de 1964 implantou no Brasil uma ditadura que buscava, com todas as armas, sufocar as vozes de oposição. Ao descrever este contexto, o então jornalista Fernando Gabeira, afirma que “era preciso fazer alguma coisa”. Mas também alerta: “E

⁸⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2006a. p. 87.

quantas vezes isso não é o princípio de grandes equívocos?”⁸⁴² Da sacada do prédio onde trabalhava na redação do *Jornal do Brasil*, na avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, Gabeira assistia às passeatas dos estudantes contrários à ditadura: “as passeatas eram feitas diante de meu trabalho e jamais deixei de cair em tentação (...). Sempre que possível, descia as escadas sorratamente, protegido pela cumplicidade amistosa dos companheiros de trabalho, e já estava no meio da massa, como se dizia na época”.⁸⁴³

De acordo com Davi Arrigucci Jr., essa descida de Gabeira, da sacada para a avenida, é a imagem central do livro, no qual o movimento para baixo será uma constante.⁸⁴⁴ Mas, para Arrigucci, as sucessivas quedas extrapolam o sentido de perdas de combatentes políticos e dizem respeito ao dilaceramento do eu. Segundo ele:

(...) o narrador, feito personagem após a descida da sacada do JB e a adesão ao movimento de oposição ao nível da rua, cai na clandestinidade. À medida que a ação se desenvolve, seus companheiros vão pouco a pouco caindo (...) “Aparelhos” caem; “cai” a casa do seqüestro. Em seguida, o narrador-personagem cai “na mais profunda clandestinidade”, na “geladeira”, onde quase se tem que ficar deitado, “fingir de morto” (...) O “assistente”, que traz as informações de fora, não “chegava a perceber a decadência que ia, lentamente, se instalando”. Uma decadência que progride inexoravelmente até a queda do próprio narrador-personagem, que cai, também ao pé da letra, baleado. Ainda deitado no hospital, estará entregue à tortura. O desenvolvimento da ação equivale, pois, a um progressivo movimento para baixo, em cuja extremidade, na estagnação do tempo, esperam a tortura e a máxima degradação humana. Um movimento de queda que corresponde à descida arquetípica do herói às regiões íferas, infernais, do dilaceramento do ser, da crueldade e do horror, à beira da morte.⁸⁴⁵

Já para Vera Figueiredo, no livro de Gabeira, o deslocamento em busca de novos espaços será a característica mais marcante da trajetória do sujeito, um ser constantemente em movimento:

da casa para a rua, da cidade natal para o Rio, da sacada do JB para a Avenida Rio Branco (...) Da sacada do JB, (...) o indivíduo, temporariamente fixado, vai se deixando impregnar pelos estímulos que lhe chegam da rua, até acumular forças para mais um salto. A redação do jornal é o lugar que lhe permite assistir os fatos com a imunidade do profissional no exercício de sua atividade. (...) Na rua, seria participante, personagem, viveria a aventura.⁸⁴⁶

Em uma de suas “descidas” à avenida Rio Branco, Fernando Gabeira entrou em

⁸⁴² GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 51.

⁸⁴³ *Idem.* p. 67.

⁸⁴⁴ ARRIGUCCI JR., Davi. “Gabeira em dois tempos”. In: _____. *Enigma e comentário. Ensaios sobre a literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 119-139.

⁸⁴⁵ *Idem.* p. 129.

contato com militantes da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e, em 1968, disposto a “movimentar-se”, juntou-se à organização, depois de passar por um ritual de iniciação descrito como “ridículo”.⁸⁴⁷

Ao analisar o comportamento dos militantes da esquerda revolucionária, Gabeira destaca um choque de gerações: ele era mais velho, jornalista experiente, com emprego bem remunerado e que na adolescência enfrentara o típico conflito com os pais para, entre outras coisas, poder chegar mais tarde em casa. Em contrapartida, seus companheiros revolucionários, jovens universitários, muitas vezes calouros, se chocavam já na adolescência com uma ditadura civil-militar. Para Gabeira, a política inundara a vida daqueles jovens de tal forma que limitara seus horizontes pessoais:

Para eles, tudo era política partidária. Alguns não tinham tido nem sua primeira namoradinha e já estavam inscritos numa organização. (...) Eles, os da nova geração, (...) eram capazes de localizar todas as intenções escondidas num discurso político, apontar as causas econômicas de uma certa virada histórica. No entanto, faziam uma leitura linear dos sentimentos. (...) eu tinha medo que, de um lado, ficassem aqueles que entendem de pessoas, e do outro aqueles que entendem de política partidária. (...) Tudo é política, tinham razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las. (...) muitos acreditaram, solenemente, que o edifício marxista-leninista iria ruir se, de repente, começássemos a esfregar os clitóris das mulheres.⁸⁴⁸

É exatamente desse choque de perspectivas, vislumbrado por Gabeira, que surge a pergunta-título do livro. Ao abordar “Dominguinho”⁸⁴⁹, militante ainda muito jovem e radical, o narrador o interpela: “Dominguinho, por que é que você não compra um álbum e não vai colecionar figurinhas? Por que você não arranja uma namoradinha e vai acariciá-la num banco de jardim?”.⁸⁵⁰ O jovem, por sua vez, responde: “O que é isso, companheiro?”.⁸⁵¹ A pergunta retornará mais adiante, já no final de 1968, após a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5), quando Gabeira e um companheiro estavam pelas ruas de Copacabana, em seu Volkswagen, distribuindo clandestinamente exemplares do jornal Resistência, porta-voz da organização a que ambos pertenciam. Enquanto os dois militantes transportavam documentos ilegais, considerados “subversivos”, a população em geral, às voltas com as compras do natal, parecia

⁸⁴⁶ FIGUEIREDO, Vera Follain de. “Nos trilhos da memória: uma leitura da obra de Fernando Gabeira”. *O eixo e a roda*, Revista de literatura brasileira, Belo Horizonte, vol. 6, julho de 1988, pp. 263-274. p. 267-268.

⁸⁴⁷ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 91.

⁸⁴⁸ *Idem.* p. 68-70.

⁸⁴⁹ Segundo Marcelo Ridenti, citado por Mário Augusto Medeiros da Silva, “Dominguinho” era, na realidade, César Benjamim, então com 13/14 anos, militante do movimento estudantil secundarista, aluno do Colégio de Aplicação da UFRJ. Cf. SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *op. cit.* p. 68.

⁸⁵⁰ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 68.

⁸⁵¹ *Idem.* p. 69.

não ter sido “tocada pelo AI-5. A vida corria seu curso normal”.⁸⁵² Nesse momento, em meio ao engarrafamento em Copacabana, Gabeita tem a idéia: “E se convido aquela mulher para dar uma volta conosco?” Outra vez, a pergunta: “O que é isso, companheiro? Não vê que estamos com carga pesada?”. O narrador insiste: “Mas ela não parece da polícia (...) fica um pouco no volante, que eu desço”. E, de novo, a pergunta-título: “O que é isso, companheiro? Além do mais o sinal abriu. Toca pra frente”.⁸⁵³

Segundo Joaquim Aguiar, “a pergunta, que é também uma resposta, seja feita pelo menino, seja pelo companheiro de missão arriscada, indica sempre um chamado à consciência e ao compromisso revolucionário do homem inclinado ao desvio”.⁸⁵⁴ Davi Arrigucci Jr. corrobora esta idéia ao afirmar que

a pergunta-título se refere, num primeiro plano, ao que não se deve fazer, ao que mal podia passar pela cabeça de Dominginho, do assistente ou de qualquer um para quem a revolução, a organização e os companheiros vinham acima de tudo, não se podendo admitir qualquer coisa capaz de entravar a ação. (...) É o plano da autorepressão em nome dos fins (...).⁸⁵⁵

Para além da “caretice” dos companheiros, as críticas mais mordazes de Gabeira destinam-se aos ideais da revolução. Ao descrever os informes que os militantes transmitiam aos demais companheiros, normalmente no início das reuniões, Gabeira afirma:

O informe (...) começa com a situação internacional: o capitalismo está numa crise agonizante e o socialismo avança em todo o mundo. Ou então uma frase geral: a realidade mais uma vez comprovou o acerto de nossas análises. Nunca recebi um informe que me dissesse: o capitalismo está avançando em muitos pontos; a realidade mais uma vez comprovou que estávamos errados; e que não terminasse com as massas triunfantes assaltando os céus – a tomada do poder.⁸⁵⁶

Nesse sentido, como destacamos ao longo dessa dissertação, é preciso compreender que as organizações revolucionárias da esquerda brasileira estavam inseridas num contexto mundial, marcado por experiências revolucionárias vitoriosas na América, Ásia e África. Inseridas num horizonte que parecia ser revolucionário, as esquerdas armadas brasileiras não questionavam as possibilidades de êxito da revolução brasileira. Acreditavam que tinham chegado a um impasse: o capitalismo estava em uma crise irreversível, o regime tinha seus dias contados. Faltava partir pra ação, rumo à revolução, rumo à vitória.

⁸⁵² *Idem.* p. 121.

⁸⁵³ *Idem.*

⁸⁵⁴ AGUIAR, Joaquim Alves de. *op. cit.* p. 151.

⁸⁵⁵ ARRIGUCCI JR., Davi. *op. cit.* p. 132.

⁸⁵⁶ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 131.

Ao não valorizar o contexto em que se inserem as organizações revolucionárias e a *cultura política* que condicionava sua práxis, Gabeira não elucida o projeto revolucionário da esquerda armada, que aparece, no livro, como um despropósito. E se Gabeira não compartilhava, na época, das convicções das esquerdas, por que entraria para a Dissidência Comunista da Guanabara, uma organização comprometida com a luta armada? Como destacou Daniel Aarão Reis Filho, ex-dirigente da DI-GB/MR-8: “Se Gabeira tivesse essa crítica aguda do processo todo, ele nunca seria admitido numa organização de esquerda”.⁸⁵⁷

Apesar de elaborar, ao longo do livro, diversas críticas às práticas das organizações revolucionárias, Gabeira, ao descrever as mudanças cotidianas que a vida clandestina lhe trouxera, afirma: “Ao entrar na clandestinidade, também mudei de bar. Comia prato-feito e tomava uma caipirinha antes do almoço. Era o que o novo orçamento permitia. A revolução exigia os excedentes que eu gastava na carne assada com molho de ferrugem. Pobre revolução. *Mas eu estava de acordo, era feliz (...)*”.⁸⁵⁸ De fato, o engajamento na DI-GB pressupunha que Gabeira compartilhava os mesmos valores, a mesma cultura política daquele grupo,

o que não significa que ele não era, então, uma pessoa já irônica, o que o distinguia de militantes mais sectários, mais truculentos. (...) ele se distinguia naquele conjunto como uma pessoa mais irônica em relação aos nossos delírios, fraquezas, que ele compartilhava também, porque se não compartilhasse, não entrava na aventura. A aventura exigia uma completa adesão às concepções catastróficas que eram as nossas, a crença sem limites numa revolução que efetivamente não estava em curso e assim por diante.⁸⁵⁹

Assim sendo, ao chegar a Cuba, um de seus destinos ao longo do exílio, Fernando Gabeira fazia questão de esclarecer: “Eu sou um revolucionário, não sou um jornalista!”⁸⁶⁰ De fato, a condição de intelectual não era, de um modo geral, considerada uma virtude pela esquerda armada brasileira dos anos 60/70, mas um entrave às verdadeiras “virtudes revolucionárias” que seriam intrínsecas aos proletários.

Contudo, o revolucionário que se negava jornalista em Cuba, no início da década de 1970, aparece no livro com outros contornos. No texto, suas habilidades intelectuais são valorizadas e as críticas que recaem sobre a estrutura das organizações da esquerda armada apontam, entre outros fatores, a exaltação do militarismo, em detrimento das tarefas teóricas.

⁸⁵⁷ AARÃO REIS, Daniel *apud* SALEM, Helena. “Ficção é julgada sob as lentes da História”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. pp. 71-92. p. 82.

⁸⁵⁸ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 93. Grifos nossos.

⁸⁵⁹ AARÃO REIS, Daniel *apud* SALEM, Helena. “Ficção é julgada sob as lentes da História”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *op. cit.* p. 83-84.

Em sua autobiografia, Gabeira se distingue dos demais camaradas, porque ele tem idéias, questionamentos, ele pensa a revolução. E assim, ele se consagra como uma exceção.

Fernando Gabeira, após ingressar na DI-GB, passara a atuar na *Frente de Trabalho das Camadas Médias*, um dos três setores em que se dividia a organização.⁸⁶¹ Enquanto talentoso jornalista era responsável, entre outras atribuições, pelo jornal da organização, o *Resistência*. Em 1969, a DI-GB decidiu instalar uma *off-set* numa casa em Santa Teresa e Gabeira foi o escolhido para morar na casa e assumir o funcionamento da imprensa clandestina da organização. Nesse mesmo tempo, a direção da DI-GB e a Frente de Trabalho Armado planejavam a captura do embaixador estadunidense – ação da qual Gabeira não tinha o menor conhecimento, ao contrário do que relata em seu livro. Aliás, ao longo de toda a narrativa, Gabeira, ao usar a primeira pessoa do plural, conduz o leitor à idéia de que ele participou de todos os momentos da ousada ação: desde o planejamento, o levantamento de informações sobre a rotina do embaixador, a escolha do local da captura, dos participantes da ação, do trajeto a ser seguido e da casa que abrigaria o embaixador. Paradoxalmente, antes de lançar seu livro, em entrevista a *O Pasquim*, ainda em 1978, Gabeira afirmou: “Só quero registrar que sou apenas *uma* das pessoas que participaram [da ação]. Fui apenas uma peça da engrenagem. Havia gente muito mais importante, mais capaz e mais interessante do que eu dentro desta história”.⁸⁶²

Além disso, é importante destacar que o manifesto transcrito no livro *O que é isso, companheiro? não é idêntico ao documento original, escrito por Franklin Martins e divulgado em 1969 pelos principais meios de comunicação, em cumprimento a uma das exigências dos revolucionários para a libertação do embaixador. Fernando Gabeira alterou e/ou substituiu diversas palavras do texto original por sinônimos. Contudo, a mudança mais significativa foi a troca do termo “raptado do embaixador”, que aparece no manifesto original, por “seqüestro do embaixador”, como consta no livro de Gabeira.*⁸⁶³

Como acompanhamos em nosso terceiro capítulo, como a data escolhida para a captura do embaixador (4 de setembro, durante a Semana da Pátria) estava se aproximando, era preciso correr com os preparativos. Na medida em que não encontraram uma casa apropriada e segura a tempo, os guerrilheiros decidiram utilizar a casa da rua Barão de Petrópolis,

⁸⁶⁰ *Idem.* p. 83.

⁸⁶¹ Como vimos em nosso terceiro capítulo, os outros dois setores da organização eram a *Frente de Trabalho Operário* e a *Frente de Trabalho Armado*. Sobre a atuação dessas frentes, rever páginas 203-208.

⁸⁶² *O Pasquim*, nº 490, Rio de Janeiro, de 17 a 23/11/1978, p.14.

⁸⁶³ O termo “seqüestro” não aparece nenhuma vez no manifesto revolucionário escrito em 1969. Para a comparação das diferenças entre o manifesto original e o apresentado no livro de Gabeira, cf. MALARD, Letícia. *op. cit.* p. 97-100.

nº1.026, onde Gabeira residia, para esconder o sr. Charles Elbrick. Somente então Gabeira entra nessa história. E ele só soube do que aconteceria no dia mesmo da ação.

Nesse sentido, Denise Rollemberg ressaltou que muitas críticas foram feitas ao livro de Gabeira, na medida em que seu autor é apresentado como um *protagonista* da ação mais espetacular da esquerda armada brasileira, quando foi, na realidade, quase um personagem *periférico* dentro da organização que elaborou a captura do embaixador.⁸⁶⁴ Emir Sader afirma que, na história da luta armada brasileira, Gabeira foi um “personagem lateral e ocasional”⁸⁶⁵, enquanto João Roberto Martins Filho o define como “um personagem secundário no seqüestro do embaixador norte-americano”, que “contou sua rápida passagem pela esquerda armada como se lhe tivesse cabido observar as coisas de fora”.⁸⁶⁶

Contudo, mais importante do que definir o real papel que Gabeira exerceu no seio da esquerda armada, importa-nos perceber como ele elabora a memória desta experiência e de que forma quer ser apresentado ao público leitor. Ao descrever sua atuação, junto aos companheiros, durante os dias em que o diplomata esteve detido pelos revolucionários, Gabeira reconhece que, enquanto dominava o mundo das idéias e das palavras, era lento nas ações. Ele era distraído, desastrado, péssimo atirador e esquecia de cumprir suas tarefas. Mas esse aspecto não aparece como um defeito, ao contrário, lhe confere um charme a mais. Ao relatar o dia em que o embaixador foi capturado, Gabeira relembra, com seus característicos humor e ironia, que esquecera de comprar comida para a primeira noite em que todos – guerrilheiros e embaixador – passariam na casa. Mas, em sua ótica, isso não era um problema grave. Afinal, ao contrário dos demais, ele se preocupava com outras coisas:

Será que a mulher do Embaixador ia sofrer muito? Será que isto serviria para ligá-los mais profundamente? Ou os anos de indiferença e rotina já tinham corroído tudo? (...) tinha esquecido de comprar comida para a primeira noite. Definitivamente, os novos tempos me superavam. A libertação do Brasil exigia pessoas práticas, organizadas e com disciplina. Estudantes de engenharia, de química, por exemplo. Precisávamos de técnicos, gente capaz de transformar um bolo de aniversário numa bomba que fizesse voar o Parlamento. Eu usava óculos, esquecia as tarefas mais elementares e, num momento daqueles, me interrogava se Burke realmente amava Elviry. (...) Quando voltei à casa, já era bastante tarde e estavam todos famintos e levemente irritados comigo. Tudo bem, íamos morrer juntos, se preciso, não havia portanto nenhuma razão para brigar por um atraso na comida.⁸⁶⁷

⁸⁶⁴ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2006a. p. 87.

⁸⁶⁵ SADER, Emir. “Leões e caçadores”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *op. cit.* pp. 107-110. p. 110.

⁸⁶⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002, pp. 175-190. p. 183-184.

⁸⁶⁷ GABEIRA, Fernando. *op. cit.* p. 150-152.

Fernando Gabeira apresenta-se como um intelectual, que pensava *para além* da revolução, preocupava-se com o indivíduo (e não somente com o *coletivo*, como faziam seus companheiros), afligia-se com o drama da mulher do embaixador e, sobretudo, questionava e ironizava a revolução. Nesse aspecto encontra-se o maior anacronismo do autor: transpor para os anos 60/70, no interior das organizações revolucionárias, a autocrítica que elaboraria na sua trajetória pós-luta armada.

De acordo com Joaquim Aguiar, a experiência passada é analisada por Gabeira à distância e sob um juízo fixo:

Um juízo que certamente foi se formando no ato mesmo de viver, mas que muito provavelmente se cristalizou de vez nesse exercício de compreensão do passado que engendra a narrativa. Uma narrativa meditada e escrita a partir do prolongado exílio do seu autor fora do país. Mesmo quando se trata de reviver situações pregressas nas quais esteve diretamente envolvido, é com os olhos do presente da narração que o narrador retoma o que passou. Trata-se de uma onisciência todo-poderosa, que certamente irrita os remanescentes da época, evocados ou não no livro, os quais acabam figurando ingênuos demais frente ao narrador de *O que é isso, companheiro?*.⁸⁶⁸

Daniel Aarão Reis corrobora esta análise acerca do ponto de vista do narrador, alvo principal das críticas destinadas ao livro de Gabeira, ao observar que

a visão do período, amadurecida coletivamente no longo exílio, é retrospectivamente localizada no fogo mesmo dos acontecimentos, concentrando-se no personagem principal. E assim, Gabeira/guerrilheiro ressurgue deslocado da ingenuidade ambiente, reescrito pelo autor com uma superconsciência das tragédias que haveriam de vir.⁸⁶⁹

Gabeira, o narrador que tudo avalia, procura fechar o cerco da interpretação do leitor, seduzindo-o para o seu ponto de vista. Segundo Mário Silva, “o narrador de *O que é isso, companheiro?* parece querer convencer o leitor de que sua consciência crítica já estava formada no período; de que, apesar de estar se engajando, sabe dos limites do seu próprio compromisso e dos de seus companheiros”.⁸⁷⁰

Nesse sentido, Gabeira, enquanto personagem, é apresentado ao leitor como uma espécie de *anti-herói*, como bem definiria Cláudio Torres (ex-dirigente da DI-GB/MR-8 e participante da ação da captura do embaixador):

⁸⁶⁸ AGUIAR, Joaquim Alves de. *op. cit.* p. 153.

⁸⁶⁹ AARÃO REIS, Daniel. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. In: _____ et al. *op. cit.* p. 36.

⁸⁷⁰ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *op. cit.* p. 67.

Por que anti-herói? Porque era um cara que não sabia atirar, mas estava numa ação armada, era contra aquelas ações, aquelas coisas, mas pertencia a uma organização que defendia esta estratégia de luta armada. Então, ele aparece como alguém que sempre está, de alguma forma, tensionando o processo do qual ele está participando.⁸⁷¹

Gabeira, o personagem, “sabe” que aquela luta levaria à destruição. Mas, ainda assim, permanece nessa luta. Assim sendo, sua trajetória torna-se mais heróica que a de seus companheiros, pois Gabeira foi baleado, preso, torturado e exilado, apesar de estar consciente de que aquela guerra era vazia de sentido e resultado.

Em recente entrevista, Fernando Gabeira disse lamentar que seus ex-companheiros de militância política, sobretudo os que participaram da ação de captura do embaixador,

não tenham recebido bem a maneira como eu apresentei o seqüestro no livro (...) como eu sou muito zombeteiro comigo mesmo e com os outros, eu não imaginava que os autores do seqüestro fossem se sentir ofendidos com a maneira como eu representei no meu o livro o acontecimento. É que eu sou muito irônico e isso é ponto contra mim em alguns momentos.⁸⁷²

Anos depois após o lançamento de seu livro, o Gabeira-personagem atingiria um público ainda maior, quando sua autobiografia foi adaptada para as telas de cinema, através das mãos do roteirista Leopoldo Serran e do diretor Bruno Barreto. O filme *O que é isso, companheiro?*, lançado em 1997, com amplo orçamento, elenco *global* e internacional (Alan Arkin), alcançou sucesso comercial, foi indicado ao *Oscar* de melhor filme estrangeiro e acumulou polêmicas e controvérsias, principalmente por parte dos ex-militantes de esquerda que vivenciaram a trama contada nas telas. As críticas que os ex-guerrilheiros já tinham ao livro de Fernando Gabeira recrudesceram com sua versão cinematográfica, provocando até mesmo a publicação de uma coletânea de ensaios.⁸⁷³

O filme mantém os nomes reais daqueles que participaram deste episódio, mesmo que os personagens nem sempre correspondam à realidade e, sobretudo, agudiza os anacronismos presentes no livro que lhe serve de inspiração. A versão cinematográfica de *O que é isso, companheiro?* supervaloriza, até mais do que o livro, o papel de Gabeira, a ponto de lhe atribuir a autoria da idéia da captura e do manifesto escrito pelos revolucionários. E mais,

⁸⁷¹ TORRES, Cláudio *apud* SOUZA, Hamilton Octavio de. “O filme confunde intencionalmente a realidade: entrevista com Cláudio Torres”. In: AARÃO REIS, Daniel Aarão et al. *op. cit.* pp. 187-208. p. 199.

⁸⁷² Entrevista: “1968 na visão de Fernando Gabeira – Parte 1”. *Época*, nº 503, 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

elabora um contraponto entre o personagem *Paulo* (codinome de Fernando Gabeira), apresentado, assim como no livro, como um intelectual, que *pensa a revolução* e ironiza a atuação dos demais companheiros, com o personagem *Jonas*, guerrilheiro operário, militante da ALN, que viera de São Paulo para comandar a operação da captura do embaixador.⁸⁷⁴ César Benjamim (ex-militante da DI-GB/MR-8) sintetiza a caracterização destes personagens no filme:

Vejamos Jonas: é um canalha perfeito, que ameaça de morte seus companheiros, faz intrigas irritantes, submete o refém a tortura moral e precisa ser contido para não escalar em direção a atitudes mais bárbaras (...) Vejamos Paulo [Gabeira]: tem a idéia do seqüestro (é criativo), conquista o coração de Maria (é sedutor), recusa-se a usar capuz diante do embaixador (é elegante), diverge abertamente das malvadezas de Jonas (é ousado), escreve um belo manifesto (é inteligente), fala inglês (é culto), percebe que a luta armada está isolada (é maduro) e, quando, pendurado no pau-de-arara, responde com gracinhas corajosas às gracinhas do torturador.⁸⁷⁵

Além disso, Bruno Barreto, diretor do longa-metragem, ao mesmo tempo em que apresenta *Jonas* como um sujeito sectário, frio, preconceituoso e sanguinário, humaniza *Henrique*, o torturador em crise matrimonial, um homem sincero e lúcido, dividido entre sua consciência e o cumprimento de sua função. Como destacou Paulo Moreira Leite: “não há dúvida que o filme fez sua opção. O torturador tem direito a um conflito interior, a honra de uma angústia. O comandante do seqüestro é um robô fanático sob a pele de esquerdista”.⁸⁷⁶ A crítica Helena Salem completa: “Nas suas angústias, Henrique [o torturador] é certamente bem mais humano”.⁸⁷⁷

Ainda que a análise do filme *O que é isso, companheiro?* e uma discussão mais aprofundada sobre as relações entre cinema e história fujam aos propósitos e limites deste

⁸⁷³ Já amplamente citada neste trabalho: AARÃO REIS, Daniel et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

⁸⁷⁴ *Jonas* era o principal “nome de guerra” de Virgílio Gomes da Silva, um dos quadros operários de maior destaque da Ação Libertadora Nacional (ALN). Natural do Rio Grande do Norte, foi para São Paulo no início dos anos 50. Líder operário, fez treinamento guerrilheiro em Cuba e, em 1968, assumiu o comando do Grupo Tático Armado de São Paulo. Em 1969, aos 36 anos de idade, liderou a captura do embaixador estadunidense, ação conjunta da DI-GB/MR-8 e da ALN. Foi preso em 29 de setembro, menos de um mês após a ação, e sofreu bárbaras torturas. Recusou-se a fornecer qualquer informação e reagiu à violência de seus algozes com chutes, xingamentos e cusparadas. Sua cabeça foi esmagada contra a parede da sala de torturas. Seu corpo desapareceu. Como sua prisão e morte não foram reconhecidas pela ditadura, *Jonas* transformou-se no primeiro desaparecido político brasileiro. No dia 29 de setembro de 2009, a morte de Virgílio Gomes da Silva completou 40 anos. Em sua homenagem, foram realizados atos políticos em algumas cidades do país e foi lançada sua biografia: PIMENTA, Edileuza & TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva – de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

⁸⁷⁵ BENJAMIM, César. “Cinema na era do marketing”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *op. cit.* pp. 93-99. p. 98.

⁸⁷⁶ LEITE, Paulo Moreira. “O que foi aquilo, companheiro?” In: AARÃO REIS, Daniel et al. *op. cit.* pp. 51-60. p. 57.

⁸⁷⁷ SALEM, Helena. “Filme fica em débito com a verdade histórica”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *op. cit.* pp. 47-50. p. 49.

trabalho, é importante destacar que o cinema, sendo testemunho, é também *memória* – uma memória que não é estática, mas fluída e dinâmica, sujeita aos embates do presente. A imagem nunca é pura, mas sobrecarregada de valores e significados, todos em movimento. As escolhas feitas na roteirização e direção do filme e na caracterização de seus personagens, mais do que meras opções cinematográficas, estão intrinsecamente relacionadas às necessidades estéticas, ideológicas e mercadológicas de criadores e espectadores. Nessa perspectiva, mesmo um *filme histórico*, pode falar mais da época em que foi produzido do que daquela que pretende retratar. O cinema não é apenas uma interpretação da realidade, mas uma manifestação dela. Segundo Marc Ferro, “o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História (...) aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a história quanto a História”.⁸⁷⁸ Nessa perspectiva, *O que é isso, companheiro?* configura-se como mais um instrumento para o historiador perceber os *embates de memórias* acerca da luta armada no Brasil.

Quase vinte anos depois do lançamento de *O que é isso, companheiro?*, outra perspectiva sobre a captura do embaixador estadunidense e a atuação da esquerda armada brasileira ao longo dos anos 60/70 chegou às telas do cinema nacional. Trata-se do documentário *Hércules 56*, produzido em 2006, com roteiro e direção de Silvio Da-Rin. O filme remonta a ação revolucionária de 1969 a partir da ótica de alguns de seus idealizadores e realizadores, reunidos numa mesa de restaurante: Franklin Martins, Daniel Aarão Reis (que não participou diretamente da ação) e Cláudio Torres, que na época formavam a direção da DI-GB/MR-8⁸⁷⁹; e Manoel Cyrillo e Paulo de Tarso, ex-militantes da ALN, que vieram de São Paulo para participar da ação.⁸⁸⁰ Além disso, o documentário apresenta entrevistas individuais com os 9 remanescentes dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador, banidos do país e enviados, a bordo do avião da FAB, *Hércules* prefixo 56, para o México.

O encontro entre os ex-companheiros ocorreu no dia 8 de outubro de 2005 e a locação escolhida foi um restaurante no centro do Rio de Janeiro, que pertence aos filhos de Carlos Alberto Muniz, ex-militante do MR-8. Apenas coincidências, segundo o diretor do filme.⁸⁸¹ O documentário busca, através do episódio da captura do embaixador, colocar em discussão a

⁸⁷⁸ FERRO, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 115-130. p. 121.

⁸⁷⁹ Outros sete militantes da DI-GB participaram da operação: Cid Queiroz Benjamin, Fernando Gabeira, João Lopes Salgado, João Sebastião Rios de Moura, Sérgio Rubens Araújo Torres, Vera Sílvia Magalhães e Antônio Freitas Filho.

⁸⁸⁰ O outros dois militantes da ALN que participaram da ação, Virgílio Gomes da Silva, o “Jonas”, e Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, foram presos e mortos em 1969 e 1970, respectivamente.

⁸⁸¹ DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 25.

experiência da luta armada durante a ditadura civil-militar brasileira. A reunião dos ex-militantes do MR-8 e da ALN tem um tom informal. A conversa parece natural, nada ensaiada. O diretor não esconde as câmeras, os microfones, o que contribui para o ar de “naturalidade” que o filme tenta demonstrar – embora saibamos que se trata de um encontro provocado. Silvio Da-Rin também está sentado à mesa, embora sua imagem raramente apareça. Algumas vezes ouvimos sua voz, em *off*, fazendo perguntas aos participantes do encontro, incitando o diálogo e provocando o debate. Aliás, essa é uma das características do gênero do documentário:

Por oferecer uma reflexão aprofundada sobre determinado tema, o documentário desencadeia um envolvimento crítico sobre esse mesmo tema e contribui, enquanto espaço de formas e conteúdos inesgotáveis, para uma melhor compreensão do mundo em que vivemos. O seu olhar não se reduz ao que é óbvio, antes leva-nos a olhares diferentes sobre o mundo e permite-nos olhar o mundo de modo diferente. Por esta razão há um apelo ao debate de idéias, à reflexão e ao envolvimento crítico confrontados que somos com experiências diversas, sejam elas sociais ou pessoais.⁸⁸²

O documentário *Hércules 56* busca, através do episódio da captura do embaixador, colocar em discussão a experiência da luta armada durante a ditadura civil-militar brasileira, propiciando novos elementos para a discussão do tema. Ao colocar frente a frente ex-guerrilheiros, o filme nos propicia observar a múltipla reconstrução da memória e as diferentes narrativas que se elaboram sobre os mesmos acontecimentos. E este era justamente um dos objetivos de Silvio Da-Rin, que também foi militante da esquerda armada⁸⁸³, ao realizar este documentário:

Não buscava respostas acabadas, muito menos respostas consensuais. Tampouco tinha qualquer ilusão a respeito da objetividade dos relatos. Tenho plena convicção de que o passado histórico não é um objeto disponível para análise laboratorial, objetiva e isenta. O discurso histórico é construído a partir de fabulações, produzidas por seres humanos e necessariamente impregnadas de emoção. Ou a partir da interpretação de documentos, também um trabalho subjetivo. Acima de tudo, sempre tive clareza de que a construção de versões sobre um período histórico é um gesto político. (...) Nunca tive ilusões a respeito de uma possível neutralidade ou representação isenta dos anos de chumbo.⁸⁸⁴

⁸⁸² PENAFRIA, Manuela. “Perspectivas de desenvolvimento do documentarismo”. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/penafria-perspectivas-documentarismo.html>>. Acesso em: 03/07/2008.

⁸⁸³ Enquanto secundarista, Silvio Da-Rin pertenceu à Ação Popular (AP) e se engajou no movimento estudantil. Posteriormente, ingressou na luta armada, como militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Foi preso em outubro de 1969 e solto em junho de 1970. Atualmente, é documentarista e técnico de som cinematográfico.

⁸⁸⁴ DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 9-10.

Essa construção de versões também fica perceptível nas entrevistas realizadas com os remanescentes dos presos políticos que, trocados pelo embaixador, embarcaram no *Hércules 56*. As entrevistas são intercaladas, com imagens de arquivo, numa conexão entre passado e presente. E, se o documentário é a “escuta sensível da alteridade”⁸⁸⁵, *Hércules 56* propicia ao espectador uma ampla amostragem de como os ex-guerrilheiros, que possuem em comum um passado de militância em organizações revolucionárias, reavaliam suas trajetórias políticas e como apresentam a experiência das esquerdas revolucionárias das décadas de 1960 e 1970.

No caminho oposto ao trilhado por *O que é isso, companheiro?*, *Hércules 56* saiu das telas para as livrarias. Em 2007, Silvio Da-Rin lançou livro homônimo, reunindo a transcrição das entrevistas que realizara para o documentário, além de um rico material de arquivo, incluindo muitas fotos inéditas no Brasil. Ao lançar o livro, sua preocupação era “com a preservação das entrevistas, para que futuros pesquisadores pudessem consultá-las independentemente da forma com que a edição do filme as segmenta e articula”.⁸⁸⁶ Ao analisar as entrevistas contidas no livro *Hércules 56*, podemos observar os embates de memórias, as contradições, versões e emoções ainda presentes nas lembranças de outrora. A fim de exemplificar essa constatação, iremos deter nosso olhar especificamente nos depoimentos de Ricardo Vilas Boas de Sá Rego, Vladimir Gracindo Soares Palmeira e Maria Augusta Carneiro Ribeiro (todos ex-militantes da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro), a fim de compreender os embates das memórias, que, por sua vez, revelam importantes elementos da constituição de uma identidade para um determinado grupo social – nesse caso, a DI-GB/MR-8.

Ricardo Vilas entrou para a universidade em 1968, quando já possuía uma carreira musical promissora no grupo *Momento Quatro*. Não demorou a engajar-se no movimento estudantil, abandonando as atividades musicais, para dedicar-se integralmente à militância política. Em 1969, Ricardo ingressou na DI-GB e passou a atuar na Frente de Trabalho Operário, realizando panfletagem na porta das fábricas. No dia 1º de maio de 1969, Ricardo tinha um encontro com outros militantes da DI-GB (entre eles, Maria Augusta Carneiro) na Praça Tiradentes, de onde rumariam para a porta de uma fábrica que estava funcionando no feriado do “Dia do Trabalho”. O atraso de um dos militantes fez com que os jovens estudantes ficassem mais tempo do que o previsto parados na praça. Maria Augusta acabou sendo reconhecida por um agente do DOPS. Houve trocas de tiros e os dois, Ricardo e Maria

⁸⁸⁵ COUTINHO, Eduardo. “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”. *Ética e história oral – Projeto História*, São Paulo, n° 15, 1997, pp. 153-171. p. 169.

⁸⁸⁶ DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 8.

Augusta, acabaram presos.

No dia do julgamento, Ricardo avistou alguns de seus companheiros da organização, que lhe avisaram que, em caso de condenação, dariam um jeito de tirá-lo da cadeia. Não concordando com essa idéia, que considerava perigosa, porque poderia pôr em risco sua vida, Ricardo, no dia da audiência em que foi, de fato, condenado, resolveu simular um ataque de nervos, atitude que, segundo Ricardo, posteriormente seria usada contra ele:

Comecei a berrar. Eles [os companheiros] vão entender, no mínimo, que não estou em condições psicológicas de que essa ação seja feita. Aí me acalmaram, me levaram com a escolta, algemado. Quando cheguei lá fora, os companheiros estavam lá, na calçada da frente, uns três, quatro, todos com a pastinha na mão [onde guardavam suas armas]. Pensei: “Não é possível, nossos camaradas vão fazer o quê com a pastinha debaixo do braço?” E dei outro ataque. Conto isso porque tem relação com algo que aconteceu posteriormente, chegando no México (...).⁸⁸⁷

Embora condenado a quatro anos de prisão, Ricardo Vilas permaneceu quatro meses detido, pois teve seu nome incluído na lista dos 15 presos políticos que seriam trocados pelo embaixador estadunidense, capturado, em setembro de 1969, numa ação idealizada e realizada – com o auxílio da ALN – pela DI-GB, organização à qual Ricardo era ligado. A bordo do *Hércules 56*, Ricardo desembarcou, junto aos demais presos, no México, onde foram calorosamente recebidos pela população e imprensa locais. Ainda assim, os exilados não se sentiam seguros no México. Medo de sofrer um atentado dos setores militares que, insatisfeitos com a decisão da Junta Militar de ceder às exigências dos revolucionários e libertar os presos políticos, tentaram, sem sucesso, impedir o embarque do “grupo dos 15” no avião da FAB, na Base Aérea do Galeão. Além disso, o México também não parecia um território tranqüilo, a lembrar que, em outubro de 1968, tropas da polícia e do Exército reprimiram a tiros uma passeata estudantil na Plaza de las Tres Culturas, na Cidade do México, matando centenas de estudantes. E, acima de tudo, os olhos daquele grupo, de um modo geral, estavam voltados para a *ilha*: “Dizia-se 'ilha' ou 'Ponto Um' e todos nós sabíamos que era Cuba, nome tão impronunciável como nossos nomes”.⁸⁸⁸

Eram muitas as divergências políticas entre os 15 exilados. Afinal, aquele grupo representava o leque diverso das esquerdas brasileiras – do Partidão aos grupos armados, passando pelo movimento estudantil. Depois de várias reuniões e discussões, o grupo decidiu ir pra Cuba, considerada o “farol” da América Latina, com exceção de Flávio Tavares, que

⁸⁸⁷ VILAS, Ricardo *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 36-37.

⁸⁸⁸ TAVARES, Flávio. *op. cit.* p. 200.

optou por permanecer no México, e Ricardo Vilas, impedido de partir rumo à *ilha*. O episódio é assim descrito por Ricardo:

Eu tive uma reunião, quer dizer, eu estava pedindo uma reunião com o Vladimir e com a Maria Augusta, nós não discutíamos nunca, até que finalmente tivemos uma reunião e eles me comunicaram que achavam que eu não tinha o tal “nível ideológico”, e, então, eu estava desligado da organização. E também eu não deveria ir pra Cuba, porque, para ir, tinha que ter “nível ideológico”, e era só para aqueles que treinariam e voltariam para fazer a luta armada. E eu já tinha essa convicção, achava que não era esse o caminho, mas eu queria ir pra Cuba, porque eu achava que era importante, também; ir a Cuba era um símbolo. E eu pessoalmente estava interessado em ir. Achava que se poderia desenvolver a luta de outras formas, também. E a história demonstrou que nem todos os que foram para Cuba treinar voltaram ao Brasil para fazer guerrilha. E os que voltaram foram mortos. Eu fiquei muito sentido com essa decisão.⁸⁸⁹

Quando perguntado sobre a que fatores atribui sua expulsão da DI-GB, Ricardo Vilas afirma:

(...) meu questionamento sobre a luta armada também deve ter pesado, mas o incidente na Auditoria militar me parece ter sido determinante. (...) o fato de no julgamento eu ter sinalizado, da forma que eu podia, uma forma compreensível e clara, que eu não estava de acordo com uma tentativa de resgate ali, naquele momento. O ataque de nervos que eu tive, de berrar e tal. Isso foi um fator importante, que deve ter marcado bastante a Maria Augusta. E o outro fato é que eu já vinha levantando reservas à posição da luta armada. (...) Achava que tínhamos nos isolado do movimento social, que tínhamos nos “clandestinizado”. (...) Eu não era o único que estava levantando esse tipo de questionamento; (...) E, teoricamente, para meus dois companheiros, eu já não achar que a luta armada era a solução seria fraqueza ideológica, falta de nível ideológico (...)⁸⁹⁰

Vladimir Palmeira foi um dos principais líderes do movimento estudantil da década de 1960. Estudante da Faculdade Nacional de Direito da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da DI-GB, foi eleito, em 1966, presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), o centro acadêmico mais conhecido e ativo politicamente no movimento estudantil carioca. Em 1967, tornou-se presidente da União Metropolitana dos Estudantes, como então se chamava a União Estadual dos Estudantes (UEE) da Guanabara. A gestão de Vladimir Palmeira (1967-1968) foi palco da explosão máxima do movimento estudantil carioca, tendo como um de seus mais emblemáticos momentos a “Passeata dos Cem Mil”, em junho de 1968. Em outubro do mesmo ano, foi preso em Ibiúna, no interior paulista, durante o XXX Congresso da UNE. Permaneceu 10 meses detido, até ser libertado em troca do

⁸⁸⁹ VILAS, Ricardo *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 43-44.

⁸⁹⁰ *Idem*, p. 45.

embaixador Elbrick. Desde sua militância no movimento estudantil, Vladimir mostrava-se muito crítico às ações armadas dos grupos radicais de esquerda, incluindo as praticadas pela organização à qual era vinculado:

(...) eu sempre fui contra a forma como ela [a luta armada] se deu. (...) Sempre defendi que a base é o movimento de massa. Sempre acreditei nisso, que as massas fazem sua história. Claro que tem direção, claro que tem partido, claro que tem intelectual participando. Mas acredito no movimento de massa. Quando, em 1967, começou a discussão sobre foquismo, eu sempre fui contra. (...) foi uma luta armada feita de forma muito despreparada, com uma concepção militarista. Eu fui contra essa concepção, aceitei essa posição da organização, discuti honestamente dentro da organização as variantes que havia. Agora, tenho que louvar e saudar ainda hoje a coragem dos companheiros que fizeram aquilo.⁸⁹¹

Ao contrário da maioria do grupo dos 15 exilados no México, Vladimir *não* queria ir pra Cuba: “Eu não queria ir pra nenhum país socialista, não queria ir pra Cuba. Por que sabia que aquilo ali era domínio do Mariguella. (...) Então queria ir para Paris”.⁸⁹² Contudo, diante do pedido pessoal de Fidel Castro ao grupo, Vladimir concordou em ir pra Cuba, com a garantia que de lá poderia seguir para onde quisesse. Contudo, o que mais chama a atenção no relato de Vladimir Palmeira é que ele *não* menciona a suposta expulsão de Ricardo da DI-GB:

(...) com o pedido do Fidel, decidimos então ir todos para Cuba, menos o Flávio Tavares, que ficou no México, porque arrumou emprego, era jornalista gabaritado; e o Ricardo Vilas, que *decidiu ir para Paris, seguir carreira musical* – ele já era músico. Nós, os outros 13, decidimos ir pra Cuba, com a garantia de que iríamos depois para onde quiséssemos e que não haveria problema. (...) Eu não queria ir, não me dei bem com os cubanos, briguei desde o primeiro momento com eles. Passei dois anos e meio lá a contragosto. Porque chegar era fácil; sair, mais complicado.⁸⁹³

Segundo Vladimir, Ricardo Vilas *escolheu* não ir para Cuba; não há, em todo seu relato, nenhuma menção ao fato de Ricardo ter sido desligado, por ele e Maria Augusta, da DI-GB e “aconselhado” a não acompanhar os demais rumo ao encontro com Fidel Castro. Vladimir Palmeira, assim como Ricardo Vilas, era crítico às concepções de luta armada, embora esse questionamento, supostamente, teria sido um dos fatores que contribuíram para o desligamento de Ricardo da organização, por baixo “nível ideológico”. Ao mesmo tempo, Vladimir, ao contrário de Ricardo, não queria ir para Cuba, e sim para Paris. Ricardo, por sua

⁸⁹¹ PALMEIRA, Vladimir *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 201-202.

⁸⁹² *Idem.* p. 191.

⁸⁹³ *Idem.* Grifos nossos.

vez, “impedido” pelos companheiros de partir rumo à ilha, acabou indo para Paris, onde, de fato, retomou sua carreira musical.

Maria Augusta Carneiro, assim como Vladimir Palmeira, também era aluna da Faculdade Nacional de Direito. Em 1967, começou a militar na DI-GB. No ano seguinte, como vice-presidente do CACO, foi como delegada ao congresso da UNE, em Ibiúna, onde foi presa pela primeira vez. Liberada pouco tempo depois, foi novamente detida em maio de 1969, junto com o companheiro Ricardo Vilas. Foi a única mulher incluída na lista dos 15 presos políticos que embarcaram no *Hércules 56* rumo ao exílio. Em sua entrevista, Maria Augusta também não menciona explicitamente o desligamento de Ricardo Vilas da organização a qual pertenciam. Contudo, ao contrário de Vladimir Palmeira, relata que vetou a ida de Ricardo para Cuba e justifica-se:

Da mesma organização, quer dizer, da DI, que passou a se chamar MR-8 com o seqüestro, tinha o Vladimir, o Ricardo e eu. Então, discutíamos tudo em conjunto. (...) Eu colocava o seguinte: se formos para Cuba, vamos assumir um compromisso que colocamos para Fidel, quer dizer, vamos para fazer treinamento, adquirir documentação para voltar; isso pra mim sempre esteve claro. Não fomos tirados [da prisão] para ficar fora, fomos tirados para continuar a luta, e continuar a luta tinha que ser no Brasil. O Ricardo já tinha colocado que a opção dele seria não voltar naquele momento, porque ele queria viver um pouco lá a vida pessoal dele com a mulher, o pai, aquelas coisas. Então eu coloquei que achava que ele não devia ir. (...) Ele ficou muitos anos magoado por causa disso. (...) eu acho que não estávamos errados (...) Tem que ver naquele momento, dentro daquele contexto. E, pra mim, ir pra Cuba sem ser com esse compromisso era ir fazer turismo, e isso pra mim não se colocava.⁸⁹⁴

Maria Augusta não explicita qual a posição de Vladimir Palmeira diante do embate com Ricardo Vilas, mas dá a entender que a decisão de vetar a ida de Ricardo para Cuba foi tomada em conjunto com seu companheiro. Também nos parece significativo destacar que esse episódio da expulsão de Ricardo Vilas da DI-GB, que não lhe permitiu ir para Cuba, não é mencionado por nenhum dos demais entrevistados remanescentes do “grupo dos 15”. Mário Zanconato, o “chuchu”, na época militante da Corrente (nome pela qual ficou conhecida a Dissidência do PCB em Minas Gerais), ao recordar o embarque para Cuba, relata que Ricardo tinha “o pai, que tinha um trabalho relacionado a organizações internacionais, que teve alguma facilidade para sair do México e ir para a Europa”.⁸⁹⁵ José Ibrahim, líder operário, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), afirma que enquanto Gregório

⁸⁹⁴ RIBEIRO, Maria Augusta *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 279-280.

⁸⁹⁵ ZANCONATO, Mário *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 73.

Bezerra, histórico militante do “Partidão”, queria ir pra União Soviética, Ricardo Vilas “queria ir pra Paris”.⁸⁹⁶ Ricardo Zarattini, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), diz não se lembrar dos motivos que levaram Ricardo a não ir pra Cuba.⁸⁹⁷ Flávio Tavares, militante do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), expõe que Ricardo “não participava muito” das discussões com o grupo sobre a decisão de ir pra Cuba.⁸⁹⁸ Por fim, José Dirceu, líder estudantil ligado à Dissidência do PCB em São Paulo e Agonalto Pacheco, ex-militante da ALN, não mencionam nada relativo ao episódio em questão.

Nesse sentido, não figura como nosso objetivo apontar qual dos ex-militantes está certo ou, muito menos, qual dos depoimentos é mais “verdadeiro”. Antes, pretendemos demonstrar a construção de múltiplas memórias sobre um mesmo acontecimento – memórias por vezes conflituosas, onde *lembrar* e *esquecer* são as duas faces de uma mesma moeda.

Além disso, através dos depoimentos dos ex-guerrilheiros e *dissidentes* podemos vislumbrar a complexa relação dos militantes com *sua* organização. Ricardo Vilas Boas, por exemplo, não concordava em ser libertado da prisão pelos companheiros da DI-GB, pois considerava a idéia perigosa, porque poderia pôr em risco sua vida. Ele relata:

(...) recebi o recado: “Se alguém for condenado, nós [DI-GB] tiramos”. Puta que o pariu! Eu saía [da prisão no DOPS] com um batalhão de choque, dois soldados da PE, cada um com dois metros de altura, algemado, os caras armados de metralhadora, me levavam com escolta de um batalhão de choque. E voltava de lá [da Auditoria] na mesma situação. Pensei: “Pô, tirar como?”⁸⁹⁹

Por temer uma operação arriscada visando sua libertação, Ricardo Vilas, como vimos, simulou um ataque de nervos no dia de seu julgamento. Para ele, esse fator teria sido determinante para a sua expulsão da organização um pouco mais tarde, quando ele e outros 14 presos políticos já estavam no México, após serem trocados pelo embaixador estadunidense, capturado em uma ação conjunta da DI-GB e ALN.

No entanto, Vladimir Palmeira, que estava preso desde 1968 e também foi libertado em troca do embaixador, *igualmente* desconfiava da capacidade da DI-GB de libertá-lo, sem colocar em risco sua vida: “não façam maluquice, eu não quero”, dizia ele.⁹⁰⁰ E continua: “(...) toda vez que eu saía da cadeia para ir à Justiça Militar, eu, no camburão, já ia deitado.

⁸⁹⁶ IBRAHIN, José *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 104.

⁸⁹⁷ ZARATTINI, Ricardo *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 132.

⁸⁹⁸ TAVARES, Flávio *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 169.

⁸⁹⁹ VILAS, Ricardo *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 36.

⁹⁰⁰ PALMEIRA, Vladimir *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 187.

Eles me botavam lá sozinho, eu deitava, esperando o tiroteio”.⁹⁰¹

Além disso, Daniel Aarão Reis, que na época da prisão de Ricardo Vilas, em 1969, pertencia à direção da organização da DI-GB, afirma que o episódio da simulação do ataque não teve nenhuma influência, por exemplo, na inclusão do nome de Ricardo na lista dos 15 presos políticos que seriam trocados pelo embaixador. Ademais, ainda segundo Aarão Reis, a expulsão de Ricardo Vilas da DI-GB foi decisão exclusiva de Vladimir Palmeira e Maria Augusta Carneiro, que não consultaram a organização a respeito.⁹⁰²

De qualquer maneira, para Ricardo Vilas, sua expulsão da DI-GB foi um episódio traumatizante: “isso é uma coisa que me marcou muito, que me feriu profundamente, da forma como foi feita, sem discussão e sem nenhuma possibilidade de defesa”.⁹⁰³ Nesse caso, *história, memória e ressentimento* estabelecem estreitas relações.⁹⁰⁴

Os embates de memória são igualmente perceptíveis na reunião dos idealizadores e realizadores da ação da captura do embaixador, também transcrita no livro *Hércules 56*. Diversos temas são debatidos pelos participantes, sempre relacionados à experiência da luta armada no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970 e, em especial, ao episódio da captura do embaixador estadunidense. Nesse sentido, é importante destacar que Fernando Gabeira, cuja autobiografia foi “a que mais contribuiu para a construção da *memória coletiva* da luta armada”⁹⁰⁵, dada sua ampla receptividade e sucesso editorial no Brasil, aparece no filme *Hércules 56* como personagem *periférico*, ao contrário do que é apresentado no livro e filme *O que é isso, Companheiro?* No documentário de Silvio Da-Rin, Gabeira só é citado *uma única vez*, e de forma *negativa*. Franklin Martins, ex-dirigente da DI-GB/MR-8 e participante direto da ação de captura do embaixador estadunidense, ao analisar as supostas falhas na escolha da casa que abrigou o embaixador, lembrou que Gabeira não cumpriu uma de suas atribuições:

(...) a casa tinha um problema, que era o seguinte: a gráfica não tinha de estar ali, ela tinha que ter sido retirada dali, é evidente! E era pra ter sido retirada. Lembro que, na véspera [da ação], eu perguntei para o Gabeira, que era quem morava na casa (...): 'E aí?' E ele: 'Não consegui tirar a gráfica'. Mas como não conseguiu? A gente diz gráfica (...) Era uma Multilite, uma offset. Aquilo ali botava na Kombi [que ficava na casa] e tirava.⁹⁰⁶

⁹⁰¹ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁰² AARÃO REIS, Daniel. “Conversa informal com a autora”. Setembro, 2009.

⁹⁰³ VILAS, Ricardo *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 37.

⁹⁰⁴ Cf. ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 15-34.

⁹⁰⁵ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2006a. p. 87.

⁹⁰⁶ MARTINS, Franklin *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 305.

Ao longo do debate entre os participantes da ação revolucionária, apresentado em *Hércules 56*, Daniel Aarão Reis introduziu um tema, que, até então, não tinha sido discutido: “Não vamos considerar o Jonas? Um personagem fundamental, que foi massacrado”.⁹⁰⁷ Daniel Aarão Reis se refere ao comandante militar da operação, Virgílio Gomes da Silva, membro da ALN. E, nesse momento, somos novamente levados a lembrar a imagem *distorcida* de Jonas (codinome de Virgílio Gomes) apresentada no filme *O que é isso, companheiro?* O próprio Aarão Reis já organizara, em 1997, uma coletânea de artigos (publicada no livro *Versões e ficções: o seqüestro da história*), que questionava, entre outros fatores, a caracterização do guerrilheiro Jonas no filme de Bruno Barreto, que em nada lembrava o caráter de Virgílio Gomes.⁹⁰⁸ Talvez, ao retomar o assunto, Daniel Aarão Reis quis proporcionar uma espécie de “direito de resposta”, nas telas de cinema, à memória de “Jonas”, contando com a colaboração de seus companheiros, todos unânimes em reafirmar o respeito e admiração às qualidades do camarada e sua importância, enquanto comandante militar, para o pleno êxito da ação da captura do embaixador estadunidense. Nesse sentido, *Hércules 56* dialoga diretamente com *O que é isso, companheiro?*, ainda que aponte para uma direção completamente oposta.

Como vimos, os livros e filmes *O que é isso, companheiro?* e *Hércules 56* demonstram a existência de uma multiplicidade de memórias, que estabelecem, entre si, lutas e rivalidades políticas. Além disso, quando analisamos as memórias construídas pelos ex-militantes da Dissidência Comunista da Guanabara, posteriormente Movimento Revolucionário 8 de Outubro, é possível detectar concordâncias, discrepâncias, contradições, ênfases, “esquecimentos”, enfim, uma série de elementos intrínsecos à construção/reconstrução da memória, num processo que, como vimos, é moldado segundo os paradigmas do presente e está em constante metamorfose. Como ressaltou Denise Rollemberg, “a memória da luta armada fez-se – e ainda se faz – em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente”.⁹⁰⁹

Na medida em que cada ‘eu’ está inserido em um ‘nós’, como afirmou Norbert Elias⁹¹⁰, o processo de construção/reconstrução da memória está intrinsecamente relacionado à construção de identidades individuais e/ou coletivas. Assim sendo, “as disputas em torno

⁹⁰⁷ AARÃO REIS, Daniel *apud* DA-RIN, Silvio. *op. cit.* p. 315.

⁹⁰⁸ Dentre os diversos artigos desta coletânea, já amplamente citada neste trabalho, ver o belo texto de Franklin Martins (que conviveu com Virgílio durante os dias em que estiveram com o embaixador), onde analisa a reconstrução no cinema da figura do guerrilheiro: MARTINS, Franklin. “As duas mortes de Jonas”. In: AARÃO REIS, Daniel Aarão et al. *op. cit.* pp. 117-124.

⁹⁰⁹ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007. p. 46.

⁹¹⁰ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 57.

das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo”.⁹¹¹ Além disso, Daniel Aarão Reis destaca:

Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente. Inclusive porque, em larga medida, o controle do futuro passa, como se sabe, pelo poder sobre o passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a *sua* específica versão dos acontecimentos.⁹¹²

Dessa forma, o “controle” do passado e/ou de sua memória condiciona, em certa medida, não só a atuação política no presente, mas também as expectativas futuras.

⁹¹¹ ALBERTI, Verena. “Fontes orais: histórias dentro da História”. In: PINSK, Carla B. (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 155-202. p. 167.

⁹¹² AARÃO REIS, Daniel. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. In: _____ et al. *op. cit.* p. 33.

4.3. Memórias de 1968

“A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora”.
Walter Benjamin⁹¹³

Um passado presente. Restauração de velhos centros urbanos, proliferação de museus, modas retrô, comercialização de nostalgias, literatura memorialística, documentários históricos, revisões historiográficas... Mais do que nunca, as sociedades contemporâneas buscam, por diversos meios, estabelecer uma volta ao passado, visando, sobretudo, a preservação de sua memória:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX.⁹¹⁴

Para Andreas Huyssen, a partir da queda do Muro de Berlim, do fim das ditaduras latino-americanas e do apartheid na África do Sul, podemos detectar a expansão de uma cultura e de uma política de memória, que tem atingido proporções monumentais em diversos pontos do mundo.⁹¹⁵ De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, podemos constatar nas sociedades contemporâneas uma alteração nas relações com o futuro e o passado.⁹¹⁶ O futuro, que era apresentado como o tempo das realizações e da afirmação do progresso, cedeu lugar a um tempo que reservaria maiores possibilidades de certeza e segurança: o passado. Nesse sentido, ainda segundo o autor,

a explosão recente das narrativas memorialísticas, dos discursos testemunhais e de uma febre patrimonial, articulam-se a esse processo de mudanças com relação à nossa percepção da passagem do tempo e de seus efeitos. São novas formas do presente capturar o passado e produzir sentido para as sociedades contemporâneas. (...) É preciso, contudo, ter clareza que a esse crescimento vertiginoso do trabalho social da lembrança, não corresponde necessariamente uma relação mais crítica em relação ao passado.⁹¹⁷

⁹¹³ BENJAMIN, Walter *apud* GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 41.

⁹¹⁴ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9.

⁹¹⁵ *Idem*. p. 9-17.

⁹¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *op. cit.* . p. 38.

⁹¹⁷ *Idem*.

Esse boom da memória, segundo Jeanne Marie Gagnebin, “faz dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”.⁹¹⁸

Nesse sentido, o ano de 2008 configurou-se como um importante momento de convocação da memória, na medida em que se “comemoraram” os 40 anos do emblemático ano de 1968. Essa efeméride procurou dar conta da complexidade de uns dos períodos mais marcantes do século XX. Ano da liberação sexual, das drogas e do rock n’roll. Das minissaias. Da pílula anticoncepcional. Do psicodelismo. Da paz e amor. Do movimento feminista. Da defesa dos direitos dos homossexuais. Do assassinato de Martin Luther King. Dos protestos contra a Guerra do Vietnã. Da revolta dos estudantes em Paris. Da Primavera de Praga. Da chacina de estudantes no México. Do assassinato de Edson Luís de Lima e Souto no Rio de Janeiro. Da radicalização dos universitários brasileiros. Das ações armadas. Da Tropicália e do cinema marginal brasileiro. Do desbunde. Do sonho da revolução.

A celebração do passado está intrinsecamente relacionada aos embates do presente no campo político, ideológico e historiográfico. Assim sendo, “o que, sem dúvida, importa realmente é a maneira pela qual o passado é tornado presente”.⁹¹⁹ Os eventos que marcaram o ano de 1968 no Brasil ainda mobilizam fortemente as pessoas, sobretudo no que se refere aos seus significados, seus legados, suas memórias. As “comemorações” envolveram discussões, polêmicas, controvérsias, revisões, reelaborações, autocríticas... Personagens que tiveram destaque no cenário político e cultural da época foram consultados para expor suas experiências e comentar os desdobramentos de 68 na sociedade brasileira. Historiadores que se dedicam ao estudo da ditadura civil-militar brasileira foram igualmente convocados a fornecer análises, explicações e hipóteses que fossem capazes de dar conta da complexidade que caracterizou os últimos anos da década de 1960 no Brasil. Jornalistas, também vistos como “especialistas” no período, adentraram as discussões acerca do ano que, para muitos, foi aquele em que todas as utopias eram permitidas.

Ao longo de 2008, diversos textos foram publicados referentes ao quadragésimo aniversário de 1968. “Vem aí a sessão saudade de 1968”, anunciava o irônico título do artigo de Elio Gaspari, publicado no *Correio da Bahia*.⁹²⁰ Neste, o jornalista – que já publicou uma coleção de livros em que analisa a formação, a manutenção e o desmoronamento da ditadura

⁹¹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* p. 97.

⁹¹⁹ ADORNO, Theodor W. *apud* GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* p. 102.

brasileira⁹²¹ – defendeu que, para o Brasil, “1968 foi o ano de um terrível desencontro provocado pela radicalização política. Talvez não pudesse ser evitado, mas ao contrário de 1989, teria sido melhor que não tivesse existido”.⁹²² Além disso, Gaspari afirmou que “a brutalidade da ditadura militar cobriu com um manto sagrado a natureza autoritária dos projetos de quase toda a esquerda brasileira”.⁹²³ Em contrapartida, Jean Marc von der Weid e Carlos Vainer (ex-militantes políticos de 1968), em artigo conjunto, retrucaram:

Então agora está combinado: os milhões de jovens, e não tão jovens assim, que foram às ruas em Paris e São Francisco, Praga e Rio de Janeiro, Estocolmo e México, entoar seus hinos à liberdade, que clamaram por justiça, por paz e por igualdade eram os autoritários e destrutivos... não as ditaduras que combatiam, não as guerras que denunciavam.⁹²⁴

Se para Elio Gaspari o ano de 1968 foi “improdutivo”, Jean Marc e Carlos Vainer destacam a importância da mobilização dos diversos segmentos sociais e da construção de projetos alternativos para a sociedade brasileira, os quais, em 68, eclodiram em seus mais variados matizes. E, ao contrário daqueles que defendem que o ano de 1968 dever ser “esquecido”⁹²⁵, afirmam que, como sugere o título do artigo, devemos lembrar, celebrar e, sobretudo, entender o que representou aquele ano:

Nossa resposta é que devemos lembrar. E celebrar, também, porque lindas foram as lutas e esperanças de um tempo que se foi, mas que permanece presente. Mas, sobretudo, há que entender, para impedir que profetas do passado congelem em fórmulas simplórias, em verdades prontas e acabadas, um processo histórico que foi de enorme riqueza porque complexo, pleno de contradições, de tendências, de correntes de pensamento, de caminhos e descaminhos, de vias e vielas, atalhos e desvios, conseqüências esperadas e inesperadas, previsíveis e imprevisíveis, muitas das quais, quem sabe, ainda estão por vir.⁹²⁶

O historiador Carlos Fico, embora não sugira que se “esqueça” 1968, defende outra

⁹²⁰ GASPARI, Elio. “Vem aí a sessão saudade de 1968”. Disponível em: <www.clubecorreio.com.br/poder/noticia.asp?codigo=144305>. Acesso em: 30/05/2008.

⁹²¹ A coleção é formada pelos livros: *A ditadura envergonhada* (2002); *A ditadura escancarada* (2002); *A ditadura derrotada* (2003) e *A ditadura encurralada* (2004), todos lançados pela editora Companhia das Letras (São Paulo).

⁹²² GASPARI, Elio. *op. cit.* 2008.

⁹²³ *Idem.*

⁹²⁴ WEID, Jean Marc von der & VAINER, Carlos. “68: lembrar, celebrar e entender”. Disponível em: <<http://www.cultiva.org.br/mostradestp2.php?id=1033>>. Acesso em: 30/05/2008.

⁹²⁵ Na França, em maio de 2007, às vésperas da eleição, o então candidato à presidência da República Nicolas Sarkozy definia-se como o homem que iria liquidar ou enterrar o “maio de 68”, numa alusão ao *maio francês*, momento marcante daquele ano em que estudantes e operários tomaram as ruas de Paris, erguendo barricadas de pedras, poesias e sonhos revolucionários. Em sua ótica, os eventos de maio de 68 seriam os responsáveis pelo “atual declínio do país”. Para a trajetória política de Sarkozy,

cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107127.shtml>>

⁹²⁶ WEID, Jean Marc von der & VAINER, Carlos. *op. cit.* 2008.

posição, contrária à celebração: “O ano de 1968, em si, foi apenas um período como qualquer outro. Não vejo razão para comemorar coisa alguma, mas certamente posso elencar muitos motivos para refletir sobre aquele processo histórico (...) Eu não pretendo celebrar, mas acho fundamental não esquecer”.⁹²⁷

Daniel Aarão Reis, que, ao contrário de Fico, não menospreza os acontecimentos de 1968, acredita que é preciso ir além das “celebrações acrílicas”, a fim de “avançar mais na compreensão dos caminhos e descaminhos que viriam em seguida”.⁹²⁸ Em sua perspectiva, dois procedimentos devem ser usados para compreender melhor o ano. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar

as múltiplas dimensões do ano – então confluíram também movimentos inovadores, os chamados novos movimentos sociais – mulheres, negros, homossexuais, índios, hippies, queimadores de diferenciadas ervas, partidários de ingestão de estranhos ácidos, da exploração de novas portas da percepção humana (Huxley), democratas radicais, entre muitos outros.⁹²⁹

Além disso, em que pese a força dos movimentos contestatórios e de esquerda, também devem ser analisadas

as forças que apostaram na contra-corrente dos movimentos sociais, as forças frias, cinzentas, reacionárias ou simplesmente indiferentes. Elas ganharam a parada em 68. Sem estudar as tradições que estas forças vitoriosas representam, corremos o risco de apenas celebrar os derrotados, o que é sempre estimulante, mas nem sempre ajuda a compreender os fundamentos sociais e históricos das derrotas.⁹³⁰

A complexidade do ano de 1968 – que foi palco de um dos grandes ciclos revolucionários do século XX – não pode ser aprisionada em algumas poucas imagens ou símbolos, que não representam as múltiplas dimensões dos movimentos sociais, políticos e culturais que, naquele momento, irromperam em todo o mundo.⁹³¹ Dada a importância dos acontecimentos, no Brasil e no mundo, acreditamos que os 40 anos de 1968 deveriam ser lembrados, não de forma mitificadora, mas como um momento propício para analisar e

⁹²⁷ FICO, Carlos. “40 anos de 1968: histórias diversas, múltiplas memórias”. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

⁹²⁸ Entrevista com Daniel Aarão Reis: “Acreditávamos na ‘utopia do impasse’”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008.

⁹²⁹ *Idem*.

⁹³⁰ *Idem*.

⁹³¹ Vale destacar que nas “comemorações” dos 40 anos de 1968 o tema da luta armada é constantemente “esquecido”, dando-se preferência à celebração das passeatas estudantis e da chamada “revolução dos costumes”, ofuscando os projetos revolucionários defendidos por diversas organizações da esquerda armada, cujas propostas, inclusive, antecedem o ano de 1968.

discutir a complexidade dos movimentos que marcaram aquele período e também como seu legado e sua memória são constantemente reelaborados pelos antigos líderes e militantes estudantis e/ou de organizações da esquerda armada e pelas gerações que os sucederam. Assim sendo, aos 40 anos de 1968 aplicamos o conceito de rememoração, proposto por Jeanne Marie Gagnebin. Segundo ela,

tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente.⁹³²

Para os historiadores, a rememoração de 1968 configura-se como mais um instrumento para a análise dos mecanismos de construção das memórias, como podemos observar na autocrítica da experiência passada elaborada por ex-militantes políticos das décadas de 1960 e 1970. Tomemos os exemplos de Fernando Gabeira (atual deputado federal) e Franklin Martins (atual Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República): ambos militaram na Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro; participaram, em 1969, da captura do embaixador estadunidense; atualmente ocupam cargos políticos; mas reavaliam suas trajetórias políticas e a atuação das esquerdas revolucionárias no Brasil com perspectivas distintas.

Em entrevista à revista *Época*, Fernando Gabeira enaltece a rebeldia da “geração de 1968”:

A geração de 68, quando rompeu com os padrões de comportamento cultural e com a estrutura autoritária da família, das relações empresariais, das relações políticas que existiam, e buscou combinar a mudança de comportamento com a luta pela liberdade, deixou uma contribuição extraordinária. Eu me considero privilegiado por ter sido um dos estudantes da geração de 68, por ter vivido em 1968.⁹³³

Apesar disso, Gabeira afirma, na mesma entrevista, que gostaria de “sepultar” este período e “olhar pra frente”:

Eu sou um pouco prisioneiro daquele período. Prisioneiro de 1968. Esse passado está colado a mim. Não só por que cada vez que há uma

⁹³² GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* p. 55.

⁹³³ Entrevista: “1968 na visão de Fernando Gabeira – Parte 1”. *Época*, nº 503, 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

comemoração sobre 1968 a mídia me ouve, como também os próprios Estados Unidos me impedem entrada lá por consequência daquele período. No entanto, independente da posição americana, eu hoje me identifico muito com aquelas pessoas que querem superar aquele período. O que significa superar aquele período? Reconhecer que os anos 60 produziram muita rebelião, uma contra-cultura, mas que hoje a presença desse choque entre contra-cultura e conservadores é estéril. Assim como é estéril o choque puro e simples entre esquerda e direita. (...) É preciso dizer adeus a tudo isso. Eu gostaria que essa fosse a última vez que eu falasse de 1968. Eu gostaria de sepultar esse período para poder olhar para frente. Esse período, sob certos aspectos, dificulta o olhar para frente.⁹³⁴

Paradoxalmente, apesar do desejo de “superar” 68, Gabeira ressalta que, embora tenha mudado com o passar do tempo, ainda é guiado pelo espírito daquela época:

(...) fiz uma reavaliação a partir da derrota da luta armada. Continuo um militante político, na luta por uma sociedade mais justa e mais democrática. Continuo socialista, mas não acredito no socialismo totalitário, burocrático e antidemocrático que, infelizmente, continua a seduzir muitos militantes brasileiros. Os tempos são outros, estou mais velho e mais maduro, mas o espírito de 68 continua presente em mim e me alimenta na batalha contra as injustiças de que sou vítima. Eu fui perseguido pela ditadura, hoje sou perseguido pelos que não querem mudanças em nosso país.⁹³⁵

Ao relembrar sua trajetória política e sua participação em uma organização da esquerda armada brasileira, Gabeira – ao contrário do que dá a entender em seu livro *O que é isso, companheiro?* – admite: “(...) *apesar de ter divergências, nunca me opus à luta armada*. Pelo contrário, acabei apoiando, apesar de ter sido sempre um dissidente das teses mais militaristas”.⁹³⁶ Hoje, contudo, ele avalia que a opção pela luta armada foi um erro e, em sua ótica, ela teria sido responsável pelo endurecimento do regime militar:

Eu vejo como um erro da minha geração a opção pela luta armada. Todo o processo de luta armada foi uma opção equivocada do ponto de vista político e, indiretamente, contribuiu para o enrijecimento da ditadura militar e forneceu argumento para repressão a grupos que eram opositores da ditadura militar, mas não estavam fazendo a luta armada. A luta armada não só fortaleceu a ditadura militar como reduziu o espaço da luta democrática.⁹³⁷

Em contrapartida, Franklin Martins, em entrevista à mesma revista, legitima as opções de lutas das esquerdas durante a ditadura civil-militar brasileira:

⁹³⁴ *Idem.*

⁹³⁵ Entrevista: “1968 na visão de Fernando Gabeira – Parte 2”. *Época*, nº 503, 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

⁹³⁶ *Idem.* Grifos nossos.

⁹³⁷ Entrevista: “1968 na visão de Fernando Gabeira – Parte 1”. *op. cit.* 2008.

Eu aprendi que debaixo de uma ditadura, debaixo de um regime de força só existe uma forma de você ser livre: lutando. Quem não luta não é livre. E quem luta tem de estar disposto a lutar de todas as maneiras por que senão significa que, de alguma forma, aceita viver debaixo de uma ditadura.⁹³⁸

Quando perguntado sobre supostos arrependimentos, sobretudo no que se refere à captura do embaixador dos Estados Unidos, Franklin afirma:

Evidente que tem muitas coisas que não faria de novo. Mas repara só: *se há uma coisa que eu não vou fazer é uma crítica a-histórica das coisas*. Tem uma coisa que eu tenho o maior orgulho: eu combati a ditadura desde o primeiro dia até o último. Nunca fiz uma oposição complacente à ditadura. (...) Eu não faria um seqüestro de novo hoje. Evidente que nós vivemos em uma democracia e isso não têm cabimento. (...) Mas não vamos fazer uma crítica a-histórica daquilo não. Vamos dar um exemplo: na luta contra o nazi-fascismo a resistência francesa devia se abster de usar armas por que isso não ficava bem? Se abstivesse de usar armas queria dizer o seguinte: em determinada medida aceitava viver sob o nazi-fascismo. Eu poderia dizer que a luta armada não foi o melhor caminho, foi precipitada e não ajudou a unir o povo. Eu tenho divergências. Mas na questão de fundo: eu tive do lado certo do primeiro ao último dia. (...) tenho muito orgulho do que fiz e os erros e correções a meu ver são partes do processo. Quem acha que só tem que acertar ficou quietinho e não lutou. Todo mundo que luta erra. Só não erra quem não luta. Quem não luta de alguma forma convive alegremente ou tristemente com a ditadura.⁹³⁹

Em entrevista à revista Fórum, Franklin Martins reafirma sua posição:

Acho curiosa a preocupação com eventuais ações equivocadas. Porque, no fundo, equivocado era apoiar a ditadura, ou não lutar contra ela e ficar em casa esperando o Carnaval chegar. Quem luta, acerta e erra; quem não luta, só erra. Penso sempre com respeito e carinho nos que lutaram quando era tão difícil lutar. Dou muito pouca importância aos seus erros. Até porque os que lutavam, errando ou acertando, pagaram um preço muito alto por não se conformarem com a repressão e a injustiça: prisão, tortura e muitas vezes assassinato. A geração de 1968 poderá ser acusada de muitos erros, mas dela ninguém poderá tirar o maior de seus méritos: ter se entregado de corpo e alma àquilo que ela achava melhor para o Brasil e para o mundo. Foi bom ter vivido aquele tempo, foi fantástico conviver com tanta gente extraordinária.⁹⁴⁰

As abordagens de Fernando Gabeira e Franklin Martins nos permitem observar como diferentes atores, que possuem em comum um passado de militância na mesma organização

⁹³⁸ Entrevista: “1968 na visão de Franklin Martins”. *Época*, nº 503, 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

⁹³⁹ *Idem*. Grifos nossos.

⁹⁴⁰ Entrevista com Franklin Martins: “Quem luta, acerta e erra; quem não luta, só erra”. *Revista Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=3024>. Acesso em: 07/06/2008.

revolucionária, reavaliam suas trajetórias políticas e como apresentam a experiência das esquerdas revolucionárias das décadas de 1960 e 1970. Estas reavaliações do passado não são estáticas, mas estão sujeitas a um constante processo de desconstrução/reconstrução, que, por sua vez, é condicionado pelas demandas do presente.

Com a experiência vivida no presente e a expectativa do futuro, a visão em retrospectiva do passado é constantemente alterada. Memórias são reelaboradas. A História é reescrita. Nem para o Bem nem para o Mal. Trata-se de um processo, segundo Goethe, inevitável: “tal necessidade não se impõe porque muita coisa nova tenha sido descoberta, mas sim porque novas perspectivas se oferecem, porque os contemporâneos de um tempo que progride são conduzidos a pontos de vista a partir dos quais o passado se deixa contemplar e julgar de maneira nova”.⁹⁴¹

Ainda que o passado já tenha passado, e não seja possível mudá-lo, os sentidos que forjamos para este passado estão sempre sujeitos a novas interpretações: “Nuevos procesos históricos, nuevas coyunturas y escenarios sociales y políticos, además, no pueden dejar de producir modificaciones en los marcos interpretativos para la comprensión de la experiencia pasada y para construir expectativas futuras”.⁹⁴² E, ainda segundo Elizabeth Jelin,

ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes “usan” el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer/convencer/transmitir una narrativa, que pueda llegar a ser aceptada.⁹⁴³

Ao analisar os embates do *presente*, e as necessidades políticas e ideológicas que as novas conjunturas requerem, é preciso detectar a partir de que lugar social se revê o passado, a fim de perceber como o *hoje* interfere na discussão sobre o *ontem*. Está lançado o desafio aos historiadores, sobretudo àqueles que trabalham, através das fontes orais, com as relações entre *história e memória*:

(...) os historiadores tem como dever de ofício estabelecer diferenças entre a memória e a história, entre a história vivida e a história como operação intelectual. É com esse compromisso que se deve enfrentar o desafio de deslindar os mecanismos de construção de memórias, de captar seus conflitos, de compreender o que é selecionado para ser lembrado e o que é relegado ao esquecimento. Importa trazer para o primeiro plano como esses mecanismos da memória operam ao longo do tempo e se atualizam de

⁹⁴¹ GOETHE, Johann Wolfgang von *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 177.

⁹⁴² JELIN, Elizabeth. *op. cit.* 2002, p. 13.

⁹⁴³ *Idem.* p. 39.

acordo com as demandas sociais e as lutas políticas.⁹⁴⁴

Contudo, se os olhos do presente interferem na reconstituição do pretérito, é preciso evitar que esse olhar contemporâneo ofusque a compreensão das lutas do passado. Sob a ótica do mundo atual, onde a revolução há muito não faz mais parte da ordem do dia, os homens e mulheres que se engajaram na luta armada podem parecer aventureiros, voluntaristas, incoseqüentes, *porra-loucas*, como se dizia na época. Sua militância política poderia ser vista como o desperdício de suas juventudes. Mas procuramos não cair nesta armadilha dos “novos tempos” e, nesse sentido, “estamos interessados em expor o mais possível as paixões do passado, e não em colher material aceitável no presente”.⁹⁴⁵ Somente assim, acreditamos ser possível compreender a trajetória de uma parcela significativa da esquerda brasileira, que, vislumbrando sua “utopia revolucionária”, decidiu tomar nas mãos o comando do processo histórico, disposta a construir o paraíso (socialista), *aqui e agora*.

⁹⁴⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart: entre a memória e a história”. In: _____ (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 7-30. p. 8.

⁹⁴⁵ GRELE, Ronald J. “Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *op. cit.* pp. 267-277. p. 274.

*“Enquanto vocês se vendiam
barato
com ares de grande dignidade
fiquei por aí
zanzando feito uma besta
fazendo a revolução dos imberbes
praticando a pureza dos tolos.*

*Minhas concepções mudaram
mas tenho muito orgulho
de não ter sido um burocrata.
Dizem que os desvios de direita
São mais fáceis de consertar.
Mas sempre gostei de errar pela esquerda
Mesmo correndo o risco de não ficar vivo
pra fazer autocrítica”.*

Alex Polari

Éramos “Oito”...

*"A utopia está no horizonte...
Me aproximo dois passos,
ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos
e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe
jamais a alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para caminhar."
Eduardo Galeano⁹⁴⁶*

Em 2009, a ação mais espetacular da esquerda armada brasileira completou quarenta anos. Estamos falando da captura do embaixador estadunidense, Charles Elbrick, planejada e realizada (com apoio de outra organização) pela Dissidência Comunista da Guanabara, em setembro de 1969. Logicamente, ao contrário de outras efemérides, esta não será “comemorada”, pelo menos não pela grande imprensa, como o foi o emblemático ano de 1968, em “comemorações”, em sua maioria acríicas e que festejaram algumas das facetas daquele período – os protestos estudantis e a revolução comportamental e cultural, em especial – e ofuscaram outras, como os projetos revolucionários das esquerdas armadas.

Mas, afinal, quem eram aqueles jovens que ousaram desafiar a ditadura civil-militar brasileira e capturar o embaixador da maior potência capitalista mundial? Quais eram seus objetivos? Quais os seus pressupostos teóricos? Por que eles acreditavam na sua vitória? Ao lado de quem e contra o que lutavam? Como surgira aquela organização que, após a ação revolucionária de 1969, ganhou projeção nacional e internacional? E que fim ela teve?

Foi procurando responder a estas perguntas que a presente dissertação foi elaborada. Ao longo de suas páginas, buscamos resgatar a história de uma das dezenas de organizações revolucionárias atuantes no cenário político nacional após o golpe de 1964: a Dissidência Comunista da Guanabara, cuja trajetória anterior a 1969 ainda era inexplorada pela historiografia brasileira.

Assim sendo, localizamos sua origem ainda no pré-1964, inserida num contexto de acirradas divergências internas que cindiram o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Até então, o debate das esquerdas “tinha os holofotes voltados para o PCB. Afinal, não somente era o partido mais importante até ali, como sua orientação tinha prevalecido no período

⁹⁴⁶ GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 1994. p. 310.

anterior”.⁹⁴⁷ No entanto, como vimos, embora o PCB fosse a maior força no seio das esquerdas consideradas mais radicais, o “Partidão” passou a sofrer a concorrência de grupos políticos *mais à esquerda*. E, para além dessa oposição *externa*, o PCB também era pressionado, questionado e confrontado *internamente*. E seria de dentro das fileiras do partido que surgiriam rebeldes – dos mais diversos matizes – que dariam origem a diversas organizações revolucionárias que, em pouco tempo, iriam ofuscar o “Partidão”. O meio estudantil também não passou incólume pelas lutas internas das esquerdas nos anos 60: entre 1965 e 1968, as bases universitárias, em todo o país, romperam com o “velho camarada” PCB, constituindo as *Dissidências Estudantis*.

E seria no então Estado da Guanabara que a Dissidência do PCB alcançaria maior relevância no cenário político e estudantil dos anos 1960. Como acompanhamos, as origens da DI-GB, como também era conhecida, remontam à organização de uma *fração*, clandestina aos olhos da direção partidária do PCB e basicamente constituída por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade Nacional de Direito (pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Essa *fração* difundiu-se nas universidades cariocas, atraindo um número cada vez maior de estudantes comunistas, muitos *calouros*, que já eram convocados a travar a luta interna no “Partidão”. Não tardaria e essa dissidência clandestina viria à tona, consolidando o abismo que já se instalara entre os *pecebistas* e os *dissidentes*. Finalmente, em novembro de 1966, por ocasião das eleições parlamentares, a recusa em obedecer as orientações do PCB culminou no rompimento definitivo dos *dissidentes* com o partido. A partir de então, no contexto de crescente mobilização e radicalização do movimento estudantil, a Dissidência da Guanabara encontrou terreno fértil para sua organização e consolidação no meio estudantil e político nacional, garantindo seu lugar entre as organizações de esquerda mais atuantes e combativas no pós-1964 e cuja atuação, um pouco mais tarde, romperia os limites universitários.

Após superar, em 1967, um processo de luta política interna, a DI-GB traçou uma trajetória ascendente, inserida no contexto de ebulição do movimento estudantil brasileiro, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* ganhava corações e mentes. Nesse sentido, acompanhamos a atuação dos *dissidentes* nas organizações estudantis e elucidamos que, ao privilegiar as reivindicações de caráter estudantil, sem perder de vista as bandeiras da luta política mais geral, a DI-GB viu seu prestígio aumentar, juntamente com seu poder de mobilização, que, em 1968, alcançou seu maior grau. Assim

⁹⁴⁷ SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 105.

sendo, a Dissidência da Guanabara exerceu liderança incontestada no movimento estudantil carioca, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente.

A década de 1960, e em especial o ano de 1968, foi marcado também por uma verdadeira efervescência cultural, que desafiava as normas e costumes estabelecidos. A rebeldia ultrapassava os limites da política e a contestação ao sistema significava também a contestação de um estilo padrão de vida. Revolução sexual, pílula anticoncepcional, emancipação feminina, Cinema Novo, Tropicalismo, psicodelismo, *hippies*, “paz e amor”... Os projetos e aspirações desta geração que experimentou conjuntamente novas formas de criar, na arte e na vida, eram tão revolucionários quanto as propostas das organizações de esquerda, sobretudo as que pegaram em armas. Mas, logicamente, tratava-se de um *outro projeto de revolução*. E esse projeto alternativo foi absorvido de forma restrita pelas organizações da esquerda armada, que, em sua maioria, embora radicalizadas politicamente, eram conservadoras do ponto de vista comportamental. Nesse sentido, a DI-GB destacou-se como a organização que mais se apropriou dos valores de 68, ou seja, os *dissidentes* cariocas podem ser considerados os mais “*moderninhos*” revolucionários. Ainda assim, como vimos, o conservadorismo também estava presente na DI-GB, sobretudo nas suas lideranças mais radicalizadas. Constatamos, portanto, que a organização conseguia ser, *concomitantemente*, tão sectária e preconceituosa quanto revolucionária e libertária.

A Dissidência Comunista da Guanabara também se notabilizou pela valorização da formação teórica de seus militantes. Assim sendo, ela pode ser considerada, entre as demais organizações revolucionárias, *um dos grupos mais intelectualizados* do período. A maioria de seus militantes – como acontecia com as demais organizações – era formada por homens, jovens, oriundos das camadas médias, residentes em grandes cidades e, sobretudo, por estudantes. Além disso, foi possível observar que a Dissidência da Guanabara, ao longo de sua trajetória, vislumbrava a integração numa organização maior, com bases sociais mais amplas e penetração em outros Estados. Contudo, apesar das tentativas ou expectativas, não foi possível viabilizar uma articulação nacional com as demais Dissidências do PCB – que, em cada Estado, seguiram rumo próprio – nem tampouco uma fusão orgânica com outras organizações revolucionárias como a “Vanguarda Armada Revolucionária Palmares” e a “Ação Libertadora Nacional”. Assim sendo, a DI-GB seguiu trajetória própria, mas percorreu caminhos semelhantes aos traçados pelas demais organizações revolucionárias, caminhos que por vezes se entrelaçavam.

A partir do segundo semestre de 1968, quando o movimento estudantil entrou em

refluxo e a ditadura reprimiu sem clemência os que insistiram em organizar o movimento, as lideranças estudantis e os que compunham a chamada “massa avançada” – que já militavam em organizações de esquerda comprometidas com a idéia de preparar a luta armada⁹⁴⁸ – passaram à militância política além das fronteiras escolares, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil.

Em fins de 1968, a DI-GB já se envolvera em ações armadas, mas seria em abril de 1969, por ocasião da realização (clandestina) de sua III Conferência, que os *dissidentes* cariocas optaram, efetivamente, pela guerrilha urbana. Se até 1968, a DI-GB estava voltada *basicamente* para o movimento estudantil, a partir de 1969, seus recursos, seus militantes e seus projetos voltar-se-iam também, e sobretudo, para a preparação da luta armada. Contudo, é importante destacar que a organização defendia que *a adoção da luta armada não deveria excluir outras formas de luta não armadas*, ao contrário, estas diferentes formas de luta deveriam caminhar lado a lado no bojo do processo revolucionário. Assim sendo, a Dissidência da Guanabara, apesar de ter se engajado nas ações armadas, não pode ser considerada uma organização *militarista*, pois, como vimos, ao contrário de outros grupos, a DI-GB nunca menosprezou nem abandonou as lutas de massas.

Em 1969, a DI-GB alterou sua estrutura interna e foram criadas três frentes de trabalho. A *Frente de Trabalho das Camadas Médias*, dado o refluxo do movimento estudantil, que dera fôlego e projeção à organização, concentrava-se na distribuição clandestina do jornal *Resistência*, mas os trabalhos, há muito, não conquistavam apoio de setores expressivos da sociedade. A *Frente de Trabalho Operário* atuava basicamente em ações de propaganda armada nas portas de fábricas, tentando recrutar operários para a organização. No entanto, como acompanhamos, apesar de seus esforços, a Dissidência da Guanabara não conseguiu conquistar apoio junto aos operários. Os contatos eram escassos e nenhum militante da organização era efetivamente operário. Por sua vez, a *Frente de Trabalho Armado* continuava com força total, realizando importantes ações de *expropriações* de bancos e armas. Mas seria em setembro de 1969 que a organização alcançaria notabilidade nacional e internacional, após conceber e realizar – com auxílio da Ação Libertadora Nacional – a captura do embaixador dos Estados Unidos, a mais ousada ação realizada pela esquerda armada brasileira.

Foi no curso dessa ação que a Dissidência Comunista da Guanabara empreendeu outra importante guinada em sua trajetória: a mudança do nome da organização, que passou a se

⁹⁴⁸ Como vimos, na década de 1960 no Brasil, as propostas e tentativas – fracassadas – de luta armada surgiram antes mesmo do golpe civil-militar de 1964.

chamar *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8), como vimos, para desafiar a ditadura. Portanto, o ano de 1969 representa um “divisor de águas” na história da DI-GB: a opção oficial pela luta armada, a captura do embaixador, a notabilidade entre as organizações revolucionárias, a mudança de nome. A organização afastava-se cada vez mais de seu passado recente de grandes mobilizações estudantis, manifestações de rua e articulação com os movimentos sociais e enveredava-se nas ações armadas urbanas, esboçando tentativas (frustradas) de deflagrar a guerrilha rural e caminhando para um crescente isolamento social.

Procuramos demonstrar que, de 1969 até o início da década de 1970, a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara, agora chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, possuiu um traço de continuidade, ou seja, tratava-se, *na prática*, da *mesma organização*, ainda que tenha adotado um novo nome, empregando novos métodos e vivenciando uma nova etapa em sua história.

Nos primeiros anos da década de 1970, como vimos, o MR-8 (como passou a ser conhecida a DI-GB) viu seu prestígio aumentar, mas ao mesmo tempo, teve de enfrentar – junto com as demais organizações – a intensificação da repressão ditatorial. Em pouco tempo, a prisão, a tortura, a morte ou o exílio tornaram-se destinos quase certos para os participantes da luta armada no Brasil. Nesse contexto, o *Oito*, como se apelidara a organização, *cercado nas cidades, e, nas cidades, cercado*, agonizava.⁹⁴⁹ A organização, que então contava com a militância “ilustre” do Capitão Carlos Lamarca, procurou fugir do cerco da repressão nas cidades e tentou esboçar a tão sonhada guerrilha rural no sertão da Bahia. A tentativa fracassou. O sertão não virou mar. Morte do capitão guerrilheiro. Morte de um projeto revolucionário. Ainda havia saída? O exterior. O Chile de Salvador Allende e da Unidade Popular enchiam os corações das esquerdas sul-americanas de esperanças revolucionárias. Um novo fracasso. Um novo golpe. Brasil, 1964. Chile, 1973. Concomitantemente à derrocada da *via chilena* de construção do socialismo, a organização enfrentava um amplo processo de redefinição de rumos. Autocrítica. Polêmicas. Abandonar a luta armada? Novas formas de luta? Que caminho seguir? No desenrolar destes debates, o *Oito* “rachou-se”. Subtraíram-se antigos militantes. Permaneceram alguns. Somaram-se novos. E nessa “matemática revolucionária”, a organização encontrou seu fim, pelo menos *este* MR-8 que estamos analisando, cuja trajetória era uma continuidade da Dissidência Comunista da Guanabara. A partir de então, tem início a história de um *novo* MR-8. Aqui ocorre o oposto do que ocorrera em 1969: apesar da manutenção do nome, tratava-se, *na prática*, de uma *nova*

⁹⁴⁹ Referência à expressão, empregada na época, de autoria de Carlos Vainer, então militante da direção do MR-8. Cf. CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* p. 137.

organização, que se afastou cada vez mais de seu passado revolucionário. O *Oito* já não era mais o mesmo...

* * *

O recurso às armas, opção adotada pela ampla maioria das organizações de esquerda no Brasil, foi uma das principais características do cenário político nacional do final da década de 1960: “Se a Terra era azul, como dissera Gagarin [cosmonauta soviético, primeiro homem a viajar pelo espaço], o futuro parecia vermelho. A Revolução estava na ordem do dia”.⁹⁵⁰ Para a chamada *geração 68*, a experiência pré-64 e as propostas “reformistas” do PCB deveriam ser enterradas. Julgando-se o *marco zero* de uma nova etapa histórica, defendiam que novas formas de oposição eram necessárias, em especial a *luta armada*.

Apesar das organizações revolucionárias atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970 divergirem quanto ao caráter da revolução brasileira, à sua natureza organizacional e às formas de luta revolucionária, também possuíam alguns pressupostos em comum: a crença na crise irreversível do capitalismo e da economia brasileira, a postura antiteoricista, a valorização da *ação* imediata e radical e a defesa da luta armada como uma certeza inquestionável. Defensoras de pressupostos teóricos comuns, as organizações revolucionárias que recorreram às armas eram tipicamente urbanas, embora almejassem deflagrar a guerrilha rural. Mas sua tática de guerrilha urbana foi, cada vez mais, esgotando-se em si mesma e as ações armadas acabaram por se tornar *ações de sobrevivência*. As organizações tornaram-se absolutamente clandestinas e, assim, isolavam-se mais do restante da sociedade. Sem apoio, afastados das bases sociais, os grupos da esquerda armada isolaram-se e foram dizimados pelo aparelho repressivo da ditadura, que elevou a tortura à política de Estado (ainda que nunca assumida). Na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os militantes, em sua maioria, presos, exilados ou enterrados.

O projeto armado das esquerdas brasileiras – elaborado de acordo com o *espaço de experiência* anterior a 1964 e em contraponto a ele, ou seja, baseado na experiência considerada “negativa” do PCB no pré-64 e suas propostas “reformistas”, que valorizavam a via pacífica da revolução – não proporcionou às organizações revolucionárias a conquista de seu *horizonte de expectativas*. A revolução parecia ter faltado ao encontro, para usar o título de um famoso livro... Como ressaltou Koselleck, “sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera (...) o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do

⁹⁵⁰ PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada – Memórias Romanceadas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.11.

passado histórico”.⁹⁵¹

Após a derrota, restava o (difícil) recomeço. Inventariar os “erros”. Reencontrar caminhos. Reconstruir projetos políticos: “A derrota do projeto político das esquerdas revolucionárias, na medida em que foi colocada em pauta a validade de valores e identidades, trouxe transformação: o abandono de culturas políticas solidamente instaladas ou a adesão a novas formas de cultura política”.⁹⁵² Novos tempos, novas formas de luta, novas palavras de ordem... A virada da página da luta armada. O início de uma nova história.

Nesse novo contexto social, o projeto de luta armada desencadeada pelas organizações revolucionárias atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi *perdendo espaço*, não só no campo das lutas políticas, mas também no campo das *memórias*. Assim, com o passar do tempo, a perspectiva revolucionária de combate à ditadura e, sobretudo, ao capitalismo, através da luta armada, foi sendo apagada das memórias (re)construídas acerca do período da ditadura civil-militar. Optou-se, então, por privilegiar as revoluções culturais e comportamentais e as manifestações estudantis, que também marcaram, porém não *exclusivamente*, os chamados “anos rebeldes” no país. Com a distância temporal também se esfumou o sentido de luta daquelas organizações dissidentes, alternativas, radicais e revolucionárias. Parece mais *confortável* esquecer-se deste passado de projetos guerrilheiros, especialmente depois que a democracia – em suas diversas acepções – passou a ser a grande “bandeira” de setores significativos da sociedade e, sobretudo, quando se adota posturas políticas e ideológicas radicalmente diferentes das abraçadas alguns anos atrás.

Contra esta perspectiva, defendemos que a luta armada foi uma opção legítima tomada por boa parte da esquerda brasileira ao longo das décadas de 1960 e 1970. Naquele contexto, esta opção não parecia absurda para seus participantes, como pode parecer aos olhos de hoje. Nesse sentido, é preciso evitar os anacronismos, a tendência de transferir “perspectivas próprias de uma época para a outra, cedendo à tentação de impregnar uma conjuntura específica com valores que não foram os seus”.⁹⁵³ Como destacou Beatriz Sarlo, “a guerrilha era a forma principal da política revolucionária no começo da década de 1970 e, por isso, não poderia ser avaliada simplesmente como um ataque de loucura coletiva”.⁹⁵⁴ Assim sendo, ente as múltiplas possibilidades de relação com a ditadura – que iam do apoio explícito e/ou omissão, passando pela oposição por vias legais (como no MDB) ao combate radical das esquerdas revolucionárias – a opção pela luta armada não se tratava de loucura, aventura,

⁹⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. p. 312.

⁹⁵² BASTOS, Natália de Souza. *op. cit.* p. 17.

⁹⁵³ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *op. cit.* p. 15.

inconseqüência, *porra-louquice*... Era uma escolha política e ideológica, em total sintonia com o cenário político mundial marcado pelo signo da *revolução*. Para aqueles revolucionários, o caminho estava dado: “Vietnã na Ásia, Cuba nas Américas e a Argélia na África. Três revoluções vitoriosas. Pequenos povos que haviam lutado contra as grandes potências do mundo de então. E haviam vencido. Não havia ali um caminho a indicar que valia a pena ser ousado?”⁹⁵⁵

Com suas limitações e implicações, a luta armada inaugurou um *horizonte de expectativas* para seus participantes – e era a revolução que acenava neste horizonte distante. Contudo, a vitória não veio nem tampouco a revolução. Estariam os projetos revolucionários definitivamente fadados ao fracasso? Os revolucionários dos anos 60-70 não *venceram*, mas, ao menos, *ousaram lutar*. A eles poderiam ser dedicadas as palavras da marxista revolucionária polonesa Rosa Luxemburgo, que, após a Revolução Russa, ao se referir a Lênin e Trotsky, afirmou: “(.) até agora são os únicos que (..) podem exclamar: ‘Eu ousei!’”⁹⁵⁶

⁹⁵⁴ SARLO, Beatriz. *op. cit.* p. 81.

⁹⁵⁵ AARÃO Reis, Daniel. *op. cit.* 2008. p. 4-5.

⁹⁵⁶ LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 98. (Coleção Clássicos do Pensamento Político, v. 29)

Fontes

1. Instituições/Fundos Documentais

Arquivo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO/UFRJ):

- Fundo Movimento Estudantil

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ):

- Coleção Archivo Storico del Movimento Operario Brasileiro (ASMOB)
 - Bobina 29 (“O Metropolitano”/UME)
 - Bobina 30 (“O Movimento”/UNE)
 - Bobina B20 (“Resistência – Clandestino Brasil”/MR-8)
 - Bobina E3 (“Resistência – ALN – MR-8”)
 - Bobina E5 (Resistência – MR-8)
- Coleção Movimento Estudantil (ME)
 - Série 4: Universidade Federal do Rio de Janeiro
 - Série 9: Textos teóricos sobre movimento estudantil
- Coleção Organizações de Esquerda (OE)
 - Série 01: VAR-PALMARES
 - Série 02: Dissidência Comunista da Guanabara
 - Série 03: Movimento Revolucionário 8 de Outubro
 - Série 06: Inquéritos/Exilados Políticos
 - Série 07: Periódicos
- Coleção Particular Hamilton Garcia (HG)
 - Caixa 02/ Envelope 1: PCB – Nacional
 - (1.7. Movimento Estudantil/ Juventude Comunista)

Arquivo Nacional (AN/RJ):

- Fundo/Coleção Correio da Manhã
Série: Documentos Textuais/Dossiê Movimento Estudantil
- Fundo/Coleção Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
Série: Movimentos Contestatórios à Ordem e Política Social (Processos)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ):

- Fundo Polícia Política
Série: Setor Administração;
Série: Setor Comunismo;
Série: Setor Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE);
Série: Setor Estudantil;
Série: Dossiês;
Série: Setor Informações;
Série: Setor Inquéritos;
Série: Setor Secreto;
Série: Setor Terrorismo.
- Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho
Série Movimento Revolucionário 8 de Outubro
Dossiê: Documentos Impressos de Circulação Interna
Dossiê: Documentos de Circulação Interna

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**(CPDOC/FGV):**

- Arquivo Anísio Teixeira (AT)
Série: Produção Intelectual (1968)
- Arquivo Antonio Carlos Murici (ACM)

Série: Atuação político-militar (1964-1974)

- Arquivo João Goulart (JG)

Série: Presidente da República (1964)

- Arquivo Negrão de Lima (NL)

Série: Governador da Guanabara (1965-1968)

Núcleo de História Oral/ Laboratório do Tempo Presente (IFCS/UFRJ):

- Acervo Oral/ Projeto “Memórias de Esquerda”;
- Acervo Oral/ Projeto “Memórias do Movimento Estudantil”;

Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF):

- Acervo Sonoro/ Série: Política no Brasil: Exílio;

2. Documentos Estudantis

- AÇÃO POPULAR. *Documento-Base*, 1963.
- “Carta Política da UNE” (assinada pelas Dissidências e pela POLOP), julho de 1967.
- UNIÃO ESTADUAL DS ESTUDANTES-SP, “Programa para a União Nacional dos Estudantes”, setembro de 1968.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. “Declaração da Bahia”. I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Salvador, Bahia, maio de 1961.
- _____. “Carta do Paraná”. II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Curitiba, Paraná, março de 1962.
- _____. “UNE: a luta atual pela reforma universitária”. Guanabara, dezembro de 1963.

3. Periódicos

- *Correio da Manhã* (1964-1969);
- *Diário de Notícias* (1965);
- *Em Tempo* (1979; 1980);
- *Época* (2008);
- *Folha de São Paulo* (1968; 1988);
- *Jornal da UEE – São Paulo* (1968);
- *Jornal do Brasil* (1965; 1967-1968; 1979);
- *O Estado de São Paulo* (1964; 1967-1968; 1972);
- *O Globo* (2007);
- *O Metropolitano* (1959-1964; 1968);
- *O Movimento* (1962-1963);
- *O Pasquim* (1978);
- *Revista Fórum* (2008);
- *Revista UNE* (1968);
- *Última Hora* (1964);
- *Veja* (1968; 1979; 1981);
- *Visão* (1966; 1968);

4. Fontes Orais

- AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 05 de julho de 2005. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.
- _____. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1996. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal

Fluminense.

- CAVALCANTE, Flávia. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 29 de julho de 2002.
- COSTA, Alcir Henrique da. Entrevista concedida a Izabel Priscila Pimentel da Silva. Rio de Janeiro, 12 de março de 2008.
- LEVY, Nelson. Entrevista concedida a Izabel Priscila Pimentel da Silva. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2008.
- MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1994. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense.
- MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005. Disponível no Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.
- MUNIZ, Angela. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 9 de maio de 2003.
- _____. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1995. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense.
- MURAT, Lúcia. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2003.
- PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.
- RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento

estudantil”. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.

- THIMÓTEO, Vera. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2003.
- WEID, Jean Marc von der. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006.

5. Fontes Cinematográficas

- *Araguaya – Conspiração do Silêncio*
Direção: Ronaldo Duque
Ano: 2004
- *Caparaó*
Direção: Flávio Frederico
Ano: 2007
- *HÉRCULES-56*
Direção: Silvio Da-Rin
Ano: 2007
- *Jango*
Direção: Sílvio Tandler
Ano: 1984
- *Lamarca*
Direção: Sérgio Rezende
Ano: 1994
- *Memória do Movimento Estudantil: Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*
Direção: Silvio Tandler
Ano: 2007

- *Memória do Movimento Estudantil: O afeto que se encerra em nosso peito juvenil*
Direção: Silvio Tandler
Ano: 2007

- *O que é isso, companheiro?*
Direção: Bruno Barreto
Ano: 1997

- *O Velho – a história de Luiz Carlos Prestes*
Direção: Toni Ventura
Ano: 1997

- *Que bom te ver viva*
Direção: Lúcia Murat
Ano: 1989

- *Sônia Morta-Viva*
Direção: Sérgio Weissmann
Ano: 1985

- *Zuzu Angel*
Direção: Sérgio Rezende
Ano: 2006

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. “Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968”. Revista eletrônica *Espaço Acadêmico*, nº 84, maio de 2008. p. 3. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_reis.pdf>. Acesso em: 21/09/2009.

_____. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

_____ & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. “Ditadura e democracia: questões e controvérsias”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. Quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. vol. 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. “1968, o ano curto de todos os desejos”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____ & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____ et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. “Os anos de chumbo: memórias da guerrilha”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

AGUIAR, Joaquim Alves de. “O astro da anistia”. *Alceu*, Revista de Comunicação Social da PUC-Rio, v. 2, n. 3, julho-dezembro de 2001.

ÁGUILA, Gabriela. “Testigos y vecinos”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 19, dezembro de 2006.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. “Fontes orais: histórias dentro da História”. In: PINSK, Carla B. (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

ARAUJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos Fico; FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

_____. “a ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____. “Por uma história da esquerda brasileira”. *Topoi*, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, v. 5, 2002.

_____. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRIGUCCI JR., Davi. “Gabeira em dois tempos”. In: _____. *Enigma e comentário. Ensaios*

sobre a literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAHIA, Renato. *O estudante na história nacional*. Salvador: Livraria Progresso, 1954.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.

BARCELOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BERMAN, Paul. *A tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996.

BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1992.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRANDÃO, Antônio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. “A juventude universitária e a política”. *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, nº 48, pp. 5-19, julho-agosto de 1968.

BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALABRE, Lia. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº37, janeiro-junho de 2006.

CASSAL, Alex Barros. “Lamarca e Iara”. *Cadernos AEL: tempo da ditadura*, Campinas, v. 8, nº 14/15, 2001.

CAMPBELL, Joseph. *O herói das mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2000.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG, 1997.

CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

_____. *Os “melhores filhos do povo”: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso MR-8*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. “A personagem do romance”. In: ____ et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAPOVILLA, Maurice. “Cinema Novo”. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº 41, maio-junho, 1962.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Senac, 2001.

CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASSAL, Alex Barros. “Lamarca e Iara”. *Cadernos AEL: tempo da ditadura*, Campinas, v.8, n. 14/15, 2001.

CASO, Antonio (org.). *A esquerda armada no Brasil: 1967-1971*. Lisboa: Moraes, 1976.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder – o Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. v. II.

CASTRO, Ruy. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CHASIN, José. “Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro”. *Revista Brasiliense*, n° 38, novembro-dezembro, 1961.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CIAMBARELLA, Alessandra. *Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular (1962-1981)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COELHO, Cláudio N. P. “A tropicália: cultura e política nos anos 60”. In *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 2, n° 1, 2º sem; 1989.

COHN-BENDIT, Daniel & SAUVAGEOT, J. *A revolta estudantil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

COHN, Sergio & PIMENTA, Heyk. *Mai de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n° 43, janeiro-junho de 2009.

_____. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

_____. *A Nação que se salvou a si mesma : memória e história da Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

COSTA, Marcelo Timotheo da. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 2).

COUTINHO, Eduardo. “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”. *Ética e história oral – Projeto História*, São Paulo, nº 15, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, Luiz A. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DABEZIES, André. “Mitos primitivos a mitos literários”. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____ et al (orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____ et al (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____ et al (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____ et al (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DANIEL, Herbert. “Homossexual: defesa dos interesses?”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s/d.

DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. vol. 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

DINIZ, Josué. *O cerco das trevas – Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura – o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo & Garamond, 1998.

DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido – o Centro Popular de Cultura da UNE (1961-1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e culturas políticas – definições, usos, genealogias”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2001.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 2)

_____ & AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

_____ “Sociedade e esquerdas no Brasil: da legalidade democrática às reformas de base (1961-1964)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____ & DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 3)

_____ & DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Ed.UFF & Mauad, 2002.

_____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart: entre a memória e a história”. In: _____ (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, dezembro de 2002.

_____ & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. “História oral: um inventário das diferenças”. In: _____ (org). *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

_____. “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “40 anos de 1968: histórias diversas, múltiplas memórias”. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 01/02/2008.

_____. *Além do golpe. versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Vera Follain de. “Nos trilhos da memória: uma leitura da obra de Fernando Gabeira”. *O eixo e a roda*, Revista de literatura brasileira, Belo Horizonte, vol. 6, julho de 1988.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREITAS FILHO, Armando & GONÇALVES, Marcos A. (orgs.). *Anos 70: literatura*. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. “Em busca de 1968”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. “Contribuição à história da esquerda brasileira, 1964-1979”. *Em Tempo*, São Paulo, s.n., 1979-1980.

GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

GASPARI, Elio. “Vem aí a sessão saudade de 1968”. Disponível em: <www.clubecorreio.com.br/poder/noticia.asp?codigo=144305>. Acesso em: 30/05/2008.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. “Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008.

GOMES, Angela de Castro. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-65): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In: Ferreira, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 2)

_____. & FERREIRA, Jorge (orgs.). *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

GRELE, Ronald J. “Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GROPPO, Bruno. “El regreso del pasado reprimido: de Vichy a Argélia: las dificultades de

la memoria em Francia”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 4, Julho de 2001.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet. “O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____ & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História).

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. mimeo. s/d.

IANNI, Octavio. “O jovem radical”. In: _____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JABOUILLE, Victor. *Iniciação à ciência dos mitos*. Lisboa: Inquérito, 1986.

JELIN, Elizabeth. “Introducción”. In: _____. (org.). *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas 'in-felices'*. Colección Memorias de la Represión. Madri: Siglo XXI, 2005.

_____ & LANGLAND, Victoria. “Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente”. In: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

_____. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. “Memorias en conflicto”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 1, agosto de 2000.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

_____ & OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1989.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. vol 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. Puc-Rio, 2006.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999.

LANGLAND, Victoria. “Neste luto começa a luta!: la muerte de estudiantes y la memoria”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (orgs.). *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

_____. “La casa de la memoria em Praia de Flamengo 132: memórias estudantiles y nacionales em Brasil, 1964-1980”. In: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni (org.). *História dos jovens, 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LIMA, Luiz G. Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ & SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____ *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1991. (Coleção Clássicos do Pensamento Político, v. 29)

MACIEL, Luiz Carlos. *As quatro estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Geração em transe – memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MAFRA, Patricia Henriques. *Uma escola contra a ditadura: a participação política do Cap-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. (Dissertação – Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MALARD, Letícia. “Análise contrastiva de *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Reflexos do baile*, de Antônio Callado”. In: _____ et al. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

MARIGUELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

MARQUES, Rosa Maria. “Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil dos anos 1960”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

_____. (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

_____. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Dallas, Texas (EUA), 27-29 de março de 2003.

_____. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002.

_____. (org.). *1968 faz trinta anos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

_____. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

_____. *Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das letras, 1996.

_____. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Ed. UFSCar, 1995.

_____. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964–1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MATOS, Olgária C. F. “Tardes de Maio”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: UNESP-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MENDES Jr., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENESES, Ulpiano. “Mito e museu: reflexões preliminares”. In: FÉLIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio P. (orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MEZZARROBA, Glenda. *Um acerto com o futuro: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 3)

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O encontro marxismo-feminismo no Brasil”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007.

MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 2, nº 1, pp. 135-158, 2º sem, 1989.

NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão especial de indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul – significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: PUC, nº 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *O mito do poder jovem: a constituição da identidade da UNE*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

PALMEIRA, Vladimir. “Os estudantes”. In: CASO, Antonio (org.). *A esquerda armada no Brasil: 1967-1971*. Lisboa: Moraes, 1976.

PANDOLFI, Dulce. “A trajetória de Luiz Carlos Prestes”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

_____. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada – Memórias Romanceadas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos anos 60 – utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998.

PENAFRIA, Manuela. “Perspectivas de desenvolvimento do documentarismo”. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/penafria-perspectivas-documentarismo.html>>. Acesso em: 03/07/2008.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, junho de 2000.

PIMENTA, Edileuza & TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva – de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da Universidade*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962. (Coleção Cadernos Universitários, nº 1)

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª edição. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

_____. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3. 1989.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil debates, 1980.

PRESOT, Aline Alves. *As “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PROST, Antoine & VINCENT, Gerard. *História da vida privada: da primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUADRAT, Samantha Viz. “A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

QUATTROCCHI, Angelo & NAIRN, Tom. *O começo do fim: França, maio de 68*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RAGGIO, Sandra. “La batalla de los relatos”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 18, outubro de 2006.
REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alga-Ômega, 1980.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REYNOSO, Gillou. “Matar a morte”. In RODRIGUEZ, Sérgio Aldo & BERLINCK, Manoel (orgs.). *Psicanálise de sintomas sociais*. São Paulo: Escuta, 1988.

RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madri: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

_____. “Esquerdas armadas urbanas (1964-1974)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007b.

_____. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. Quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge &

NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção O Brasil Republicano).

_____. & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. vol. 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. “1968: rebeliões e utopias”. In: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). *O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. (Coleção O século XX, v.3).

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo [2009].

_____. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

_____. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006a.

_____. *As relações entre sociedade e ditadura: a OAB e a ABI, no Brasil de 1964 a 1974*. Projeto de pesquisa Pós-Doutorado apresentado ao Acordo Capes-Cofecub e à Unicamp, 2006b.

_____. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006c.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. “A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)”. In: _____ (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique & GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995, p.09-22.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes &

AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002a.

_____. “El estatuto del olvido”. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org.). *Por qué recordar? Foro Internacional “Memoria e Historia”*, UNESCO/SORBONNE. Buenos Aires: Granica, 2002b.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL: tempo de ditadura*, Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v.8, n. 14/15, p. 13-49, 2001.

_____. *Partido Comunista do Brasil: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Boitempo/ Unirio, 2001.

SANTOS, Nilton et al. *História da UNE – depoimentos de ex-dirigentes*. Vol. 1, São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTI, Cyntia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, Illinois (EUA), 24-26 de setembro, 1998.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

SEGATTO, José Antonio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”.

In: _____. *História, Memória, Literatura – O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SEMPOL, Diego. “De Líber Arce a liberarse. El movimiento estudiantil uruguayo y las conmemoraciones del 14 de agosto (1968-2001)”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (orgs.). *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “Entre livros e armas: Helenira Resende – Guerrilheira, sim senhor!”. *Gênero*, Revista transdisciplinar de estudos de gênero, v. 8, n. 2, 1º semestre 2008.

_____. “Entre heróis e inocentes: a construção das memórias estudantis”. In: AARÃO REIS, Daniel e ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. *A medida do impossível: movimento estudantil e ditadura civil-militar (1964-1968)*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Leonardo Bruno da. *Entre a reforma e a revolução – os estudantes em movimento (1961-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Prelúdios & Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SIRINELLI, Jean-François. “A Geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOIHET, Rachel. “Introdução”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.

SOUZA, Luiz A. Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael & HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Edunb, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____ (org.). *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. “Praia do Flamengo, 132: Sai decisão da justiça: o terreno é nosso!”. Disponível em: <http://www.une.org.br/home3/acampamento/m_9022.html>. Acesso em: 08 de maio de 2007.

_____. *Rumo aos setenta em plena forma*. Disponível em: <www.une.org.br>. Acesso em: 31 de outubro de 2004.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: movimento estudantil e crise na política brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*. UNICAMP, Campinas, nº 2, 1994.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. “Memória, identidade e projeto; uma visão antropológica”. *Revista TB*, nº 95, out/dez. 1988.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. “A nostalgia do não vivido”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VIEIRA, R. A. Amaral. *Juventude em crise (de Sartre a Marcuse)*. Rio de Janeiro: Bit, 1970.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *A questão da Universidade*. Coleção Cadernos Universitários, nº 1, Rio de Janeiro, Universitária, 1962.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922 – 1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEID, Jean Marc von der & VAINER, Carlos. “68: lembrar, celebrar e entender”. Disponível em: <<http://www.cultiva.org.br/mostradestp2.php?id=1033>>. Acesso em: 30/05/2008.

ZAIDAN FILHO, Michael & MACHADO, Otávio Luiz (orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Pernambuco: UFPE, 2007.

ZANETI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

ZÍLIO, Carlos. *Arte e política – 1966-1976*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1996. (Catálogo de exposição)